



Classificações Orçamentárias

Apresentação

Este trabalho, elaborado pela equipe técnica da Fiorilli Software - Assistência e Consultoria Municipal, tem por objetivo facilitar o trabalho dos técnicos fazendários na classificação das receitas e das despesas públicas, desde a elaboração do orçamento, passando pela execução e até os demonstrativos de balanços, conforme codificação estabelecida pelas normas regulamentares respectivas.

Entre as normas regulamentares aqui reproduzidas destacam-se: a Portaria Interministerial nº 163, de 4 de maio de 2001, da Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda, e da Secretaria de Orçamento Federal, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; a Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do então Ministério do Orçamento e Gestão; a Portaria Conjunta STN/SOF nº 02, de 22 de Dezembro de 2016, e Portaria STN nº 840, de 21 de Dezembro de 2016 que aprovam a 7ª Edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), disponibilizados no endereço eletrônico: <http://www.stn.fazenda.gov.br/mcasp> e ainda do Manual Técnico de Orçamento - MTO 2017, da Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Além da reprodução das normas legais com suas tabelas de codificações e discriminações atualizadas até a presente data, este trabalho também reproduz vários tópicos do MCASP que interessam à classificação orçamentária. Essa reprodução parcial não dispensa a leitura e o estudo do citado manual, que trata do assunto com mais propriedade e profundidade.

O mesmo procura destacar e relacionar a codificação das receitas próprias dos municípios, além de trazer um quadro exemplificativo de estrutura de programas a ser criado em cada ente de governo municipal.

Tanto a direção da empresa, quanto sua equipe técnica, esperam ter prestado a sua parcela de colaboração, buscando amenizar a carga de trabalho dos profissionais ligados à elaboração e execução do orçamento.

Outubro de 2017

Fiorilli Software



Classificações Orçamentárias

Guia de Consulta Rápida

Sumário

Estrutura das Codificações

1 - Tipos de Classificações.	03
2 - Fonte/Destinação de Recursos item 5 da Parte I, Procedimentos Contábeis Orçamentários, do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 7ª edição, aprovada pela Portaria Conjunta STN/SOF n° 02 de 22/12/16 Classificação da Receita por Fontes de Recursos item 5 da Parte I, Procedimentos Contábeis Orçamentários, do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 7ª edição, aprovada pela Portaria Conjunta STN/SOF n° 02 de 22/12/16.	06
3 - Classificação Institucional.	09
4 - Classificação Funcional da Despesa.	10
5 - Natureza da Despesa.	12
6 - Classificação das Transferências de Recursos.	14
7 - Classificação Orçamentária das Transferências entre Entidades.	15

Classificação da Receita

Portaria Interministerial STN/SOF n° 163, de 04/05/2001, atualizada até Portaria Conjunta STN/SOF n° 1, de 15/09/2017.	21
Anexo I - Natureza da Receita Portaria 163, atualizada pela STN em 11/09/2017 (2ª Edição).	24
Natureza da Receita - Desdobramentos (Classificação da Receita a Nível Municipal).	63

Classificação da Despesa

Classificação Funcional, Portaria MOG n° 42, de 14/04/1999.	67
Classificação Funcional, Estrutura de Programas (Exemplo de Codificação a Nível Municipal).	71
Anexo II - Natureza da Despesa, Portaria 163, atualizada até a Portaria Conjunta STN/SOF n° 2 de 20/08/2015.	75
Anexo III - Discriminação das Naturezas de Despesa, Portaria 163, atualizada pela STN em 03/05/2013.	87
Portaria 448, de 13 de Setembro de 2002.	99

Legislação Orçamentária.	115
--------------------------------------	------------

Bibliografia.	116
---------------------------	------------



Estrutura das Codificações

1 - Tipos de Classificações

O PPA-Plano Plurianual, a LDO-Lei de Diretrizes Orçamentárias e a LOA-Lei Orçamentária Anual, como peças de planejamento integradas entre si, devem ser elaborados de forma codificada e essa codificação deve ser a mesma para todos os seus elementos constituintes.

Embora em alguns elementos do PPA e da LDO essa codificação possa ser sintética, na LOA deve ser utilizado o nível máximo de detalhamento ou especificação entre estas peças de planejamento.

A execução orçamentária deve chegar à níveis de descrição mais rigorosa e minuciosa das características que deverão apresentar uma receita, um material, uma obra ou um serviço. Para tanto, na execução orçamentária utiliza-se as codificações em seu nível mais específico, além de codificações complementares as quais nem sempre são possíveis de prever e constar no orçamento.

Em nível de orçamento, as classificações orçamentárias, além de codificar o montante de recursos e sua aplicação, tem por objetivo mostrar as fontes de recursos, os programas e as ações de governo.

As classificações orçamentárias são feitas utilizando-se tres tipos de codificação distintas:

- Classificação Institucional;
- Classificação Funcional da Despesa e,
- Classificação por Categorias Econômicas.

Na previsão de receitas utiliza-se o primeiro nível da classificação institucional e a classificação por categorias econômicas, enquanto que na fixação da despesa são utilizadas as três classificações.

(reprodução do item 3.2.1 da Parte I, Procedimentos Contábeis Orçamentários, do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 7ª edição, aprovada pela Portaria Conjunta STN/SOF n° 02 de 22/12/16)

3.2.1 Classificação da Receita Orçamentária por Natureza

O § 1º do art. 8º da Lei nº 4.320/1964 define que os itens da discriminação da receita, mencionados no art. 11 dessa lei, serão identificados por números de código decimal. Convencionou-se denominar este código de natureza de receita.

Em âmbito federal, a codificação da classificação por natureza da receita é normatizada por meio de Portaria da SOF, órgão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Já para estados e municípios, é feita por meio de Portaria Interministerial (SOF e STN).

Importante destacar que essa classificação é utilizada por todos os entes da Federação e visa identificar a origem do recurso segundo o fato gerador: acontecimento real que ocasionou o ingresso da receita nos cofres públicos.

Assim, a natureza de receita é a menor célula de informação no contexto orçamentário para as receitas públicas; por isso, contém todas as informações necessárias para as devidas alocações orçamentárias.

Na União, para o exercício de 2016, incluindo a elaboração do Orçamento, entrou em vigor a nova estrutura de codificação das Naturezas de Receita, de forma a prover melhorias na estrutura de formação dos códigos da classificação, aplicando lógica integralmente voltada para a gestão das receitas orçamentárias. A nova codificação estrutura os códigos de forma a proporcionar extração de informações imediatas, a fim de prover celeridade, simplicidade e transparência, sem a necessidade de qualquer procedimento paralelo para concatenar dados.

Tal alteração foi estabelecida pela Portaria nº 05, de 25 de agosto de 20159, que também determinou que os desdobramentos específicos para atendimento das peculiaridades de estados, Distrito Federal e municípios serão promovidos pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda. Ressalta-se que para os referidos entes, tal codificação é válida a partir do exercício financeiro de 2018, inclusive no que se refere à elaboração do respectivo projeto de lei orçamentária (que é elaborado durante o exercício de 2017).

A estrutura da nova codificação cria possibilidade de associar, de forma imediata, a receita principal com aquelas dela originadas: Multas e Juros, Dívida Ativa, Multas e Juros da Dívida Ativa. A associação é efetuada por meio de um código numérico de 8 dígitos, cujas posições ordinais passam a ter o seguinte significado:



C	O	E	DDDD	T
Categoria Econômica	Origem	Espécie	Desdobramento para identificação de peculiaridades da receita	Tipo

Quando, por exemplo, o imposto de renda pessoa física é recolhido dos trabalhadores, aloca-se a receita pública correspondente na natureza de receita código "1.1.1.3.01.1.1", segundo esquema abaixo:

C	Categoria Econômica	1	Receita Corrente
O	Origem	1	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria
E	Especie	1	Impostos
DDDD	Desdobramento para identificação das peculiaridades	3.011	Impostos sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF
T	Tipo	1	Principal

Como se depreende do nível de detalhamento apresentado, a classificação por natureza é a de nível mais analítico da receita; por isso, auxilia na elaboração de análises econômico-financeiras sobre a atuação estatal.

3.2.1.1- Categoria Econômica

O §1º e 2º do art. 11 da Lei no 4.320/1964, classificam as receitas orçamentárias em "Receitas Correntes" e "Receitas de Capital". A codificação correspondente seria:

1- Receitas Correntes

Receitas Orçamentárias Correntes são arrecadadas dentro do exercício financeiro, aumentam as disponibilidades financeiras do Estado e constituem instrumento para financiar os objetivos definidos nos programas e ações orçamentários, com vistas a satisfazer finalidades públicas.

Classificam-se como correntes as receitas provenientes de tributos; de contribuições; da exploração do patrimônio estatal (Patrimonial); da exploração de atividades econômicas (Agropecuária, Industrial e de Serviços); de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes (Transferências Correntes); por fim, demais receitas que não se enquadram nos itens anteriores, nem no conceito de receita de capital (Outras Receitas Correntes).

2- Receitas de Capital

Receitas Orçamentárias de Capital são arrecadadas dentro do exercício financeiro, aumentam as disponibilidades financeiras do Estado e são instrumentos de financiamento dos programas e ações orçamentários, a fim de se atingirem as finalidades públicas. Porém, de forma diversa das receitas correntes, as receitas de capital em geral não provocam efeito sobre o patrimônio líquido.

Receitas de Capital são as provenientes tanto da realização de recursos financeiros oriundos da constituição de dívidas e da conversão, em espécie, de bens e direitos, quanto de recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado e destinados a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital.

Observação:

Receitas de Operações Intraorçamentárias:

Operações intraorçamentárias são aquelas realizadas entre órgãos e demais entidades da Administração Pública integrantes do orçamento fiscal e do orçamento da seguridade social do mesmo ente federativo; por isso, não representam novas entradas de recursos nos cofres públicos do ente, mas apenas movimentação de receitas entre seus órgãos. As receitas intraorçamentárias são a contrapartida das despesas classificadas na Modalidade de Aplicação "91 – Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes do Orçamento Fiscal e do Orçamento da Seguridade Social" que, devidamente identificadas, possibilitam anulação do efeito da dupla contagem na consolidação das contas governamentais.

Dessa forma, a fim de se evitar a dupla contagem dos valores financeiros objeto de operações intraorçamentárias na consolidação das contas públicas, a Portaria Interministerial STN/SOF nº 338/2006, incluiu as "Receitas Correntes Intraorçamentárias" e "Receitas de Capital Intraorçamentárias", representadas, respectivamente, pelos códigos 7 e 8 em suas categorias econômicas. Essas classificações, segundo disposto pela Portaria que as criou, não constituem novas categorias econômicas de receita, mas apenas especificações das Categorias Econômicas "Receita Corrente" e "Receita de Capital".

Categoria Econômica da Receita	
1. Receitas Correntes	2. Receitas de Capital
7. Receitas Correntes Intraorçamentárias	8. Receitas de Capital Intraorçamentárias



3.2.1.2- Origem da Receita

A Origem é o detalhamento das Categorias Econômicas “Receitas Correntes” e “Receitas de Capital”, com vistas a identificar a procedência das receitas no momento em que ingressam nos cofres públicos.

Os códigos da Origem para as receitas correntes e de capital, de acordo com a Lei nº 4.320/1964, são:

Origem da Receita	
1. Receitas Correntes	2 Receitas de Capital
7. Receita Correntes Intraorçamentárias	8. Receitas de Capital Intraorçamentárias
1 Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1 Operações de Crédito
2 Contribuições	2 Alienação de Bens
3 Receita Patrimonial	3 Amortização de Empréstimos
4 Receita Agropecuária	4 Transferências de Capital
5 Receita Industrial	9 Outras Receitas de Capital
6 Receitas de Serviços	
7 Transferências Correntes	
9 Outras Receitas Correntes	

A atual codificação amplia o escopo de abrangência do conceito de origem e passa a explorá-lo na sequência lógico-temporal na qual ocorrem naturalmente atos e fatos orçamentários co-dependentes. Nesse contexto, considera que a arrecadação das receitas ocorre de forma concatenada e sequencial no tempo, sendo que, por regra, existem arrecadações inter-relacionadas que dependem da existência de um fato gerador inicial a partir do qual, por decurso de prazo sem pagamento, originam-se outros fatos, na ordem lógica dos acontecimentos jurídicos:

- a. Primeiro, o fato gerador da Receita Orçamentária Propriamente Dita, que ocorre quando da subsunção do fato, no mundo real, à norma jurídica;
- b. Segundo, a obrigação de recolher multas e juros incidentes sobre a Receita Orçamentária propriamente dita, cujo fato gerador é o decurso do prazo estipulado por lei para pagamento, sem que isso tenha ocorrido. (Esse fato gerador depende, fundamentalmente – na origem –, da existência da Receita Orçamentária propriamente dita);
- c. Terceiro, a obrigação de pagar a dívida ativa referente à Receita Orçamentária propriamente dita e às multas e aos juros dessa receita, cujo fato gerador é a inscrição em dívida ativa, que decorre do transcurso de novo prazo e da permanência do não pagamento da receita e das multas e juros que lhe são afetos. (Novamente, ao remetermos para o início do processo – a origem – há dependência do fato gerador primeiro, inicial: a existência da Receita Orçamentária propriamente dita); e
- d. Quarto, a obrigação de recolher multas e juros incidentes sobre a dívida ativa da Receita Orçamentária propriamente dita, cujo fato gerador é o decurso do prazo estipulado por lei para pagamento da dívida ativa, sem que o pagamento tenha ocorrido. (Ao buscar-se o marco inicial dessa obrigação, conclui-se, novamente, que, na origem, há dependência da existência da Receita Orçamentária propriamente dita).

Destaca-se que o ponto de partida – a origem – de todo o processo relatado no parágrafo anterior foi a existência da Receita Orçamentária propriamente dita, e as demais arrecadações que se originaram a partir do não pagamento dessa receita foram, na sequência temporal dos acontecimentos: multas e juros da receita, dívida ativa da receita e multas e juros da dívida ativa da receita. O raciocínio estruturado acima explora o fato de que se a existência de multas, juros, dívida ativa e multas e juros da dívida ativa decorrem do não pagamento da Receita Orçamentária propriamente dita dentro dos prazos estabelecidos em lei, então dependem da existência dessa receita e nela tiveram origem.

O detalhamento e conceito das origens das receitas orçamentárias constam em item específico deste manual.

3.2.1.3- Espécie

É o nível de classificação vinculado à Origem que permite qualificar com maior detalhe o fato gerador das receitas. Por exemplo, dentro da Origem Contribuições, identifica-se as espécies “Contribuições Sociais”, “Contribuições Econômicas”, “Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional” e “Contribuição para Custeio de Iluminação Pública”.

3.2.1.4- Desdobramentos para Identificação de Peculiaridades da Receita



Na nova estrutura de codificação foram reservados 4 dígitos para desdobramentos com o objetivo de identificar as particularidades de cada receita, caso seja necessário. Assim, esses dígitos podem ou não ser utilizados, observando-se a necessidade de especificação do recurso.

Quanto às receitas exclusivas de estados, Distrito Federal e municípios, serão identificadas pelo quarto dígito da codificação, que utilizará o número "8" (Ex.: 1.9.0.8.xx.x.x - Outras Receitas Correntes Exclusivas de Estados e Municípios), respeitando a estrutura dos três dígitos iniciais. Assim, os demais dígitos (quinto, sexto e sétimo) serão utilizados para atendimento das peculiaridades e necessidades gerenciais dos entes.

3.2.1.5- Tipo

O tipo, correspondente ao último dígito na natureza de receita, tem a finalidade de identificar o tipo de arrecadação a que se refere aquela natureza, sendo:

"0", quando se tratar de natureza de receita não valorizável ou agregadora;

"1", quando se tratar da arrecadação Principal da receita;

"2", quando se tratar de Multas e Juros de Mora da respectiva receita;

"3", quando se tratar de Dívida Ativa da respectiva receita; e

"4", quando se tratar de Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da respectiva receita.

Assim, todo código de natureza de receita será finalizado com um dos dígitos mencionados, e as arrecadações de cada recurso – sejam elas da receita propriamente dita ou de seus acréscimos legais – ficarão agrupadas sob um mesmo código, sendo diferenciadas apenas no último dígito, conforme detalhamento a seguir:

Dígito:	1º	2º	3º	4º a 7º	8º	Descrição-Padrão dos Códigos de Tipo:	
Significado:	Cat. Econômica	Origem	Espécie	Desdobramentos	Tipo		
Código:	x	x	x	x	.xx.	x	0 Natureza Agregadora
							1 Receita Principal
							2 Multa e Juros da Receita Principal
							3 Dívida Ativa da Receita Principal
							4 Multa e Juros da Dívida Ativa da Receita Principal

Importante destacar que as portarias SOF e STN que desdobrarão o Anexo I da Portaria Interministerial STN/SOF nº 163, de 4 de maio de 2001, conterão apenas as naturezas de receita agregadoras, finalizadas com dígito "0", considerando criadas automaticamente, para todos os fins, as naturezas valorizáveis, terminadas em "1", "2", "3" e "4".

Ressalta-se ainda que, para fins de observância da classificação orçamentária em "Receita Corrente" e "Receita de Capital" estipulada pela Lei nº 4.320/64, deve-se considerar os seguintes códigos:

a. Receita Corrente:

i. Todos os códigos cujo o primeiro dígito seja "1" (categoria econômica "receitas correntes"); e

ii. Códigos cujo o primeiro dígito seja "2" (categoria econômica "receitas de capital") e cujo o oitavo dígito, tipo de natureza de receita, seja "2" (Multas e Juros) ou "4" (Multas e Juros da Dívida Ativa).

b. Receita de Capital:

i. Códigos cujo o primeiro dígito seja "2" (categoria econômica "receitas de capital") e cujo o oitavo dígito, tipo de natureza de receita, seja "1" (Principal) ou "3" (Dívida Ativa).



2 - Fonte/Destinação de Recursos

(reprodução do item 5 da Parte I, Procedimentos Contábeis Orçamentários, do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 7ª edição, aprovada pela Portaria Conjunta STN/SOF n° 02 de 22/12/16)

5.1 - Conceito

(reprodução do item 5 da Parte I, Procedimentos Contábeis Orçamentários, do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 7ª edição, aprovada pela Portaria Conjunta STN/SOF n° 02 de 22/12/16)

A classificação orçamentária por Fontes/Destações é utilizada no âmbito da União, com o objetivo de identificar as origens dos ingressos financeiros que financiam os gastos públicos. Determinadas Naturezas de Receita são agrupadas em Fontes de Recursos obedecendo a uma regra previamente estabelecida. Por meio do orçamento público, essas Fontes/Destações são alocadas em determinadas despesas de forma a evidenciar os meios para atingir os objetivos públicos.

Como mecanismo integrador entre a receita e a despesa, o código de Fonte/Destinação de recursos exerce um duplo papel no processo orçamentário. Para a receita orçamentária, esse código tem a finalidade de indicar a destinação de recursos para a realização de determinadas despesas orçamentárias. Para a despesa orçamentária, identifica a origem dos recursos que estão sendo utilizados.

Assim, mesmo código utilizado para controle das destinações da receita orçamentária também é utilizado na despesa, para controle das fontes financiadoras da despesa orçamentária. Desta forma, este mecanismo contribui para o atendimento do parágrafo único do art. 8º da LRF e o art. 50, inciso I da mesma Lei:

“Art. 8º [...]

Parágrafo único. Os recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.”

“Art. 50. Além de obedecer às demais normas de contabilidade pública, a escrituração das contas públicas observará as seguintes:

I – a disponibilidade de caixa constará de registro próprio, de modo que os recursos vinculados a órgão, fundo ou despesa obrigatória fiquem identificados e escriturados de forma individualizada;”

A natureza da receita orçamentária busca identificar a origem do recurso segundo seu fato gerador. Existe, ainda, a necessidade de identificar a destinação dos recursos arrecadados. Para tanto, a classificação por Fonte/Destinação de Recursos identifica se os recursos são vinculados ou não e, no caso dos vinculados, pode indicar a sua finalidade. A destinação pode ser classificada em:

- Destinação Vinculada – é o processo de vinculação entre a origem e a aplicação de recursos, em atendimento às finalidades específicas estabelecidas pela norma;

- Destinação Ordinária – é o processo de alocação livre entre a origem e a aplicação de recursos, para atender a quaisquer finalidades.

A criação de vinculações para as receitas deve ser pautada em mandamentos legais que regulamentam a aplicação de recursos, seja para funções essenciais, seja para entes, órgãos, entidades e fundos. Outro tipo de vinculação é aquela derivada de convênios e contratos de empréstimos e financiamentos, cujos recursos são obtidos com finalidade específica.

A classificação de fontes de recursos consiste de um código de três dígitos:

1º DÍGITO	2º e 3º DÍGITOS
Grupo de Fontes de Recursos	Especificação das Fontes de Recursos
	Exemplos:
1 - Recursos do Tesouro – Exercício Corrente;	Fonte 100 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente (1);
2 - Recursos de Outras Fontes - Exercício Corrente;	Recursos Ordinários (00);
3 - Recursos do Tesouro – Exercícios Anteriores;	Fonte 174 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente (1);
6 - Recursos de Outras Fontes - Exercícios Anteriores; e	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia (74);
9 - Recursos Condicionados	Fonte 250 Recursos de Outras Fontes – Exercício Corrente (2);
	Recursos Próprios Não-Financeiros (50);
	Fonte 300 Recursos do Tesouro – Exercícios Anteriores (3); e
	Recursos Ordinários (00).

5.2 MECANISMO DE UTILIZAÇÃO DA FONTE/DESTINAÇÃO DE RECURSOS

O controle das disponibilidades financeiras por Fonte/Destinação de recursos deve ser feito desde a elaboração do orçamento até a sua execução, incluindo o ingresso, o comprometimento e a saída dos recursos orçamentários.



No momento da contabilização do orçamento, deve ser registrado em contas orçamentárias o total da receita orçamentária prevista e da despesa orçamentária fixada por Fonte/Destinação de recursos.

Na arrecadação, além do registro da receita orçamentária e do respectivo ingresso dos recursos financeiros, deverá ser lançado, em contas de controle, o valor classificado na Fonte/Destinação correspondente (disponibilidade a utilizar), bem como o registro da realização da receita orçamentária por Fonte/Destinação.

Na execução orçamentária da despesa, no momento do empenho, deverá haver a baixa do crédito disponível conforme a Fonte/Destinação e deverá ser registrada a transferência da disponibilidade de recursos para a disponibilidade de recursos comprometida. Na saída desse recurso deverá ser adotado procedimento semelhante, com o registro de baixa do saldo da conta de Fonte/Destinação comprometida e lançamento na de Fonte/Destinação utilizada.

Para melhor compreensão do procedimento apresentado, segue, abaixo, esquema simplificado de contabilização:

a. 1. Orçamento:

i. Previsão da receita:

	Código da Conta	Título da Conta
D	5.2.1.1.x.xx.xx	Previsão da receita
C	6.2.1.1.x.xx.xx	Receita a realizar

ii. Fixação da despesa:

	Código da Conta	Título da Conta
D	5.2.2,1.1.xx.xx	Dotação inicial
C	6.2.2.1.1.xx.xx	Crédito Disponível

b. Execução Orçamentária:

i. Considerando o caso em que o ingresso do recurso financeiro coincida com o fato gerador da receita:

	Código da Conta	Título da Conta
D	1.1.1.1.x.xx.xx	Caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional (F)
C	4.x.x.x.x.xx.xx	Varição patrimonial aumentativa
	Código da Conta	Título da Conta
D	6.2.1.1.x.xx.xx	Receita a Realizar
C	6.2.1.2.x.xx.xx	Receita Realizada
	Código da Conta	Título da Conta
D	7.2.1.1.x.xx.xx	Controle da Disponibilidade de Recursos
C	8.2.1.1.1.xx.xx	Disponibilidade por destinação de recursos

ii. No empenho da dotação orçamentária:

	Código da Conta	Título da Conta
D	6.2.2.1.1.xx.xx	Crédito disponível
C	6.2.2.1.3.01.xx	Crédito empenhado a liquidar
	Código da Conta	Título da Conta
D	7.2.1.1.x.xx.xx	Controle da Disponibilidade de Recursos
C	8.2.1.1.2.xx.xx	Disponibilidade por destinação de recursos comprometida por empenho

iii. Considerando o caso em que a liquidação da despesa orçamentária coincida com o fato gerador da despesa:

	Código da Conta	Título da Conta
D	3.x.x.x.x.xx.xx	Varição patrimonial diminutiva
C	2.x.x.x.x.xx.xx	Passivo (F)
	Código da Conta	Título da Conta
D	6.2.2.1.3.01.xx	Crédito empenhado a liquidar
C	6.2.2.1.3.03.xx	Crédito empenhado liquidado a pagar
	Código da Conta	Título da Conta
D	8.2.1.1.2.xx.xx	Disponibilidade por destinação de recursos comprometida por empenho
C	8.2.1.1.3.xx.xx	Disponibilidade por destinação de recursos comprometida liquidação e entradas compensatórias

iv. Na saída do recurso financeiro:

	Código da Conta	Título da Conta
--	------------------------	------------------------



D	2.x.x.x.xx.xx	Passivo (F)
C	1.1.1.1.x.xx.xx	Caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional (F)
	Código da Conta	Título da Conta
D	6.2.2.1.3.03.xx	Crédito empenhado liquidado a pagar
C	6.2.2.1.3.04.xx	Crédito empenhado pago
	Código da Conta	Título da Conta
D	8.2.1.1.3.xx.xx	Disponibilidade por destinação de recursos comprometida liquidação e entradas compensatórias
C	8.2.1.1.4.xx.xx	Disponibilidade por destinação de recursos utilizada
v. No encerramento do exercício financeiro:		
	Código da Conta	Título da Conta
D	8.2.1.1.4.xx.xx	Disponibilidade por destinação de recursos utilizada
C	8.2.1.1.1.xx.xx	Disponibilidade por destinação de recursos

Dessa maneira, é possível saber a qualquer momento o quanto do total orçado já foi realizado por Fonte/Destinação de recursos, pois as disponibilidades de recursos estarão controladas e detalhadas nas contas de controles credores.

Na execução orçamentária, a conta “disponibilidade por destinação de recursos” deverá ser creditada por ocasião da classificação da receita orçamentária e debitada pelo empenho da despesa orçamentária. O saldo representará a disponibilidade financeira para uma nova despesa. A conta “disponibilidade por destinação de recursos utilizada”, por sua vez, deverá iniciar cada exercício com seu saldo zerado.

As contas de disponibilidades por destinação de recursos devem estar detalhadas por tipo de destinação, ou seja, para cada codificação de destinação criada pelo ente, haverá um detalhamento nessa conta. Com isso é possível identificar, para cada destinação, o saldo de recursos disponíveis para aplicação em despesas.

Esse detalhamento pode ser feito por meio do mecanismo de contas-correntes contábeis, procedimento adotado pela Administração Pública Federal. Nesse caso, o detalhamento das contas de disponibilidade por destinação deve ser por contas-correntes, que identificam a destinação do recurso.

A vantagem da utilização desse mecanismo consiste na simplificação do plano de contas, pois, com o uso dos contas-correntes, são necessárias apenas quatro contas contábeis para controle das destinações, ficando a destinação dos recursos evidenciada nos contas-correntes.

Exemplo de detalhamento por conta-corrente:

Disponibilidade por Destinação de Recursos	R\$ 1.000,00
0100000000 – Recursos Ordinários	R\$ 300,00
01kkkkkkkk – Recursos vinculados à saúde	R\$ 400,00
01yyyyyyyy – Recursos vinculados à Educação	R\$ 300,00

No caso da não-utilização do mecanismo de conta-corrente contábil, seria necessário desdobrar cada conta de disponibilidade por destinação pela quantidade de destinações existentes no ente:

822xx.xx.00 – Disponibilidade por Destinação – a utilizar	R\$ 1.000,00
822xx.xx.01 – Recursos Ordinários	R\$ 300,00
822xx.xx.02 – Recursos vinculados à saúde	R\$ 400,00
822xx.xx.03 – Recursos vinculados à Educação	R\$ 300,00

A conta “Receita Realizada” interliga o controle orçamentário da previsão com a execução, devendo ser detalhada por Fonte/Destinação de recursos.

Caso o ente não tenha mecanismos para identificar, no momento do recebimento, a Fonte/Destinação correspondente, sugere-se que os valores sejam lançados em uma Fonte/Destinação transitória, até que se consiga proceder à correta classificação.

3 - Classificação Institucional

A classificação institucional, também denominada de classificação local, deve refletir a estrutura organizacional e administrativa da entidade governamental. Esta classificação está estruturada em dois níveis hierárquicos: órgão orçamentário e unidade orçamentária.

No orçamento da despesa, as dotações orçamentárias devem ser especificadas por categoria de programação em seu menor nível sendo consignadas às unidades orçamentárias, que correspondem as estruturas administrativas responsáveis pela aplicação dos recursos financeiros (dotações) e pela realização das ações (execução dos projetos, manutenção das atividades e operações especiais).



O conceito de unidade orçamentária está definido no artigo 14 da Lei 4.320:

Constitui unidade orçamentária o agrupamento de serviços subordinados ao mesmo órgão ou repartição a que serão consignadas dotações próprias.

Parágrafo único. Em casos excepcionais, serão consignadas dotações a unidades administrativas subordinadas ao mesmo órgão.

A classificação institucional deve corresponder a estrutura administrativa da entidade entretanto, o orçamento não abrangerá todos os setores pois, o orçamento trata apenas das unidades orçamentárias responsáveis pela execução de projetos e atividades. Deve ainda a classificação institucional identificar, de forma clara, as unidades responsáveis pela execução dos programas (com seus respectivos projetos e atividades) contemplados na lei orçamentária anual.

Por outro lado, tanto um órgão como uma unidade orçamentária podem não corresponder a uma unidade da estrutura administrativa. É o caso de alguns fundos especiais, das transferências financeiras, dos encargos financeiros, das operações de crédito, da dívida pública e da reserva de contingência.

O código de classificação institucional é composto de cinco dígitos, divididos em dois níveis. O primeiro nível representado pelos dois primeiros dígitos identificam o órgão. O segundo nível representado pelos três últimos dígitos identificam a unidade orçamentária.

1º	2º		3º	4º	5º
Órgão Orçamentário			Unidade Orçamentária		

Esta classificação institucional é utilizada pela União, Estados e alguns Municípios. A maioria dos municípios, tem adotado uma classificação mais detalhada, dividida em três níveis compostos de dois dígitos cada um, identificando: a) poder; b) órgão e c) unidade orçamentária ou ainda: a) órgão; b) unidade orçamentária e c) sub-unidade orçamentária ou unidade executora.

Em relação aos municípios, recomenda-se ainda que essa estrutura orçamentária não contemple um número elevado de unidades orçamentárias, pois isto irá ocasionar uma pulverização de dotações orçamentárias, dificultando, dessa forma, o controle e a execução orçamentária, com um número expressivo de documentos a serem elaborados.

1º	2º		3º	4º		5º	6º
Poder ou Órgão			Órgão			Unidade Orçamentária	
			Unidade Orçamentária			Sub-Unidade Orçamentária	

O quadro seguinte exemplifica como dispor de forma lógica a estrutura de um orçamento.

Órgão	Unidade Orçamentária	Unidade Executora
01 - Poder Legislativo	0101 - Câmara Municipal	010101 - Corpo Legislativo 010102 - Secretaria da Câmara
02 - Poder Executivo	0201 - Administração Superior	020101 - Gabinete Prefeito e Assess. 020102 - Junta do Serviço Militar
	0202 - Secr. de Administração	020201 - Gabinete do Secretário 020202 - Administração de Pessoal 020203 - Administração de Material 020204 - Administração de Patrimônio 020205 - Fundo de Previdência Municipal
	0203 - Secr. de Finanças	020301 - Gabinete do Secretário 020302 - Contabilidade Geral 020303 - Lançadoria 020304 - Tesouraria 020305 - Serviço da Dívida Ativa 020306 - Planejamento 020307 - Serviço da Dívida Pública
	0204 - Secr. de Educação	020401 - Gabinete do Secretário 020402 - Ensino Infantil 020403 - Ensino Fundamental 020404 - Fundeb 020405 - Fundação Munic de Ensino
	0205 - Secr. de Saúde	020501 - Gabinete do Secretário 020502 - Fundo Municipal de Saúde 020503 - Vigilância Sanitária



	0206 - Secr. Promoção Social Social	020504 - Vigilância Epidemiológica 020601 - Gabinete do Secretário 020602 - Fundo Munic de Assist Social 020603 - Fundo da Criança e Adolesc 020604 - Serviço de Assistência Social
	...	
03 - Instit. de Previd.	0301 - Administração Geral 0302 - Previdência	030101 - Gabinete do Superintendente 030201 - Administração de Benefícios
04 - Fundação Ensino	0401 - Administração 0402 - Setor de Ensino Médio 0403 - Coordenação Cultural	040101 - Gabinete do Diretor 040201 - Corporação Docente 040301 - Biblioteca

4 - Classificação Funcional da Despesa

A classificação funcional (funções e subfunções) busca responder basicamente à indagação “em que” área de ação governamental a despesa será realizada. Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e a subfunção às quais se vinculam. A atual classificação funcional foi instituída pela Portaria no 42, de 14 de abril de 1999, do então Ministério do Orçamento e Gestão, e é composta de um rol de funções e subfunções prefixadas, que servem como agregador dos gastos públicos por área de ação governamental nas três esferas de Governo. Trata-se de uma classificação independente dos programas e de aplicação comum e obrigatória, no âmbito dos Municípios, dos Estados, do Distrito Federal e da União, o que permite a consolidação nacional dos gastos do setor público.

4.1 - Função: A classificação funcional é representada por cinco dígitos. Os dois primeiros referem-se à função, que pode ser traduzida como o maior nível de agregação das diversas áreas de atuação do setor público. A função está relacionada com a missão institucional do órgão, por exemplo, cultura, educação, saúde, defesa, etc. A função “Encargos Especiais” engloba as despesas em relação às quais não se pode associar um bem ou serviço a ser gerado no processo produtivo corrente, tais como: dívidas, ressarcimentos, indenizações e outras afins, representando, portanto, uma agregação neutra.

4.2 - Subfunção: A subfunção, indicada pelos três últimos dígitos da classificação funcional, representa um nível de agregação imediatamente inferior à função e deve evidenciar cada área da atuação governamental, por intermédio da agregação de determinado subconjunto de despesas e identificação da natureza básica das ações que se aglutinam em torno das funções. As subfunções podem ser combinadas com funções diferentes daquelas às quais estão relacionadas na Portaria nº 42, de 1999. As ações devem estar sempre conectadas às subfunções que representam sua área específica. Existe também a possibilidade de matricialidade na conexão entre função e subfunção, ou seja, combinar qualquer função com qualquer subfunção, mas não na relação entre ação e subfunção. Deve-se adotar como função aquela que é típica ou principal do órgão. Assim, a programação de um órgão, via de regra, é classificada em uma única função, ao passo que a subfunção é escolhida de acordo com a especificidade de cada ação. A exceção à matricialidade encontra-se na função 28 – Encargos Especiais e suas subfunções típicas que só podem ser utilizadas conjugadas.

4.3 - Estrutura Programática da Despesa

Toda ação do Governo está estruturada em programas orientados para a realização dos objetivos estratégicos definidos para o período do Plano Plurianual – PPA, que é de quatro anos.

4.3.1. Programa: O programa é o instrumento de organização da atuação governamental que articula um conjunto de ações que concorrem para a concretização de um objetivo comum preestabelecido, mensurado por indicadores instituídos no plano, visando à solução de um problema ou o atendimento de determinada necessidade ou demanda da sociedade.

O programa é o módulo comum integrador entre o plano e o orçamento.

A organização das ações do Governo sob a forma de programas visa proporcionar maior racionalidade e eficiência na administração pública e ampliar a visibilidade dos resultados e benefícios gerados para a sociedade, bem como elevar a transparência na aplicação dos recursos públicos.

4.3.2. Ação: As ações são operações das quais resultam produtos (bens ou serviços), que contribuem para atender ao objetivo de um programa. Incluem-se também no conceito de ação as transferências obrigatórias ou voluntárias a outros entes da federação e a pessoas físicas e jurídicas, na forma de subsídios, subvenções, auxílios, contribuições, doações, etc, e os financiamentos.

As ações, conforme suas características, podem ser classificadas como atividades, projetos ou operações especiais.



- a. **Atividade:** É um instrumento de programação utilizado para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto ou serviço necessário à manutenção da ação de Governo. Exemplo: “ e Monitoramento das Operadoras de Planos e Seguros Privados de Assistência à Saúde”
- b. **Projeto:** É um instrumento de programação utilizado para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação de Governo. Exemplo: “ da rede nacional de bancos de leite humano”
- c. **Operação Especial:** Despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

4.3.3 - Detalhamento da Ação: Opcionalmente, caso o Município estabeleça, em ato próprio, sua estrutura de programas, códigos e identificação, as ações serão detalhadas em subtítulos. Este detalhamento também pode ser utilizado para especificar a localização física da ação, não podendo haver, por conseguinte, alteração da finalidade da ação, do produto e das metas estabelecidas.

A adequada localização do gasto permite maior controle governamental e social sobre a implantação das políticas públicas adotadas, além de evidenciar a focalização, os custos e os impactos da ação governamental.

O subtítulo representa o menor nível de categoria de programação e será detalhado por esfera orçamentária, grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação, identificador de uso e fonte de recursos, sendo o produto e a unidade de medida os mesmos da ação orçamentária.

4.3.4 - Reserva de Contingência: A codificação para a Reserva de Contingência foi definida pelo art. 8º da Portaria Interministerial nº 163, de 4 de maio de 2001, a seguir transcrito:

"Art. 8º A dotação global denominada "Reserva de Contingência" permitida para a União no art. 91 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, ou em atos das demais esferas de Governo, a ser utilizada como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais e para o atendimento ao disposto no art. 5º, inciso III, da Lei Complementar nº 101, de 2000, sob coordenação do órgão responsável pela sua destinação, bem como a Reserva do Regime Próprio de Previdência do Servidor - RPPS, quando houver, serão identificadas nos orçamentos de todas as esferas de Governo pelos códigos "99.999.9999.xxxx.xxxx" e "99.997.9999.xxxx.xxxx", no que se refere às classificações por função e subfunção e estrutura programática, onde o "x" representa a codificação das ações e dos respectivos detalhamentos."

5 - Natureza de Despesa

Os arts. 12 e 13 da Lei nº 4.320, de 1964, tratam da classificação da despesa por categoria econômica e elementos. Assim como no caso da receita, o art. 8º estabelece que os itens da discriminação da despesa mencionados no art. 13 serão identificados por números de código decimal, na forma do Anexo IV dessa Lei, atualmente consubstanciados no Anexo II da Portaria Interministerial nº 163, de 2001. O conjunto de informações que formam o código é conhecido como classificação por natureza de despesa e informa a categoria econômica, o grupo a que pertence, a modalidade de aplicação e o elemento.

Nas bases dos sistemas informatizados, o campo que se refere à natureza de despesa contém um código composto por oito algarismos:

1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º
Categoria Econômica da Despesa	Grupo de Natureza da Despesa	Modalidade de Aplicação		Elemento de Despesa		Desdobramento do Elemento	

5.1 - Categoria Econômica da Despesa: A despesa, assim como a receita, é classificada em duas categorias econômicas, com os seguintes códigos:

A – CATEGORIAS ECONÔMICAS

3 - Despesas Correntes

4 - Despesas de Capital



- 3 - *Despesas Correntes*: classificam-se nessa categoria todas as despesas que não contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital;
- 4 - *Despesas de Capital*: classificam-se nessa categoria aquelas despesas que contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital.

5.2 - Grupo de Natureza da Despesa: É um agregador de elementos de despesa com as mesmas características quanto ao objeto de gasto, conforme discriminado a seguir:

B - GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESA

- 1 - Pessoal e Encargos Sociais
- 2 - Juros e Encargos da Dívida
- 3 - Outras Despesas Correntes
- 4 - Investimentos
- 5 - Inversões financeiras
- 6 - Amortização da Dívida

5.3 - Modalidade de Aplicação: A modalidade de aplicação destina-se a indicar se os recursos serão aplicados mediante transferência financeira, inclusive a decorrente de descentralização orçamentária para outras esferas de Governo, seus órgãos ou entidades, ou diretamente para entidades privadas sem fins lucrativos e outras instituições; ou, então, diretamente pela unidade detentora do crédito orçamentário, ou por outro órgão ou entidade no âmbito do mesmo nível de Governo.

A modalidade de aplicação objetiva, principalmente, eliminar a dupla contagem dos recursos transferidos ou descentralizados.

MODALIDADES DE APLICAÇÃO

- 20 - Transferências à União
- 22 - Execução Orçamentária Delegada à União
- 30 - Transferências a Estados e ao Distrito Federal

...

(A estrutura completa das Modalidades de Aplicação, bem como suas especificações estão apresentadas no Anexo II, Natureza da Despesa, Pag. 63)

5.4 - Elemento de Despesa: Tem por finalidade identificar os objetos de gasto, tais como vencimentos e vantagens fixas, juros, diárias, material de consumo, serviços de terceiros prestados sob qualquer forma, subvenções sociais, obras e instalações, equipamentos e material permanente, auxílios, amortização e outros que a administração pública utiliza para a consecução de seus fins. Os códigos dos elementos de despesa estão definidos no Anexo II da Portaria Interministerial nº 163, de 2001.

É vedada a utilização em projetos e atividades dos elementos de despesa 41-Contribuições, 42-Auxílios e 43-Subvenções Sociais, o que pode ocorrer apenas em operações especiais.

É vedada a utilização de elementos de despesa que representem gastos efetivos (ex.: 30, 35, 36, 39, 51, 52, etc) em operações especiais.

ELEMENTO DE DESPESA

- 01 - Aposentadorias do RPPS, Reserva Remunerada e Reformas dos Militares.
- 03 - Pensões do RPPS e do Militar.
- 04 - Contratação por Tempo Determinado
- 05 - Outros Benefícios Previdenciários do Servidor ou do Militar.
- 06 - Benefício Mensal ao Deficiente e ao Idoso
- 07 - Contribuição a Entidades Fechadas de Previdência
- 08 - Outros Benefícios Assistenciais do Servidor ou do Militar
- 10 - Seguro Desemprego e Abono Salarial
- 11 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil

...

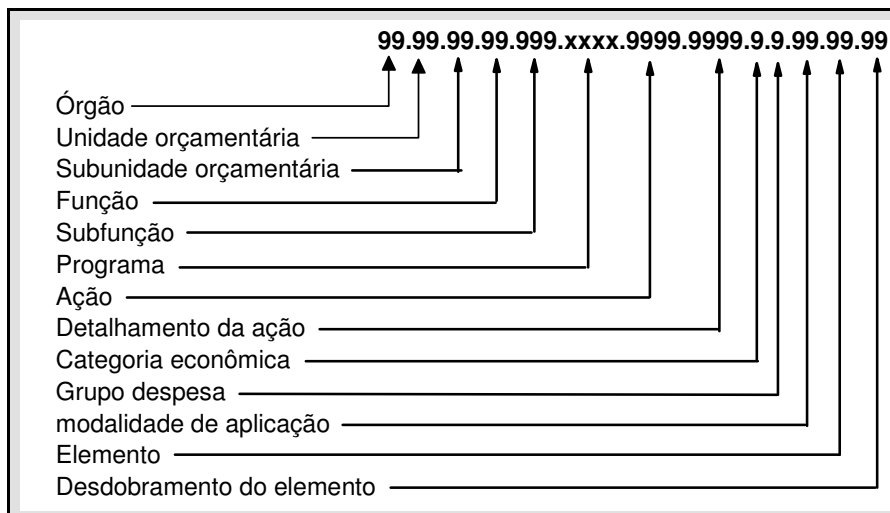
(A estrutura completa dos Elementos da Despesa, bem como suas especificações estão apresentadas no Anexo II, Natureza da Despesa, Pag. 63)



5.5 - Desdobramento, facultativo, do elemento de despesa ou subelemento econômico da despesa: De acordo com o estabelecido pela Portaria nº 163, de 04/05/2001, os subelementos econômicos da despesa correspondem a um desdobramento do elemento da despesa que define um nível de especificação da despesa mais detalhando e específico. Quando não for utilizado pelo ente, o campo correspondente ao mesmo deverá ser preenchido com "00". Apesar de sua utilização não ser obrigatória, alguns entes utilizam para obter um controle mais específico da despesa entretanto, na maioria dos estados, os Tribunais de Contas passaram a codificar e exigir este nível de detalhamento.

5.6 - Estrutura da Classificação da Despesa

Institucional			Funcional		Programática			Natureza				
99	99	99	99	999	xxxx	9999	9999	9	9	99	99	99
Órgão	Unidade Orçamentária	Sub-unidade	Função	Subfunção	Programa	Ação	Detalhamento da ação	Categoria Econômica	Grupo de Natureza	Modalidade de Aplicação	Elemento	Desdobramento



6 - Classificação das Transferências de Recursos (resumo)

6.1 - Receita e Despesa Intra-Orçamentária

(Portarias Interministeriais STN/SOF nos. 688 e 338, respectivamente, de 14./10/2005 e 26/04/2006)

Quando se tratarem de despesas decorrentes da aquisição de materiais, bens e serviços, pagamento de impostos, taxas e contribuições, além de outras operações, quando o receptor dos recursos também for órgão ou entidade da mesma esfera de governo.

a) Despesa (Portaria Interministerial STN/SOF nº 688, de 14/10/2005)

Classificação da despesa junto ao órgão ou entidade que realizar a despesa: X.X.71.XX.XX, quando o receptor se tratar, exclusivamente, de consórcio público; ou X.X.91.XX.XX, quando o receptor se tratar dos demais órgãos e entidades da administração indireta. ("X" corresponderá à classificação da despesa estabelecida pelo Anexo II da Portaria Interministerial STN/SOF nº 163, de 2001)

b) Receita (Portaria Interministerial STN/SOF nº 338, de 26/04/2006)

Classificação da receita junto ao órgão ou entidade que receber os recursos: 7XXX.XX.XX, Receitas Correntes Intra-Orçamentárias, ou 8XXX.XX.XX, Receitas de Capital Intra-Orçamentárias, conforme o caso. ("X" corresponderá à classificação da receita estabelecida pelo Anexo I da Portaria Interministerial STN/SOF nº 163, de 2001)



Nas demonstrações conjuntas as receitas e despesas intra-orçamentárias devem "se compensar" (igualdade de valores).

6.2 - Transferências Financeiras

(Portaria STN nº 339, de 29/08/2001)

Quando se referirem a transferências financeiras realizadas pelo ente estatal, destinadas a suportar despesas das entidades pertencentes à administração indireta. Essas transferências deverão receber o tratamento de despesas extra-orçamentárias, sob o título Transferências Financeiras Concedidas (junto ao repassador) e como receitas extra-orçamentárias (junto ao recebedor), para fins de controle. Porém, nos demonstrativos isolados do recebedor dos recursos, essa receita extra-orçamentária deverão ter características de "receita orçamentária", sob o título Transferências Financeiras Recebidas, para fins da correta apuração do resultado orçamentário. (LC nº 101, de 2000, art. 50, III)

6.3 - Regime Próprio de Previdência Social

a) Contribuição Patronal

Em razão da introdução do conceito de receitas e despesas intra-orçamentárias, consoante os termos das Portarias Interministeriais STN/SOF nos. 688 e 338, respectivamente, de 14/10/2005 e 26/04/2006, a contribuição patronal passa a ser objeto de empenho, liquidação e pagamento (junto ao órgão/entidade repassador), assim como deverá ser classificada como receita intra-orçamentária junto ao regime próprio (recebedor). As classificações respectivas serão as seguintes: despesa 3.1.91.13.00; receita: 7210.29.01.

b) Equilíbrio Orçamentário (Portaria STN nº 340, de 26/04/2006, item "13.5.5", pág. 58)

Considerando que os regimes próprios de previdência social, ao menos durante o período inicial de sua instituição, normalmente apresentam receita estimada superior à despesa fixada, compondo assim um "superávit orçamentário inicial", e, no sentido de que este "superávit de previsão" venha a causar desequilíbrio quando da elaboração do orçamento geral do Município, a diferença correspondente - superávit - deverá ser classificada na proposta orçamentária como "7.7.99.99.99 - Reserva Orçamentária do RPPS", distinguindo-se, assim da classificação da Reserva de Contingência nos termos da Portaria Interministerial STN/SOF nº 163, de 2001.

6.4 - Consórcios Públicos

Nos Consórcios Públicos, a classificação da despesa obedecerá a mesma classificação estabelecida pelos entes consorciados, nos termos da Lei nº 11.107, de 2005.

7 - Classificação Orçamentária das Transferências entre Entidades

(item 4.6.2, 4.6.3 e 4.6.4 da Parte I, da Parte I, Procedimentos Contábeis Orçamentários, do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 7ª edição, aprovada pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 02 de 22/12/16 e Portaria STN nº 700, de 10 de dezembro de 2014)

7.1 - Classificação Orçamentária das Transferências e Delegações de Execução Orçamentária

As duas formas de movimentação de recursos financeiros entre entes da Federação ou entre estes e entidades privadas ou consórcios públicos são as transferências propriamente ditas e as que se constituem delegações de execução orçamentária. Algumas vezes ocorrem dúvidas quanto à classificação orçamentária dessas movimentações nos entes transferidores. Nesses casos, é preciso detalhar a situação específica para que a classificação seja determinada.

É importante destacar que os arts. 25 e 26 da LRF estabelecem regras, respectivamente, para transferências voluntárias (entre entes da Federação) e destinação de recursos para entidades privadas que devem ser observadas pelos referidos entes transferidores.

O tratamento dado à movimentação de recursos para consórcios públicos ou instituições multigovernamentais, decorrente ou não de contrato de rateio, é apresentado na seção seguinte.

7.1.1 - Transferência

A designação "" nos termos do art. 12 da Lei nº 4.320/1964, corresponde à entrega de recursos financeiros a outro ente da Federação, a consórcios públicos ou a entidades privadas, com e sem fins lucrativos, que não corresponda contraprestação direta em bens ou serviços ao transferidor. Os bens ou serviços gerados ou adquiridos com a aplicação desses recursos pertencem ou se incorporam ao patrimônio do ente ou da entidade recebedora.

As modalidades de aplicação utilizadas para a entrega de recursos financeiros por meio de transferências são:



- 20 - Transferências à União
- 30 - Transferências a Estados e ao Distrito Federal
- 31 - Transferências a Estados e ao Distrito Federal - Fundo a Fundo
- 40 - Transferências a Municípios
- 41 - Transferências a Municípios - Fundo a Fundo
- 50 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
- 60 - Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos

Essas modalidades de aplicação devem ser associadas com os elementos de despesa que não representem contraprestação direta em bens ou serviços. Tais elementos são:

- 41 - Contribuições - utilizado para transferências correntes e de capital aos entes da Federação e a entidades privadas sem fins lucrativos, exceto para os serviços essenciais de assistência social, médica e educacional;
- 42 - Auxílios - utilizado para transferências de capital aos entes da Federação e a entidades privadas sem fins lucrativos;
- 43 - Subvenções Sociais - utilizado para transferências às entidades privadas sem fins lucrativos para os serviços essenciais de assistência social, médica e educacional;
- 45 - Subvenções Econômicas - utilizado para transferências, exclusivamente, a entidades privadas com fins lucrativos;
- 81 - Distribuição Constitucional ou Legal de Receitas - utilizado para transferências aos entes da Federação em decorrência de determinação da Constituição ou estabelecida em lei.

É importante destacar que, em âmbito Federal, o art. 63 do Decreto nº 93.872/1986 associa, em seus §§ 1º e 2º, respectivamente, os auxílios à Lei de Orçamento e as contribuições à Lei Especial.

Observa-se também que, em âmbito da Federação, geralmente as contribuições são associadas a despesas correntes e os auxílios a despesas de capital.

7.1.2 - Delegação

Para fins deste tópico, entende-se por delegação a entrega de recursos financeiros a outro ente da Federação ou a consórcio público para execução de ações de responsabilidade ou competência do ente delegante. Deve observar a legislação própria do ente e as designações da Lei de Diretrizes Orçamentárias, materializando-se em situações em que o receptor executa ações em nome do transferidor.

Os bens ou serviços gerados ou adquiridos com a aplicação desses recursos pertencem ou se incorporam ao patrimônio de quem os entrega, ou seja, do transferidor.

As modalidades de aplicação utilizadas para a entrega de recursos financeiros por meio de delegação orçamentária, em geral, são:

- 22 - Execução Orçamentária Delegada à União
- 32 - Execução Orçamentária Delegada a Estados e ao Distrito Federal
- 42 - Execução Orçamentária Delegada a Municípios

As modalidades de aplicação 22, 32 e 42 não podem estar associadas com os elementos de despesa de contribuições (41), auxílios (42), subvenções (43 e 45) ou distribuição constitucional ou legal de receitas (81), visto que os referidos elementos pressupõem a inexistência de contraprestação direta em bens ou serviços. As naturezas de despesas formadas com tais modalidades de aplicação deverão conter os elementos de despesa específicos (EE), representativos de “efetivos” como os relacionados abaixo, de forma exemplificativa:

- 30 - Material de Consumo
- 31 - Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras
- 32 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
- 33 - Passagens e Despesas com Locomoção
- 34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização
- 35 - Serviços de Consultoria
- 36 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física



- 37 - Locação de Mão-de-Obra
- 38 - Arrendamento Mercantil
- 39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
- 51 - Obras e Instalações
- 52 - Equipamentos e Material Permanente

É importante dissociar a forma de pactuação da movimentação de recursos do meio ou instrumento pelo qual ela se materializa. Deste modo, uma delegação (forma) pode ser materializada por meio de um convênio (meio ou instrumento).

Ressalte-se que, em geral, as transferências, de que trata o art. 12 da Lei nº 4.320/1964, devem ser realizadas, em termos de ação orçamentária, por meio de operações especiais, enquanto as delegações devem referir-se a projetos e atividades. Com vistas a facilitar o entendimento sobre a forma de classificação orçamentária das entregas de recursos, apresenta-se quadro esquemático a seguir. Destaca-se que, aparte da grande utilidade prática do quadro, nem todas as situações passíveis de ocorrência no setor público encontram-se nele contempladas.

Procedimentos para a Classificação Orçamentária das Transferências e Delegações de Execução Orçamentária							
Ato Praticado	Recebedor dos Recursos Financeiros	Competência Responsabilidade ou Propriedade dos Bens ou Serviços Gerados	Transferência, Delegação ou Descentralização	Detalhamento ou Especificação do Recebedor	Classificação por Natureza de Despesa no Ente Transferidor dos Recursos Financeiros		
Transferência de Recursos Financeiros OU Entrega de Recursos Financeiros OU Repasse de Recursos Financeiros	Entes de Federação	Recebedor	Transferência por Repartição de Receita	Estados/DF	333.081		
				Municípios	334.081		
			Fundo a Fundo (Ex: PDE)	Estados/DF	3.3.31.41	4.4.31.41/42	4.5.31.41/42
				Municípios	3.3.41.41	4.4.41.41/42	4.5.41.41/42
			Outras Transferências	União	3.3.20.41	4.4.20.41/42	4.5.20.41/42
				Estados/DF	3.3.30.41	4.4.30.41/42	4.5.30.41/42
	Transferidor	Delegação ou Descentralização	Municípios	3.3.40.41	4.4.40.41/42	4.5.40.41/42	
			União	3.3.22.EE	4.4.22.EE	4.5.22.EE	
			Estados/DF	3.3.22.EE	4.4.22.EE	4.5.22.EE	
	Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos	Recebedor	Transferências	Saúde, Assistência Social e Educação	3.3.42.EE	4.4.42.EE	4.5.42.EE
				Outras Áreas	3.3.50.43	4.4.50.41/42	4.5.50.41/42
	Entidades Privadas Com Fins Lucrativos	Transferidor	Delegação ou Descentralização	Todas as Áreas	3.3.50.EE	4.4.50.EE	4.5.50.EE
Recebedor				Transferências	Todas as Áreas	3.3.60.45	

7.2 - Classificação Orçamentária das Movimentações para Instituições Multigovernamentais, Consórcios Públicos e sua Contratação Direta

As instituições multigovernamentais e os consórcios públicos recebem recursos por meio de execução orçamentária dos entes consorciados ou mesmo de entidades externas à sua composição. Para tal, os entes fazem uso das modalidades de aplicação apresentadas a seguir.

Classificação Orçamentária das Movimentações para Instituições Multigovernamentais, Consórcios Públicos e sua Contratação Direta	
Modalidade de Aplicação	Situação de uso
70 - Transferências a instituições multigovernamentais	Utilizada para a entrega de recursos a consórcios públicos e instituições multigovernamentais, que não seja decorrente de delegação ou de rateio pela participação do ente.
71 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio	Utilizada para entrega de recursos exclusivamente aos consórcios públicos dos quais o ente transferidor faça parte, correspondente ao rateio das despesas decorrentes da



	participação do ente no respectivo consórcio, conforme previsto no correspondente contrato de rateio, e que não guarde relação com as transferências decorrentes de restos a pagar cancelados e de complementação de aplicações mínimas de que tratam, respectivamente, os artigos nº 24 e 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012.
72 - Execução orçamentária delegada a consórcios públicos	Utilizada, exclusivamente, no caso de delegação da execução de ações de competência ou responsabilidade do ente delegante (ente transferidor), seja para instituição multigovernamental ou para consórcio do qual participe como consorciado ou não.
73 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012	Utilizada para entrega de recursos aos consórcios públicos dos quais o ente transferidor faça parte, correspondente ao rateio das despesas decorrentes da participação do ente, à conta de recursos referentes aos restos a pagar considerados para fins da aplicação mínima em ações e serviços públicos de saúde e posteriormente cancelados ou prescritos, de que tratam os dos §§ 1º e 2º do artigo nº 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012.
74 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012	Utilizada para entrega de recursos aos consórcios públicos dos quais o ente transferidor faça parte, correspondente ao rateio das despesas decorrentes da participação do ente, à conta de recursos referentes à diferença da aplicação mínima em ações e serviços públicos de saúde que deixou de ser aplicada em exercícios anteriores, de que trata o artigo nº 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012.
75 - Transferências a Instituições Multigovernamentais à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012	Utilizada, exclusivamente, para situações relacionadas à transferência de recursos financeiros a entidades criadas e mantidas por dois ou mais entes da Federação, exclusive as transferências relativas à modalidade de aplicação 73 (Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012), à conta de recursos referentes aos restos a pagar considerados para fins da aplicação mínima em ações e serviços públicos de saúde e posteriormente cancelados ou prescritos , de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012.
76 - Transferências a Instituições Multigovernamentais à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012	Utilizada, exclusivamente, para as transferências de recursos financeiros a entidades criadas e mantidas por dois ou mais entes da Federação, exclusive as transferências relativas à modalidade de aplicação 74 (Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012), à conta de recursos referentes à diferença da aplicação mínima em ações e serviços públicos de saúde que deixou de ser aplicada em exercícios anteriores , de que tratam o art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012.
93 - Aplicação direta decorrente de operação de órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social com consórcio público do qual o ente participe	Corresponde a um desdobramento da modalidade de aplicação 90, utilizada quando da aplicação direta de recursos decorrentes de contratação de consórcio público do qual o ente participe , conforme regramento legal (Lei nº 8.666/93).
94 - Aplicação direta decorrente de operação de órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social com consórcio público do qual o ente não participe	Corresponde a um desdobramento da modalidade de aplicação 90, utilizada quando da aplicação direta de recursos decorrentes de contratação de consórcio público do qual o ente não participe , conforme regramento legal (Lei nº 8.666/93).

Desse modo, para efetuar a classificação orçamentária por natureza da despesa dos recursos movimentados para os consórcios e a sua contratação direta, deve-se levar em consideração sua relação com o ente. Com isso, tais movimentações serão classificadas conforme o quadro a seguir:



Classificação Orçamentária das Transferências Destinadas à Aplicação em Saúde Conforme Regramentos da Lei Complementar nº 141/2012

Ato Praticado junto ao Receptor	Quem Recebe a Transferência	Compensação de Restos a Pagar Cancelados ou Compensação Referente à Diferença da Aplicação Mínima	Classificação por Natureza de Despesa no Ente Transferidor dos Recursos Financeiros	
Transferência de Recursos Financeiros	Municípios	Restos a Pagar Cancelados	334.541	
			4.4.45.41/42	4.5.45.41/42
		Diferença	3.3.46.41	
			4.4.46.41/42	4.5.46.41/42
	Estado e Distrito Federal	Restos a Pagar Cancelados	3.3.35.41	
			4.4.335.41/42	4.5.35.41/42
		Diferença	3.3.36.41	
			4.4.36.41/42	4.5.36.41/42
	Consortio Público Via Contrato de Rateio	Restos a Pagar Cancelados	3.3.73.70	
			4.4.73.70	4.5.73.41/42
		Diferença	3.3.74.70	
			4.4.74.70	4.5.74.41/42
Demais Consórcios e Instituições Multigovernamentais	Restos a Pagar Cancelados	3.3.75.41		
		4.4.75.41/42	4.5.75.41/42	
	Diferença	3.3.76.41		
		4.4.76.41/42	4.5.76.41/42	

O ente participe de um consórcio público formado à luz da Lei 11.107/2005, quando da reposição de restos a pagar cancelados ou prescritos ou da aplicação adicional em ações e serviços públicos de saúde deverá utilizar as modalidades de aplicação "73" ou "74", caso se refira a contrato de rateio. Ressalta-se que a apuração do limite de saúde em consórcios públicos desse tipo se dá na execução pelo consórcio público, o qual utilizará as modalidades de aplicação "95" e "96", quando for o caso. Caso as transferências a consórcios públicos ou instituições multigovernamentais não sejam relativas a contrato de rateio, as modalidades de aplicação correspondentes serão as "75" e "76".

Caso o consórcio público seja contratado diretamente, à conta dos recursos de que trata os §§ 1º e 2º do art. 24 e o art. 25 da Lei Complementar nº 141/2012, não serão utilizadas as modalidades de aplicação "93" e "94", mas as "95" e "96".



Classificação da Receita



DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Seção 1

República Federativa do Brasil Imprensa Nacional

Ano CXXXVIII Nº 87 -E Brasília-DF, segunda-feira, 7 de maio de 2001 - Pag. 15 a 17

Ministério da Fazenda - Secretaria do Tesouro Nacional

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - Secretaria de Orçamento Federal

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 163, DE 4 DE MAIO DE 2001 (ATUALIZADA)(*)

(Publicada no D.O.U nº 87-E, de 07/05/2001, Seção 1, páginas 15 a 20)

Dispõe sobre normas gerais de consolidação das Contas Públicas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO DO TESOUREO NACIONAL DO MINISTÉRIO DA FAZENDA e o SECRETÁRIO DE ORÇAMENTO FEDERAL DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no art. 50, § 2º, da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000, e

Considerando que, para que sejam consolidadas as Contas Públicas Nacionais, em obediência ao disposto no art. 51 da Lei Complementar no 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), há a necessidade da uniformização dos procedimentos de execução orçamentária no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios;

Considerando que a uniformização desses procedimentos impõe, necessariamente, a utilização de uma mesma classificação orçamentária de receitas e despesas públicas;

Considerando, também, que, além da necessidade referida no item precedente, a unificação das mencionadas classificações trará incontestáveis benefícios sobre todos os aspectos, especialmente para o levantamento e análise de informações em nível nacional;

Considerando, por outro lado, que, de acordo com o art. 52, incisos I, alínea "b", e II, alínea "b", da Lei Complementar no 101, de 2000, a demonstração da despesa constante do Relatório Resumido da Execução Orçamentária far-se-á por grupo de natureza;

Considerando que, a Lei de Responsabilidade Fiscal determina que cabe ao órgão central de contabilidade da União a edição das normas gerais para a consolidação das contas públicas, enquanto não for implantado o Conselho de Gestão Fiscal, previsto no art. 67 da referida Lei Complementar;

Considerando, ainda, que, de acordo com o art. 4º do Decreto no 3.589, de 6 de setembro de 2000, o órgão central do Sistema de Contabilidade Federal é a Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda;

Considerando, finalmente, que, nos termos do art. 13 do Decreto no 3.750, de 14 de fevereiro de 2001, compete à Secretaria de Orçamento Federal - SOF do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP dispor sobre as classificações orçamentárias, resolvem:

Art. 1º Para as consolidações mencionadas no art. 51 da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão encaminhar suas contas à Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF, órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, nos prazos previstos no § 1º do referido art. 51.

Art. 2º A classificação da receita, a ser utilizada por todos os entes da Federação, consta do Anexo I desta Portaria, ficando facultado o seu desdobramento para atendimento das respectivas peculiaridades.

§ 1º (Revogado) (37)(E)

§ 2º (Revogado) (37)(E)

§ 3º (Revogado) (37)(E)

§ 4º O código da natureza de receita de que trata este artigo é definida pela estrutura "a.b.c.d.dd.d.e", onde:

I - "a" identifica a Categoria Econômica da receita;

II - "b" a Origem da receita;

III - "c" a Espécie da receita;



IV - "d" corresponde a dígitos para desdobramentos que permitam identificar peculiaridades ou necessidades gerenciais de cada natureza de receita; e

V - "e" o Tipo da Receita, sendo:

- a) "0", quando se tratar de natureza de receita não valorizável ou agregadora;
- b) "1", quando se tratar da arrecadação Principal da receita;
- c) "2", quando se tratar de Multas e Juros de Mora da respectiva receita;
- d) "3", quando se tratar de Dívida Ativa da respectiva receita; e
- e) "4", quando se tratar de Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da respectiva receita. (69)(I)
- f) "5" a "9", quando se tratar de outros desdobramentos a serem criados, caso a caso, pela Secretaria de Orçamento Federal, mediante Portaria específica. (71)(I)

§ 5º Havendo necessidade de desdobramento específico para atendimento das peculiaridades de Estados e Municípios, a Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda – STN/MF fará o detalhamento, o qual obrigatoriamente deverá utilizar o número 8 no quarto dígito da codificação, respeitando a estrutura dos 3 primeiros dígitos conforme Anexo I desta Portaria, e ficando o quinto, sexto e sétimo dígitos para atendimento das peculiaridades ou necessidades gerenciais dos entes. (69)(I)

§ 6º O Anexo I desta Portaria padroniza a estrutura dos três primeiros dígitos do código da natureza de receita, identificadores da Categoria Econômica, Origem e Espécie, sendo que solicitações de alteração nessa padronização deverão ser encaminhadas à Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF, se forem referentes à codificação específica para os Estados, Distrito Federal e os Municípios, ou à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - SOF/MP, em caso de codificação que atenda a União, que deliberarão, em ambos os casos, de forma conjunta.

§ 7º Salvo o disposto na alínea "f" do inciso V do § 4º, as Portarias SOF e STN que desdobrarão o Anexo I desta Portaria conterão, apenas, naturezas de receita agregadoras finalizadas com o dígito "0", considerando-se criadas automaticamente, para todos os fins, as naturezas valorizáveis, terminadas em "1", "2", "3", e "4", conforme discriminado nas alíneas "b" a "e" do inciso V do § 4º deste artigo. (69)(I) (71)(A)

§ 8º A inclusão no Projeto e na Lei Orçamentária Anual, para fins de equilíbrio formal do orçamento, de recursos arrecadados em exercícios anteriores que se destinem à aplicação em regimes próprios de previdência social, registrados em superávit financeiro, dar-se-á na natureza de receita "9.9.9.0.00.0.0 - Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS", observado o disposto neste artigo. (66)(I) (69)(A) (71)(A)

§ 9º A natureza de receita intraorçamentária deve ser constituída substituindo-se o dígito referente às categorias econômicas 1 ou 2 pelos dígitos 7, se receita intraorçamentária corrente, ou 8, se receita intraorçamentária de capital, mantendo-se o restante da codificação. (69)(I)

§ 10. Na apropriação da receita é vedada a utilização do dígito "0" a que se refere a alínea "a" do inciso V do § 4º deste artigo. (69)(I)

Art. 3º A classificação da despesa, segundo a sua natureza, compõe-se de:

- I - categoria econômica;
- II - grupo de natureza da despesa;
- III - elemento de despesa;

§ 1º A natureza da despesa será complementada pela informação gerencial denominada "modalidade de aplicação", a qual tem por finalidade indicar se os recursos são aplicados diretamente por órgãos ou entidades no âmbito da mesma esfera de Governo ou por outro ente da Federação e suas respectivas entidades, e objetiva, precipuamente, possibilitar a eliminação da dupla contagem dos recursos transferidos ou descentralizados.

§ 2º Entende-se por grupos de natureza de despesa a agregação de elementos de despesa que apresentam as mesmas características quanto ao objeto de gasto.

§ 3º O elemento de despesa tem por finalidade identificar os objetos de gasto, tais como vencimentos e vantagens fixas, juros, diárias, material de consumo, serviços de terceiros prestados sob qualquer forma, subvenções sociais, obras e instalações, equipamentos e material permanente, auxílios, amortização e outros de que a administração pública se serve para a consecução de seus fins.

§ 4º As classificações da despesa por categoria econômica, por grupo de natureza, por modalidade de aplicação e por elemento de despesa, e respectivos conceitos e/ou especificações, constam do Anexo II desta Portaria.

§ 5º É facultado o desdobramento suplementar dos elementos de despesa para atendimento das necessidades de escrituração contábil e controle da execução orçamentária.



Art. 4º As solicitações de alterações do Anexo II desta Portaria deverão ser encaminhadas à STN/MF, que, em conjunto com a SOF/MP, terá o prazo máximo de trinta dias para deliberar sobre o assunto. (69)(A)

Art. 5º Em decorrência do disposto no art. 3º a estrutura da natureza da despesa a ser observada na execução orçamentária de todas as esferas de Governo será "c.g.mm.ee.dd", onde:

- a) "c" representa a categoria econômica;
- b) "g" o grupo de natureza da despesa;
- c) "mm" a modalidade de aplicação;
- d) "ee" o elemento de despesa; e
- e) "dd" o desdobramento, facultativo, do elemento de despesa.

Parágrafo único. A discriminação das naturezas de despesa, de que trata o Anexo III desta Portaria, é apenas exemplificativa, podendo ser ampliada para atender às necessidades de execução, observados a estrutura e os conceitos constantes do Anexo II desta Portaria.

Art. 6º Na lei orçamentária, a discriminação da despesa, quanto à sua natureza, far-se-á, no mínimo, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação.

Art. 7º A alocação dos créditos orçamentários na lei orçamentária anual deverá ser feita diretamente à unidade orçamentária responsável pela execução das ações correspondentes, ficando vedada a consignação de recursos a título de transferência para unidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social.

Art. 8º A dotação global denominada Reserva de Contingência, permitida para a União no art. 91 do Decreto-Lei no 200, de 25 de fevereiro de 1967, ou em atos das demais esferas de Governo, a ser utilizada como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais e para o atendimento ao disposto no art. 5o, inciso III, da Lei Complementar no 101, de 2000, sob coordenação do órgão responsável pela sua destinação, bem como a Reserva do Regime Próprio de Previdência do Servidor - RPPS, quando houver, serão identificadas nos orçamentos de todas as esferas de Governo pelos códigos "99.999.9999.xxxx.xxxx" e 99.997.9999.xxxx.xxxx", respectivamente, no que se refere às classificações por função e subfunção e estrutura programática, onde o "x" representa a codificação das ações correspondentes e dos respectivos detalhamentos. (38)(A) (40)(A)

Parágrafo único. As Reservas referidas no caput serão identificadas, quanto à natureza da despesa, pelo código "9.9.99.99.99". (38)(A) (40)(A)

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, aplicando-se seus efeitos a partir do exercício financeiro de 2002, inclusive no que se refere à elaboração da respectiva lei orçamentária.

Art. 10. Revogam-se, a partir de 1o de janeiro de 2002, as disposições em contrário e, em especial, os itens 5 a 10 e os Adendos I, IV, IX, X e XI da Portaria SOF no 8, de 4 de fevereiro de 1985, a Portaria no 35, de 1o de agosto de 1989, do Secretário de Orçamento e Finanças, da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, a Portaria no 576, de 10 de outubro de 1990, da Ministra da Economia, Fazenda e Planejamento, e respectivas alterações posteriores. (1)(A)

FÁBIO DE OLIVEIRA BARBOSA
Secretário do Tesouro Nacional

PAULO RUBENS FONTENELE ALBUQUERQUE
Secretário de Orçamento Federal



Anexo I Natureza da Receita

O ementário da classificação por natureza da receita orçamentária visa subsidiar os entes da Federação no processo de planejamento e execução do orçamento, propiciando o adequado registro contábil das receitas orçamentárias. Nesta área encontram-se todas as codificações da classificação por natureza da receita orçamentária, incluindo-se aquelas estabelecidas por meio da Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001 e os detalhamentos específicos para Estados, Distrito Federal e Municípios, estabelecidos por meio de Portaria da STN.

(Secretaria do Tesouro Nacional - Ementário da Receita Atualizado até Portarias STN/SOF nº 1 e nº 764 de 11/09/2017)

Código	Especificação	Nova Classificação	Nova Especificação
1.0.0.0.00.00	Receitas Correntes	1.0.0.0.00.0.0	Receitas Correntes
1.1.0.0.00.00	Receita Tributária	1.1.0.0.00.0.0	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria
1.1.1.0.00.00	Impostos	1.1.1.0.00.0.0	Impostos
1.1.1.1.00.00	Impostos sobre o Comércio Exterior	1.1.1.1.00.0.0	Impostos sobre o Comércio Exterior
1.1.1.1.01.00	Imposto sobre a Importação	1.1.1.1.01.1.0	Imposto sobre a Importação
1.1.1.1.01.01	Receita do Principal do Imposto sobre a Importação	1.1.1.1.01.1.1	Imposto sobre a Importação - Principal
1.1.1.1.01.02	Receita de Parcelamentos - Imposto sobre a Importação	1.1.1.1.01.1.1	Imposto sobre a Importação - Principal
1.1.1.1.02.00	Imposto sobre a Exportação	1.1.1.1.02.1.0	Imposto sobre a Exportação
1.1.1.1.02.01	Receita do Principal do Imposto sobre a Exportação	1.1.1.1.02.1.1	Imposto sobre a Exportação - Principal
1.1.1.1.02.02	Receita de Parcelamentos - Imposto sobre a Exportação	1.1.1.1.02.1.1	Imposto sobre a Exportação - Principal
1.1.1.2.00.00	Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	1.1.1.2.00.0.0	Impostos sobre o Patrimônio
1.1.1.2.01.00	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural	1.1.1.2.01.0.0	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural
1.1.1.2.01.01	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Conveniados	1.1.1.2.01.1.1	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Conveniados - Principal
1.1.1.2.01.02	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Não-Conveniados	1.1.1.2.01.2.1	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Não-Conveniados - Principal
1.1.1.2.02.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	1.1.1.8.01.1.0	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana
1.1.1.2.04.00	Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	1.1.1.3.00.0.0	Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza
1.1.1.2.04.10	Pessoas Físicas	1.1.1.3.01.1.1	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Principal
1.1.1.2.04.11	Receita de Parcelamentos - Imposto sobre a Renda - Pessoas Físicas	1.1.1.3.01.1.1	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Principal
1.1.1.2.04.21	Pessoa Jurídica - Líquida de Incentivos	1.1.1.3.02.1.1	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Principal
1.1.1.2.04.22	Receita de Parcelamentos - Imposto sobre a Renda - Pessoas Jurídicas	1.1.1.3.02.1.1	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Principal
1.1.1.2.04.23	Imposto de Renda Pessoa Jurídica - Simples Federal e Nacional	1.1.1.3.02.1.1	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Principal
1.1.1.2.04.31	Imposto de Renda Retido nas Fontes sobre os Rendimentos do Trabalho	1.1.1.3.03.1.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal
1.1.1.2.04.32	Imposto de Renda Retido nas Fontes sobre os Rendimentos de Capital	1.1.1.3.03.2.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Capital - Principal
1.1.1.2.04.33	Imposto de Renda Retido nas Fontes sobre Remessa de Recursos ao Exterior	1.1.1.3.03.3.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Remessa ao Exterior - Principal
1.1.1.2.04.34	Imposto de Renda Retido nas Fontes sobre Outros Rendimentos	1.1.1.3.03.4.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal
1.1.1.2.04.35	Receita de Parcelamentos - Imposto sobre a Renda Retido na Fonte	1.1.1.3.03.1.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal
1.1.1.2.05.00	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores	1.1.1.8.01.2.0	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores
1.1.1.2.07.00	Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Bens e Direitos	1.1.1.8.01.3.0	Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Bens e Direitos
1.1.1.2.08.00	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis	1.1.1.8.01.4.0	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis
1.1.1.3.00.00	Impostos sobre a Produção e a Circulação	1.1.1.4.00.0.0	Impostos sobre a Produção
1.1.1.3.01.00	Imposto sobre Produtos Industrializados	1.1.1.4.01.0.0	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI
1.1.1.3.01.01	Imposto sobre os Produtos Industrializados do Fumo	1.1.1.4.01.1.1	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Fumo - Principal
1.1.1.3.01.02	Imposto sobre Produtos Industrializados de Bebidas	1.1.1.4.01.2.1	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Bebidas - Principal
1.1.1.3.01.03	Imposto sobre Produtos Industrializados de Automóveis	1.1.1.4.01.3.1	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Automóveis - Principal
1.1.1.3.01.04	Imposto sobre Produtos Industrializados de Importação	1.1.1.4.01.4.1	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Vinculados à Importação - Principal
1.1.1.3.01.09	Outros Produtos	1.1.1.4.01.5.1	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Principal



1.1.1.3.01.10	Receita de Parcelamentos – Imposto sobre Produtos Industrializados	1.1.1.4.01.5.1	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Principal
1.1.1.3.01.11	Imposto sobre Produtos Industrializados – Simples Federal e Nacional	1.1.1.4.01.5.1	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Principal
1.1.1.3.02.00	Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação	1.1.1.8.02.1.0	Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação
1.1.1.3.02.01	Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação	1.1.1.8.02.1.0	Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - Principal
1.1.1.3.02.02	Adicional ICMS - Fundo Estadual de Combate à Pobreza	1.1.1.8.02.2.0	Adicional ICMS - Fundo Estadual de Combate à Pobreza - Principal
1.1.1.3.03.00	Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários	1.1.1.5.00.0.0	Impostos sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários
1.1.1.3.03.01	Imposto sobre Comercialização do Ouro	1.1.1.5.01.1.0	Imposto sobre Operações Financeiras - IOF - Ouro
1.1.1.3.03.02	Receita de Parcelamentos – Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários – Comercialização do Ouro	1.1.1.5.01.1.1	Imposto sobre Operações Financeiras - IOF - Ouro - Principal
1.1.1.3.03.09	Imposto sobre as Demais Operações	1.1.1.5.01.2.1	Imposto sobre Operações Financeiras - IOF - Demais Operações - Principal
1.1.1.3.03.10	Receita de Parcelamentos – Imposto sobre Operações de Créditos, Câmbio e Seguro ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários	1.1.1.5.01.2.1	Imposto sobre Operações Financeiras - IOF - Demais Operações - Principal
1.1.1.3.05.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	1.1.1.8.02.3.0	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza
1.1.1.3.05.01	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	1.1.1.8.02.3.1	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Principal
1.1.1.3.05.02	Adicional ISS - Fundo Municipal de Combate à Pobreza	1.1.1.8.02.4.0	Adicional ISS - Fundo Municipal de Combate à Pobreza
1.1.1.5.00.00	Impostos Extraordinários	Não haverá PARA	
1.1.2.0.00.00	Taxas	1.1.2.0.00.0.0	Taxas
1.1.2.1.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	1.1.2.1.00.0.0	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia
1.1.2.1.01.00	Taxa de Fiscalização dos Serviços de Irrigação e Operação da Adução de Água	1.1.2.1.01.1.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal
1.1.2.1.02.00	Taxa de Fiscalização das Telecomunicações	1.1.2.1.02.0.0	Taxas de Fiscalização das Telecomunicações
1.1.2.1.02.01	Taxa de Fiscalização de Instalação	1.1.2.1.02.1.1	Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI - Principal
1.1.2.1.02.02	Taxa de Fiscalização de Funcionamento	1.1.2.1.02.2.1	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF - Principal
1.1.2.1.03.00	Taxa de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos	1.1.2.1.03.1.1	Taxa de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos - Principal
1.1.2.1.04.00	Taxas do Departamento de Polícia Federal	Não haverá PARA	
1.1.2.1.04.01	Taxa do Departamento de Polícia Federal – Segurança Privada	1.1.2.1.01.1.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal
1.1.2.1.04.02	Taxa do Departamento de Polícia Federal – Sistema Nacional de Armas	1.1.2.1.01.1.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal
1.1.2.1.05.00	Taxas Decorrentes de Serviços de Migração	1.1.2.1.01.1.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal
1.1.2.1.10.00	Taxa de Licenciamento, Controle e Fiscalização de Materiais Nucleares e Radioativos e suas Instalações – TLC	1.1.2.1.01.1.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal
1.1.2.1.11.00	Taxa de Fiscalização e Controle da Previdência Complementar – TAFIC	1.1.2.1.01.1.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal
1.1.2.1.13.00	Taxa de Fiscalização dos Produtos Controlados pelo Ministério do Exército	1.1.2.1.01.1.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal
1.1.2.1.14.00	Taxa de Fiscalização dos Mercados de Títulos e Valores Mobiliários	1.1.2.1.01.1.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal
1.1.2.1.15.00	Taxa de Fiscalização dos Mercados de Seguro, de Capitalização e da Previdência Privada Aberta	1.1.2.1.01.1.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal
1.1.2.1.16.00	Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica	1.1.2.1.01.1.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal
1.1.2.1.17.00	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	1.1.2.1.01.1.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal
1.1.2.1.20.00	Taxa de Saúde Suplementar	Não haverá PARA	
1.1.2.1.20.01	Taxa por Plano de Assistência à Saúde	1.1.2.1.01.1.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal
1.1.2.1.20.02	Taxa por Registro de Produto	1.1.2.1.01.1.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal
1.1.2.1.20.03	Taxa por Alteração de Dados de Produto	1.1.2.1.01.1.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal
1.1.2.1.20.04	Taxa por Registro de Operadora	1.1.2.1.01.1.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal
1.1.2.1.20.05	Taxa por Alteração de Dados de Operadora	1.1.2.1.01.1.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal
1.1.2.1.20.06	Taxa por Pedido de Reajuste de Contraprestação Pecuniária	1.1.2.1.01.1.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal
1.1.2.1.20.99	Outras Taxas de Saúde Suplementar	1.1.2.1.01.1.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal
1.1.2.1.21.00	Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental	1.1.2.1.04.1.1	Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - Principal
1.1.2.1.22.00	Taxa de Serviços Administrativos	1.1.2.1.01.1.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal
1.1.2.1.23.00	Taxa de Serviços Metrológicos	1.1.2.1.01.1.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal



1.1.2.1.24.00	Taxa de Fiscalização sobre a Distribuição Gratuita de Prêmios e Sorteios	1.1.2.1.01.1.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal
1.1.2.1.25.00	Taxa de Licença para Funcionamento de Estabelecimentos Comerciais, Indústrias e Prestadoras de Serviços	1.1.2.1.01.1.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal
1.1.2.1.26.00	Taxa de Publicidade Comercial	1.1.2.1.01.1.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal
1.1.2.1.27.00	Taxa de Apreensão e Depósito	1.1.2.1.01.1.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal
1.1.2.1.28.00	Taxa de Funcionamento de Estabelecimentos em Horário Especial	1.1.2.1.01.1.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal
1.1.2.1.29.00	Taxa de Licença para Execução de Obras	1.1.2.1.01.1.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal
1.1.2.1.30.00	Taxa de Autorização de Funcionamento de Transporte	1.1.2.1.01.1.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal
1.1.2.1.31.00	Taxa de Utilização de Área de Domínio Público	1.1.2.1.01.1.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal
1.1.2.1.32.00	Taxa de Aprovação do Projeto de Construção Civil	1.1.2.1.01.1.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal
1.1.2.1.34.00	Taxa de Fiscalização de Aparelhos de Transporte	1.1.2.1.01.1.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal
1.1.2.1.35.00	Taxa de Alinhamento e Nivelamento	1.1.2.1.01.1.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal
1.1.2.1.36.00	Taxa de Apreensão, Depósito ou Liberação de Animais	1.1.2.1.01.1.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal
1.1.2.1.37.00	Taxa de Regulação de Serviços de Gás Canalizado	1.1.2.1.01.1.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal
1.1.2.1.38.00	Taxa de Serviços de Transporte Metroviário de Passageiros	1.1.2.1.01.1.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal
1.1.2.1.39.00	Taxa de Serviços de Transporte Ferroviário de Passageiros	1.1.2.1.01.1.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal
1.1.2.1.40.00	Taxa de Serviços de Transporte Marítimo de Passageiros	1.1.2.1.01.1.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal
1.1.2.1.50.00	Taxas pela Utilização de Selos de Controle e dos Equipamentos Contadores de Produção	1.1.2.1.01.1.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal
1.1.2.1.99.00	Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	1.1.2.1.01.1.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal
1.1.2.2.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	1.1.2.2.00.0.0	Taxas pela Prestação de Serviços
1.1.2.2.01.00	Emolumentos Consulares	1.1.2.1.01.1.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal
1.1.2.2.02.00	Taxa de Pedido de Visto em Contrato de Trabalho de Estrangeiro	1.1.2.1.01.1.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal
1.1.2.2.03.00	Taxa Utilização do Sistema Eletrônico de Controle de Arrecadação do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante	1.1.2.1.01.1.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal
1.1.2.2.04.00	Taxa de Avaliação do Ensino Superior	1.1.2.1.01.1.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal
1.1.2.2.06.00	Taxa Judiciária da Justiça do Distrito Federal	1.1.2.2.01.1.1	Taxas pela Prestação de Serviços - Principal
1.1.2.2.07.00	Emolumentos e Custas da Justiça do Distrito Federal	1.1.2.2.01.1.1	Taxas pela Prestação de Serviços - Principal
1.1.2.2.08.00	Emolumentos e Custas Judiciais	1.1.2.2.02.1.1	Emolumentos e Custas Extrajudiciais - Principal
1.1.2.2.11.00	Taxa de Utilização do Sistema Integrado de Comércio Exterior – SISCOMEX	1.1.2.1.01.1.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal
1.1.2.2.12.00	Emolumentos e Custas Processuais Administrativas	1.6.1.0.01.1.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal
1.1.2.2.12.01	Emolumentos e Custas de Apreciação de Atos e Contratos	1.6.1.0.01.1.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal
1.1.2.2.12.02	Emolumentos e Custas Decorrentes de Consultas	1.6.1.0.01.1.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal
1.1.2.2.15.00	Taxa Militar	1.1.2.2.01.1.1	Taxas pela Prestação de Serviços - Principal
1.1.2.2.19.00	Taxa de Classificação de Produtos Vegetais	1.1.2.1.01.1.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal
1.1.2.2.21.00	Taxas de Serviços Cadastrais	1.1.2.1.01.1.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal
1.1.2.2.22.00	Taxa de Serviços de Pesca e Aquicultura	1.1.2.1.05.1.1	Taxa de Controle e Fiscalização da Pesca e Aquicultura - Principal
1.1.2.2.28.00	Taxa de Cemitérios	1.1.2.2.01.1.1	Taxas pela Prestação de Serviços - Principal
1.1.2.2.29.00	Emolumentos e Custas Extrajudiciais	1.1.2.2.02.1.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal
1.1.2.2.90.00	Taxa de Limpeza Pública	1.1.2.2.01.1.1	Taxas pela Prestação de Serviços - Principal
1.1.2.2.99.00	Outras Taxas pela Prestação de Serviços	1.1.2.2.01.1.1	Taxas pela Prestação de Serviços - Principal
1.1.3.0.00.00	Contribuição de Melhoria	1.1.3.0.00.1.1	Contribuição de Melhoria - Principal
1.1.3.0.01.00	Contribuição de Melhoria para Expansão da Rede de Água Potável e Esgoto Sanitário	1.1.3.8.01.1.1	Contribuição de Melhoria para Expansão da Rede de Água Potável e Esgoto Sanitário - Principal
1.1.3.0.02.00	Contribuição de Melhoria para Expansão da Rede de Iluminação Pública na Cidade	1.1.3.8.02.1.1	Contribuição de Melhoria para Expansão da Rede de Iluminação Pública na Cidade - Principal
1.1.3.0.03.00	Contribuição de Melhoria para Expansão de Rede de Iluminação Pública Rural	1.1.3.8.03.1.1	Contribuição de Melhoria para Expansão de Rede de Iluminação Pública Rural - Principal
1.1.3.0.04.00	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras Complementares	1.1.3.8.04.1.1	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras Complementares - Principal
1.1.3.0.99.00	Outras Contribuições de Melhoria	1.1.3.8.99.1.0	Outras Contribuições de Melhoria
1.1.3.1.02.05	Receita de Transferência de Concessão, de Permissão ou de Autorização de Rodovias ou de Obras Rodoviárias Federais	1.3.3.2.01.2.1	Delegação para Exploração da Infraestrutura de Transporte Rodoviário para os Estados, Distrito Federal e Municípios - Principal
1.2.0.0.00.00	Receitas de Contribuições	1.2.0.0.00.0.0	Contribuições
1.2.1.0.00.00	Contribuições Sociais	1.2.1.0.00.0.0	Contribuições Sociais
1.2.1.0.01.00	Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social	1.2.1.0.01.1.0	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS



1.2.1.0.01.01	Receita do Principal da Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social	1.2.1.0.01.1.1	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS - Principal
1.2.1.0.01.02	Receita de Parcelamentos – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	1.2.1.0.01.1.1	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS - Principal
1.2.1.0.02.00	Contribuição Social do Salário-Educação	1.2.1.0.12.1.1	Contribuição Social do Salário-Educação - Principal
1.2.1.0.04.00	Cota-Parte da Contribuição Sindical	1.2.1.0.10.1.1	Cota-Parte da Contribuição Sindical - Principal
1.2.1.0.05.00	Contribuição para o Ensino Aeroviário	1.2.1.0.13.1.1	Contribuição para o Ensino Aeroviário - Principal
1.2.1.0.06.00	Contribuição para o Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo	1.2.1.0.14.1.1	Contribuição para o Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo - Principal
1.2.1.0.07.00	Contribuição para o Fundo de Saúde das Forças Armadas	Não haverá PARA	
1.2.1.0.09.00	Contribuição sobre a Arrecadação dos Fundos de Investimentos Regionais	1.2.1.0.15.1.1	Contribuição sobre a Arrecadação dos Fundos de Investimentos Regionais - Principal
1.2.1.0.13.00	Contribuição sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira	1.2.1.0.18.1.0	Contribuição sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira
1.2.1.0.13.01	Receita do Principal da Contribuição sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira	1.2.1.0.18.1.1	Contribuição sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira - Principal
1.2.1.0.13.02	Receita de Parcelamentos – Contribuição sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira	1.2.1.0.18.1.1	Contribuição sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira - Principal
1.2.1.0.15.00	Contribuição para Custeio das Pensões Militares	1.2.1.0.05.1.1	Contribuição para o Custeio das Pensões Militares - Principal
1.2.1.0.17.00	Contribuição sobre a Receita de Sorteios Realizados por Entidades Filantrópicas	1.2.1.0.08.1.1	Contribuição sobre Sorteios Realizados por Entidades Filantrópicas - Principal
1.2.1.0.18.00	Contribuições sobre a Receita de Concursos de Prognósticos	1.2.1.0.07.0.0	Contribuições sobre Concursos de Prognósticos e Sorteios
1.2.1.0.18.01	Contribuição sobre a Receita da Loteria Federal	1.2.1.0.07.1.1	Contribuição sobre a Loteria Federal - Principal
1.2.1.0.18.02	Contribuição sobre a Receita de Loterias Esportivas	1.2.1.0.07.2.1	Contribuição sobre Loterias Esportivas - Principal
1.2.1.0.18.03	Contribuição sobre a Receita de Concursos Especiais de Loterias Esportivas	1.2.1.0.07.3.1	Contribuição sobre Concursos Especiais de Loterias Esportivas - Principal
1.2.1.0.18.04	Contribuição sobre a Receita de Loterias de Números	1.2.1.0.07.4.1	Contribuição sobre Loterias de Números - Principal
1.2.1.0.18.05	Contribuição sobre a Receita da Loteria Instantânea	1.2.1.0.07.5.1	Contribuição sobre Loteria Instantânea - Principal
1.2.1.0.18.06	Prêmios Prescritos da Loteria Federal	1.9.3.0.04.1.1	Prêmios Prescritos de Concursos de Prognósticos - Principal
1.2.1.0.18.07	Contribuição sobre a Receita de Outros Concursos de Prognósticos	Não haverá PARA	
1.2.1.0.18.08	Contribuição Sobre a Receita de Concurso de Prognóstico Específico Destinado ao Desenvolvimento da Prática Desportiva – Modalidade Futebol (“Timemania”)	1.2.1.0.07.6.1	Contribuição sobre Concursos de Prognóstico - Modalidade Futebol - Principal
1.2.1.0.18.09	Outros Prêmios Prescritos	1.9.3.0.04.1.1	Prêmios Prescritos de Concursos de Prognósticos - Principal
1.2.1.0.29.00	Contribuições para o Regime Próprio de Previdência do Servidor Público	1.2.1.0.04.0.0	Contribuição Patronal para o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS
1.2.1.0.29.01	Contribuição Patronal de Servidor Ativo Civil para o Regime Próprio	1.2.1.0.04.1.1	Contribuição Patronal de Servidor Ativo Civil para o RPPS - Principal
1.2.1.0.29.02	Contribuição Patronal de Servidor Ativo Militar	1.2.1.8.02.1.1	Contribuição Patronal de Militares - Principal
1.2.1.0.29.03	Contribuição Patronal – Inativo Civil	Não haverá PARA	
1.2.1.0.29.04	Contribuição Patronal – Inativo Militar	Não haverá PARA	
1.2.1.0.29.05	Contribuição Patronal – Pensionista Civil	Não haverá PARA	
1.2.1.0.29.06	Contribuição Patronal – Pensionista Militar	Não haverá PARA	
1.2.1.0.29.07	Contribuição do Servidor Ativo Civil para o Regime Próprio	1.2.1.0.04.2.1	Contribuição do Servidor Ativo Civil para o RPPS - Principal
1.2.1.0.29.08	Contribuição de Servidor Ativo Militar	1.2.1.8.02.2.1	Contribuição de Militar Ativo - Principal
1.2.1.0.29.09	Contribuições do Servidor Inativo Civil para o Regime Próprio	1.2.1.0.04.3.1	Contribuição do Servidores Inativos Civis para o RPPS - Principal
1.2.1.0.29.10	Contribuições de Servidor Inativo Militar	1.2.1.8.02.3.1	Contribuições de Servidor Inativo Militar - Principal
1.2.1.0.29.11	Contribuições do Servidor Inativo Civil para o Regime Próprio	1.2.1.0.04.4.1	Contribuição dos Pensionistas Civis para o RPPS - Principal
1.2.1.0.29.11	Contribuições de Pensionista Civil para o Regime Próprio	1.2.1.0.04.4.1	Contribuição dos Pensionistas Civis para o RPPS - Principal
1.2.1.0.29.12	Contribuições de Pensionista Militar	1.2.1.8.02.4.1	Contribuições de Servidor Inativo Militar - Principal
1.2.1.0.29.13	Contribuição Previdenciária para Amortização do Déficit Atuarial	1.2.1.8.01.1.1	Contribuição Previdenciária para Amortização do Déficit Atuarial - Principal
1.2.1.0.29.15	Contribuição Previdenciária em Regime de Parcelamento de Débitos – RPPS	Não haverá PARA	
1.2.1.0.29.16	Receita de Recolhimento da Contribuição Patronal, oriunda do Pagamento de Sentenças Judiciais	1.2.1.0.04.5.1	Contribuição Patronal para o RPPS Oriunda de Sentenças Judiciais - Principal



1.2.1.0.29.17	Receita de Recolhimento da Contribuição do Servidor Ativo Civil, oriunda do Pagamento de Sentenças Judiciais	1.2.1.0.04.6.1	Contribuição do Servidor Ativo Civil ao RPPS Oriunda de Sentenças Judiciais - Principal
1.2.1.0.29.18	Receita de Recolhimento da Contribuição do Servidor Inativo Civil, oriunda do Pagamento de Sentenças Judiciais	1.2.1.0.04.7.1	Contribuição do Servidor Inativo Civil ao RPPS Oriunda de Sentenças Judiciais - Principal
1.2.1.0.29.19	Receita de Recolhimento de Pensionista Civil, oriunda do Pagamento de Sentenças Judiciais	1.2.1.0.04.8.1	Contribuição do Pensionista Civil ao RPPS Oriunda de Sentenças Judiciais - Principal
1.2.1.0.30.00	Contribuições Previdenciárias para o Regime Geral de Previdência Social	1.2.1.0.03.1.0	Contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS
1.2.1.0.30.01	Contribuição Previdenciária do Segurado Obrigatório – Contribuinte Individual	1.2.1.0.03.1.1	Contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Principal
1.2.1.0.30.02	Contribuição do Segurado Assalariado	1.2.1.0.03.1.1	Contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Principal
1.2.1.0.30.03	Contribuição Previdenciária da Empresa sobre Segurado Assalariado	1.2.1.0.03.1.1	Contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Principal
1.2.1.0.30.04	Contribuição Previdenciária da Empresa Optante pelo SIMPLES	1.2.1.0.03.1.1	Contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Principal
1.2.1.0.30.05	Contribuição Previdenciária sobre Espetáculo Desportivo	1.2.1.0.03.1.1	Contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Principal
1.2.1.0.30.06	Contribuição Previdenciária sobre a Produção Rural	1.2.1.0.03.1.1	Contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Principal
1.2.1.0.30.07	Contribuição Previdenciária em Regime de Parcelamento de Débitos – RGPS	1.2.1.0.03.1.1	Contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Principal
1.2.1.0.30.08	Contribuição Previdenciária para o Seguro de Acidente do Trabalho	1.2.1.0.03.1.1	Contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Principal
1.2.1.0.30.09	Contribuição Previdenciária sobre Reclamatória Trabalhista	1.2.1.0.03.1.1	Contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Principal
1.2.1.0.30.10	Contribuição Previdenciária em Regime de Parcelamento de Débito dos Municípios	Não haverá PARA	
1.2.1.0.30.11	Contribuição Previdenciária do Segurado Obrigatório – Empresário	1.2.1.0.03.1.1	Contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Principal
1.2.1.0.30.12	Contribuição Previdenciária do Segurado Facultativo	1.2.1.0.03.1.1	Contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Principal
1.2.1.0.30.13	Contribuição Previdenciária do Segurado Especial	1.2.1.0.03.1.1	Contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Principal
1.2.1.0.30.14	Contribuição Previdenciária do Segurado Obrigatório – Empregado Doméstico	1.2.1.0.03.1.1	Contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Principal
1.2.1.0.30.15	Contribuição Previdenciária dos Órgãos do Poder Público	1.2.1.0.03.1.1	Contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Principal
1.2.1.0.30.16	Contribuição Previdenciária das Entidades Filantrópicas	1.2.1.0.03.1.1	Contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Principal
1.2.1.0.30.17	Contribuição Previdenciária – Retenção sobre Nota Fiscal – Sub-rogação	1.2.1.0.03.1.1	Contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Principal
1.2.1.0.30.18	Arrecadação FIES – Certificados Financeiros do Tesouro Nacional	1.2.1.0.03.1.1	Contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Principal
1.2.1.0.30.19	Arrecadação FNS – Certificados Financeiros do Tesouro Nacional	Não haverá PARA	
1.2.1.0.30.20	Certificados da Dívida Pública – CDP	Não haverá PARA	
1.2.1.0.30.21	Contribuição Previdenciária na Forma de Depósito Judicial, Recursal e Custas Judiciais	1.2.1.0.03.1.1	Contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Principal
1.2.1.0.30.22	Contribuição Previdenciária das Cooperativas de Trabalho Descontadas do Cooperado	Não haverá PARA	
1.2.1.0.30.23	Receita de Parcelamentos – Contribuição dos Empregadores e Trabalhadores para a Seguridade Social	1.2.1.0.03.1.1	Contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Principal
1.2.1.0.30.24	Contribuição Previdenciária da Empresa sobre o Segurado Assalariado Incidente sobre a Receita Bruta	1.2.1.0.03.1.1	Contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Principal
1.2.1.0.30.99	Outras Contribuições Previdenciárias	Não haverá PARA	
1.2.1.0.31.00	Contribuição para o Fundo de Saúde dos Policiais Militares e Bombeiros Militares do Distrito Federal	1.2.1.0.06.0.0	Contribuição para fundos de assistência médica
1.2.1.0.31.01	Contribuição para o Fundo de Saúde dos Policiais Militares do Distrito Federal	1.2.1.0.06.1.1	Contribuição para fundos de assistência médica - Policiais Militares
1.2.1.0.31.02	Contribuição para o Fundo de Saúde dos Bombeiros Militares do Distrito Federal	1.2.1.0.06.2.1	Contribuição para fundos de assistência médica - Bombeiros Militares
1.2.1.0.32.00	Contribuições Rurais	Não haverá PARA	
1.2.1.0.32.01	Contribuição Industrial Rural	1.2.1.0.16.1.1	Contribuição Industrial Rural - Principal
1.2.1.0.32.03	Adicional à Contribuição Previdenciária	1.2.1.0.17.1.1	Adicional à Contribuição Previdenciária Rural - Principal
1.2.1.0.33.00	Contribuição e Adicional para o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC	1.2.3.0.01.1.1	Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional - Principal
1.2.1.0.33.01	Contribuição para o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC	1.2.3.0.01.1.1	Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional - Principal
1.2.1.0.33.02	Adicional à Contribuição para o Serviço Nacional	1.2.3.0.01.1.1	Contribuições para Entidades Privadas de Serviço



	de Aprendizagem Comercial – SENAC		Social e de Formação Profissional - Principal
1.2.1.0.34.00	Contribuição e Adicional para o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI	1.2.3.0.01.1.1	Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional - Principal
1.2.1.0.34.01	Contribuição para o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI	1.2.3.0.01.1.1	Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional - Principal
1.2.1.0.34.02	Adicional à Contribuição para o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI	1.2.3.0.01.1.1	Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional - Principal
1.2.1.0.35.00	Contribuição e Adicional para o Serviço Social do Comércio – SESC	1.2.3.0.01.1.1	Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional - Principal
1.2.1.0.35.01	Contribuição para o Serviço Social do Comércio – SESC	1.2.3.0.01.1.1	Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional - Principal
1.2.1.0.35.02	Adicional à Contribuição para o Serviço Social do Comércio – SESC	1.2.3.0.01.1.1	Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional - Principal
1.2.1.0.36.00	Contribuição e Adicional para o Serviço Social da Indústria – SESI	1.2.3.0.01.1.1	Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional - Principal
1.2.1.0.36.01	Contribuição para o Serviço Social da Indústria – SESI	1.2.3.0.01.1.1	Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional - Principal
1.2.1.0.36.02	Adicional à Contribuição ao Serviço Social da Indústria – SESI	1.2.3.0.01.1.1	Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional - Principal
1.2.1.0.37.00	Contribuições para o Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/PASEP	1.2.1.0.09.1.1	Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS e PASEP - Principal
1.2.1.0.37.01	Receita do Principal das Contribuições para o PIS/PASEP	1.2.1.0.09.1.1	Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS e PASEP - Principal
1.2.1.0.37.02	Receita de Parcelamentos – Contribuições para o PIS/PASEP	1.2.1.0.09.1.1	Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS e PASEP - Principal
1.2.1.0.38.00	Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas	1.2.1.0.02.1.1	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Principal
1.2.1.0.38.01	Receita do Principal da Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas	1.2.1.0.02.1.1	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Principal
1.2.1.0.38.02	Receita de Parcelamentos – Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas	1.2.1.0.02.1.1	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Principal
1.2.1.0.39.00	Contribuição para o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR	1.2.3.0.01.1.1	Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional - Principal
1.2.1.0.41.00	Contribuição para o Serviço Social do Transporte – SEST	1.2.3.0.01.1.1	Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional - Principal
1.2.1.0.42.00	Contribuição para o Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte – SENAT	1.2.3.0.01.1.1	Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional - Principal
1.2.1.0.43.00	Contribuição para o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE	1.2.3.0.01.1.1	Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional - Principal
1.2.1.0.44.00	Contribuição para o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – SESCOOP	1.2.3.0.01.1.1	Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional - Principal
1.2.1.0.45.00	Contribuição sobre Jogos de Bingo	Não haverá PARA	
1.2.1.0.47.00	Contribuição Relativa à Despedida de Empregado sem Justa Causa	1.2.1.0.11.1.1	Contribuição Relativa à Despedida de Empregado sem Justa Causa - Principal
1.2.1.0.48.00	Contribuição sobre a Remuneração Devida ao Trabalhador	1.2.1.0.11.2.1	Contribuição sobre a Remuneração Devida ao Trabalhador - Principal
1.2.1.0.99.00	Outras Contribuições Sociais	1.2.1.0.99.1.1	Outras Contribuições Sociais - Principal
1.2.2.0.00.00	Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	1.2.2.0.00.0.0	Contribuições Econômicas
1.2.2.0.01.00	Contribuição para o Programa de Integração Nacional – PIN	1.2.2.0.01.1.1	Contribuição para o Programa de Integração Nacional - PIN - Principal
1.2.2.0.02.00	Contribuição para o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste – PROTERRA	1.2.2.0.01.2.1	Contribuição para o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste - PROTERRA - Principal
1.2.2.0.03.00	Contribuições para o Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização	Não haverá PARA	
1.2.2.0.03.01	Contribuições sobre Selo Especial de Controle	1.1.2.1.01.1.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal
1.2.2.0.03.02	Contribuições sobre as Lojas Francas, Entrepósitos Aduaneiros e Depósitos Alfandegados	1.2.2.0.02.1.1	Contribuição de Lojas Francas, Entrepósitos Aduaneiros e Depósitos Alfandegários - Principal
1.2.2.0.03.99	Outras Contribuições para o Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização	Não haverá PARA	
1.2.2.0.05.00	Contribuição sobre Apostas em Competições Hípicas	1.2.2.0.03.1.1	Contribuição sobre Apostas em Competições Hípicas - Principal
1.2.2.0.06.00	Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional – CONDECINE	1.2.2.0.04.1.0	Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - CONDECINE
1.2.2.0.06.01	Receita de Remessa de Rendimentos da Exploração de Obras Cinematográficas e Videofonográficas	1.2.2.0.04.1.1	Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - CONDECINE - Principal
1.2.2.0.06.02	Receita de Veiculação de Obras Cinematográficas e Videofonográficas com Fins Comerciais	1.2.2.0.04.1.1	Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - CONDECINE - Principal
1.2.2.0.06.03	Receita de Distribuição de Conteúdos	1.2.2.0.04.1.1	Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria



	Audiovisuais por Prestadores de Serviço de Acesso Condicionado		Cinematográfica Nacional - CONDECINE - Principal
1.2.2.0.16.00	Adicional sobre as Tarifas de Passagens Aéreas Domésticas	1.9.9.0.99.1.1	Outras Receitas - Primárias - Principal
1.2.2.0.18.00	Cota-parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante	1.2.2.0.05.1.1	Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM - Principal
1.2.2.0.24.00	Contribuição sobre a Receita das Concessionárias e Permissionárias de Energia Elétrica	1.2.2.0.06.1.1	Contribuição sobre as Receitas de Concessionárias e Permissionárias de Energia Elétrica - Principal
1.2.2.0.25.00	Contribuição pela Licença de Uso, Aquisição ou Transferência de Tecnologia	1.2.2.0.07.1.1	Contribuição pela Licença de Uso, Aquisição ou Transferência de Tecnologia - CIDE - Remessas ao Exterior - Principal
1.2.2.0.26.00	Contribuição sobre a Receita das Empresas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações	1.2.2.0.09.0.0	Contribuição sobre a Receita das Empresas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações
1.2.2.0.26.01	Contribuição sobre a Receita Operacional Bruta, Decorrente de Prestação de Serviços de Telecomunicações	1.2.2.0.09.1.1	Contribuição sobre a Receita Operacional Bruta Decorrente de Prestação de Serviços de Telecomunicações - Principal
1.2.2.0.26.02	Contribuição sobre a Receita Bruta das Empresas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações	1.2.2.0.09.2.1	Contribuição sobre a Receita Bruta das Empresas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações - Principal
1.2.2.0.28.00	Contribuição Relativa às Atividades de Importação e Comercialização de Petróleo e seus Derivados, Gás Natural e Alcool Carburante	1.2.2.0.08.0.0	Contribuição Relativa às Atividades de Importação e Comercialização de Petróleo e seus Derivados, Gás Natural e Alcool Carburante - CIDE Combustíveis
1.2.2.0.28.01	Contribuição Relativa às Atividades de Importação de Petróleo e seus derivados, Gás Natural e Alcool Carburante	1.2.2.0.08.1.1	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE-Combustíveis - Importação - Principal
1.2.2.0.28.02	Contribuição Relativa às Atividades de Comercialização de Petróleo e seus Derivados, Gás Natural e Alcool Carburante	1.2.2.0.08.2.1	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE-Combustíveis - Comercialização - Principal
1.2.2.0.28.03	Receita de Parcelamentos – Contribuição Relativa às Atividades de Comercialização de Petróleo e seus Derivados, Gás Natural e Alcool Carburante	1.2.2.0.08.2.1	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE-Combustíveis - Comercialização - Principal
1.2.2.0.30.00	Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública	1.2.2.0.10.1.1	Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública - Principal
1.2.2.0.40.00	Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática	Não haverá PARA	
1.2.2.0.41.00	Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática Instaladas na Amazônia	Não haverá PARA	
1.2.2.0.41.01	Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática Instaladas na Amazônia – Principal	Não haverá PARA	
1.2.2.0.41.02	Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática Instaladas na Amazônia – Excedente	Não haverá PARA	
1.2.2.0.41.03	Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática Instaladas na Amazônia – Residual	Não haverá PARA	
1.2.2.0.41.04	Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática Instaladas na Amazônia - Parcelamento de Débitos	Não haverá PARA	
1.2.2.0.42.00	Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática Instaladas nas Demais Regiões	Não haverá PARA	
1.2.2.0.42.01	Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática Instaladas nas Demais Regiões – Principal	Não haverá PARA	
1.2.2.0.42.02	Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática Instaladas nas Demais Regiões – Excedente	Não haverá PARA	
1.2.2.0.42.03	Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática Instaladas nas Demais Regiões – Residual	Não haverá PARA	
1.2.2.0.42.04	Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática Instaladas nas Demais Regiões - Parcelamento de Débitos	Não haverá PARA	
1.2.2.0.99.00	Outras Contribuições Econômicas	1.2.2.0.99.1.0	Outras Contribuições Econômicas
1.2.2.0.99.01	Outras Contribuições Econômicas – Principal	1.2.2.0.99.1.1	Outras Contribuições Econômicas - Principal
1.2.2.0.99.02	Parcelamentos – Outras Contribuições Econômicas	1.2.2.0.99.1.1	Outras Contribuições Econômicas - Principal
1.2.3.0.00.00	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública		
		1.2.4.0.00.0.0	Contribuição para Custeio da Iluminação Pública Contribuição para Custeio da Iluminação Pública
1.3.0.0.00.00	Receita Patrimonial	1.3.0.0.00.0.0	Receita Patrimonial
1.3.1.0.00.00	Receitas Imobiliárias	1.3.1.0.00.0.0	Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado
1.3.1.1.00.00	Aluguéis	1.3.1.0.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal
1.3.1.2.00.00	Arrendamentos	1.3.1.0.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal
1.3.1.3.00.00	Foros	1.3.1.0.01.2.1	Foros, Laudêmios e Tarifas de Ocupação - Principal
1.3.1.4.00.00	Laudêmios	1.3.1.0.01.2.1	Foros, Laudêmios e Tarifas de Ocupação - Principal
1.3.1.5.00.00	Taxa de Ocupação de Imóveis	1.3.1.0.01.2.1	Foros, Laudêmios e Tarifas de Ocupação - Principal



1.3.1.5.10.00	Taxa de Ocupação de Terrenos da União	1.3.1.0.01.2.1	Foros, Laudêmios e Tarifas de Ocupação - Principal
1.3.1.5.20.00	Taxa de Ocupação de Imóveis Funcionais e Próprios Nacionais Residenciais	1.3.1.0.01.2.1	Foros, Laudêmios e Tarifas de Ocupação - Principal
1.3.1.5.30.00	Taxa de Ocupação de Outros Imóveis	1.3.1.0.01.2.1	Foros, Laudêmios e Tarifas de Ocupação - Principal
1.3.1.9.00.00	Outras Receitas Imobiliárias	1.3.1.0.99.1.1	Outras Receitas Imobiliárias - Principal
1.3.2.0.00.00	Receitas de Valores Mobiliários	1.3.2.0.00.0.0	Valores Mobiliários
1.3.2.1.00.00	Juros de Títulos de Renda	1.3.2.1.00.5.1	Juros de Títulos de Renda - Principal
1.3.2.2.00.00	Dividendos, Participações e Juros sobre o Capital Próprio	Não haverá PARA	
1.3.2.2.00.01	Dividendos	1.3.2.2.00.1.1	Dividendos - Principal
1.3.2.2.00.02	Participações	1.3.2.3.00.1.1	Participações - Principal
1.3.2.2.00.03	Juros sobre o Capital Próprio	1.3.2.1.00.6.1	Juros sobre o Capital Próprio - Principal
1.3.2.3.00.00	Participações	Não haverá PARA	
1.3.2.5.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	1.3.2.1.00.1.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal
1.3.2.6.00.00	Remuneração de Depósitos Especiais	1.3.2.1.00.2.1	Remuneração de Depósitos Especiais - Principal
1.3.2.7.00.00	Remuneração de Saldos de Recursos Não Desembolsados	1.3.2.1.00.3.1	Remuneração de Saldos de Recursos Não-Desembolsados - Principal
1.3.2.8.00.00	Remuneração dos Investimentos do Regime Próprio de Previdência do Servidor	Não haverá PARA	
1.3.2.8.10.00	Remuneração dos Investimentos do Regime Próprio de Previdência do Servidor em Renda Fixa	1.3.2.1.00.4.1	Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - Principal
1.3.2.8.20.00	Remuneração dos Investimentos do Regime Próprio de Previdência do Servidor em Renda Variável	1.3.2.1.00.4.1	Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - Principal
1.3.2.8.30.00	Remuneração dos Investimentos do Regime Próprio de Previdência do Servidor em Fundos Imobiliários	1.3.2.1.00.4.1	Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - Principal
1.3.2.9.00.00	Outras Receitas de Valores Mobiliários	1.3.2.9.00.1.1	Outros Valores Mobiliários - Principal
1.3.3.0.00.00	Receita de Concessões e Permissões	1.3.3.0.00.0.0	Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença
1.3.3.1.00.00	Receita de Concessões e Permissões – Serviços	Não haverá PARA	
1.3.3.1.01.00	Receita de Concessões e Permissões – Serviços de Transporte	1.3.3.1.00.0.0	Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte
1.3.3.1.01.01	Receita de Outorga dos Serviços de Transporte Ferroviário	1.3.3.1.02.1.1	Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Ferroviário - Principal
1.3.3.1.01.02	Receita de Outorga dos Serviços de Transportes Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros	1.3.3.1.01.1.1	Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Rodoviário - Principal
1.3.3.1.01.03	Receita de Outorga dos Serviços de Transporte Metroviário de Passageiros	1.3.3.1.03.1.1	Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Metroviário - Principal
1.3.3.1.01.04	Receita de Outorga dos Serviços de Transporte Marítimo de Passageiros	1.3.3.1.04.1.1	Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Aquaviário - Principal
1.3.3.1.01.05	Receita de Outorga dos Serviços de Transporte Coletivo Local e Intermunicipal	1.3.3.1.01.1.1	Delegação para Prestação dos Serviços de Transporte Rodoviários- Principal
1.3.3.1.01.06	Receita de Outorga dos Serviços de Infraestrutura Aeroportuária	1.3.3.2.04.1.1	Delegação para Exploração da Infraestrutura Aeroportuária - Principal
1.3.3.1.01.07	Receita de Outorga para Exploração da Infraestrutura de Transporte Rodoviário	1.3.3.2.01.1.1	Delegação para Exploração da Infraestrutura de Transporte Rodoviário para o Setor Privado - Principal
1.3.3.1.01.99	Outras Receitas de Concessões e Permissões – Serviços de Transporte	Não haverá PARA	
1.3.3.1.02.00	Receita de Concessões e Permissões – Serviços de Comunicação	1.3.3.3.00.0.0	Delegação dos Serviços de Telecomunicação
1.3.3.1.02.01	Receita de Outorga dos Serviços de Telecomunicações	1.3.3.3.00.1.1	Delegação dos Serviços de Telecomunicação - Poder Concedente no Regime Público - Principal
1.3.3.1.02.02	Receita de Outorga dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagens	1.3.3.3.00.3.1	Delegação dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagens - Principal
1.3.3.1.02.03	Receita de Outorga do Direito de uso de Radiofrequência	1.3.3.3.00.4.1	Cessão do Direito de Uso de Radiofrequência - Principal
1.3.3.1.02.04	Receita de Transferência de Concessão, de Permissão ou de Autorização de Telecomunicações ou de Uso de Radiofrequência	1.3.3.3.00.6.1	Transferência da Delegação dos Serviços de Telecomunicações ou do Direito de Uso de Radiofrequência - Principal
1.3.3.1.02.05	Receita de transferência de Concessão, de Permissão ou de Autorização de Rodovias ou de Obras Rodoviárias Federais	1.3.3.2.01.2.1	Delegação para Exploração da Infraestrutura de Transporte Rodoviário para os Estados, Distrito Federal e Municípios - Principal
1.3.3.1.02.06	Receita de Outorga do Direito de Exploração de Satélite Brasileiro	1.3.3.3.00.5.1	Cessão do Direito de Exploração de Satélite Brasileiro - Principal
1.3.3.1.02.07	Receita de Outorga de Licenças e Autorizações da Agência Espacial Brasileira	1.3.3.3.00.7.1	Concessão de Licenças e Autorizações da Agência Espacial Brasileira - Principal
1.3.3.1.02.99	Outras Receitas de Concessões e Permissões – Serviços de Comunicação	1.3.3.3.00.9.1	Outras Delegações dos Serviços de Telecomunicação - Principal
1.3.3.1.03.00	Receita de Outorga para Exploração dos Serviços de Energia Elétrica	Não haverá PARA	
1.3.3.1.99.00	Outras Receitas de Concessões e Permissões – Serviços	1.3.3.9.99.1.1	Outras Delegações de Serviços Públicos - Principal



1.3.3.2.00.00	Receita de Concessões e Permissões – Exploração de Recursos Naturais	1.3.4.0.00.0.0	Exploração de Recursos Naturais
1.3.3.2.01.00	Receita de Outorga dos Serviços de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural	1.3.4.1.01.0.0	Outorga de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural - Regime de Concessão
1.3.3.2.01.01	Bônus de Assinatura de Contrato de Concessão	1.3.4.1.01.1.1	Bônus de Assinatura do Contrato de Concessão - Principal
1.3.3.2.01.02	Pagamento pela Retenção de Área para Exploração ou Produção	1.3.4.1.01.2.1	Pagamento pela Retenção de Área para Exploração ou Produção - Principal
1.3.3.2.01.03	Bônus de Assinatura de Contrato de Partilha de Produção	1.3.4.3.01.1.1	Bônus de Assinatura de Contrato de Partilha de Produção - Principal
1.3.3.2.02.00	Receita de Outorga de Direitos de Uso de Recursos Hídricos	1.3.4.5.01.1.1	Outorga de Direitos de Uso de Recursos Hídricos - Principal
1.3.3.2.03.00	Receita de Outorga de Direitos de Exploração e Pesquisa Mineral	1.3.4.4.01.1.1	Outorga de Direitos de Exploração e Pesquisa Mineral - Principal
1.3.3.2.04.00	Receita de Concessão Florestal	1.3.4.6.00.0.0	Exploração de Recursos Florestais
1.3.3.2.04.01	Receita de Concessão de Florestas Nacionais – Valor Mínimo	1.3.4.6.01.1.1	Concessão de Florestas Nacionais - Valor Mínimo - Principal
1.3.3.2.04.02	Receita de Concessão de Florestas Nacionais – Demais Valores	1.3.4.6.01.2.1	Concessão de Florestas Nacionais - Demais Valores - Principal
1.3.3.2.04.03	Receita de Outras Concessões Florestais – Valor Mínimo	1.3.4.6.02.1.1	Outras Concessões Florestais - Valor Mínimo - Principal
1.3.3.2.04.04	Receita de Outras Concessões Florestais – Demais Valores	1.3.4.6.02.2.1	Outras Concessões Florestais - Demais Valores - Principal
1.3.3.2.04.05	Receita de Custos de Edital de Concessão Florestal	1.3.4.6.99.1.1	Custos de Edital de Concessão Florestal - Principal
1.3.3.2.04.06	Receita de Contratos de Transição de Concessão Florestal	1.3.4.6.99.2.1	Contratos de Transição de Concessão Florestal - Principal
1.3.3.2.99.00	Outras Receitas de Concessões e Permissões – Recursos Naturais	1.3.4.9.99.1.1	Outras Delegações para Exploração de Recursos Naturais - Principal
1.3.3.3.00.00	Receita de Concessões e Permissões – Direitos de Uso de Bens Públicos	1.3.1.0.02.1.1	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal
1.3.3.3.01.00	Receita de Concessão de Direito Real de Uso de Área Pública	1.3.1.0.02.1.1	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal
1.3.3.3.02.00	Receita de Outorga de Direito de Uso ou de Exploração de Criação Protegida – Instituição Científica e Tecnológica	1.3.5.0.01.1.1	Outorga de Direito de Uso ou de Exploração de Criação Protegida - Instituição Científica e Tecnológica - Principal
1.3.3.3.03.00	Receita de Concessão de Uso do Potencial de Energia Hidráulica	1.3.4.5.02.1.1	Concessão de Uso do Potencial de Energia Hidráulica - Principal
1.3.3.3.04.00	Receita da Permissão de Uso de Área da União de Curta Duração	1.3.1.0.02.1.1	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal
1.3.3.3.05.00	Receita da Cessão de Uso de Bens da União	1.3.1.0.02.1.1	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal
1.3.3.3.06.00	Receita de Direito de Uso da Imagem e de Reprodução dos Bens do Acervo Patrimonial	1.3.5.0.02.1.1	Direito de Uso da Imagem e de Reprodução dos Bens do Acervo Patrimonial - Principal
1.3.3.3.07.00	Receita da Cessão de Uso de Áreas as União Situadas em Unidades de Conservação Federais	1.3.1.0.02.1.1	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal
1.3.3.3.99.00	Outras Receitas de Concessões e Permissões – Direitos de Uso de Bens Públicos	1.3.1.0.02.1.1	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal
1.3.3.9.00.00	Outras Receitas de Concessões e Permissões	1.3.1.0.02.1.1	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal
1.3.4.0.00.00	Compensações Financeiras	Não haverá PARA	
1.3.4.0.01.00	Utilização de Recursos Hídricos – Itaipu	1.3.4.5.03.1.1	Utilização de Recursos Hídricos - Itaipu - Principal
1.3.4.0.02.00	Utilização de Recursos Hídricos – Demais Empresas	1.3.4.5.03.2.1	Utilização de Recursos Hídricos - Demais Empresas - Principal
1.3.4.0.03.00	Exploração de Recursos Minerais	1.3.4.4.02.1.1	Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - Principal
1.3.4.0.04.00	Royalties pela Exploração de Petróleo ou Gás Natural em Terra – Concessão	Não haverá PARA	
1.3.4.0.05.00	Royalties pela Produção de Petróleo ou Gás Natural em Plataforma – Concessão	Não haverá PARA	
1.3.4.0.05.01	Royalties pela Produção de Petróleo ou Gás Natural em Plataforma - Concessão - Concessão em Áreas do Pré-Sal e Estratégicas - Campos que Iniciaram a Produção até 31/12/2009	Não haverá PARA	
1.3.4.0.05.02	Royalties pela Produção de Petróleo ou Gás Natural em Plataforma - Concessão - Concessão em Áreas do Pré-Sal e Estratégicas - Campos que Iniciaram a Produção após 31/12/2009	Não haverá PARA	
1.3.4.0.05.03	Royalties pela Produção de Petróleo ou Gás Natural em Plataforma - Concessão em Outras Áreas	Não haverá PARA	
1.3.4.0.06.00	Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo ou Gás Natural em Terra – Concessão	Não haverá PARA	
1.3.4.0.07.00	Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo ou Gás Natural em Plataforma – Concessão	Não haverá PARA	
1.3.4.0.07.01	Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo ou Gás Natural em Plataforma - Concessão em	Não haverá PARA	



	Áreas do Pré-Sal e Estratégicas - Campos que Iniciaram a Produção até 31/12/2009		
1.3.4.0.07.02	Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo ou Gás Natural em Plataforma - Concessão em Áreas do Pré-Sal e Estratégicas - Campos que Iniciaram a Produção após 31/12/2009	Não haverá PARA	
1.3.4.0.07.03	Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo ou Gás Natural em Plataforma - Concessão em Outras Áreas	Não haverá PARA	
1.3.4.0.08.00	Participação Especial pela Produção de Petróleo ou Gás Natural - Concessão	Não haverá PARA	
1.3.4.0.08.01	Participação Especial pela Produção de Petróleo ou Gás Natural - Concessão em Áreas do Pré-Sal e Estratégicas - Campos que Iniciaram a Produção até 31/12/2009	Não haverá PARA	
1.3.4.0.08.02	Participação Especial pela Produção de Petróleo ou Gás Natural - Concessão em Áreas do Pré-Sal e Estratégicas - Campos que Iniciaram a Produção após 31/12/2009	Não haverá PARA	
1.3.4.0.08.03	Participação Especial pela Produção de Petróleo ou Gás Natural - Concessão em Outras Áreas	Não haverá PARA	
1.3.4.0.09.00	Receita da Supressão Vegetal no Interior das Florestas Nacionais	1.3.4.6.99.3.1	Supressão Vegetal no Interior das Florestas Nacionais - Principal
1.3.4.0.10.00	Receita pela Produção de Petróleo ou Gás Natural - Partilha de Produção	Não haverá PARA	
1.3.4.0.10.01	Royalties pela Produção de Petróleo ou Gás Natural em Terra - Partilha de Produção	Não haverá PARA	
1.3.4.0.10.02	Royalties pela Produção de Petróleo ou Gás Natural em Plataforma - Partilha de Produção	Não haverá PARA	
1.3.4.0.10.03	Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo ou Gás Natural em Terra - Partilha de Produção	Não haverá PARA	
1.3.4.0.10.04	Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo ou Gás Natural em Plataforma - Partilha de Produção	Não haverá PARA	
1.3.4.0.10.05	Participação Especial pela Produção de Petróleo ou Gás Natural - Partilha de Produção	Não haverá PARA	
1.3.4.0.11.00	Receita de Compensações Ambientais	1.3.4.9.01.1.1	Compensações Ambientais - Principal
1.3.4.1.00.00	Receita da Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos - Regime de Concessão	Não haverá PARA	
1.3.4.1.10.00	Receita da Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos - Contratos de Concessão Firmados antes de 03/12/2012	Não haverá PARA	
1.3.4.1.11.00	Receita da Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos no Pré-Sal - Contratos de Concessão Firmados antes de 03/12/2012	Não haverá PARA	
1.3.4.1.11.10	Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos no Pré-Sal - Contratos de Concessão Firmados antes de 03/12/2012	Não haverá PARA	
1.3.4.1.11.11	Royalties Mínimos pela Produção em Plataforma de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos no Pré-Sal - Contratos de Concessão Firmados antes de 03/12/2012	Não haverá PARA	
1.3.4.1.11.20	Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público	Não haverá PARA	
1.3.4.1.11.21	Royalties Excedentes pela Produção em Plataforma de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos no Pré-Sal - Contratos de Concessão Firmados antes de 03/12/2012	Não haverá PARA	
1.3.4.1.11.30	Participação Especial pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos no Pré-Sal - Contratos de Concessão Firmados antes de 03/12/2012	Não haverá PARA	
1.3.4.1.12.00	Receita da Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos em Outras Áreas - Contratos de Concessão Firmados antes de 03/12/2012	Não haverá PARA	
1.3.4.1.12.10	Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos em Outras Áreas - Contratos de Concessão Firmados antes de 03/12/2012	Não haverá PARA	
1.3.4.1.12.11	Royalties Mínimos pela Produção em Plataforma de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos em Outras Áreas - Contratos de Concessão Firmados antes de 03/12/2012	Não haverá PARA	
1.3.4.1.12.12	Royalties Mínimos pela Produção em Terra de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos em Outras Áreas - Contratos de Concessão Firmados antes de 03/12/2012	Não haverá PARA	



1.3.4.1.12.20	Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos em Outras Áreas - Contratos de Concessão Firmados antes de 03/12/2012	Não haverá PARA	
1.3.4.1.12.21	Royalties Excedentes pela Produção em Plataforma de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos em Outras Áreas - Contratos de Concessão Firmados antes de 3 antes de 03/12/2012	Não haverá PARA	
1.3.4.1.12.22	Royalties Excedentes pela Produção em Terra de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos em Outras Áreas - Contratos de Concessão Firmados antes de 3 antes de 03/12/2012	Não haverá PARA	
1.3.4.1.12.30	Participação Especial pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos em Outras Áreas - Contratos de Concessão Firmados antes de 03/12/2012	Não haverá PARA	
1.3.4.1.20.00	Receita da Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos - Contratos de Concessão Firmados a partir de 03/12/2012	Não haverá PARA	
1.3.4.1.22.00	Receita da Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos em Outras Áreas - Contratos de Concessão Firmados a partir de 03/12/2012	Não haverá PARA	
1.3.4.1.22.10	Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos em Outras Áreas - Contratos de Concessão Firmados a partir de 03/12/2012	Não haverá PARA	
1.3.4.1.22.11	Royalties Mínimos pela Produção em Plataforma de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos em Outras Áreas - Contratos de Concessão Firmados a partir de 03/12/2012	Não haverá PARA	
1.3.4.1.22.12	Royalties Mínimos pela Produção em Terra de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos em Outras Áreas - Contratos de Concessão Firmados a partir de 03/12/2012	Não haverá PARA	
1.3.4.1.22.20	Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos em Outras Áreas - Contratos de Concessão Firmados a partir de 03/12/2012	Não haverá PARA	
1.3.4.1.22.21	Royalties Excedentes pela Produção em Plataforma de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos em Outras Áreas - Contratos de Concessão Firmados a partir de 03/12/2012	Não haverá PARA	
1.3.4.1.22.22	Royalties Excedentes pela Produção em Terra de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos em Outras Áreas - Contratos de Concessão Firmados a partir de 03/12/2012	Não haverá PARA	
1.3.4.1.22.30	Participação Especial pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos em Outras Áreas - Contratos de Concessão Firmados a partir de 03/12/2012	Não haverá PARA	
1.3.4.2.00.00	Receita da Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos - Regime de Partilha de Produção	Não haverá PARA	
1.3.4.2.00.10	Royalties pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos - Regime de Partilha de Produção	Não haverá PARA	
1.3.4.2.00.11	Royalties pela Produção em Plataforma de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos - Regime de Partilha de Produção	Não haverá PARA	
1.3.4.2.00.12	Royalties pela Produção em Terra de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos - Regime de Partilha de Produção	Não haverá PARA	
1.3.4.3.00.00	Receita da Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos - Cessão Onerosa à Petrobras	1.3.4.2.00.0.0	Petróleo - Regime de Cessão Onerosa
1.3.4.3.10.00	Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo - Cessão Onerosa à Petrobras	1.3.4.2.02.0.0	Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo - Cessão Onerosa - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012
1.3.4.3.11.00	Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Terra - Cessão Onerosa à Petrobras	1.3.4.2.02.1.1	Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Terra - Cessão Onerosa - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Principal
1.3.4.3.12.00	Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Cessão Onerosa à Petrobras	1.3.4.2.02.4.0	Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Cessão Onerosa - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012
1.3.4.3.12.10	Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Cessão Onerosa à Petrobras	Não haverá PARA	
1.3.4.3.12.20	Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em	1.3.4.2.02.4.1	Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em



	Plataforma - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 – Cessão Onerosa à Petrobras		Plataforma - Cessão Onerosa - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Principal
1.3.4.3.20.00	Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo – Cessão Onerosa à Petrobras	1.3.4.2.03.0.0	Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo - Cessão Onerosa - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012
1.3.4.3.21.00	Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Terra – Cessão Onerosa à Petrobras	1.3.4.2.03.1.1	Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Terra - Cessão Onerosa - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Principal
1.3.4.3.22.00	Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Cessão Onerosa à Petrobras	1.3.4.2.03.4.0	Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Cessão Onerosa - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012
1.3.4.3.22.10	Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 – Cessão Onerosa à Petrobras	Não haverá PARA	
1.3.4.3.22.20	Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 – Cessão Onerosa à Petrobras	1.3.4.2.03.4.1	Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Cessão Onerosa - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Principal
1.3.4.4.00.00	Receita da Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos - Contrato de Concessão	1.3.4.1.00.0.0	Petróleo - Regime de Concessão
1.3.4.4.11.00	Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão	1.3.4.1.02.1.1	Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - Principal
1.3.4.4.12.00	Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão	1.3.4.1.02.0.0	Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo - Contrato de Concessão
1.3.4.4.12.11	Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal	1.3.4.1.02.2.1	Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal - Principal
1.3.4.4.12.12	Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações	1.3.4.1.02.3.1	Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal
1.3.4.4.12.20	Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação	1.3.4.1.02.4.1	Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação - Principal
1.3.4.4.21.00	Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão	1.3.4.1.03.1.1	Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - Principal
1.3.4.4.22.00	Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão	1.3.4.1.03.0.0	Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo - Contrato de Concessão
1.3.4.4.22.11	Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal	1.3.4.1.03.2.1	Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal - Principal
1.3.4.4.22.12	Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações	1.3.4.1.03.3.1	Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal
1.3.4.4.22.20	Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação	1.3.4.1.03.4.1	Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação - Principal
1.3.4.4.31.00	Participação Especial pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão	1.3.4.1.04.1.1	Participação Especial pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - Principal
1.3.4.4.32.00	Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão	1.3.4.1.04.0.0	Participação Especial pela Produção de Petróleo - Contrato de Concessão
1.3.4.4.32.11	Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal	1.3.4.1.04.2.1	Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal - Principal
1.3.4.4.32.12	Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações	1.3.4.1.04.3.1	Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal
1.3.4.4.32.20	Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação	1.3.4.1.04.4.1	Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação - Principal
1.3.5.0.00.00	Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público	1.3.5.0.00.0.0	Exploração do Patrimônio Intangível
1.3.5.1.00.00	Receita de Royalties e Participações pela Exploração do Patrimônio Genético	1.3.5.0.03.1.1	Royalties pela Exploração do Patrimônio Genético ou Conhecimento Tradicional Associado - Principal
1.3.5.1.01.00	Royalties pela Exploração do Patrimônio Genético em Área de Domínio Público	1.3.5.0.03.1.1	Royalties pela Exploração do Patrimônio Genético ou Conhecimento Tradicional Associado - Principal



1.3.5.1.02.00	Royalties pela Exploração do Patrimônio Genético no Mar Territorial, Zona Econômica Exclusiva ou Plataforma Continental	1.3.5.0.03.1.1	Royalties pela Exploração do Patrimônio Genético ou Conhecimento Tradicional Associado - Principal
1.3.5.1.03.00	Participações pela Exploração do Patrimônio Genético em Áreas de Domínio da União	1.3.5.0.03.1.1	Royalties pela Exploração do Patrimônio Genético ou Conhecimento Tradicional Associado - Principal
1.3.5.1.04.00	Participações pela Exploração do Patrimônio Genético no Mar Territorial, Zona Econômica Exclusiva ou Plataforma Continental	1.3.5.0.03.1.1	Royalties pela Exploração do Patrimônio Genético ou Conhecimento Tradicional Associado - Principal
1.3.5.2.00.00	Receita de Outorga a Título Oneroso das Atividades de Pesquisa e Lavra de Petróleo e Gás Natural	1.3.9.0.00.1.1	Demais Receitas Patrimoniais - Principal
1.3.6.0.00.00	Receita da Cessão de Direitos	1.3.6.0.00.0.0	Cessão de Direitos
1.3.6.1.00.00	Receita de Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos	1.3.6.0.01.1.0	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos
1.3.6.1.01.00	Receita de Cessão do Direito de Operacionalização da Folha de Pagamento de Pessoal	1.3.6.0.01.1.1	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Principal
1.3.6.1.02.00	Receita de Cessão do Direito de Operacionalização da Folha de Pagamento de Benefícios	1.3.6.0.01.1.1	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Principal
1.3.6.1.03.00	Receita de Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamento a Fornecedores	1.3.6.0.01.1.1	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Principal
1.3.9.0.00.00	Outras Receitas Patrimoniais	1.3.9.0.00.1.1	Demais Receitas Patrimoniais - Principal
1.4.0.0.00.00	Receita Agropecuária	1.4.0.0.00.1.1	Receita Agropecuária - Principal
1.4.1.0.00.00	Receita da Produção Vegetal	1.4.0.0.00.1.1	Receita Agropecuária - Principal
1.4.2.0.00.00	Receita da Produção Animal e Derivados	1.4.0.0.00.1.1	Receita Agropecuária - Principal
1.4.9.0.00.00	Outras Receitas Agropecuárias	1.4.0.0.00.1.1	Receita Agropecuária - Principal
1.5.0.0.00.00	Receita Industrial	1.5.0.0.00.1.1	Receita Industrial - Principal
1.5.1.0.00.00	Receita da Indústria Extrativa Mineral	1.5.0.0.00.1.1	Receita Industrial - Principal
1.5.2.0.00.00	Receita da Indústria de Transformação	1.5.0.0.00.1.1	Receita Industrial - Principal
1.5.2.0.12.00	Receita da Indústria Mecânica	1.5.0.0.00.1.1	Receita Industrial - Principal
1.5.2.0.20.00	Receita da Indústria Química	1.5.0.0.00.1.1	Receita Industrial - Principal
1.5.2.0.21.00	Receita da Indústria de Produtos Farmacêuticos e Veterinários	1.5.0.0.00.1.1	Receita Industrial - Principal
1.5.2.0.21.01	Receita da Indústria de Produtos Farmacêuticos	1.5.0.0.00.1.1	Receita Industrial - Principal
1.5.2.0.21.02	Receita da Indústria de Produtos Veterinários	1.5.0.0.00.1.1	Receita Industrial - Principal
1.5.2.0.22.00	Receita da Indústria de Produtos Farmoquímicos	1.5.0.0.00.1.1	Receita Industrial - Principal
1.5.2.0.26.00	Receita da Indústria de Produtos Alimentares	1.5.0.0.00.1.1	Receita Industrial - Principal
1.5.2.0.27.00	Receita da Indústria de Bebidas e Destilados	1.5.0.0.00.1.1	Receita Industrial - Principal
1.5.2.0.28.00	Receita da Usina de Tratamento de Lixo	1.5.0.0.00.1.1	Receita Industrial - Principal
1.5.2.0.29.00	Receita da Indústria Editorial e Gráfica	1.5.0.0.00.1.1	Receita Industrial - Principal
1.5.2.0.30.00	Receita da Indústria Eletrônica	1.5.0.0.00.1.1	Receita Industrial - Principal
1.5.2.0.99.00	Outras Receitas da Indústria de Transformação	1.5.0.0.00.1.1	Receita Industrial - Principal
1.5.3.0.00.00	Receita da Indústria de Construção	1.5.0.0.00.1.1	Receita Industrial - Principal
1.5.9.0.00.00	Outras Receitas Industriais	1.5.0.0.00.1.1	Receita Industrial - Principal
1.6.0.0.00.00	Receita de Serviços	1.6.0.0.00.0.0	Receita de Serviços
1.6.0.0.01.00	Serviços Comerciais	1.6.1.0.01.1.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal
1.6.0.0.01.01	Serviços de Comercialização de Medicamentos	1.6.1.0.01.1.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal
1.6.0.0.01.02	Serviços de Comercialização de Livros, Periódicos, Materiais Escolares e Publicidade	1.6.1.0.01.1.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal
1.6.0.0.01.03	Serviços de Comercialização e Distribuição de Produtos Agropecuários	1.6.1.0.01.1.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal
1.6.0.0.01.06	Serviço de comercialização de Produtos, Dados e Materiais de Informática	1.6.1.0.01.1.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal
1.6.0.0.01.08	Receita de Comercialização dos Dados e Imagens oriundos da Utilização de Posições Orbitais	1.6.1.0.01.1.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal
1.6.0.0.01.09	Receita Proveniente de Lançamentos de Satélites e Foguetes de Sondagem, a partir do Território Brasileiro	1.6.1.0.01.1.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal
1.6.0.0.01.10	Receita de Comercialização de Fardamentos	1.6.1.0.01.1.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal
1.6.0.0.01.99	Outros Serviços Comerciais	1.6.1.0.01.1.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal
1.6.0.0.02.00	Serviços Financeiros	1.6.4.0.01.1.0	Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros
1.6.0.0.02.01	Serviços de Juros de Empréstimos	1.6.4.0.01.1.1	Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal
1.6.0.0.02.03	Serviços Financeiros de Compensação de Variações Salariais	1.6.4.0.01.1.1	Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal
1.6.0.0.02.05	Operações de Autoridade Monetária	1.6.4.0.01.1.1	Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal
1.6.0.0.02.06	Serviços de Remuneração Sobre Repasse para Programas de Desenvolvimento Econômico	1.6.4.0.03.1.1	Remuneração sobre Repasse para Programas de Desenvolvimento Econômico - Principal
1.6.0.0.02.11	Serviços Financeiros Provenientes da Execução de Garantia – Operações de Crédito Internas	1.6.4.0.01.1.1	Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal



1.6.0.0.02.12	Serviços Financeiros Provenientes da Execução de Garantia – Operações de Crédito Externas	1.6.4.0.01.1.1	Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal
1.6.0.0.02.99	Outros Serviços Financeiros	1.6.4.0.01.1.1	Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal
1.6.0.0.03.00	Serviços de Transporte	1.6.2.0.02.1.0	Serviços de Transporte
1.6.0.0.03.01	Serviços de Transporte Rodoviário	1.6.2.0.02.1.1	Serviços de Transporte - Principal
1.6.0.0.03.02	Serviços de Transporte Ferroviário	1.6.2.0.02.1.1	Serviços de Transporte - Principal
1.6.0.0.03.03	Serviço de Transporte Hidroviário	1.6.2.0.02.1.1	Serviços de Transporte - Principal
1.6.0.0.03.04	Serviços de Transporte Aéreo	1.6.2.0.02.1.1	Serviços de Transporte - Principal
1.6.0.0.03.05	Serviços de Transportes Especiais	1.6.2.0.02.1.1	Serviços de Transporte - Principal
1.6.0.0.03.06	Receita de Terminais Rodoviários	1.6.2.0.02.1.1	Serviços de Transporte - Principal
1.6.0.0.03.99	Outros Serviços de Transporte	1.6.2.0.02.1.1	Serviços de Transporte - Principal
1.6.0.0.04.00	Serviços de Comunicação	1.6.1.0.01.1.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal
1.6.0.0.04.01	Serviços de Publicidade Legal	1.6.1.0.01.1.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal
1.6.0.0.04.02	Serviços de Radiodifusão	1.6.1.0.01.1.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal
1.6.0.0.04.03	Outros Serviços de Comunicação	1.6.1.0.01.1.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal
1.6.0.0.05.00	Serviços de Saúde	1.6.3.0.01.1.0	Serviços de Atendimento à Saúde
1.6.0.0.05.01	Serviços Hospitalares	1.6.3.0.01.1.1	Serviços de Atendimento à Saúde - Principal
1.6.0.0.05.02	Serviços de Registro de Análise e de Controle de Produtos Sujeitos a Normas de Vigilância Sanitária	1.6.1.0.03.1.1	Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal
1.6.0.0.05.03	Serviços Radiológicos e Laboratoriais	1.6.3.0.01.1.1	Serviços de Atendimento à Saúde - Principal
1.6.0.0.05.05	Serviços de Assistência à Saúde Suplementar do Servidor Civil	1.6.3.0.02.1.1	Serviços de Assistência à Saúde Suplementar do Servidor Civil - Principal
1.6.0.0.05.10	Serviços Ambulatoriais	1.6.3.0.01.1.1	Serviços de Atendimento à Saúde - Principal
1.6.0.0.05.99	Outros Serviços de Saúde	1.6.3.0.01.1.1	Serviços de Atendimento à Saúde - Principal
1.6.0.0.06.00	Serviços Portuários	1.6.2.0.03.1.1	Serviços Portuários - Principal
1.6.0.0.07.00	Serviços de Armazenagem	1.6.1.0.01.1.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal
1.6.0.0.08.00	Serviços de Processamento de Dados	1.6.1.0.04.1.1	Serviços de Informação e Tecnologia - Principal
1.6.0.0.09.00	Serviço de Socorro Marítimo	1.6.2.0.01.1.1	Serviços de Navegação - Principal
1.6.0.0.10.00	Serviços de Informações Estatísticas	1.6.1.0.01.1.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal
1.6.0.0.11.00	Serviços de Metrologia e Certificação	1.6.1.0.03.1.1	Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal
1.6.0.0.11.01	Serviços de Metrologia Legal e Certificatória Delegada	1.6.1.0.03.1.1	Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal
1.6.0.0.11.02	Serviços de Metrologia Científica e Industrial	1.6.1.0.03.1.1	Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal
1.6.0.0.11.03	Serviços de Metrologia Legal	1.6.1.0.03.1.1	Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal
1.6.0.0.11.04	Certificação de Produtos e Serviços	1.6.1.0.03.1.1	Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal
1.6.0.0.11.05	Serviços de Informação Tecnológica	1.6.1.0.04.1.1	Serviços de Informação e Tecnologia - Principal
1.6.0.0.11.99	Outros Serviços de Metrologia e Certificação	1.6.1.0.03.1.1	Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal
1.6.0.0.12.00	Serviços Tecnológicos	1.6.1.0.04.1.1	Serviços de Informação e Tecnologia - Principal
1.6.0.0.13.00	Serviços Administrativos	1.6.1.0.01.1.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal
1.6.0.0.13.01	Serviços de Inscrição em Concursos Públicos	1.6.1.0.02.1.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal
1.6.0.0.13.02	Serviços de Venda de Editais	1.6.1.0.01.1.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal
1.6.0.0.13.03	Serviços Especiais PM/Bombeiro	1.6.1.0.01.1.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal
1.6.0.0.13.04	Serviços de Expedição de Certificados	1.6.1.0.03.1.1	Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal
1.6.0.0.13.05	Serviços de Vistoria de Veículos	1.6.1.0.03.1.1	Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal
1.6.0.0.13.06	Serviços de Fornecimento de Listagens	1.6.1.0.01.1.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal
1.6.0.0.13.07	Serviços de Fotocópias ou Cópias Heliográficas	1.6.1.0.01.1.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal
1.6.0.0.13.99	Outros Serviços Administrativos	1.6.1.0.01.1.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal
1.6.0.0.14.00	Serviços de Inspeção e Fiscalização	1.6.1.0.03.1.1	Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal
1.6.0.0.15.00	Serviços de Meteorologia	1.6.1.0.01.1.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal
1.6.0.0.16.00	Serviços Educacionais	1.6.1.0.01.1.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal
1.6.0.0.17.00	Serviços Agropecuários	1.6.1.0.01.1.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal
1.6.0.0.18.00	Serviços de Reparação, Manutenção e	1.6.1.0.01.1.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais -



	Instalação		Principal
1.6.0.0.19.00	Serviços Recreativos e Culturais	1.6.1.0.01.1.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal
1.6.0.0.20.00	Serviços de Consultoria, Assistência Técnica e Análise de Projetos	Não haverá PARA	
1.6.0.0.20.01	Serviços de Consultoria, Assistência Técnica e Análise de Projetos - Aplicações Livres	1.6.1.0.01.1.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal
1.6.0.0.20.02	Serviços de Consultoria, Assistência Técnica e Análise de Projetos - Aplicações Vinculadas a Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento	1.6.1.0.01.1.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal
1.6.0.0.21.00	Serviços de Hospedagem e Alimentação	1.6.1.0.01.1.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal
1.6.0.0.22.00	Serviços de Estudos e Pesquisas	1.6.1.0.01.1.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal
1.6.0.0.23.00	Serviços de Registro de Marcas, de Patentes e de Transferências de Tecnologia	1.6.1.0.03.1.1	Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal
1.6.0.0.23.01	Serviços de Patentes	1.6.1.0.03.1.1	Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal
1.6.0.0.23.02	Serviços de Registro de Marcas	1.6.1.0.03.1.1	Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal
1.6.0.0.23.03	Serviços de Transferência de Tecnologia	1.6.1.0.03.1.1	Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal
1.6.0.0.23.04	Serviços de Registro de Indicações Geográficas	1.6.1.0.03.1.1	Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal
1.6.0.0.23.05	Serviços de Registro de Programas de Computador	1.6.1.0.03.1.1	Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal
1.6.0.0.23.06	Serviços de Registro de Desenho Industrial	1.6.1.0.03.1.1	Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal
1.6.0.0.23.07	Serviços de Proteção das Topografias de Circuitos Integrados	1.6.1.0.03.1.1	Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal
1.6.0.0.23.08	Serviços de Remessa de Depósitos Oficiais	1.6.1.0.03.1.1	Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal
1.6.0.0.23.99	Outros Serviços de Registro de Marcas, de Patentes e de Transferência Tecnológica	1.6.1.0.03.1.1	Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal
1.6.0.0.24.00	Serviços de Registro do Comércio	1.6.1.0.03.1.1	Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal
1.6.0.0.25.00	Serviços de Informações Científicas e Tecnológicas	1.6.1.0.04.1.1	Serviços de Informação e Tecnologia - Principal
1.6.0.0.26.00	Serviços de Fornecimento de Água	1.6.1.0.01.1.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal
1.6.0.0.27.00	Serviços de Perfuração e Instalação de Poços	1.6.1.0.01.1.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal
1.6.0.0.28.00	Serviços de Geoprocessamento	1.6.1.0.01.1.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal
1.6.0.0.29.00	Serviços de Cadastramento de Fornecedores	1.6.1.0.03.1.1	Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal
1.6.0.0.30.00	Tarifa de Utilização de Faróis	1.6.2.0.01.1.1	Serviços de Navegação - Principal
1.6.0.0.31.00	Tarifa e Adicional sobre Tarifa Aeroportuária	Não haverá PARA	
1.6.0.0.31.01	Tarifa Aeroportuária	1.6.2.0.04.1.1	Tarifa Aeroportuária - Principal
1.6.0.0.31.02	Adicional sobre Tarifa Aeroportuária	1.6.2.0.04.2.1	Adicional sobre Tarifa Aeroportuária - Principal
1.6.0.0.31.03	Parcela de Tarifa de Embarque Internacional	1.6.2.0.04.3.1	Parcela da Tarifa de Embarque Internacional - Principal
1.6.0.0.32.00	Serviços de Cadastro da Atividade Mineral	1.6.1.0.03.1.1	Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal
1.6.0.0.33.00	Tarifas e Adicional sobre Tarifas de Uso das Comunicações e dos Auxílios à Navegação Aérea em Rota	Não haverá PARA	
1.6.0.0.33.01	Tarifas de Uso das Comunicações e dos Auxílios à Navegação Aérea em Rota	Não haverá PARA	
1.6.0.0.33.02	Adicional sobre Tarifas de Uso das Comunicações e dos Auxílios à Navegação Aérea em Rota	Não haverá PARA	
1.6.0.0.34.00	Serviços de Regulamentação da Exploração dos Serviços de Telecomunicações - Regime Privado	1.6.1.0.03.1.1	Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal
1.6.0.0.35.00	Serviços de Compensações de Variações Salariais	1.6.4.0.01.1.1	Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal
1.6.0.0.36.00	Prestação de Serviços pelo Banco Central do Brasil	Não haverá PARA	
1.6.0.0.36.01	Tarifa pelo Uso do Sistema do Banco Central	1.6.1.0.04.1.1	Serviços de Informação e Tecnologia - Principal
1.6.0.0.36.02	Tarifa pelo Uso do Sistema de Transferência de Reserva do Banco Central	1.6.1.0.04.1.1	Serviços de Informação e Tecnologia - Principal
1.6.0.0.37.00	Garantias e Avais	1.6.4.0.02.1.0	Concessão de Avais, Garantias e Seguros
1.6.0.0.37.01	Concessão de Aval do Tesouro Nacional	1.6.4.0.02.1.1	Concessão de Avais, Garantias e Seguros - Principal
1.6.0.0.37.02	Concessão de Garantia da Atividade Agropecuária	1.6.4.0.02.1.1	Concessão de Avais, Garantias e Seguros - Principal
1.6.0.0.37.03	Comissões pela Prestação de Garantia	1.6.4.0.02.1.1	Concessão de Avais, Garantias e Seguros - Principal
1.6.0.0.37.04	Garantia dos Financiamentos à Estocagem de	Não haverá	



	Álcool Etílico Combustível	PARA	
1.6.0.0.37.05	Receita de Seguro de Crédito à Exportação	1.6.4.0.02.1.1	Concessão de Avais, Garantias e Seguros - Principal
1.6.0.0.38.00	Receita de Credenciamento de Empresas Prestadoras de Serviços de Vistoria	1.6.1.0.03.1.1	Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal
1.6.0.0.39.00	Serviços Veterinários	1.6.1.0.01.1.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal
1.6.0.0.40.00	Serviços de Certificação e Homologação de Produtos de Telecomunicações	1.6.1.0.03.1.1	Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal
1.6.0.0.41.00	Serviços de Captação, Adução, Tratamento, Reserva e Distribuição de Água	1.6.1.0.01.1.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal
1.6.0.0.42.00	Serviços de Coleta, Transporte, Tratamento e Destino Final de Esgotos	1.6.1.0.01.1.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal
1.6.0.0.43.00	Serviços de Coleta, Transporte, Tratamento e Destino Final de Resíduos Sólidos	1.6.1.0.01.1.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal
1.6.0.0.44.00	Serviços de Abate de Animais	1.6.1.0.01.1.1	Outros Serviços - Principal
1.6.0.0.45.00	Serviços de Preparação da Terra em Propriedades Particulares	1.6.1.0.01.1.1	Outros Serviços - Principal
1.6.0.0.46.00	Serviços de Cemitério	1.6.9.0.99.1.1	Outros Serviços - Principal
1.6.0.0.47.00	Serviços de Iluminação Pública	1.6.1.0.01.1.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal
1.6.0.0.48.00	Serviços de Religamento de Água	1.6.1.0.01.1.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal
1.6.0.0.50.00	Tarifas de Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	1.6.1.0.02.1.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal
1.6.0.0.51.00	Receitas de Emissão de Certificado de Origem e de Emissão de Licença de Exportação	Não haverá PARA	
1.6.0.0.51.01	Receitas de Emissão de Certificados de Origem	Não haverá PARA	
1.6.0.0.51.02	Receitas de Emissão de Licença de Exportação	Não haverá PARA	
1.6.0.0.56.00	Certificação e Homologação da Atividade Mineral	1.6.1.0.03.1.1	Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal
1.6.0.0.60.00	Serviços Voltados à Inovação e à Pesquisa no Ambiente Produtivo – Instituição Científica e Tecnológica	Não haverá PARA	
1.6.0.0.60.01	Serviços Prestados Diretamente por Instituição Científica e Tecnológica	Não haverá PARA	
1.6.0.0.60.02	Serviços Decorrentes de Parcerias com Outras Instituições Públicas e Privadas	Não haverá PARA	
1.6.0.0.70.00	Tarifa de Compartilhamento e Utilização em Atividades de Pesquisa e Inovação – Instituição Científica e Tecnológica	Não haverá PARA	
1.6.0.0.70.01	Compartilhamento de Laboratórios e Afins com Microempresas e Empresas de Pequeno Porte em Atividades de Inovação	Não haverá PARA	
1.6.0.0.70.02	Utilização de Laboratórios e Afins por Empresas Nacionais e Organizações de Direito Privado Sem Fins Lucrativos em Atividades de Pesquisa	Não haverá PARA	
1.6.0.0.99.00	Outros Serviços	1.6.9.0.99.1.1	Outros Serviços - Principal
1.7.0.0.00.00	Transferências Correntes	1.7.0.0.00.0.0	Transferências Correntes
1.7.2.0.00.00	Transferências Intergovernamentais	Não haverá PARA	
1.7.2.1.00.00	Transferências da União	1.7.1.0.00.0.0	Transferências da União e de suas Entidades
1.7.2.1.01.00	Participação na Receita da União	1.7.1.8.01.0.0	Participação na Receita da União
1.7.2.1.01.01	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal	1.7.1.8.01.1.1	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - Principal
1.7.2.1.01.02	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal	1.7.1.8.01.2.1	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Principal
1.7.2.1.01.03	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios – 1% Cota entregue no mês de dezembro	1.7.1.8.01.3.1	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios – 1% Cota entregue no mês de dezembro - Principal
1.7.2.1.01.04	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de julho	1.7.1.8.01.4.1	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal
1.7.2.1.01.05	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural	1.7.1.8.01.5.1	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal
1.7.2.1.01.12	Cota-Parte do Imposto Sobre Produtos Industrializados – Estados Exportadores de Produtos Industrializados	1.7.1.8.01.6.1	Cota-Parte do Imposto Sobre Produtos Industrializados – Estados Exportadores de Produtos Industrializados - Principal
1.7.2.1.01.13	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	1.7.1.8.01.7.1	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Principal
1.7.2.1.01.32	Cota-Parte do Imposto Sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários – Comercialização do Ouro	1.7.1.8.01.8.1	Cota-Parte do Imposto Sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários – Comercialização do Ouro - Principal
1.7.2.1.22.00	Transferência da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais	1.7.1.8.02.0.0	Transferência da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais
1.7.2.1.22.11	Cota-parte da Compensação Financeira de Recursos Hídricos	1.7.1.8.02.1.1	Cota-parte da Compensação Financeira de Recursos Hídricos - Principal



1.7.2.1.22.20	Cota-parte da Compensação Financeira de Recursos Minerais - CFEM	1.7.1.8.02.2.1	Cota-parte da Compensação Financeira de Recursos Minerais - CFEM - Principal
1.7.2.1.22.30	Cota-parte Royalties – Compensação Financeira pela Produção de Petróleo – Lei nº 7.990/89	1.7.1.8.02.3.1	Cota-parte Royalties – Compensação Financeira pela Produção de Petróleo – Lei nº 7.990/89 - Principal
1.7.2.1.22.40	Cota-parte Royalties pelo Excedente da Produção do Petróleo – Lei nº 9.478/97, artigo 49, I e II	1.7.1.8.02.4.1	Cota-parte Royalties pelo Excedente da Produção do Petróleo – Lei nº 9.478/97, artigo 49, I e II - Principal
1.7.2.1.22.50	Cota-parte Royalties pela Participação Especial – Lei nº 9.478/97, artigo 50	1.7.1.8.02.5.1	Cota-parte Royalties pela Participação Especial – Lei nº 9.478/97, artigo 50 - Principal
1.7.2.1.22.70	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo – FEP	1.7.1.8.02.6.1	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo – FEP - Principal
1.7.2.1.22.90	Outras Transferências decorrentes de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais	1.7.1.8.02.9.1	Outras Transferências decorrentes de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais - Principal
1.7.2.1.33.00	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS – Repasses Fundo a Fundo	1.7.1.8.03.1.1	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS – Repasses Fundo a Fundo - Principal
1.7.2.1.34.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS	1.7.1.8.04.1.1	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS - Principal
1.7.2.1.35.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE	1.7.1.8.05.0.0	Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE
1.7.2.1.35.01	Transferências do Salário-Educação	1.7.1.8.05.1.1	Transferências do Salário-Educação - Principal
1.7.2.1.35.02	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE	1.7.1.8.05.2.1	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE - Principal
1.7.2.1.35.03	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE	1.7.1.8.05.3.1	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE - Principal
1.7.2.1.35.04	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – PNATE	1.7.1.8.05.4.1	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – PNATE - Principal
1.7.2.1.35.99	Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE	1.7.1.8.05.9.1	Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE - Principal
1.7.2.1.38.00	Transferências Advindas de Emendas Parlamentares Individuais	1.7.1.8.08.1.1	Transferências Advindas de Emendas Parlamentares Individuais - Principal
1.7.2.1.36.00	Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L.C. Nº 87/96	1.7.1.8.06.1.1	Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L.C. Nº 87/96 - Principal
1.7.2.1.37.00	Transferências da União a Consórcios Públicos	1.7.1.8.07.1.1	Transferências da União a Consórcios Públicos - Principal
1.7.2.1.37.00	Transferências a Consórcios Públicos	Não haverá PARA	
1.7.2.1.99.00	Outras Transferências da União	1.7.1.8.99.1.1	Outras Transferências da União - Principal
1.7.2.2.00.00	Transferências dos Estados	1.7.2.0.00.0.0	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades
1.7.2.2.01.00	Participação na Receita dos Estados	1.7.2.8.01.0.0	Participação na Receita dos Estados
1.7.2.2.01.01	Cota-Parte do ICMS	1.7.2.8.01.1.1	Cota-Parte do ICMS - Principal
1.7.2.2.01.02	Cota-Parte do IPVA	1.7.2.8.01.2.1	Cota-Parte do IPVA - Principal
1.7.2.2.01.04	Cota-Parte do IPI - Municípios	1.7.2.8.01.3.1	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal
1.7.2.2.01.04	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	Não haverá PARA	
1.7.2.2.01.13	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	1.7.2.8.01.4.1	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Principal
1.7.2.2.01.99	Outras Participações na Receita dos Estados	1.7.2.8.01.5.1	Outras Participações na Receita dos Estados - Principal
1.7.2.2.09.00	Outras Transferências dos Estados	1.7.2.8.01.9.1	Outras Transferências dos Estados - Principal
1.7.2.2.22.00	Transferência da Cota-parte da Compensação Financeira (25%)	1.7.2.8.02.0.0	Transferência da Cota-parte da Compensação Financeira (25%)
1.7.2.2.22.11	Cota-parte da Compensação Financeira de Recursos Hídricos	1.7.2.8.02.1.1	Cota-parte da Compensação Financeira de Recursos Hídricos - Principal
1.7.2.2.22.20	Cota-parte da Compensação Financeira de Recursos Minerais - CFEM	1.7.2.8.02.2.1	Cota-parte da Compensação Financeira de Recursos Minerais - CFEM - Principal
1.7.2.2.22.30	Cota-parte Royalties – Compensação Financeira pela Produção do Petróleo – Lei nº 7.990/89, artigo 9º	1.7.2.8.02.3.1	Cota-parte Royalties – Compensação Financeira pela Produção do Petróleo – Lei nº 7.990/89, artigo 9º - Principal
1.7.2.2.22.90	Outras Transferências Decorrentes de Compensações Financeiras	1.7.2.8.02.9.1	Outras Transferências Decorrentes de Compensações Financeiras - Principal
1.7.2.2.33.00	Transferência de Recursos do Estado para Programas de Saúde – Repasse Fundo a Fundo	1.7.2.8.03.1.1	Transferência de Recursos do Estado para Programas de Saúde – Repasse Fundo a Fundo - Principal
1.7.2.2.37.00	Transferências de Estados a Consórcios Públicos	1.7.2.8.04.1.1	Transferências de Estados a Consórcios Públicos - Principal
1.7.2.2.37.00	Transferências a Consórcios Públicos	Não haverá PARA	
1.7.2.2.99.00	Outras Transferências dos Estados	1.7.2.8.99.1.1	Outras Transferências dos Estados - Principal
1.7.2.3.00.00	Transferências dos Municípios	1.7.3.0.00.0.0	Transferências dos Municípios e de suas Entidades
1.7.2.3.01.00	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS	1.7.3.8.01.1.1	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS - Principal
1.7.2.3.37.00	Transferências de Municípios a Consórcios Públicos	1.7.3.8.02.1.1	Transferências de Municípios a Consórcios Públicos - Principal
1.7.2.3.37.00	Transferências a Consórcios Públicos	Não haverá PARA	



1.7.2.3.99.00	Outras Transferências dos Municípios	1.7.3.8.99.1.1	Outras Transferências dos Municípios - Principal
1.7.2.4.00.00	Transferências Multigovernamentais	Não haverá PARA	
1.7.2.4.01.00	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB	1.7.5.8.01.1.1	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB - Principal
1.7.2.4.02.00	Transferências de Recursos da Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB	1.7.5.8.01.2.1	Transferências de Recursos da Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB - Principal
1.7.2.4.99.00	Outras Transferências Multigovernamentais	1.7.5.8.99.1.1	Outras Transferências Multigovernamentais - Principal
1.7.3.0.00.00	Transferências de Instituições Privadas	1.7.4.0.00.0.0	Transferências de Instituições Privadas - Principal
1.7.4.0.00.00	Transferências do Exterior	1.7.6.0.00.0.0	Transferências do Exterior - Principal
1.7.5.0.00.00	Transferências de Pessoas	1.7.7.0.00.0.0	Transferências de Pessoas Físicas - Principal
1.7.6.0.00.00	Transferências de Convênios	Não haverá PARA	
1.7.6.1.00.00	Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades	1.7.1.8.10.0.0	Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades
1.7.6.1.01.00	Transferências de Convênios da União para o Sistema Único de Saúde – SUS	1.7.1.8.10.1.1	Transferências de Convênios da União para o Sistema Único de Saúde – SUS - Principal
1.7.6.1.02.00	Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Educação	1.7.1.8.10.2.1	Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Educação - Principal
1.7.6.1.03.00	Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Assistência Social	1.7.1.8.10.3.1	Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Assistência Social - Principal
1.7.6.1.04.00	Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Combate à Fome	1.7.1.8.10.4.1	Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Combate à Fome - Principal
1.7.6.1.05.00	Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Saneamento Básico	1.7.1.8.10.5.1	Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Saneamento Básico - Principal
1.7.6.1.99.00	Outras Transferências de Convênios da União	1.7.1.8.10.9.1	Outras Transferências de Convênios da União - Principal
1.7.6.2.00.00	Transferência de Convênios dos Estados e do Distrito Federal e de Suas Entidades	1.7.2.8.10.0.0	Transferência de Convênios dos Estados e do Distrito Federal e de Suas Entidades
1.7.6.2.01.00	Transferências de Convênio dos Estados para o Sistema Único de Saúde – SUS	1.7.2.8.10.1.1	Transferências de Convênio dos Estados para o Sistema Único de Saúde – SUS - Principal
1.7.6.2.02.00	Transferências de Convênio dos Estados Destinadas a Programas de Educação	1.7.2.8.10.2.1	Transferências de Convênio dos Estados Destinadas a Programas de Educação - Principal
1.7.6.2.99.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados	1.7.2.8.10.9.1	Outras Transferências de Convênio dos Estados - Principal
1.7.6.3.00.00	Transferência de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades	1.7.3.8.10.0.0	Transferência de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades
1.7.6.3.01.00	Transferências de Convênio dos Municípios para o Sistema Único de Saúde – SUS	1.7.3.8.10.1.1	Transferências de Convênio dos Municípios para o Sistema Único de Saúde – SUS - Principal
1.7.6.3.02.00	Transferências de Convênio dos Municípios destinadas a Programas de Educação	1.7.3.8.10.2.1	Transferências de Convênio dos Municípios destinadas a Programas de Educação - Principal
1.7.6.3.99.00	Outras Transferências de Convênios dos Municípios	1.7.3.8.10.9.1	Outras Transferências de Convênios dos Municípios - Principal
1.7.6.4.00.00	Transferência de Convênios de Instituições Privadas	1.7.4.8.10.1.1	Transferência de Convênios de Instituições Privadas - Principal
1.7.6.5.00.00	Transferência de Convênios do Exterior	1.7.6.8.10.1.1	Transferência de Convênios do Exterior - Principal
1.7.7.0.00.00	Transferências para o Combate à Fome	Não haverá PARA	
1.7.7.1.00.00	Provenientes do Exterior	1.7.6.0.00.1.1	Provenientes do Exterior - Principal
1.7.7.2.00.00	Provenientes de Pessoas Jurídicas	1.7.4.0.00.1.1	Provenientes de Pessoas Jurídicas - Principal
1.7.7.3.00.00	Provenientes de Pessoas Físicas	1.7.7.0.00.0.0	Transferências de Pessoas Físicas - Principal
1.7.7.4.00.00	Provenientes de Depósitos não Identificados	1.7.0.0.00.0.0	Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados
1.9.0.0.00.00	Outras Receitas Correntes	1.9.0.0.00.0.0	Outras Receitas Correntes
1.9.1.0.00.00	Multas e Juros de Mora	Não haverá PARA	
1.9.1.1.00.00	Multas e Juros de Mora dos Tributos	Não haverá PARA	
1.9.1.1.01.00	Multa e Juros de Mora do Imposto sobre a Importação	1.1.1.1.01.1.2	Imposto sobre a Importação - Multas e Juros
1.9.1.1.01.01	Receita de Multa e Juros de Mora do Imposto sobre a Importação	1.1.1.1.01.1.2	Imposto sobre a Importação - Multas e Juros
1.9.1.1.01.02	Receita de Parcelamentos – Multas e Juros de Mora do Imposto sobre a Importação	1.1.1.1.01.1.2	Imposto sobre a Importação - Multas e Juros
1.9.1.1.02.00	Multas e Juros de Mora – Imposto de Renda e Proventos Qualquer Natureza	Não haverá PARA	
1.9.1.1.02.01	Multas e Juros de Mora do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas	1.1.1.3.01.1.2	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Multas e Juros
1.9.1.1.02.02	Multas e Juros de Mora do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas	1.1.1.3.02.1.2	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Multas e Juros
1.9.1.1.02.03	Multas e Juros de Mora do Imposto sobre a Renda Retido nas Fontes	1.1.1.3.03.1.2	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas e Juros
1.9.1.1.02.04	Receita de Parcelamentos – Multas e Juros de	1.1.1.3.02.1.2	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ -



	Mora do Imposto sobre a Renda – Pessoas Jurídicas		Líquida de Incentivos - Multas e Juros
1.9.1.1.02.05	Receita de Parcelamentos – Multas e Juros de Mora do Imposto sobre a Renda – Retido na Fonte	1.1.1.3.03.1.2	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas e Juros
1.9.1.1.02.06	Receita de Parcelamentos – Multas e Juros de Mora do Imposto sobre a Renda – Pessoas Físicas	1.1.1.3.01.1.2	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Multas e Juros
1.9.1.1.02.07	Multa e Juros de Mora Simples Federal e Nacional – IRPJ	1.1.1.3.02.1.2	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Multas e Juros
1.9.1.1.03.00	Multas e Juros de Mora do Imposto sobre Produtos Industrializados	1.1.1.4.01.5.2	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas e Juros
1.9.1.1.03.01	Receita de Multa e Juros de Mora do Imposto sobre Produtos Industrializados	1.1.1.4.01.5.2	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas e Juros
1.9.1.1.03.02	Receita de Parcelamentos – Multas e Juros de Mora do Imposto sobre Produtos Industrializados	1.1.1.4.01.5.2	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas e Juros
1.9.1.1.03.03	Multa e Juros de Mora Simples Federal e Nacional – IPI	1.1.1.4.01.5.2	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas e Juros
1.9.1.1.04.00	Multa e Juros de Mora do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários	1.1.1.5.01.2.2	Imposto sobre Operações Financeiras - IOF - Demais Operações - Multas e Juros
1.9.1.1.04.01	Receita de Multa e Juros de Mora do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários	1.1.1.5.01.2.2	Imposto sobre Operações Financeiras - IOF - Demais Operações - Multas e Juros
1.9.1.1.04.02	Receita de Parcelamentos – Multa e Juros de Mora do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários	1.1.1.5.01.2.2	Imposto sobre Operações Financeiras - IOF - Demais Operações - Multas e Juros
1.9.1.1.07.00	Multas e Juros de Mora do Imposto sobre a Exportação	1.1.1.1.02.1.2	Imposto sobre a Exportação - Multas e Juros
1.9.1.1.07.01	Receita de Multas e Juros de Mora do Imposto sobre a Exportação	1.1.1.1.02.1.2	Imposto sobre a Exportação - Multas e Juros
1.9.1.1.07.02	Receita de Parcelamentos – Multa e Juros de Mora do Imposto sobre a Exportação	1.1.1.1.02.1.2	Imposto sobre a Exportação - Multas e Juros
1.9.1.1.08.00	Multas e Juros de Mora do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural	Não haverá PARA	
1.9.1.1.08.01	Multas e Juros de Mora do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Conveniados	1.1.1.2.01.1.2	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Conveniados - Multas e Juros
1.9.1.1.08.02	Multas e Juros de Mora do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Não-Conveniados	1.1.1.2.01.2.2	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Não-Conveniados - Multas e Juros
1.9.1.1.20.00	Multas e Juros de Mora do Imposto sobre Transmissão “Causa Mortis” e Doação de Bens e Direitos	1.1.1.8.01.3.2	Imposto sobre Transmissão “Causa Mortis” e Doação de Bens e Direitos - Multas e Juros
1.9.1.1.31.00	Multas e Juros de Mora das Taxas de Fiscalização das Telecomunicações	Não haverá PARA	
1.9.1.1.31.01	Multas e Juros de Mora da Taxa de Fiscalização de Instalação	1.1.2.1.02.1.2	Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI - Multas e Juros
1.9.1.1.31.02	Multas e Juros de Mora da Taxa de Fiscalização de Funcionamento	1.1.2.1.02.2.2	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF - Multas e Juros
1.9.1.1.32.00	Multas e Juros de Mora da Taxa de Fiscalização dos Produtos Controlados pelo Ministério do Exército	1.1.2.1.01.1.2	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Multas e Juros
1.9.1.1.33.00	Multas e Juros de Mora da Taxa de Fiscalização dos Serviços de Irrigação	1.1.2.1.01.1.2	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Multas e Juros
1.9.1.1.34.00	Multas e Juros de Mora da Taxa de Fiscalização dos Mercados de Seguro, da Capitalização e da Previdência Complementar Aberta e Fechada	1.1.2.1.01.1.2	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Multas e Juros
1.9.1.1.35.00	Multas e Juros de Mora da Taxa de Fiscalização e Vigilância Sanitária	1.1.2.1.01.1.2	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Multas e Juros
1.9.1.1.36.00	Multas e Juros de Mora da Taxa de Saúde Suplementar	1.1.2.1.01.1.2	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Multas e Juros
1.9.1.1.37.00	Multas e Juros de Mora da Taxa de Fiscalização dos Mercados de Títulos e Valores Mobiliários	1.1.2.1.01.1.2	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Multas e Juros
1.9.1.1.38.00	Multas e Juros de Mora do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	1.1.1.8.01.1.2	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Multas e Juros
1.9.1.1.39.00	Multas e Juros de Mora do Imposto sobre a Transmissão Inter-Vivos de Bens Imóveis – ITBI	1.1.1.8.01.4.2	Imposto sobre Transmissão “Inter Vivos” de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - Multas e Juros
1.9.1.1.40.00	Multas e Juros de Mora do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	1.1.1.8.02.3.2	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Multas e Juros
1.9.1.1.41.00	Multas e Juros de Mora do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA	1.1.1.8.01.2.2	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - Multas e Juros
1.9.1.1.42.00	Multas e Juros de Mora do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS	1.1.1.8.02.1.2	Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - Multas e Juros
1.9.1.1.98.00	Multas e Juros de Mora das Contribuições de	1.1.3.0.00.1.2	Contribuição de Melhoria - Multas e Juros



	Melhoria		
1.9.1.1.99.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	Não haverá PARA	
1.9.1.1.99.01	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	Não haverá PARA	
1.9.1.1.99.02	Parcelamentos – Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	Não haverá PARA	
1.9.1.2.00.00	Multas e Juros de Mora das Contribuições	Não haverá PARA	
1.9.1.2.01.00	Multas e Juros de Mora da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	Não haverá PARA	
1.9.1.2.01.01	Receita de Multas e Juros de Mora da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	1.2.1.0.01.1.2	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS - Multas e Juros
1.9.1.2.01.02	Receita de Parcelamentos – Multas e Juros de Mora da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	1.2.1.0.01.1.2	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS - Multas e Juros
1.9.1.2.02.00	Multas e Juros de Mora da Contribuição do Salário-Educação	1.2.1.0.12.1.2	Contribuição Social do Salário-Educação - Multas e Juros
1.9.1.2.03.00	Multas e Juros de Mora da Contribuição Relativa às Atividades de Comercialização de Petróleo e seus Derivados, Gás Natural e Alcool Carburante	Não haverá PARA	
1.9.1.2.03.01	Receita de Multas e Juros de Mora da Contribuição Relativa às Atividades de Comercialização de Petróleo e seus Derivados, Gás Natural e Alcool Carburante	1.2.2.0.08.2.2	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE-Combustíveis - Comercialização - Multas e Juros
1.9.1.2.03.02	Receita de Parcelamentos – Multas e Juros de Mora da Contribuição Relativa às Atividades de Comercialização de Petróleo e seus Derivados, Gás Natural e Alcool Carburante	1.2.2.0.08.2.2	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE-Combustíveis - Comercialização - Multas e Juros
1.9.1.2.07.00	Multas e Juros de Mora da Contribuição sobre Movimentação Financeira	Não haverá PARA	
1.9.1.2.07.01	Receita de Multas e juros de Mora da Contribuição sobre Movimentação Financeira	1.2.1.0.18.1.2	Contribuição sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira - Multas e Juros
1.9.1.2.07.02	Receita de Parcelamentos – Multas e Juros de Mora da Contribuição sobre Movimentação Financeira	1.2.1.0.18.1.2	Contribuição sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira - Multas e Juros
1.9.1.2.10.00	Multas e Juros de Mora das Contribuições sobre a Prestação dos Serviços de Telecomunicações	Não haverá PARA	
1.9.1.2.10.01	Multas e Juros de Mora da Contribuição sobre a Receita Operacional Bruta Decorrente de Prestação de Serviços de Telecomunicações	1.2.2.0.09.1.2	Contribuição sobre a Receita Operacional Bruta Decorrente de Prestação de Serviços de Telecomunicações - Multas e Juros
1.9.1.2.10.02	Multas e Juros de Mora da Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública	1.2.2.0.10.1.2	Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública - Multas e Juros
1.9.1.2.29.00	Multas e Juros de Mora das Contribuições para o Regime Próprio de Previdência do Servidor	Não haverá PARA	
1.9.1.2.29.01	Multas e Juros de Mora da Contribuição Patronal para o Regime Próprio de Previdência	1.2.1.0.04.1.2	Contribuição Patronal de Servidor Ativo Civil para o RPPS - Multas e Juros
1.9.1.2.29.02	Multas e Juros de Mora da Contribuição do Servidor para o Regime Próprio de Previdência	1.2.1.0.04.2.2	Contribuição do Servidor Ativo Civil para o RPPS - Multas e Juros
1.9.1.2.30.00	Multas e Juros de Mora das Contribuições Previdenciárias para o Regime Geral de Previdência Social	Não haverá PARA	
1.9.1.2.30.01	Multas e Juros de Mora da Contribuição Previdenciária do Segurado Obrigatório – Contribuinte Individual	1.2.1.0.03.1.2	Contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Multas e Juros
1.9.1.2.30.02	Multas e Juros de Mora da Contribuição Previdenciária do Segurado Assalariado	1.2.1.0.03.1.2	Contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Multas e Juros
1.9.1.2.30.03	Multas e Juros de Mora da Contribuição Previdenciária da Empresa sobre Segurado Assalariado	1.2.1.0.03.1.2	Contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Multas e Juros
1.9.1.2.30.04	Multas e Juros de Mora da Contribuição Previdenciária da Empresa Optante pelo SIMPLES	1.2.1.0.03.1.2	Contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Multas e Juros
1.9.1.2.30.05	Multas e Juros de Mora da Contribuição Previdenciária sobre Espetáculo Desportivo	1.2.1.0.03.1.2	Contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Multas e Juros
1.9.1.2.30.06	Multas e Juros de Mora da Contribuição Previdenciária sobre Produção Rural	1.2.1.0.03.1.2	Contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Multas e Juros
1.9.1.2.30.07	Multas e Juros de Mora da Contribuição Previdenciária em Regime de Parcelamento de Débitos	Não haverá PARA	
1.9.1.2.30.08	Multas e Juros de Mora da Contribuição Previdenciária para o Seguro de Acidente do Trabalho	1.2.1.0.03.1.2	Contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Multas e Juros
1.9.1.2.30.09	Multas e Juros de Mora da Contribuição Previdenciária sobre Reclamatória Trabalhista	1.2.1.0.03.1.2	Contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Multas e Juros
1.9.1.2.30.10	Multas e Juros de Mora da Contribuição	1.2.1.0.03.1.2	Contribuições para o Regime Geral de Previdência



	Previdenciária do Segurado em Regime de Parcelamento de Débitos dos Municípios		Social - RGPS - Multas e Juros
1.9.1.2.30.11	Multas e Juros de Mora da Contribuição Previdenciária do Segurado Obrigatório – Empresário	1.2.1.0.03.1.2	Contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Multas e Juros
1.9.1.2.30.12	Multas e Juros de Mora da Contribuição Previdenciária do Segurado Facultativo	1.2.1.0.03.1.2	Contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Multas e Juros
1.9.1.2.30.13	Multas e Juros de Mora da Contribuição Previdenciária do Segurado Especial	1.2.1.0.03.1.2	Contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Multas e Juros
1.9.1.2.30.14	Multas e Juros de Mora da Contribuição Previdenciária do Segurado Obrigatório – Empregado Doméstico	1.2.1.0.03.1.2	Contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Multas e Juros
1.9.1.2.30.15	Multas e Juros de Mora da Contribuição Previdenciária dos Órgãos do Poder Público	1.2.1.0.03.1.2	Contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Multas e Juros
1.9.1.2.30.16	Multas e Juros de Mora da Contribuição Previdenciária das Entidades Filantrópicas	1.2.1.0.03.1.2	Contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Multas e Juros
1.9.1.2.30.17	Multas e Juros de Mora da Contribuição Previdenciária – Retenção sobre Nota Fiscal – Sub-rogação	1.2.1.0.03.1.2	Contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Multas e Juros
1.9.1.2.30.18	Multas e Juros de Mora da Arrecadação FIES – Certificados Financeiros do Tesouro Nacional	1.2.1.0.03.1.2	Contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Multas e Juros
1.9.1.2.30.19	Multas e Juros de Mora da Arrecadação FNS – Certificados Financeiros do Tesouro Nacional	Não haverá PARA	
1.9.1.2.30.20	Multas e Juros de Mora de Certificados da Dívida Pública – CDP	Não haverá PARA	
1.9.1.2.30.21	Multas e Juros de Mora da Contribuição Previdenciária na Forma de Depósito Judicial, Recursal e Custas Judiciais	1.2.1.0.03.1.2	Contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Multas e Juros
1.9.1.2.30.24	Multa e Juros de Mora da Contribuição Previdenciária da Empresa sobre o Segurado Assalariado Incidente sobre a Receita Bruta	1.2.1.0.03.1.2	Contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Multas e Juros
1.9.1.2.30.99	Multas e Juros de Mora de Outras Contribuições Previdenciárias	Não haverá PARA	
1.9.1.2.31.00	Multas e Juros de Mora das Contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/PASEP	Não haverá PARA	
1.9.1.2.31.01	Receita de Multas e Juros de Mora das Contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/PASEP	1.2.1.0.09.1.2	Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS e PASEP - Multas e Juros
1.9.1.2.31.02	Receita de Parcelamentos – Multas e Juros de Mora das Contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/PASEP	1.2.1.0.09.1.2	Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS e PASEP - Multas e Juros
1.9.1.2.32.00	Multas e juros de mora da Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas	Não haverá PARA	
1.9.1.2.32.01	Receita de Multas e Juros de Mora da Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas	1.2.1.0.02.1.2	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Multas e Juros
1.9.1.2.32.02	Receita de Parcelamentos – Multas e Juros de Mora da Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas	1.2.1.0.02.1.2	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Multas e Juros
1.9.1.2.33.00	Multas e juros de mora sobre a Contribuição dos Concursos de Prognósticos	Não haverá PARA	
1.9.1.2.33.01	Multas e Juros de Mora da Contribuição sobre a Receita da Loteria Federal	1.2.1.0.07.1.2	Contribuição sobre a Loteria Federal - Multas e Juros
1.9.1.2.33.02	Multas e Juros de Mora da Contribuição sobre a Receita de Loterias Esportivas	1.2.1.0.07.2.2	Contribuição sobre Loterias Esportivas - Multas e Juros
1.9.1.2.33.03	Multas e Juros de Mora da Contribuição sobre a Receita de Concursos Especiais de Loterias Esportivas	1.2.1.0.07.3.2	Contribuição sobre Concursos Especiais de Loterias Esportivas - Multas e Juros
1.9.1.2.33.04	Multas e Juros de Mora da Contribuição sobre a Receita de Loterias de Números	1.2.1.0.07.4.2	Contribuição sobre Loterias de Números - Multas e Juros
1.9.1.2.33.05	Multas e Juros de Mora da Contribuição sobre a Receita da Loteria Instantânea	1.2.1.0.07.5.2	Contribuição sobre Loteria Instantânea - Multas e Juros
1.9.1.2.33.06	Multas e Juros de Mora de Prêmios Prescritos da Loteria Federal	1.9.3.0.04.1.2	Prêmios Prescritos de Concursos de Prognósticos - Multas e Juros
1.9.1.2.33.07	Multas e Juros de Mora sobre a Receita da Contribuição de Outros Concursos de Prognósticos	Não haverá PARA	
1.9.1.2.34.00	Multas e Juros de Mora da Contribuição sobre a Receita das Concessionárias de Energia Elétrica	1.2.2.0.06.1.2	Contribuição sobre as Receitas de Concessionárias e Permissonárias de Energia Elétrica - Multas e Juros
1.9.1.2.35.00	Multas e Juros de Mora da Cota-Parte da Contribuição Sindical	1.2.1.0.10.1.2	Cota-Parte da Contribuição Sindical - Multas e Juros
1.9.1.2.36.00	Multas e Juros de Mora da Contribuição sobre a Receita de Sorteios Realizados por Entidades Filantrópicas	1.2.1.0.08.1.2	Contribuição sobre Sorteios Realizados por Entidades Filantrópicas - Multas e Juros
1.9.1.2.51.00	Multas e Juros de Mora da Contribuição sobre a	1.2.2.0.03.1.2	Contribuição sobre Apostas em Competições Hípicas -



	Aposta em Competições Hípicas		Multas e Juros
1.9.1.2.52.00	Multas e Juros de Mora da Cota-Parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante	1.2.2.0.05.1.2	Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM - Multas e Juros
1.9.1.2.53.00	Multas e Juros de Mora da Contribuição Relativa à Despedida de Empregado sem Justa Causa	1.2.1.0.11.1.2	Contribuição Relativa à Despedida de Empregado sem Justa Causa - Multas e Juros
1.9.1.2.54.00	Multas e Juros de Mora da Contribuição sobre a Remuneração Devida ao Trabalhador	1.2.1.0.11.2.2	Contribuição sobre a Remuneração Devida ao Trabalhador - Multas e Juros
1.9.1.2.55.00	Juros de Mora do FUNDAF – Receita de Contribuições	Não haverá PARA	
1.9.1.2.55.01	Juros de Mora do FUNDAF – Receita da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	1.2.1.0.01.1.2	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS - Multas e Juros
1.9.1.2.55.02	Juros de Mora do FUNDAF - Receita de Parcelamentos da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	1.2.1.0.01.1.2	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS - Multas e Juros
1.9.1.2.55.03	Juros de Mora do FUNDAF - Receita da Contribuição sobre Movimentação Financeira	1.2.1.0.18.1.2	Contribuição sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira - Multas e Juros
1.9.1.2.55.04	Juros de Mora do FUNDAF - Receita de Parcelamentos da Contribuição sobre Movimentação Financeira	1.2.1.0.18.1.2	Contribuição sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira - Multas e Juros
1.9.1.2.55.05	Juros de Mora do FUNDAF – Receita das Contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público	1.2.1.0.09.1.2	Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS e PASEP - Multas e Juros
1.9.1.2.55.06	Juros de Mora do FUNDAF - Receita de Parcelamentos das Contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público	1.2.1.0.09.1.2	Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS e PASEP - Multas e Juros
1.9.1.2.55.07	Juros de Mora do FUNDAF - Receita da Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas	1.2.1.0.02.1.2	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Multas e Juros
1.9.1.2.55.08	Juros de Mora do FUNDAF - Receita de Parcelamentos da Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas	1.2.1.0.02.1.2	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Multas e Juros
1.9.1.2.55.09	Juros de Mora do FUNDAF – Contribuição sobre a Receita da Loteria Federal	1.2.1.0.07.1.2	Contribuição sobre a Loteria Federal - Multas e Juros
1.9.1.2.55.10	Juros de Mora do FUNDAF - Contribuição sobre a Receita de Loterias Esportivas	1.2.1.0.07.2.2	Contribuição sobre Loterias Esportivas - Multas e Juros
1.9.1.2.55.11	Juros de Mora do FUNDAF - Contribuição sobre a Receita de Concursos Especiais de Loterias Esportivas	1.2.1.0.07.3.2	Contribuição sobre Concursos Especiais de Loterias Esportivas - Multas e Juros
1.9.1.2.55.12	Juros de Mora do FUNDAF - Contribuição sobre a Receita de Loterias de Números	1.2.1.0.07.4.2	Contribuição sobre Loterias de Números - Multas e Juros
1.9.1.2.55.13	Juros de Mora do FUNDAF - Contribuição sobre a Receita da Loteria Instantânea	1.2.1.0.07.5.2	Contribuição sobre Loteria Instantânea - Multas e Juros
1.9.1.2.55.14	Juros de Mora do FUNDAF – Receita de Prêmios Prescritos de Loterias Federais	1.9.3.0.04.1.2	Prêmios Prescritos de Concursos de Prognósticos - Multas e Juros
1.9.1.2.56.00	Multas e Juros de Mora das Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores	1.9.9.0.03.1.2	Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores - Multas e Juros
1.9.1.2.99.00	Multas e Juros de Mora de Outras Contribuições	Não haverá PARA	
1.9.1.2.99.01	Multas e Juros de Mora de Outras Contribuições – Principal	Não haverá PARA	
1.9.1.2.99.02	Parcelamentos – Multas e Juros de Mora de Outras Contribuições	Não haverá PARA	
1.9.1.3.00.00	Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos	Não haverá PARA	
1.9.1.3.01.00	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre a Importação	1.1.1.1.01.1.4	Imposto sobre a Importação - Dívida Ativa - Multas e Juros
1.9.1.3.01.01	Receita de Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre a Importação	1.1.1.1.01.1.4	Imposto sobre a Importação - Dívida Ativa - Multas e Juros
1.9.1.3.01.02	Receita de Parcelamentos – Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre a Importação	1.1.1.1.01.1.4	Imposto sobre a Importação - Dívida Ativa - Multas e Juros
1.9.1.3.02.00	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	Não haverá PARA	
1.9.1.3.02.01	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas	1.1.1.3.01.1.4	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Dívida Ativa - Multas e Juros
1.9.1.3.02.02	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas	1.1.1.3.02.1.4	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Dívida Ativa - Multas e Juros
1.9.1.3.02.03	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre a Renda - Retido nas Fontes	1.1.1.3.03.1.4	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Dívida Ativa - Multas e Juros
1.9.1.3.02.04	Receita de Parcelamentos – Multas e Juros de	1.1.1.3.02.1.4	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Dívida Ativa - Multas e Juros



	Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre a Renda - Pessoas Jurídicas		
1.9.1.3.02.05	Receita de Parcelamentos - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte	1.1.1.3.03.1.4	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Dívida Ativa - Multas e Juros
1.9.1.3.02.06	Receita de Parcelamentos - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre a Renda - Pessoas Físicas	1.1.1.3.01.1.4	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Dívida Ativa - Multas e Juros
1.9.1.3.02.07	Multas da Dívida Ativa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - Simples Nacional	1.1.1.3.02.1.4	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Dívida Ativa - Multas e Juros
1.9.1.3.02.08	Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - Simples Nacional	1.1.1.3.02.1.4	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Dívida Ativa - Multas e Juros
1.9.1.3.03.00	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre Produtos Industrializados	1.1.1.4.01.5.4	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Dívida Ativa - Multas e Juros
1.9.1.3.03.01	Receita de Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre Produtos Industrializados	1.1.1.4.01.5.4	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Dívida Ativa - Multas e Juros
1.9.1.3.03.02	Receita de Parcelamentos - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre Produtos Industrializados	1.1.1.4.01.5.4	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Dívida Ativa - Multas e Juros
1.9.1.3.03.03	Multas da Dívida Ativa do Imposto sobre Produtos Industrializados - Simples Nacional	1.1.1.4.01.5.4	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Dívida Ativa - Multas e Juros
1.9.1.3.03.04	Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre Produtos Industrializados - Simples Nacional	1.1.1.4.01.5.4	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Dívida Ativa - Multas e Juros
1.9.1.3.04.00	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários	1.1.1.5.01.2.4	Imposto sobre Operações Financeiras - IOF - Demais Operações - Dívida Ativa - Multas e Juros
1.9.1.3.04.01	Receita de Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários	1.1.1.5.01.2.4	Imposto sobre Operações Financeiras - IOF - Demais Operações - Dívida Ativa - Multas e Juros
1.9.1.3.04.02	Receita de Parcelamentos - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários	1.1.1.5.01.2.4	Imposto sobre Operações Financeiras - IOF - Demais Operações - Dívida Ativa - Multas e Juros
1.9.1.3.07.00	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre a Exportação	1.1.1.1.02.1.4	Imposto sobre a Exportação - Dívida Ativa - Multas e Juros
1.9.1.3.07.01	Receita de Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre a Exportação	1.1.1.1.02.1.4	Imposto sobre a Exportação - Dívida Ativa - Multas e Juros
1.9.1.3.07.02	Receita de Parcelamentos - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre a Exportação	1.1.1.1.02.1.4	Imposto sobre a Exportação - Dívida Ativa - Multas e Juros
1.9.1.3.08.00	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural	Não haverá PARA	
1.9.1.3.08.01	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Conveniados	1.1.1.2.01.1.4	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Conveniados - Dívida Ativa - Multas e Juros
1.9.1.3.08.02	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Não-Conveniados	1.1.1.2.01.2.4	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Não-Conveniados - Dívida Ativa - Multas e Juros
1.9.1.3.09.00	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Taxa de Fiscalização das Telecomunicações	Não haverá PARA	
1.9.1.3.09.01	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Taxa de Fiscalização de Instalação	1.1.2.1.02.1.4	Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI - Dívida Ativa - Multas e Juros
1.9.1.3.09.02	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Taxa de Fiscalização de Funcionamento	1.1.2.1.02.2.4	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF - Dívida Ativa - Multas e Juros
1.9.1.3.10.00	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Taxa de Fiscalização dos Produtos Controlados pelo Ministério do Exército	1.1.2.1.01.1.4	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa - Multas e Juros
1.9.1.3.11.00	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	1.1.1.8.01.1.4	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa - Multas e Juros
1.9.1.3.12.00	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre a Transmissão Inter-Vivos de Bens Imóveis - ITBI	1.1.1.8.01.4.4	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - Dívida Ativa - Multas e Juros
1.9.1.3.13.00	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.1.1.8.02.3.4	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Dívida Ativa - Multas e Juros
1.9.1.3.14.00	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA	1.1.1.8.01.2.4	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - Dívida Ativa - Multas e Juros
1.9.1.3.15.00	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços - ICMS	1.1.1.8.02.1.4	Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - Dívida Ativa - Multas e Juros
1.9.1.3.16.00	Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa de Custas Judiciais	1.1.2.2.01.1.4	Taxas pela Prestação de Serviços - Dívida Ativa - Multas e Juros
1.9.1.3.20.00	Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa do	1.1.1.8.01.3.4	Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Bens e Direitos - Dívida Ativa - Multas e Juros



	Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Bens e Direitos		
1.9.1.3.35.00	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Taxa de Fiscalização e Vigilância Sanitária	1.1.2.1.01.1.4	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa - Multas e Juros
1.9.1.3.98.00	Multas e Juros de mora da Dívida Ativa das Contribuições de Melhoria.	1.1.3.0.00.1.4	Contribuição de Melhoria - Dívida Ativa - Multas e Juros
1.9.1.3.99.00	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Outros Tributos	Não haverá PARA	
1.9.1.4.00.00	Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa das Contribuições	Não haverá PARA	
1.9.1.4.01.00	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	Não haverá PARA	
1.9.1.4.01.01	Receita de Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	1.2.1.0.01.1.4	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS - Dívida Ativa - Multas e Juros
1.9.1.4.01.02	Receita de Parcelamentos – Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	1.2.1.0.01.1.4	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS - Dívida Ativa - Multas e Juros
1.9.1.4.02.00	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Contribuição do Salário-Educação	1.2.1.0.12.1.4	Contribuição Social do Salário-Educação - Dívida Ativa - Multas e Juros
1.9.1.4.03.00	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Contribuição sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de natureza Financeira	Não haverá PARA	
1.9.1.4.03.01	Receita de Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Contribuição sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de natureza Financeira	1.2.1.0.18.1.4	Contribuição sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira - Dívida Ativa - Multas e Juros
1.9.1.4.03.02	Receita de Parcelamentos – Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Contribuição sobre Movimentação Financeira	1.2.1.0.18.1.4	Contribuição sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira - Dívida Ativa - Multas e Juros
1.9.1.4.04.00	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa das Contribuições Previdenciárias para o Regime Geral de Previdência Social.	Não haverá PARA	
1.9.1.4.04.01	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Contribuição Previdenciária do Segurado Obrigatório – Contribuinte Individual	1.2.1.0.03.1.4	Contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Dívida Ativa - Multas e Juros
1.9.1.4.04.02	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Contribuição Previdenciária do Segurado Assalariado	1.2.1.0.03.1.4	Contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Dívida Ativa - Multas e Juros
1.9.1.4.04.03	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Contribuição Previdenciária da Empresa sobre o Segurado Assalariado	1.2.1.0.03.1.4	Contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Dívida Ativa - Multas e Juros
1.9.1.4.04.04	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Contribuição Previdenciária da Empresa Optante pelo SIMPLES	1.2.1.0.03.1.4	Contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Dívida Ativa - Multas e Juros
1.9.1.4.04.05	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Contribuição Previdenciária sobre Espetáculo Desportivo	1.2.1.0.03.1.4	Contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Dívida Ativa - Multas e Juros
1.9.1.4.04.06	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Contribuição Previdenciária sobre Produção Rural	1.2.1.0.03.1.4	Contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Dívida Ativa - Multas e Juros
1.9.1.4.04.07	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Contribuição Previdenciária em Regime de Parcelamento de Débitos	1.2.1.0.03.1.4	Contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Dívida Ativa - Multas e Juros
1.9.1.4.04.08	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Contribuição Previdenciária para o Seguro de Acidente do Trabalho	1.2.1.0.03.1.4	Contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Dívida Ativa - Multas e Juros
1.9.1.4.04.09	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Contribuição Previdenciária sobre Reclamatória Trabalhista	1.2.1.0.03.1.4	Contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Dívida Ativa - Multas e Juros
1.9.1.4.04.10	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Contribuição Previdenciária do Segurado em Regime de Parcelamento de Débitos dos Municípios	1.2.1.0.03.1.4	Contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Dívida Ativa - Multas e Juros
1.9.1.4.04.11	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Contribuição Previdenciária do Segurado Obrigatório – Empresário	1.2.1.0.03.1.4	Contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Dívida Ativa - Multas e Juros
1.9.1.4.04.12	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Contribuição Previdenciária do Segurado Facultativo	1.2.1.0.03.1.4	Contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Dívida Ativa - Multas e Juros
1.9.1.4.04.13	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Contribuição Previdenciária do Segurado Especial	1.2.1.0.03.1.4	Contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Dívida Ativa - Multas e Juros
1.9.1.4.04.14	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Contribuição Previdenciária do Segurado Obrigatório – Empregado Doméstico	1.2.1.0.03.1.4	Contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Dívida Ativa - Multas e Juros
1.9.1.4.04.15	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da	1.2.1.0.03.1.4	Contribuições para o Regime Geral de Previdência



	Contribuição Previdenciária dos Órgãos do Poder Público		Social - RGPS - Dívida Ativa - Multas e Juros
1.9.1.4.04.16	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Contribuição Previdenciária das Entidades Filantrópicas	1.2.1.0.03.1.4	Contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Dívida Ativa - Multas e Juros
1.9.1.4.04.17	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Contribuição Previdenciária – Retenção sobre Nota Fiscal – Sub-rogação	1.2.1.0.03.1.4	Contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Dívida Ativa - Multas e Juros
1.9.1.4.04.18	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Arrecadação FIES – Certificados Financeiros do Tesouro Nacional	1.2.1.0.03.1.4	Contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Dívida Ativa - Multas e Juros
1.9.1.4.04.19	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Arrecadação FNS – Certificados Financeiros do Tesouro Nacional	Não haverá PARA	
1.9.1.4.04.20	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Certificados da Dívida Pública – CDP	Não haverá PARA	
1.9.1.4.04.21	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Contribuição Previdenciária na Forma de Depósito Judicial, Recursal e Custas Judiciais	1.2.1.0.03.1.4	Contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Dívida Ativa - Multas e Juros
1.9.1.4.04.22	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Contribuição Previdenciária – Parcelamentos	1.2.1.0.03.1.4	Contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Dívida Ativa - Multas e Juros
1.9.1.4.04.24	Multas e Juros da Dívida Ativa da Contribuição Previdenciária da Empresa Incidente sobre a Receita Bruta	1.2.1.0.03.1.4	Contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Dívida Ativa - Multas e Juros
1.9.1.4.04.99	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Outras Contribuições Previdenciárias	Não haverá PARA	
1.9.1.4.05.00	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa das Contribuições para o PIS/PASEP	Não haverá PARA	
1.9.1.4.05.01	Receita de Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa das Contribuições para o PIS/PASEP	1.2.1.0.09.1.4	Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS e PASEP - Dívida Ativa - Multas e Juros
1.9.1.4.05.02	Receita de Parcelamentos – Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa das Contribuições para o PIS/PASEP	1.2.1.0.09.1.4	Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS e PASEP - Dívida Ativa - Multas e Juros
1.9.1.4.06.00	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas	Não haverá PARA	
1.9.1.4.06.01	Receita de Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas	1.2.1.0.02.1.4	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Dívida Ativa - Multas e Juros
1.9.1.4.06.02	Receita de Parcelamentos – Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas	1.2.1.0.02.1.4	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Dívida Ativa - Multas e Juros
1.9.1.4.07.00	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa sobre a Contribuição dos Concursos e Prognósticos	Não haverá PARA	
1.9.1.4.07.01	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Contribuição sobre a Receita da Loteria Federal	1.2.1.0.07.1.4	Contribuição sobre a Loteria Federal - Dívida Ativa - Multas e Juros
1.9.1.4.07.02	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Contribuição sobre a Receita de Loterias Esportivas	1.2.1.0.07.2.4	Contribuição sobre Loterias Esportivas - Dívida Ativa - Multas e Juros
1.9.1.4.07.03	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Contribuição sobre a Receita de Concursos Especiais de Loterias Esportivas	1.2.1.0.07.3.4	Contribuição sobre Concursos Especiais de Loterias Esportivas - Dívida Ativa - Multas e Juros
1.9.1.4.07.04	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Contribuição sobre a Receita de Loterias de Números	1.2.1.0.07.4.4	Contribuição sobre Loterias de Números - Dívida Ativa - Multas e Juros
1.9.1.4.07.05	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Contribuição sobre a Receita da Loteria Instantânea	1.2.1.0.07.5.4	Contribuição sobre Loteria Instantânea - Dívida Ativa - Multas e Juros
1.9.1.4.07.06	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Contribuição sobre a Receita de Prêmios Prescritos de Loterias Federais	1.9.3.0.04.1.4	Prêmios Prescritos de Concursos de Prognósticos - Dívida Ativa - Multas e Juros
1.9.1.4.08.00	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa sobre a Contribuição Relativa à Despedida de Empregado sem Justa Causa	1.2.1.0.11.1.4	Contribuição Relativa à Despedida de Empregado sem Justa Causa - Dívida Ativa - Multas e Juros
1.9.1.4.09.00	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa sobre a Contribuição sobre a Remuneração Devida ao Trabalhador	1.2.1.0.11.2.4	Contribuição sobre a Remuneração Devida ao Trabalhador - Dívida Ativa - Multas e Juros
1.9.1.4.10.00	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Cota-Parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante	1.2.2.0.05.1.4	Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM - Dívida Ativa - Multas e Juros
1.9.1.4.11.00	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Contribuição Relativa às Atividades de Comercialização de Petróleo e seus Derivados, Gás Natural e Álcool Carburante	Não haverá PARA	
1.9.1.4.11.01	Receita de Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Contribuição Relativa às Atividades de Comercialização de Petróleo e seus Derivados, Gás Natural e Álcool Carburante	1.2.2.0.08.2.4	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE-Combustíveis - Comercialização - Dívida Ativa - Multas e Juros



1.9.1.4.11.02	Receita de Parcelamentos - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Contribuição Relativa às Atividades de Comercialização de Petróleo e seus Derivados, Gás Natural e Alcool Carburante	1.2.2.0.08.2.4	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE-Combustíveis - Comercialização - Dívida Ativa - Multas e Juros
1.9.1.4.12.00	Juros de Mora do FUNDAP – Dívida Ativa das Contribuições	Não haverá PARA	
1.9.1.4.12.01	Juros de Mora do FUNDAP – Receita da Dívida Ativa da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	1.2.1.0.01.1.4	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS - Dívida Ativa - Multas e Juros
1.9.1.4.12.02	Juros de Mora do FUNDAP - Receita de Parcelamentos da Dívida Ativa da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	1.2.1.0.01.1.4	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS - Dívida Ativa - Multas e Juros
1.9.1.4.12.03	Juros de Mora do FUNDAP – Receita da Dívida Ativa da Contribuição sobre Movimentação Financeira	1.2.1.0.18.1.4	Contribuição sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira - Dívida Ativa - Multas e Juros
1.9.1.4.12.04	Juros de Mora do FUNDAP - Receita de Parcelamentos da Dívida Ativa da Contribuição sobre Movimentação Financeira	1.2.1.0.18.1.4	Contribuição sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira - Dívida Ativa - Multas e Juros
1.9.1.4.12.05	Juros de Mora do FUNDAP – Receita da Dívida Ativa das Contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público	1.2.1.0.09.1.4	Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS e PASEP - Dívida Ativa - Multas e Juros
1.9.1.4.12.06	Juros de Mora do FUNDAP - Receita de Parcelamentos da Dívida Ativa das Contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público	1.2.1.0.09.1.4	Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS e PASEP - Dívida Ativa - Multas e Juros
1.9.1.4.12.07	Juros de Mora do FUNDAP - Receita da Dívida Ativa da Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas	1.2.1.0.02.1.4	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Dívida Ativa - Multas e Juros
1.9.1.4.12.08	Juros de Mora do FUNDAP - Receita de Parcelamentos da Dívida Ativa da Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas	1.2.1.0.02.1.4	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Dívida Ativa - Multas e Juros
1.9.1.4.12.09	Juros de Mora do FUNDAP – Dívida Ativa da Contribuição sobre a Receita da Loteria Federal	1.2.1.0.07.1.4	Contribuição sobre a Loteria Federal - Dívida Ativa - Multas e Juros
1.9.1.4.12.10	Juros de Mora do FUNDAP - Dívida Ativa da Contribuição sobre a Receita de Loterias Esportivas	1.2.1.0.07.2.4	Contribuição sobre Loterias Esportivas - Dívida Ativa - Multas e Juros
1.9.1.4.12.11	Juros de Mora do FUNDAP - Dívida Ativa da Contribuição sobre a Receita de Concursos Especiais de Loterias Esportivas	1.2.1.0.07.3.4	Contribuição sobre Concursos Especiais de Loterias Esportivas - Dívida Ativa - Multas e Juros
1.9.1.4.12.12	Juros de Mora do FUNDAP - Dívida Ativa da Contribuição sobre a Receita de Loterias de Números	1.2.1.0.07.4.4	Contribuição sobre Loterias de Números - Dívida Ativa - Multas e Juros
1.9.1.4.12.13	Juros de Mora do FUNDAP - Dívida Ativa da Contribuição sobre a Receita da Loteria Instantânea	1.2.1.0.07.5.4	Contribuição sobre Loteria Instantânea - Dívida Ativa - Multas e Juros
1.9.1.4.12.14	Juros de Mora do FUNDAP – Receita da Dívida Ativa de Prêmios Prescritos de Loterias Federais	1.9.3.0.04.1.4	Prêmios Prescritos de Concursos de Prognósticos - Dívida Ativa - Multas e Juros
1.9.1.4.13.00	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa das Contribuições sobre os Serviços de Telecomunicações	Não haverá PARA	
1.9.1.4.13.01	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Contribuição sobre a Receita Operacional Bruta Decorrente de Prestação de Serviços de Telecomunicações	1.2.2.0.09.1.4	Contribuição sobre a Receita Operacional Bruta Decorrente de Prestação de Serviços de Telecomunicações - Dívida Ativa - Multas e Juros
1.9.1.4.13.02	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública	1.2.2.0.10.1.4	Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública - Dívida Ativa - Multas e Juros
1.9.1.4.99.00	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Outras Contribuições	Não haverá PARA	
1.9.1.4.99.01	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Outras Contribuições – Principal	Não haverá PARA	
1.9.1.4.99.02	Parcelamentos - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Outras Contribuições	Não haverá PARA	
1.9.1.5.00.00	Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa de Outras Receitas	Não haverá PARA	
1.9.1.5.01.00	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa das Multas por Infração à Legislação Trabalhista	1.9.1.0.01.1.4	Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa - Multas e Juros
1.9.1.5.02.00	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Receita de Exploração de Recursos Minerais	1.3.4.4.02.1.4	Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - Dívida Ativa - Multas e Juros
1.9.1.5.03.00	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Receita de Outorga de Direitos de Exploração e Pesquisa Mineral	1.3.4.4.01.1.4	Outorga de Direitos de Exploração e Pesquisa Mineral - Dívida Ativa - Multas e Juros
1.9.1.5.04.00	Multas e Juros de Mora da Receita da Dívida Ativa das Multas Previstas na Legislação Minerária	1.9.1.0.01.1.4	Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa - Multas e Juros
1.9.1.5.05.00	Multas e Juros de Mora da Receita da Dívida Ativa dos Serviços de Inspeção e Fiscalização da Atividade Mineral	1.6.1.0.03.1.4	Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Dívida Ativa - Multas e Juros



1.9.1.5.06.00	Multas e Juros de Mora da Receita da Dívida Ativa da Multa de Poluição de Águas	1.9.1.0.01.1.4	Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa - Multas e Juros
1.9.1.5.07.00	Multas e Juros de Mora da Receita da Dívida Ativa da Outorga de Direitos de Uso de Recursos Hídricos	1.3.4.5.01.1.4	Outorga de Direitos de Uso de Recursos Hídricos - Dívida Ativa - Multas e Juros
1.9.1.5.08.00	Multas e Juros de Mora da Receita da Dívida Ativa da Multa Prevista no Código Brasileiro de Aeronáutica	1.9.1.0.01.1.4	Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa - Multas e Juros
1.9.1.5.09.00	Multas e Juros de Mora da Receita da Dívida Ativa dos Serviços de Inspeção e Fiscalização	1.6.1.0.03.1.4	Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Dívida Ativa - Multas e Juros
1.9.1.5.10.00	Multas e Juros de Mora da Receita da Dívida Ativa das Multas Previstas na Lei Geral das Telecomunicações	1.9.1.0.02.1.4	Multas Previstas na Lei Geral das Telecomunicações - Dívida Ativa - Multas e Juros
1.9.1.5.11.00	Multas e Juros de Mora da Receita da Dívida Ativa de Concessões e Permissões – Serviços de Comunicação	Não haverá PARA	
1.9.1.5.11.01	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Outorga dos Serviços de Telecomunicações	1.3.3.3.00.1.4	Delegação dos Serviços de Telecomunicação - Poder Concedente no Regime Público - Dívida Ativa - Multas e Juros
1.9.1.5.11.02	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Outorga dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagens	1.3.3.3.00.3.4	Delegação dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagens - Dívida Ativa - Multas e Juros
1.9.1.5.11.03	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Outorga do Direito de Uso de Radiofrequência	1.3.3.3.00.4.4	Cessão do Direito de Uso de Radiofrequência - Dívida Ativa - Multas e Juros
1.9.1.5.11.04	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Transferência de Concessão, de Permissão ou de Autorização de Telecomunicações ou de Uso de Radiofrequência	1.3.3.3.00.6.4	Transferência da Delegação dos Serviços de Telecomunicações ou do Direito de Uso de Radiofrequência - Dívida Ativa - Multas e Juros
1.9.1.5.11.06	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Outorga para a Utilização de Posições Orbitais	1.3.3.3.00.5.4	Cessão do Direito de Exploração de Satélite Brasileiro - Dívida Ativa - Multas e Juros
1.9.1.5.11.07	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Outras Receitas de Concessões e Permissões - Serviços de Comunicação	1.3.3.3.00.9.4	Outras Delegações dos Serviços de Telecomunicação - Dívida Ativa - Multas e Juros
1.9.1.5.12.00	Multas e Juros de Mora da Receita da Dívida Ativa da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional	1.2.2.0.04.1.4	Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - CONDECINE - Dívida Ativa - Multas e Juros
1.9.1.5.13.00	Multas e Juros de Mora da Receita da Dívida Ativa decorrente da Não-Aplicação de Incentivos Fiscais em Projetos Culturais e Indústria Cinematográfica	1.9.2.2.10.2.4	Restituição Decorrente da Não Aplicação de Incentivos Fiscais Relativos à Lei do Audiovisual - Dívida Ativa - Multas e Juros
1.9.1.5.14.00	Multas e Juros de Mora da Receita da Dívida Ativa das Multas por Infrações à Legislação Cinematográfica	1.9.1.0.01.1.4	Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa - Multas e Juros
1.9.1.5.15.00	Multas e Juros de Mora da Receita da Dívida Ativa da Utilização de Recursos Hídricos – Demais Empresas	1.3.4.5.03.2.4	Utilização de Recursos Hídricos - Demais Empresas - Dívida Ativa - Multas e Juros
1.9.1.5.16.00	Multas e Juros de Mora da Receita da Dívida Ativa das Multas Previstas em Lei por Infrações no Setor de Energia Elétrica	1.9.1.0.05.1.4	Multas Previstas em Lei por Infrações no Setor de Energia Elétrica - Dívida Ativa - Multas e Juros
1.9.1.5.17.00	Multas e Juros de Mora da Receita da Dívida Ativa da Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica	1.1.2.1.01.1.4	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa - Multas e Juros
1.9.1.5.18.00	Multas e Juros de Mora da Receita da Dívida Ativa das Multas Previstas na Legislação sobre Lubrificantes e Combustíveis	1.9.1.0.01.1.4	Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa - Multas e Juros
1.9.1.5.19.00	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa das Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores	1.9.9.0.03.1.4	Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores - Dívida Ativa - Multas e Juros
1.9.1.5.20.00	Multas e Juros de Mora da Receita da Dívida Ativa da Taxa de Fiscalização e Autos de Infração no âmbito do Regime de Previdência Complementar Fechada	Não haverá PARA	
1.9.1.5.20.01	Multas e Juros de Mora da Receita da Dívida Ativa da Taxa de Fiscalização – TAFIC	1.1.2.1.01.1.4	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa - Multas e Juros
1.9.1.5.20.02	Multas e Juros de Mora da Receita da Dívida Ativa do Auto de Infração no âmbito do Regime de Previdência Complementar Fechada	1.9.1.0.10.1.4	Multas Previstas na Legislação sobre Regime de Previdência Privada Complementar - Dívida Ativa - Multas e Juros
1.9.1.5.99.00	Outras Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Outras Receitas	Não haverá PARA	
1.9.1.5.99.01	Outras Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Outras Receitas – Principal	1.9.9.0.99.1.4	Outras Receitas - Primárias - Dívida Ativa - Multas e Juros
1.9.1.5.99.02	Parcelamentos - Outras Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Outras Receitas	1.9.9.0.99.1.4	Outras Receitas - Primárias - Dívida Ativa - Multas e Juros
1.9.1.8.00.00	Multas e Juros de Mora de Outras Receitas	Não haverá PARA	
1.9.1.8.01.00	Multas e Juros de Mora de Aluguel	1.3.1.0.01.1.2	Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros
1.9.1.8.02.00	Multas e Juros de Mora de Arrendamentos	1.3.1.0.01.1.2	Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros
1.9.1.8.03.00	Multas e Juros de Mora de Laudêmios	1.3.1.0.01.2.2	Foros, Laudêmios e Tarifas de Ocupação - Multas e



			Juros
1.9.1.8.04.00	Multa e Juros de Mora da Alienação de Bens Imóveis de Domínio da União	Não haverá PARA	
1.9.1.8.04.01	Multa de Mora da Alienação de Bens Imóveis de Domínio da União – Domínio Pleno, Útil e Direto	2.2.2.0.00.1.2	Alienação de Bens Imóveis - Multas e Juros
1.9.1.8.04.02	Juros de Mora da Alienação de Bens Imóveis de Domínio da União – Domínio Pleno, Útil e Direto	2.2.2.0.00.1.2	Alienação de Bens Imóveis - Multas e Juros
1.9.1.8.05.00	Multas e Juros de Mora da Alienação de Outros Bens Imóveis	2.2.2.0.00.1.2	Alienação de Bens Imóveis - Multas e Juros
1.9.1.8.06.00	Multas e Juros de Mora do Parcelamento	Não haverá PARA	
1.9.1.8.07.00	Multas e Juros de Mora de Foros	1.3.1.0.01.2.2	Foros, Laudêmios e Tarifas de Ocupação - Multas e Juros
1.9.1.8.08.00	Multas e Juros de Mora da Taxa de Ocupação	1.3.1.0.01.2.2	Foros, Laudêmios e Tarifas de Ocupação - Multas e Juros
1.9.1.8.09.00	Multas e Juros de Mora de Dividendos	1.3.2.2.00.1.2	Dividendos - Multas e Juros
1.9.1.8.10.00	Multas e Juros de Mora de Participações	1.3.2.3.00.1.2	Participações - Multas e Juros
1.9.1.8.11.00	Multas e Juros de Mora da Receita dos Direitos "Antidumping" e dos Direitos Compensatórios	1.9.9.0.05.1.2	Barreiras Técnicas ao Comércio Exterior - Multas e Juros
1.9.1.8.12.00	Multas e Juros de Mora da Receita Decorrente de Bens Apreendidos	1.9.3.0.02.1.2	Alienação de Bens e Mercadorias Apreendidos - Multas e Juros
1.9.1.8.13.00	Multas e Juros de Mora dos Financiamentos à Estocagem de Alcool Etílico Combustível	Não haverá PARA	
1.9.1.8.14.00	Multas e Juros de Mora da Receita de Exploração de Recursos Minerais	1.3.4.4.02.1.2	Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - Multas e Juros
1.9.1.8.15.00	Multas e Juros de Mora da Receita de Outorga de Direitos de Exploração e Pesquisa Mineral	1.3.4.4.01.1.2	Outorga de Direitos de Exploração e Pesquisa Mineral - Multas e Juros
1.9.1.8.16.00	Multas e Juros de Mora da Receita de Concessão Florestal	1.3.4.6.01.1.2	Concessão de Florestas Nacionais - Valor Mínimo - Multas e Juros
1.9.1.8.17.00	Multa e Juros de Mora pela Cessão de Uso de Bens da União	Não haverá PARA	
1.9.1.8.17.01	Multa de Mora pela Cessão de Uso de Bens da União	1.3.1.0.02.1.2	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Multas e Juros
1.9.1.8.17.02	Juros de Mora pela Cessão de Uso de Bens da União	1.3.1.0.02.1.2	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Multas e Juros
1.9.1.8.18.00	Multa e Juros de Mora de Indenização por Posse ou Ocupação Ilícita de Bens da União	Não haverá PARA	
1.9.1.8.18.01	Multa de Mora de Indenização por Posse ou Ocupação Ilícita de Bens da União	1.9.2.1.02.1.2	Indenização por Posse ou Ocupação Ilícita de Bens Públicos - Multas e Juros
1.9.1.8.18.02	Juros de Mora de Indenização por Posse ou Ocupação Ilícita de Bens da União	1.9.2.1.02.1.2	Indenização por Posse ou Ocupação Ilícita de Bens Públicos - Multas e Juros
1.9.1.8.19.00	Multas e Juros de Mora do Auto de Infração no âmbito do Regime de Previdência Complementar Fechada	1.9.1.0.10.1.2	Multas Previstas na Legislação sobre Regime de Previdência Privada Complementar - Multas e Juros
1.9.1.8.20.00	Multas e Juros de Mora da Receita Decorrente de Medidas de Suspensão de Concessões dos Direitos de Propriedade Intelectual	1.9.9.0.99.1.2	Outras Receitas - Primárias - Multas e Juros
1.9.1.8.21.00	Multas e Juros de Mora do Ressarcimento Decorrente de Ações Regressivas Oriundas da Relação de Trabalho	1.9.2.3.04.1.2	Ressarcimento ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Multas e Juros
1.9.1.8.23.00	Multa e Juros de Mora Decorrentes da Restituição de Recursos de Fomento	1.9.2.2.09.1.2	Restituição de Recursos de Fomento - Multas e Juros
1.9.1.8.24.00	Multas e Juros de Mora das Receitas de Concessão e Outorga na Área de Telecomunicações	Não haverá PARA	
1.9.1.8.24.01	Multas e Juros de Mora da Outorga dos Serviços de Telecomunicações	1.3.3.3.00.1.2	Delegação dos Serviços de Telecomunicação - Poder Concedente no Regime Público - Multas e Juros
1.9.1.8.24.02	Multas e Juros de Mora da Outorga dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagens	1.3.3.3.00.3.2	Delegação dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagens - Multas e Juros
1.9.1.8.24.03	Multas e Juros de Mora da Outorga do Direito de Uso de Radiofrequência	1.3.3.3.00.4.2	Cessão do Direito de Uso de Radiofrequência - Multas e Juros
1.9.1.8.24.04	Multas e Juros de Mora da Transferência de Concessão, de Permissão ou de Autorização de Telecomunicações ou de Uso de Radiofrequência	1.3.3.3.00.6.2	Transferência da Delegação dos Serviços de Telecomunicações ou do Direito de Uso de Radiofrequência - Multas e Juros
1.9.1.8.24.06	Multas e Juros de Mora da Outorga para a Utilização de Posições Orbitais	1.3.3.3.00.5.2	Cessão do Direito de Exploração de Satélite Brasileiro - Multas e Juros
1.9.1.8.24.07	Multas e Juros de Mora de Outras Receitas de Concessões e Permissões - Serviços de Comunicação	1.3.3.3.00.9.2	Outras Delegações dos Serviços de Telecomunicação - Multas e Juros
1.9.1.8.25.00	Multas e Juros de Mora Incidentes sobre as Multas Previstas na Lei Geral das Telecomunicações	1.9.1.0.02.1.2	Multas Previstas na Lei Geral das Telecomunicações - Multas e Juros
1.9.1.8.26.00	Multas e Juros de Mora Decorrentes de Multas por Auto de Infração	1.9.1.0.01.1.2	Multas Previstas em Legislação Específica - Multas e Juros
1.9.1.8.27.00	Multas e Juros de Mora dos Serviços de	1.6.1.0.03.1.2	Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização -



	Certificação e Homologação de Produtos de Telecomunicações		Multas e Juros
1.9.1.8.99.00	Outras Multas e Juros de Mora	Não haverá PARA	
1.9.1.8.99.01	Outras Multas e Juros de Mora - Primárias	1.9.9.0.99.1.2	Outras Receitas - Primárias - Multas e Juros
1.9.1.8.99.02	Outras Multas e Juros de Mora - Financeiras	1.9.9.0.99.2.2	Outras Receitas - Financeiras - Multas e Juros
1.9.1.9.00.00	Multas de Outras Origens	Não haverá PARA	
1.9.1.9.01.00	Multas Previstas na Legislação de Metrologia	1.9.1.0.01.1.1	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal
1.9.1.9.02.00	Multas do Regulamento para o Tráfego Marítimo	1.9.1.0.01.1.1	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal
1.9.1.9.03.00	Multa de Poluição de Águas	1.9.1.0.01.1.1	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal
1.9.1.9.04.00	Multas Previstas em Acordos Internacionais sobre a Pesca	1.9.1.0.01.1.1	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal
1.9.1.9.04.24	Multas e Juros da Dívida Ativa da Contribuição Previdenciária da Empresa Incidente sobre a Receita Bruta	1.2.1.0.03.1.4	Contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Dívida Ativa - Multas e Juros
1.9.1.9.05.00	Multas Decorrentes de Apreensão de Embarcações de Pesca	1.9.1.0.01.1.1	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal
1.9.1.9.06.00	Multas do Código Eleitoral e Leis Conexas	1.9.1.0.01.1.1	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal
1.9.1.9.07.00	Multas Previstas no Regulamento do Estrangeiro	1.9.1.0.01.1.1	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal
1.9.1.9.08.00	Multas Previstas na Lei do Serviço Militar	1.9.1.0.01.1.1	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal
1.9.1.9.09.00	Multas Previstas na Lei Geral das Telecomunicações	1.9.1.0.02.1.1	Multas Previstas na Lei Geral das Telecomunicações - Principal
1.9.1.9.10.00	Multas Previstas na Legislação Sanitária	1.9.1.0.01.1.1	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal
1.9.1.9.12.00	Multas Previstas na Legislação de Registro do Comércio	1.9.1.0.01.1.1	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal
1.9.1.9.13.00	Multas Previstas na Legislação sobre Lubrificantes e Combustíveis	1.9.1.0.01.1.1	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal
1.9.1.9.14.00	Multas por Infração à Legislação Trabalhista	1.9.1.0.01.1.1	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal
1.9.1.9.15.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito	1.9.1.0.01.1.1	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal
1.9.1.9.16.00	Multas Previstas na Legislação do Seguro-Desemprego e Abono Salarial	1.9.1.0.03.1.1	Multas Previstas na Legislação do Seguro-Desemprego e Abono Salarial - Principal
1.9.1.9.17.00	Multas Previstas na Lei Delegada no 04/62	1.9.1.0.01.1.1	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal
1.9.1.9.18.00	Multas sobre a Fiscalização da Rede de Produção Orgânica	1.9.1.0.01.1.1	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal
1.9.1.9.20.00	Multa Prevista na Lei de Prevenção ao Uso de Drogas	1.9.1.0.01.1.1	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal
1.9.1.9.26.00	Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos	1.9.1.0.04.1.1	Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos - Principal
1.9.1.9.26.01	Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos Trabalhistas	1.9.1.0.04.1.1	Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos - Principal
1.9.1.9.26.02	Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos – Outros	1.9.1.0.04.1.1	Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos - Principal
1.9.1.9.27.00	Multas e Juros Previstos em Contratos	1.9.1.0.09.1.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal
1.9.1.9.28.00	Multas Decorrentes da Operação do Transporte Rodoviário de Passageiros e Cargas	1.9.1.0.01.1.1	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal
1.9.1.9.29.00	Multas Previstas por Infrações à Legislação sobre Transportes Ferroviários	1.9.1.0.01.1.1	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal
1.9.1.9.30.00	Multas Previstas no Código Brasileiro de Aeronáutica	1.9.1.0.01.1.1	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal
1.9.1.9.31.00	Multa de Tarifa Pedágio	1.9.1.0.01.1.1	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal
1.9.1.9.32.00	Multas Aplicadas no Âmbito de Processo Judicial	1.9.1.0.08.1.1	Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais - Principal
1.9.1.9.32.10	Multas Decorrentes de Sentenças Penais Condenatórias	1.9.1.0.08.1.1	Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais - Principal
1.9.1.9.32.20	Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais	1.9.1.0.08.1.1	Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais - Principal
1.9.1.9.33.00	Multa de Quebra de Fiança	1.9.1.0.01.1.1	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal
1.9.1.9.34.00	Multas Previstas em Lei por Infrações no Setor de Energia elétrica	1.9.1.0.05.1.1	Multas Previstas em Lei por Infrações no Setor de Energia Elétrica - Principal
1.9.1.9.35.00	Multas por Danos Ambientais	1.9.1.0.06.0.0	Multas por Danos Ambientais
1.9.1.9.35.10	Multas Administrativas por Danos Ambientais	1.9.1.0.06.1.1	Multas Administrativas por Danos Ambientais - Principal
1.9.1.9.35.20	Multas Judiciais por Danos Ambientais	1.9.1.0.06.2.1	Multas Judiciais por Danos Ambientais - Principal
1.9.1.9.36.00	Multa de Segurança Privada	1.9.1.0.01.1.1	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal
1.9.1.9.37.00	Multa por Ato Atentatório ao Exercício da Jurisdição	1.9.1.0.01.1.1	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal
1.9.1.9.38.00	Multas e Juros das Operações Oficiais de Crédito	Não haverá PARA	
1.9.1.9.41.00	Multas por Infrações à Legislação Cinematográfica	1.9.1.0.01.1.1	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal
1.9.1.9.48.00	Multas Aplicadas pelos Tribunais de Contas	1.9.1.0.07.1.1	Multas Aplicadas pelos Tribunais de Contas - Principal
1.9.1.9.49.00	Multas Previstas na Legislação sobre Regime de Previdência Privada Complementar	1.9.1.0.10.1.1	Multas Previstas na Legislação sobre Regime de Previdência Privada Complementar - Principal
1.9.1.9.50.00	Multas por Auto de Infração	1.9.1.0.01.1.1	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal
1.9.1.9.51.00	Multa pelo Descumprimento de Obrigação Acessória Previdenciária	1.9.1.0.11.1.1	Multa por Descumprimento de Obrigação Previdenciária Acessória - Principal
1.9.1.9.51.10	Multas por Atraso de Informações da Guia de	1.9.1.0.11.1.1	Multa por Descumprimento de Obrigação Previdenciária Acessória - Principal



	Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social		
1.9.1.9.51.20	Multa a Titulares de Cartórios por Descumprimento das Obrigações Previstas na Legislação Previdenciária	1.9.1.0.11.1.1	Multa por Descumprimento de Obrigação Previdenciária Acessória - Principal
1.9.1.9.51.30	Multas Aplicadas a Empresa por Não Emissão ou Emissão em Atraso da Comunicação por Acidente de Trabalho	1.9.1.0.11.1.1	Multa por Descumprimento de Obrigação Previdenciária Acessória - Principal
1.9.1.9.51.40	Multas Aplicadas por Ausência de Desconto em Folha de Pagamento Proveniente de Benefícios Pagos Indevidamente	1.9.1.0.11.1.1	Multa por Descumprimento de Obrigação Previdenciária Acessória - Principal
1.9.1.9.51.50	Multas Aplicadas por Litigância de Má-Fé em Processos Judiciais contra o INSS	1.9.1.0.11.1.1	Multa por Descumprimento de Obrigação Previdenciária Acessória - Principal
1.9.1.9.52.00	Multas Previstas na Legislação Minerária	1.9.1.0.01.1.1	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal
1.9.1.9.53.00	Multas Decorrentes de Serviços de Migração	1.9.1.0.01.1.1	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal
1.9.1.9.60.00	Multa por Infração à Legislação de Licitação	1.9.1.0.01.1.1	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal
1.9.1.9.70.00	Multas e Indenizações pela Exploração do Patrimônio Genético	Não haverá PARA	
1.9.1.9.70.01	Multas e Indenizações pela Exploração do Patrimônio Genético em Áreas de Domínio da União	1.9.1.0.01.1.1	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal
1.9.1.9.70.02	Multas e Indenizações pela Exploração do Patrimônio Genético no Mar Territorial, Zona Econômica Exclusiva ou Plataforma Continental	1.9.1.0.01.1.1	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal
1.9.1.9.99.00	Outras Multas	1.9.9.0.99.1.2	Outras Receitas - Primárias - Multas e Juros
1.9.2.0.00.00	Indenizações e Restituições	1.9.2.0.00.0.0	Indenizações, Restituições e Ressarcimentos
1.9.2.1.00.00	Indenizações	1.9.2.1.00.0.0	Indenizações
1.9.2.1.05.00	Indenizações previstas na Legislação sobre Defesa de Direitos Difusos	Não haverá PARA	
1.9.2.1.06.00	Indenizações por Danos Causados ao Patrimônio Público	1.9.2.1.01.1.1	Indenizações por Danos Causados ao Patrimônio Público - Principal
1.9.2.1.07.00	Indenização por Posse ou Ocupação Ilícita de Bens da União	1.9.2.1.02.1.1	Indenização por Posse ou Ocupação Ilícita de Bens Públicos - Principal
1.9.2.1.99.00	Outras Indenizações	1.9.2.1.99.1.1	Outras Indenizações - Principal
1.9.2.2.00.00	Restituições	1.9.2.2.00.0.0	Restituições
1.9.2.2.01.00	Restituições de Convênios	1.9.2.2.01.0.0	Restituição de Convênios
1.9.2.2.01.10	Restituições de Convênios – Primárias	1.9.2.2.01.1.1	Restituição de Convênios - Primárias - Principal
1.9.2.2.01.20	Restituições de Convênios – Financeira	1.9.2.2.01.2.1	Restituição de Convênios - Financeiras - Principal
1.9.2.2.02.00	Restituições de Benefícios não Desembolsados	1.9.2.2.02.1.0	Restituição de Benefícios Não Desembolsados
1.9.2.2.02.10	Restituições de Benefícios Não Desembolsados - Fundo de Amparo ao Trabalhador	1.9.2.2.02.1.1	Restituição de Benefícios Não Desembolsados - Principal
1.9.2.2.02.20	Restituições de Benefícios Não Desembolsados - Recursos Próprios Não-Financeiros	1.9.2.2.02.1.1	Restituição de Benefícios Não Desembolsados - Principal
1.9.2.2.02.30	Restituição de Benefícios Previdenciários Oriundos de Fraude	1.9.2.2.03.1.1	Restituição de Benefícios Previdenciários - Principal
1.9.2.2.02.40	Restituição de Benefícios Previdenciários Oriundos de Erro	1.9.2.2.03.1.1	Restituição de Benefícios Previdenciários - Principal
1.9.2.2.02.50	Restituição de Benefícios Pagos Indevidamente pelo Banco Depositário	1.9.2.2.03.1.1	Restituição de Benefícios Previdenciários - Principal
1.9.2.2.02.60	Restituição de Benefícios Previdenciários Mediante Consignação em Folha de Pagamento	1.9.2.2.03.1.1	Restituição de Benefícios Previdenciários - Principal
1.9.2.2.02.70	Restituição de Benefícios Previdenciários Oriundos de Parcelamento de Débito	1.9.2.2.03.1.1	Restituição de Benefícios Previdenciários - Principal
1.9.2.2.02.80	Outras Restituições de Benefícios Não Desembolsados – Demais Fontes	1.9.2.2.99.1.1	Outras Restituições - Principal
1.9.2.2.02.90	Outras Restituições de Benefícios	1.9.2.2.99.1.1	Outras Restituições - Principal
1.9.2.2.02.91	Restituição de Benefícios Oriundos de Encargos Previdenciários da União	1.9.2.2.03.1.1	Restituição de Benefícios Previdenciários - Principal
1.9.2.2.02.92	Restituições de Benefícios de Prestação Continuada e de Renda Mensal Vitalícia	1.9.2.2.04.1.1	Restituição de Benefícios Assistenciais - Principal
1.9.2.2.02.93	Outras Restituições de Benefícios Previdenciários	1.9.2.2.03.1.1	Restituição de Benefícios Previdenciários - Principal
1.9.2.2.03.00	Restituição de Contribuições Previdenciárias Complementares	1.9.2.2.05.1.1	Restituição de Contribuições Previdenciárias Complementares - Principal
1.9.2.2.04.00	Restituições não Reclamadas das Condenações Judiciais	1.9.2.2.99.1.1	Outras Restituições - Principal
1.9.2.2.05.00	Ressarcimento por Operadoras de Seguros Privados de Assistência à Saúde	1.9.2.3.01.1.1	Ressarcimento por Operadoras de Seguros Privados de Assistência a Saúde - Principal
1.9.2.2.06.00	Ressarcimento do Custo de Disponibilização de Medicamentos	1.9.2.3.02.1.1	Ressarcimento de Custos - Principal
1.9.2.2.07.00	Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores	1.9.2.2.06.1.1	Restituição de Despesas de Exercícios Anteriores - Principal
1.9.2.2.08.00	Ressarcimento de Pagamentos de Honorários Técnico-Periciais	1.9.2.3.02.1.1	Ressarcimento de Custos - Principal
1.9.2.2.09.00	Ressarcimento de Despesas do Porte de Remessa e Retorno dos Autos	1.9.2.3.02.1.1	Ressarcimento de Custos - Principal
1.9.2.2.10.00	Compensações Financeiras entre o Regime	1.9.9.0.03.1.1	Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os



	Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores		Regimes Próprios de Previdência dos Servidores - Principal
1.9.2.2.10.01	Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores – Principal	1.9.9.0.03.1.1	Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores - Principal
1.9.2.2.10.02	Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores – Parcelamentos	1.9.9.0.03.1.1	Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores - Principal
1.9.2.2.11.00	Restituição de Parcelas do Seguro Desemprego Recebidas Indevidamente	1.9.2.2.07.1.1	Restituição de Parcelas do Seguro Desemprego Recebidas Indevidamente - Principal
1.9.2.2.20.00	Recuperação de Sinistros	1.9.2.2.08.1.1	Restituição de Garantias Prestadas - Principal
1.9.2.2.21.00	Ressarcimento de Pagamentos de Despesas pela Deportação	1.9.2.3.99.1.1	Outros Ressarcimentos - Principal
1.9.2.2.22.00	Ressarcimento Decorrente de Ações Regressivas Oriundas da Relação de Trabalho	1.9.2.3.04.1.1	Ressarcimento ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Principal
1.9.2.2.23.00	Restituição de Recursos de Fomento	1.9.2.2.09.1.1	Restituição de Recursos de Fomento - Principal
1.9.2.2.24.00	Restituição de Recursos de Subvenções ou Subsídios	1.9.2.2.99.1.1	Outras Restituições - Principal
1.9.2.2.30.00	Devoluções de Recursos decorrentes de Restituições Indevidas do Imposto de Renda	1.9.2.2.99.1.1	Outras Restituições - Principal
1.9.2.2.99.00	Outras Restituições	1.9.2.2.99.1.1	Outras Restituições - Principal
1.9.2.3.01.00	Retorno de Investimentos Mediante Participação em Empresas e Projetos	1.9.9.0.99.1.1	Outras Receitas - Primárias - Principal
1.9.3.0.00.00	Receita da Dívida Ativa	Não haverá PARA	
1.9.3.1.00.00	Receita da Dívida Ativa Tributária	Não haverá PARA	
1.9.3.1.01.00	Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	Não haverá PARA	
1.9.3.1.01.01	Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas	1.1.1.3.01.1.3	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Dívida Ativa
1.9.3.1.01.02	Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas	1.1.1.3.02.1.3	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Dívida Ativa
1.9.3.1.01.03	Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre a Renda Retido nas Fontes	1.1.1.3.03.1.3	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Dívida Ativa
1.9.3.1.01.04	Receita de Parcelamentos – Dívida Ativa do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas	1.1.1.3.02.1.3	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Dívida Ativa
1.9.3.1.01.05	Receita de Parcelamentos – Dívida Ativa do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte	1.1.1.3.03.1.3	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Dívida Ativa
1.9.3.1.01.06	Receita de Parcelamentos – Dívida Ativa do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas	1.1.1.3.01.1.3	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Dívida Ativa
1.9.3.1.01.07	Receita da Dívida Ativa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - Simples Nacional	1.1.1.3.02.1.3	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Dívida Ativa
1.9.3.1.02.00	Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre Produtos Industrializados	1.1.1.4.01.5.3	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Dívida Ativa
1.9.3.1.02.01	Receita do Principal da Dívida Ativa do Imposto sobre Produtos Industrializados	1.1.1.4.01.5.3	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Dívida Ativa
1.9.3.1.02.02	Receita de Parcelamentos – Dívida Ativa do Imposto sobre Produtos Industrializados	1.1.1.4.01.5.3	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Dívida Ativa
1.9.3.1.02.03	Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre Produtos Industrializados - Simples Nacional	1.1.1.4.01.5.3	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Dívida Ativa
1.9.3.1.03.00	Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários	1.1.1.5.01.2.3	Imposto sobre Operações Financeiras - IOF - Demais Operações - Dívida Ativa
1.9.3.1.03.01	Receita do Principal da Dívida Ativa do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários	1.1.1.5.01.2.3	Imposto sobre Operações Financeiras - IOF - Demais Operações - Dívida Ativa
1.9.3.1.03.02	Receita de Parcelamentos – Dívida Ativa do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários	1.1.1.5.01.2.3	Imposto sobre Operações Financeiras - IOF - Demais Operações - Dívida Ativa
1.9.3.1.04.00	Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural	Não haverá PARA	
1.9.3.1.04.01	Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Conveniados	1.1.1.2.01.1.3	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Conveniados - Dívida Ativa
1.9.3.1.04.02	Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Não-Conveniados	1.1.1.2.01.2.3	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Não-Conveniados - Dívida Ativa
1.9.3.1.05.00	Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre a Importação	1.1.1.1.01.1.3	Imposto sobre a Importação - Dívida Ativa
1.9.3.1.05.01	Receita do Principal da Dívida Ativa do Imposto sobre a Importação	1.1.1.1.01.1.3	Imposto sobre a Importação - Dívida Ativa
1.9.3.1.05.02	Receita de Parcelamentos – Dívida Ativa do Imposto sobre a Importação	1.1.1.1.01.1.3	Imposto sobre a Importação - Dívida Ativa
1.9.3.1.06.00	Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre a Exportação	1.1.1.1.02.1.3	Imposto sobre a Exportação - Dívida Ativa
1.9.3.1.06.01	Receita do Principal da Dívida Ativa do Imposto	1.1.1.1.02.1.3	Imposto sobre a Exportação - Dívida Ativa



	sobre a Exportação		
1.9.3.1.06.02	Receita de Parcelamentos – Dívida Ativa do Imposto sobre a Exportação	1.1.1.1.02.1.3	Imposto sobre a Exportação - Dívida Ativa
1.9.3.1.07.00	Receita da Dívida Ativa de Custas Judiciais	1.1.2.2.01.1.3	Taxas pela Prestação de Serviços - Dívida Ativa
1.9.3.1.08.00	Receita da Dívida Ativa da Taxa de Fiscalização de Telecomunicações	Não haverá PARA	
1.9.3.1.08.01	Receita da Dívida Ativa da Taxa de Fiscalização de Instalação	1.1.2.1.02.1.3	Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI - Dívida Ativa
1.9.3.1.08.02	Receita da Dívida Ativa da Taxa de Fiscalização de Funcionamento	1.1.2.1.02.2.3	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF - Dívida Ativa
1.9.3.1.09.00	Receita da Dívida Ativa decorrente da Taxa de Fiscalização – TAFIC	1.1.2.1.01.1.3	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa
1.9.3.1.11.00	Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	1.1.1.8.01.1.3	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa
1.9.3.1.12.00	Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre a Transmissão Inter-Vivos de Bens Imóveis – ITBI	1.1.1.8.01.4.3	Imposto sobre Transmissão “Inter Vivos” de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - Dívida Ativa
1.9.3.1.13.00	Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	1.1.1.8.02.3.3	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Dívida Ativa
1.9.3.1.14.00	Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA	1.1.1.8.01.2.3	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - Dívida Ativa
1.9.3.1.15.00	Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços – ICMS	1.1.1.8.02.1.3	Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - Dívida Ativa
1.9.3.1.20.00	Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre Transmissão “Causa Mortis” e Doação de Bens e Direitos	1.1.1.8.01.3.3	Imposto sobre Transmissão “Causa Mortis” e Doação de Bens e Direitos - Dívida Ativa
1.9.3.1.35.00	Receita da Dívida Ativa da Taxa de Fiscalização e Vigilância Sanitária	1.1.2.1.01.1.3	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa
1.9.3.1.36.00	Receita da Dívida Ativa da Taxa de Saúde Suplementar	1.1.2.1.01.1.3	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa
1.9.3.1.98.00	Receita da Dívida Ativa das Contribuições de Melhoria.	1.1.3.0.00.1.3	Contribuição de Melhoria - Dívida Ativa
1.9.3.1.99.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos	Não haverá PARA	
1.9.3.1.99.01	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos – Principal	Não haverá PARA	
1.9.3.1.99.02	Parcelamentos - Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos	Não haverá PARA	
1.9.3.2.00.00	Receita da Dívida Ativa não tributária	Não haverá PARA	
1.9.3.2.01.00	Receita da Dívida Ativa das Contribuições Previdenciárias para o Regime Geral de Previdência Social	Não haverá PARA	
1.9.3.2.01.01	Receita da Dívida Ativa da Contribuição Previdenciária do Segurado Obrigatório – Contribuinte Individual	1.2.1.0.03.1.3	Contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Dívida Ativa
1.9.3.2.01.02	Receita da Dívida Ativa da Contribuição Previdenciária do Segurado Assalariado	1.2.1.0.03.1.3	Contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Dívida Ativa
1.9.3.2.01.03	Receita da Dívida Ativa da Contribuição Previdenciária da Empresa sobre o Segurado Assalariado	1.2.1.0.03.1.3	Contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Dívida Ativa
1.9.3.2.01.04	Receita da Dívida Ativa da Contribuição Previdenciária da Empresa Optante pelo SIMPLES	1.2.1.0.03.1.3	Contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Dívida Ativa
1.9.3.2.01.05	Receita da Dívida Ativa da Contribuição Previdenciária sobre Espetáculo Desportivo	1.2.1.0.03.1.3	Contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Dívida Ativa
1.9.3.2.01.06	Receita da Dívida Ativa da Contribuição Previdenciária sobre Produção Rural	1.2.1.0.03.1.3	Contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Dívida Ativa
1.9.3.2.01.07	Receita da Dívida Ativa da Contribuição Previdenciária em Regime de Parcelamento de Débitos	1.2.1.0.03.1.3	Contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Dívida Ativa
1.9.3.2.01.08	Receita da Dívida Ativa da Contribuição Previdenciária para o Seguro de Acidente do Trabalho	1.2.1.0.03.1.3	Contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Dívida Ativa
1.9.3.2.01.09	Receita de Mora da Dívida Ativa da Contribuição Previdenciária sobre Reclamatória Trabalhista	1.2.1.0.03.1.3	Contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Dívida Ativa
1.9.3.2.01.10	Receita da Dívida Ativa da Contribuição Previdenciária do Segurado em Regime de Parcelamento de Débitos dos Municípios	1.2.1.0.03.1.3	Contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Dívida Ativa
1.9.3.2.01.11	Receita da Dívida Ativa da Contribuição Previdenciária do Segurado Obrigatório – Empresário	1.2.1.0.03.1.3	Contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Dívida Ativa
1.9.3.2.01.12	Receita da Dívida Ativa da Contribuição Previdenciária do Segurado Facultativo	1.2.1.0.03.1.3	Contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Dívida Ativa
1.9.3.2.01.13	Receita da Dívida Ativa da Contribuição Previdenciária do Segurado Especial	1.2.1.0.03.1.3	Contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Dívida Ativa



1.9.3.2.01.14	Receita da Dívida Ativa da Contribuição Previdenciária do Segurado Obrigatório – Empregado Doméstico	1.2.1.0.03.1.3	Contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Dívida Ativa
1.9.3.2.01.15	Receita da Dívida Ativa da Contribuição Previdenciária dos Órgãos do Poder Público	1.2.1.0.03.1.3	Contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Dívida Ativa
1.9.3.2.01.16	Receita da Dívida Ativa da Contribuição Previdenciária das Entidades Filantrópicas	1.2.1.0.03.1.3	Contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Dívida Ativa
1.9.3.2.01.17	Receita da Dívida Ativa da Contribuição Previdenciária – Retenção sobre Nota Fiscal – Sub-rogação	1.2.1.0.03.1.3	Contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Dívida Ativa
1.9.3.2.01.18	Receita da Dívida Ativa da Arrecadação FIES – Certificados Financeiros do Tesouro Nacional	1.2.1.0.03.1.3	Contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Dívida Ativa
1.9.3.2.01.19	Receita da Dívida Ativa da Arrecadação FNS – Certificados Financeiros do Tesouro Nacional	Não haverá PARA	
1.9.3.2.01.20	Receita da Dívida Ativa de Certificados da Dívida Pública – CDP	Não haverá PARA	
1.9.3.2.01.21	Receita da Dívida Ativa da Contribuição Previdenciária na Forma de Depósito Judicial, Recursal e Custas Judiciais	1.2.1.0.03.1.3	Contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Dívida Ativa
1.9.3.2.01.22	Receita da Dívida Ativa da Contribuição Previdenciária – Parcelamentos	1.2.1.0.03.1.3	Contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Dívida Ativa
1.9.3.2.01.24	Receita da Dívida Ativa da Contribuição Previdenciária da Empresa Incidente sobre a Receita Bruta	1.2.1.0.03.1.3	Contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Dívida Ativa
1.9.3.2.01.99	Receita da Dívida Ativa de Outras Contribuições Previdenciárias	Não haverá PARA	
1.9.3.2.02.00	Receita da Dívida Ativa da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	Não haverá PARA	
1.9.3.2.02.01	Receita do Principal da Dívida Ativa da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	1.2.1.0.01.1.3	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS - Dívida Ativa
1.9.3.2.02.02	Receita de Parcelamentos – Dívida Ativa da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	1.2.1.0.01.1.3	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS - Dívida Ativa
1.9.3.2.03.00	Receita da Dívida Ativa da Contribuição do Salário-Educação	1.2.1.0.12.1.3	Contribuição Social do Salário-Educação - Dívida Ativa
1.9.3.2.04.00	Receita da Dívida Ativa da Contribuição sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira	Não haverá PARA	
1.9.3.2.04.01	Receita do Principal da Dívida Ativa da Contribuição sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira	1.2.1.0.18.1.3	Contribuição sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira - Dívida Ativa
1.9.3.2.04.02	Receita de Parcelamentos – Dívida Ativa da Contribuição sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira	1.2.1.0.18.1.3	Contribuição sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira - Dívida Ativa
1.9.3.2.05.00	Receita da Dívida Ativa da Contribuição para o PIS/PASEP	Não haverá PARA	
1.9.3.2.05.01	Receita do Principal da Dívida Ativa da Contribuição para o PIS/PASEP	1.2.1.0.09.1.3	Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS e PASEP - Dívida Ativa
1.9.3.2.05.02	Receita de Parcelamentos - Dívida Ativa da Contribuição para o PIS/PASEP	1.2.1.0.09.1.3	Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS e PASEP - Dívida Ativa
1.9.3.2.06.00	Receita da Dívida Ativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas	Não haverá PARA	
1.9.3.2.06.01	Receita do Principal da Dívida Ativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas	1.2.1.0.02.1.3	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Dívida Ativa
1.9.3.2.06.02	Receita de Parcelamentos - Dívida Ativa da Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas	1.2.1.0.02.1.3	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Dívida Ativa
1.9.3.2.07.00	Receita da Dívida Ativa da Contribuição dos Concursos e Prognósticos	Não haverá PARA	
1.9.3.2.07.01	Receita da Dívida Ativa da Contribuição sobre a Receita da Loteria Federal	1.2.1.0.07.1.3	Contribuição sobre a Loteria Federal - Dívida Ativa
1.9.3.2.07.02	Receita da Dívida Ativa da Contribuição sobre a Receita de Loterias Esportivas	1.2.1.0.07.2.3	Contribuição sobre Loterias Esportivas - Dívida Ativa
1.9.3.2.07.03	Receita da Dívida Ativa da Contribuição sobre a Receita de Concursos Especiais de Loterias Esportivas	1.2.1.0.07.3.3	Contribuição sobre Concursos Especiais de Loterias Esportivas - Dívida Ativa
1.9.3.2.07.04	Receita da Dívida Ativa da Contribuição sobre a Receita da Loteria de Números	1.2.1.0.07.4.3	Contribuição sobre Loterias de Números - Dívida Ativa
1.9.3.2.07.05	Receita da Dívida Ativa da Contribuição sobre a Receita da Loteria Instantânea	1.2.1.0.07.5.3	Contribuição sobre Loteria Instantânea - Dívida Ativa
1.9.3.2.07.06	Receita da Dívida Ativa de Prêmios Prescritos de Loterias Federais	1.9.3.0.04.1.3	Prêmios Prescritos de Concursos de Prognósticos - Dívida Ativa
1.9.3.2.08.00	Receita da Dívida Ativa das Multas do Código	1.9.1.0.01.1.3	Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida



	Eleitoral e Leis Conexas		Ativa
1.9.3.2.09.00	Receita da Dívida Ativa da Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante	1.2.2.0.05.1.3	Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM - Dívida Ativa
1.9.3.2.10.00	Receita da Dívida Ativa da Contribuição sobre Aposta em Competições Hípicas	1.2.2.0.03.1.3	Contribuição sobre Apostas em Competições Hípicas - Dívida Ativa
1.9.3.2.11.00	Receita da Dívida Ativa de Aluguéis	1.3.1.0.01.1.3	Aluguéis e Arrendamentos - Dívida Ativa
1.9.3.2.12.00	Receita da Dívida Ativa de Foros	1.3.1.0.01.2.3	Foros, Laudêmios e Tarifas de Ocupação - Dívida Ativa
1.9.3.2.13.00	Receita da Dívida Ativa de Taxa de Ocupação	1.3.1.0.01.2.3	Foros, Laudêmios e Tarifas de Ocupação - Dívida Ativa
1.9.3.2.14.00	Receita da Dívida Ativa de Arrendamento	1.3.1.0.01.1.3	Aluguéis e Arrendamentos - Dívida Ativa
1.9.3.2.15.00	Receita da Dívida Ativa de Laudêmios	1.3.1.0.01.2.3	Foros, Laudêmios e Tarifas de Ocupação - Dívida Ativa
1.9.3.2.16.00	Receita da Dívida Ativa de Outras Contribuições	Não haverá PARA	
1.9.3.2.16.01	Receita da Dívida Ativa de Outras Contribuições - Principal	Não haverá PARA	
1.9.3.2.16.02	Receita de Parcelamentos - Dívida Ativa de Outras Contribuições	Não haverá PARA	
1.9.3.2.16.03	Receita da Dívida Ativa da Contribuição sobre a Receita Operacional Bruta Decorrente de Prestação de Serviços de Telecomunicações	1.2.2.0.09.1.3	Contribuição sobre a Receita Operacional Bruta Decorrente de Prestação de Serviços de Telecomunicações - Dívida Ativa
1.9.3.2.16.04	Receita da Dívida Ativa da Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública	1.2.2.0.10.1.3	Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública - Dívida Ativa
1.9.3.2.17.00	Receita da Dívida Ativa das Multas por Infração à Legislação Trabalhista	1.9.1.0.01.1.3	Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa
1.9.3.2.18.00	Receita da Dívida Ativa da Contribuição Relativa à Despedida de Empregado sem Justa Causa	1.2.1.0.11.1.3	Contribuição Relativa à Despedida de Empregado sem Justa Causa - Dívida Ativa
1.9.3.2.19.00	Receita da Dívida Ativa da Contribuição sobre a Remuneração Devida ao Trabalhador	1.2.1.0.11.2.3	Contribuição sobre a Remuneração Devida ao Trabalhador - Dívida Ativa
1.9.3.2.20.00	Receita da Dívida Ativa da Contribuição Relativa às Atividades de Comercialização de Petróleo e seus Derivados, Gás Natural e Alcool Carburante	Não haverá PARA	
1.9.3.2.20.01	Receita da Dívida Ativa da Contribuição Relativa às Atividades de Comercialização de Petróleo e seus Derivados, Gás Natural e Alcool Carburante - Principal	1.2.2.0.08.2.3	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE-Combustíveis - Comercialização - Dívida Ativa
1.9.3.2.20.02	Receita de Parcelamentos - Dívida Ativa da Contribuição Relativa às Atividades de Comercialização de Petróleo e seus Derivados, Gás Natural e Alcool Carburante	1.2.2.0.08.2.3	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE-Combustíveis - Comercialização - Dívida Ativa
1.9.3.2.21.00	Receita da Dívida Ativa da Atividade Mineral	Não haverá PARA	
1.9.3.2.21.01	Receita da Dívida Ativa da Exploração de Recursos Minerais	1.3.4.4.02.1.3	Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - Dívida Ativa
1.9.3.2.21.02	Receita da Dívida Ativa da Outorga de Direitos de Exploração e Pesquisa Mineral	1.3.4.4.01.1.3	Outorga de Direitos de Exploração e Pesquisa Mineral - Dívida Ativa
1.9.3.2.21.04	Receita da Dívida Ativa das Multas Previstas na Legislação Minerária	1.9.1.0.01.1.3	Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa
1.9.3.2.21.05	Receita da Dívida Ativa dos Serviços de Inspeção e Fiscalização da Atividade Mineral	1.6.1.0.03.1.3	Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Dívida Ativa
1.9.3.2.22.00	Receita da Dívida Ativa da Multa de Poluição de Águas	1.9.1.0.01.1.3	Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa
1.9.3.2.23.00	Receita da Dívida Ativa da Outorga de Direitos de Uso de Recursos Hídricos	1.3.4.5.01.1.3	Outorga de Direitos de Uso de Recursos Hídricos - Dívida Ativa
1.9.3.2.24.00	Receita da Dívida Ativa da Multa Prevista no Código Brasileiro de Aeronáutica	1.9.1.0.01.1.3	Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa
1.9.3.2.25.00	Receita da Dívida Ativa dos Serviços de Inspeção e Fiscalização	1.6.1.0.03.1.3	Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Dívida Ativa
1.9.3.2.26.00	Receita da Dívida Ativa das Multas Previstas na Lei Geral das Telecomunicações	1.9.1.0.02.1.3	Multas Previstas na Lei Geral das Telecomunicações - Dívida Ativa
1.9.3.2.27.00	Receita da Dívida Ativa de Concessões e Permissões - Serviços de Comunicação	Não haverá PARA	
1.9.3.2.27.01	Receita da Dívida Ativa da Outorga dos Serviços de Telecomunicações	1.3.3.3.00.1.3	Delegação dos Serviços de Telecomunicação - Poder Concedente no Regime Público - Dívida Ativa
1.9.3.2.27.02	Receita da Dívida Ativa da Outorga dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagens	1.3.3.3.00.3.3	Delegação dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagens - Dívida Ativa
1.9.3.2.27.03	Receita da Dívida Ativa da Outorga do Direito de Uso de Radiofrequência	1.3.3.3.00.4.3	Cessão do Direito de Uso de Radiofrequência - Dívida Ativa
1.9.3.2.27.04	Receita da Dívida Ativa da Transferência de Concessão, de Permissão ou de Autorização de Telecomunicações ou de Uso de Radiofrequência	1.3.3.3.00.6.3	Transferência da Delegação dos Serviços de Telecomunicações ou do Direito de Uso de Radiofrequência - Dívida Ativa
1.9.3.2.27.06	Receita da Dívida Ativa da Outorga para a Utilização de Posições Orbitais	1.3.3.3.00.5.3	Cessão do Direito de Exploração de Satélite Brasileiro - Dívida Ativa
1.9.3.2.27.07	Receita da Dívida Ativa de Outras Receitas de Concessões e Permissões - Serviços de Comunicação	1.3.3.3.00.9.3	Outras Delegações dos Serviços de Telecomunicação - Dívida Ativa
1.9.3.2.28.00	Receita da Dívida Ativa da Contribuição para o	1.2.2.0.04.1.3	Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - CONDECINE - Dívida Ativa



	Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional		
1.9.3.2.29.00	Receita da Dívida Ativa da Receita decorrente da Não-Aplicação de Incentivos Fiscais em Projetos Culturais e Indústria Cinematográfica	1.9.2.2.10.2.3	Restituição Decorrente da Não Aplicação de Incentivos Fiscais Relativos à Lei do Audiovisual - Dívida Ativa
1.9.3.2.30.00	Dívida Ativa das Multas por Infrações à Legislação Cinematográfica	1.9.1.0.01.1.3	Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa
1.9.3.2.31.00	Receita da Dívida Ativa da Utilização de Recursos Hídricos – Demais Empresas	1.3.4.5.03.2.3	Utilização de Recursos Hídricos - Demais Empresas - Dívida Ativa
1.9.3.2.32.00	Receita da Dívida Ativa das Multas Previstas em Lei por Infrações no Setor de Energia Elétrica	1.9.1.0.05.1.3	Multas Previstas em Lei por Infrações no Setor de Energia Elétrica - Dívida Ativa
1.9.3.2.33.00	Receita da Dívida Ativa da Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica	1.1.2.1.01.1.3	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa
1.9.3.2.34.00	Receita da Dívida Ativa das Multas Previstas na Legislação sobre Lubrificantes e Combustíveis	1.9.1.0.01.1.3	Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa
1.9.3.2.35.00	Receita da Dívida Ativa das Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores	1.9.9.0.03.1.3	Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores - Dívida Ativa
1.9.3.2.36.00	Receita da Dívida Ativa de Multas por Infração - Contrato Administrativo	1.9.1.0.09.1.3	Multas e Juros Previstos em Contratos - Dívida Ativa
1.9.3.2.37.00	Receita da Dívida Ativa de Reposição ou Indenização de Servidor	1.9.9.0.99.1.3	Outras Receitas - Primárias - Dívida Ativa
1.9.3.2.38.00	Receita da Dívida Ativa de Ressarcimento ao Erário	1.9.2.3.99.1.3	Outros Ressarcimentos - Dívida Ativa
1.9.3.2.39.00	Receita da Dívida Ativa do Ressarcimento ao Erário Decorrente de Decisão do Tribunal de Contas da União	1.9.2.3.99.1.3	Outros Ressarcimentos - Dívida Ativa
1.9.3.2.40.00	Receita da Dívida Ativa de Ressarcimento ao Sistema Único de Saúde	1.9.2.3.01.1.3	Ressarcimento por Operadoras de Seguros Privados de Assistência a Saúde - Dívida Ativa
1.9.3.2.41.00	Receita da Dívida Ativa de Multas por Infração da Ordem Econômica	1.9.1.0.01.1.3	Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa
1.9.3.2.42.00	Receita da Dívida Ativa por Multa de Trânsito	1.9.1.0.01.1.3	Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa
1.9.3.2.43.00	Receita da Dívida Ativa de Multas por Infração à Lei Complementar nº 109/01 – Previdência Privada	1.9.1.0.10.1.3	Multas Previstas na Legislação sobre Regime de Previdência Privada Complementar - Dívida Ativa
1.9.3.2.44.00	Receita da Dívida Ativa por Infração Administrativa	1.9.1.0.01.1.3	Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa
1.9.3.2.45.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Serviços	1.6.9.0.99.1.3	Outros Serviços - Dívida Ativa
1.9.3.2.46.00	Receita da Dívida Ativa das Multas Previstas na Legislação sobre Regime de Previdência Privada Complementar	1.9.1.0.10.1.3	Multas Previstas na Legislação sobre Regime de Previdência Privada Complementar - Dívida Ativa
1.9.3.2.47.00	Receita da Dívida Ativa de Multas Aplicadas no Âmbito de Processo Judicial	Não haverá PARA	
1.9.3.2.47.10	Receita da Dívida Ativa de Multas Decorrentes de Sentenças Penais Condenatórias	1.9.1.0.08.1.3	Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais - Dívida Ativa
1.9.3.2.47.20	Receita da Dívida Ativa de Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais	1.9.1.0.08.1.3	Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais - Dívida Ativa
1.9.3.2.99.00	Receita da Dívida Ativa Não Tributária de Outras Receitas	Não haverá PARA	
1.9.3.2.99.01	Receita da Dívida Ativa Não-Tributária de Outras Receitas – Principal	1.9.9.0.99.1.3	Outras Receitas - Primárias - Dívida Ativa
1.9.3.2.99.02	Parcelamentos - Receita da Dívida Ativa Não-Tributária de Outras Receitas	1.9.9.0.99.1.3	Outras Receitas - Primárias - Dívida Ativa
1.9.4.0.00.00	Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS	1.9.9.0.01.1.1	Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS - Principal
1.9.5.0.00.00	Receitas Decorrentes de Compensações ao RGPS	1.9.9.0.02.1.1	Aportes Periódicos para Compensações ao RGPS - Principal
1.9.9.0.00.00	Receitas Diversas	1.9.9.0.00.0.0	Demais Receitas Correntes
1.9.9.0.01.00	Receita de Parcelamentos – Outras Receitas	1.9.9.0.99.1.1	Outras Receitas - Primárias - Principal
1.9.9.0.02.00	Encargos Legais pela Inscrição em Dívida Ativa e Receitas de Ônus de Sucumbência	1.9.9.0.12.0.0	Encargos Legais pela Inscrição em Dívida Ativa e Receitas de Ônus de Sucumbência
1.9.9.0.02.01	Encargos Legais pela Inscrição em Dívida Ativa	1.9.9.0.12.1.1	Encargos Legais pela Inscrição em Dívida Ativa - Principal
1.9.9.0.02.02	Receita de Ônus de Sucumbência	1.9.9.0.12.2.1	Ônus de Sucumbência - Principal
1.9.9.0.03.00	Receita Decorrente de Alienação de Bens Apreendidos	1.9.3.0.02.0.0	Alienação de Bens Apreendidos
1.9.9.0.03.01	Receita de Leilões de Mercadorias Apreendidas	1.9.3.0.02.1.1	Alienação de Bens e Mercadorias Apreendidos - Principal
1.9.9.0.03.02	Receita de Alienação de Bens Apreendidos	1.9.3.0.02.1.1	Alienação de Bens e Mercadorias Apreendidos - Principal
1.9.9.0.03.03	Receita de Alienação de Bens Caucionados	Não haverá PARA	
1.9.9.0.03.04	Receita de Alienação de Bens Apreendidos Associados ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Drogas Afins	1.9.3.0.02.2.1	Alienação de Bens e Mercadorias Associados ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Drogas Afins - Principal
1.9.9.0.03.05	Receita de Valores Apreendidos Associados ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Drogas Afins	1.9.3.0.02.2.1	Alienação de Bens e Mercadorias Associados ao



			Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Drogas Afins - Principal
1.9.9.0.04.00	Produtos de Depósitos Abandonados (Dinheiro ou Objetos de Valor)	1.9.3.0.03.1.1	Depósitos Abandonados (Dinheiro e/ou Objetos de Valor) - Principal
1.9.9.0.05.00	Receita de Bens e Valores Perdidos em Favor da União	Não haverá PARA	
1.9.9.0.05.10	Receita de Bens e Valores Alienados em Favor da União	1.9.3.0.01.1.1	Bens, Direitos e Valores Perdidos em Favor do Poder Público - Principal
1.9.9.0.05.20	Receita de Reversão de Garantias em Favor da União	1.9.2.3.03.1.1	Reversão de Garantias - Principal
1.9.9.0.06.00	Receita Decorrente da Não Aplicação de Incentivos Fiscais em Projetos Culturais e pela Indústria Cinematográfica	1.9.2.2.10.0.0	Restituição Decorrente da Não Aplicação de Incentivos Fiscais
1.9.9.0.06.01	Receita Decorrente da Não Aplicação de Incentivos Fiscais Relativos à Lei Rouanet	1.9.2.2.10.1.1	Restituição Decorrente da Não Aplicação de Incentivos Fiscais Relativos à Lei Rouanet - Principal
1.9.9.0.06.02	Receita Decorrente da Não Aplicação de Incentivos Fiscais Relativos à Lei do Audiovisual	1.9.2.2.10.2.1	Restituição Decorrente da Não Aplicação de Incentivos Fiscais Relativos à Lei do Audiovisual - Principal
1.9.9.0.07.00	Receita de Direitos "Antidumping" e dos Direitos Compensatórios	1.9.9.0.05.1.1	Barreiras Técnicas ao Comércio Exterior - Principal
1.9.9.0.08.00	Demais Receitas para o Desenvolvimento do Desporto	1.9.9.0.99.1.1	Outras Receitas - Primárias - Principal
1.9.9.0.10.00	Receita Decorrente de Medidas de Suspensão de Concessões dos Direitos de Propriedade Intelectual	1.9.9.0.99.1.1	Outras Receitas - Primárias - Principal
1.9.9.0.16.00	Receita de Participação do Seguro – DPVAT – Sistema Nacional de Trânsito	1.9.9.0.08.1.1	Prêmio do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre - DPVAT - Principal
1.9.9.0.18.00	Receita de Reserva Global de Reversão	1.9.9.0.10.1.1	Reserva Global de Reversão - Principal
1.9.9.0.19.00	Recolhimento do Beneficiário ao Fundo de Saúde Militar	1.6.3.0.02.2.1	Serviços de Assistência Médico-Hospitalar do Militar - Principal
1.9.9.0.20.00	Contribuição Voluntária – Montepio Civil	1.9.9.0.04.1.1	Contribuição ao Montepio Civil - Principal
1.9.9.0.21.00	Receita de Seguros decorrente da Indenização por Sinistro	1.9.2.1.03.1.1	Indenização por Sinistro - Principal
1.9.9.0.24.00	Receita de Leilão de Cotas de Importação	1.9.9.0.05.1.1	Barreiras Técnicas ao Comércio Exterior - Principal
1.9.9.0.25.00	Recolhimento e Transferência de Depósitos Judiciais e Extrajudiciais	Não haverá PARA	
1.9.9.0.26.00	Recursos Decorrentes da Prestação de Contas de Campanha Eleitoral	1.9.9.0.09.1.1	Prestação de Contas Eleitorais - Principal
1.9.9.0.26.01	Recursos Decorrentes da Prestação de Contas eleitorais – Fontes Vedadas	1.9.9.0.09.1.1	Prestação de Contas Eleitorais - Principal
1.9.9.0.26.02	Recursos Decorrentes da Prestação de Contas Eleitorais – Fontes não Identificadas	1.9.9.0.09.1.1	Prestação de Contas Eleitorais - Principal
1.9.9.0.26.03	Recursos Decorrentes da Prestação de Contas de Campanha Eleitoral - Sobras de Campanha Plebiscitária	1.9.9.0.09.1.1	Prestação de Contas Eleitorais - Principal
1.9.9.0.27.00	Disponibilidades de Recursos do Fundo Social	1.9.9.0.07.1.1	Disponibilidades de Recursos do Fundo Social - Principal
1.9.9.0.28.00	Receita de Contrapartida de Subvenções ou Subsídios	1.9.9.0.06.1.1	Contrapartida de Subvenções ou Subsídios - Principal
1.9.9.0.96.00	Receita de Variação Cambial	1.9.9.0.11.1.1	Variação Cambial - Principal
1.9.9.0.98.00	Outras Receitas Eventuais	1.9.9.0.99.1.1	Outras Receitas - Primárias - Principal
1.9.9.0.99.00	Outras Receitas	1.9.9.0.99.0.0	Outras Receitas
1.9.9.0.99.01	Outras Receitas - Primárias	1.9.9.0.99.1.1	Outras Receitas - Primárias - Principal
1.9.9.0.99.02	Outras Receitas - Financeiras	1.9.9.0.99.2.1	Outras Receitas - Financeiras - Principal
2.0.0.0.00.00	Receitas de Capital	2.0.0.0.00.0.0	Receitas de Capital
2.1.0.0.00.00	Operações de Crédito	2.1.0.0.00.0.0	Operações de Crédito
2.1.1.0.00.00	Operações de Crédito Internas	2.1.1.0.00.0.0	Operações de Crédito - Mercado Interno
2.1.1.1.00.00	Títulos de Responsabilidade do Tesouro	2.1.1.1.00.0.0	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno
2.1.1.1.01.00	Títulos de Responsabilidade do Tesouro – Refinanciamento da Dívida Pública	2.1.1.1.00.2.1	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Federal no Mercado Interno - Principal
2.1.1.1.02.00	Títulos da Dívida Agrária - TDA	2.1.1.1.00.3.1	Títulos da Dívida Agrária - TDA - Principal
2.1.1.1.03.00	Títulos de Responsabilidade do Tesouro – Outras Aplicações	2.1.1.1.00.1.1	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal
2.1.1.2.00.00	Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND	Não haverá PARA	
2.1.1.3.00.00	Empréstimos Compulsórios	2.1.1.3.00.1.1	Empréstimos Compulsórios - Principal
2.1.1.4.00.00	Operações de Crédito Internas - Contratuais	2.1.1.2.00.0.0	Operações de Crédito Contratuais - Mercado Interno
2.1.1.4.01.00	Operações de Crédito Internas para Programas de Educação	2.1.1.8.01.1.1	Operações de Crédito Internas para Programas de Educação - Principal
2.1.1.4.02.00	Operações de Crédito Internas para Programas de Saúde	2.1.1.8.01.2.1	Operações de Crédito Internas para Programas de Saúde - Principal
2.1.1.4.03.00	Operações de Crédito Internas para Programas de Saneamento	2.1.1.8.01.3.1	Operações de Crédito Internas para Programas de Saneamento - Principal
2.1.1.4.04.00	Operações de Crédito Internas para Programas de Meio Ambiente	2.1.1.8.01.4.1	Operações de Crédito Internas para Programas de Meio Ambiente - Principal
2.1.1.4.05.00	Operações de Crédito Internas para Programas	2.1.1.8.01.5.1	Operações de Crédito Internas para Programas de



	de Modernização da Administração Pública		Modernização da Administração Pública - Principal
2.1.1.4.06.00	Operações de Crédito Internas para Refinanciamento da Dívida Contratual	2.1.1.8.01.6.1	Operações de Crédito Internas para Refinanciamento da Dívida Contratual de Estados DF e Municípios - Principal
2.1.1.4.07.00	Operações de Crédito Internas para Programas de Moradia Popular	2.1.1.8.01.7.1	Operações de Crédito Internas para Programas de Moradia Popular - Principal
2.1.1.4.99.00	Outras Operações de Crédito Internas – Contratuais	2.1.1.2.00.1.1	Operações de Crédito Contratuais - Mercado Interno - Principal
2.1.1.9.00.00	Outras Operações de Crédito Internas	2.1.1.9.00.1.1	Outras Operações de Crédito - Mercado Interno - Principal
2.1.2.0.00.00	Operações de Crédito Externas	2.1.2.0.00.0.0	Operações de Crédito - Mercado Externo
2.1.2.2.00.00	Títulos de Responsabilidade do Tesouro	2.1.2.1.00.0.0	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Externo
2.1.2.2.01.00	Títulos de Responsabilidade do Tesouro – Refinanciamento da Dívida Pública	2.1.2.1.00.2.1	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Federal no Mercado Externo - Principal
2.1.2.2.02.00	Títulos de Responsabilidade do Tesouro - Outras Aplicações	2.1.2.1.00.1.1	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Externo - Principal
2.1.2.3.00.00	Operações de Crédito Externas – Contratuais	2.1.2.2.00.0.0	Operações de Crédito Contratuais - Mercado Externo
2.1.2.3.01.00	Operações de Crédito Externas para Programas de Educação	2.1.2.8.01.1.1	Operações de Crédito Externas para Programas de Educação - Principal
2.1.2.3.02.00	Operações de Crédito Externas para Programas de Saúde	2.1.2.8.01.2.1	Operações de Crédito Externas para Programas de Saúde - Principal
2.1.2.3.03.00	Operações de Crédito Externas para Programas de Saneamento	2.1.2.8.01.3.1	Operações de Crédito Externas para Programas de Saneamento - Principal
2.1.2.3.04.00	Operações de Crédito Externas para Programas de Meio Ambiente	2.1.2.8.01.4.1	Operações de Crédito Externas para Programas de Meio Ambiente - Principal
2.1.2.3.05.00	Operações de Crédito Externas para Programas de Modernização da Administração Pública	2.1.2.8.01.5.1	Operações de Crédito Externas para Programas de Modernização da Administração Pública - Principal
2.1.2.3.07.00	Operações de Crédito Externas para Refinanciamento da Dívida Contratual	2.1.2.8.01.6.1	Operações de Crédito Externas para Refinanciamento da Dívida Contratual de Estados, Distrito Federal e Municípios- Principal
2.1.2.3.99.00	Outras Operações de Crédito Externas - Contratuais	2.1.2.2.00.1.1	Operações de Crédito Contratuais - Mercado Externo - Principal
2.1.2.9.00.00	Outras Operações de Crédito Externas	2.1.2.9.00.1.1	Outras Operações de Crédito - Mercado Externo - Principal
2.2.0.0.00.00	Alienação de Bens	2.2.0.0.00.0.0	Alienação de Bens
2.2.1.0.00.00	Alienação de Bens Móveis	2.2.1.0.00.0.0	Alienação de Bens Móveis
2.2.1.1.00.00	Alienação de Títulos Mobiliários	2.2.1.1.00.1.1	Alienação de Títulos Mobiliários - Principal
2.2.1.2.00.00	Alienação de Estoques	2.2.1.2.00.0.0	Alienação de Estoques
2.2.1.2.01.00	Alienação de Estoques da Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM	2.2.1.2.01.1.0	Alienação de Estoques da Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM
2.2.1.2.01.01	Alienação de Estoques da Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM	2.2.1.2.01.1.1	Alienação de Estoques da Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM - Principal
2.2.1.2.01.02	Alienação de Estoques Estratégicos – PGPM	2.2.1.2.01.1.1	Alienação de Estoques da Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM - Principal
2.2.1.2.01.03	Alienação de Estoques Destinados a Vendas em Balcão – PGPM	2.2.1.2.01.1.1	Alienação de Estoques da Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM - Principal
2.2.1.2.03.00	Alienação de Estoques Comerciais e Sociais – Comercialização	2.2.1.2.02.1.0	Alienação de Estoques Comerciais Destinados a Programas Sociais
2.2.1.2.03.01	Alienação de Estoques Destinados a Programas Sociais e Institucionais – Comercialização	2.2.1.2.02.1.1	Alienação de Estoques Comerciais Destinados a Programas Sociais - Principal
2.2.1.2.03.02	Alienação de Estoques por Atacado – Comercialização	2.2.1.2.02.1.1	Alienação de Estoques Comerciais Destinados a Programas Sociais - Principal
2.2.1.2.03.03	Alienação de Estoques Adquiridos em Consignação – Comercialização	2.2.1.2.02.1.1	Alienação de Estoques Comerciais Destinados a Programas Sociais - Principal
2.2.1.2.07.00	Alienação de Estoques do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA	2.2.1.2.03.1.1	Alienação de Estoques do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA - Principal
2.2.1.2.07.01	Alienação de Estoques Adquiridos para Combate à Fome e Segurança Alimentar	2.2.1.2.03.1.1	Alienação de Estoques do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA - Principal
2.2.1.2.07.02	Alienação de Estoques Adquiridos da Agricultura Familiar	2.2.1.2.03.1.1	Alienação de Estoques do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA - Principal
2.2.1.2.09.00	Alienação de Estoques de Café – FUNCAFÉ	2.2.1.2.04.1.1	Alienação de Estoques de Café - FUNCAFÉ - Principal
2.2.1.2.09.01	Alienação de Estoques do Tesouro Afetos ao FUNCAFÉ	2.2.1.2.04.1.1	Alienação de Estoques de Café - FUNCAFÉ - Principal
2.2.1.2.09.02	Alienação de Estoques Próprios do FUNCAFÉ	2.2.1.2.04.1.1	Alienação de Estoques de Café - FUNCAFÉ - Principal
2.2.1.2.99.00	Outras Aplicações de Estoques	Não haverá PARA	
2.2.1.4.00.00	Alienação de Animais Reprodutores e Matrizes	2.2.1.3.00.1.1	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal
2.2.1.5.00.00	Alienação de Veículos	2.2.1.3.00.1.1	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal
2.2.1.6.00.00	Alienação de Móveis e Utensílios	2.2.1.3.00.1.1	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal
2.2.1.7.00.00	Alienação de Equipamentos	2.2.1.3.00.1.1	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal
2.2.1.8.00.00	Alienação de Bens Intangíveis	2.2.3.0.00.1.1	Alienação de Bens Intangíveis - Principal
2.2.1.9.00.00	Alienação de Outros Bens Móveis	2.2.1.3.00.1.1	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal
2.2.2.0.00.00	Alienação de Bens Imóveis	2.2.2.0.00.0.0	Alienação de Bens Imóveis
2.2.2.1.00.00	Alienação de Imóveis Rurais para Colonização e Reforma Agrária	2.2.2.0.00.1.1	Alienação de Bens Imóveis - Principal



2.2.2.2.00.00	Alienação de Bens Imóveis de Domínio da União	2.2.2.0.00.1.1	Alienação de Bens Imóveis - Principal
2.2.2.2.01.00	Alienação de Bens Imóveis de Domínio da União - Domínio Pleno	2.2.2.0.00.1.1	Alienação de Bens Imóveis - Principal
2.2.2.2.02.00	Alienação de Bens Imóveis de Domínio da União - Domínio Útil	2.2.2.0.00.1.1	Alienação de Bens Imóveis - Principal
2.2.2.2.03.00	Alienação de Bens Imóveis de Domínio da União - Domínio Direto	2.2.2.0.00.1.1	Alienação de Bens Imóveis - Principal
2.2.2.2.04.00	Receita da Alienação de Bens Imóveis Residenciais de Propriedade da União, e dos Vinculados ou Incorporados ao FRHB, situados no Distrito Federal	2.2.2.0.00.1.1	Alienação de Bens Imóveis - Principal
2.2.2.3.00.00	Alienação de Embarcações	2.2.2.0.00.1.1	Alienação de Bens Imóveis - Principal
2.2.2.4.00.00	Alienação de Imóveis Rurais	2.2.2.0.00.1.1	Alienação de Bens Imóveis - Principal
2.2.2.5.00.00	Alienação de Imóveis Urbanos	2.2.2.0.00.1.1	Alienação de Bens Imóveis - Principal
2.2.2.9.00.00	Alienação de Outros Bens Imóveis	2.2.2.0.00.1.1	Alienação de Bens Imóveis - Principal
2.3.0.0.00.00	Amortização de Empréstimos	2.3.0.0.00.0.0	Amortização de Empréstimos
2.3.0.0.10.00	Amortização de Empréstimos - BEA/BIB	2.3.0.0.01.1.1	Amortização de Empréstimos - BEA/BIB - Principal
2.3.0.0.20.00	Amortização Proveniente da Execução de Garantia - Operações de Crédito	2.3.0.0.02.1.1	Amortização Proveniente da Execução de Garantia - Operações de Crédito - Principal
2.3.0.0.20.01	Amortização Proveniente da Execução de Garantia - Operações de Crédito Internas	2.3.0.0.02.1.1	Amortização Proveniente da Execução de Garantia - Operações de Crédito - Principal
2.3.0.0.20.02	Amortização Proveniente da Execução de Garantia - Operações de Crédito Externas	2.3.0.0.02.1.1	Amortização Proveniente da Execução de Garantia - Operações de Crédito - Principal
2.3.0.0.30.00	Amortização de Empréstimos - Estados e Municípios	2.3.0.0.03.1.1	Amortização de Empréstimos - Estados e Municípios - Principal
2.3.0.0.40.00	Amortização de Empréstimos - Refinanciamento de Dívida de Médio e Longo Prazo	2.3.0.0.04.1.1	Amortização de Empréstimos - Refinanciamento de Dívidas de Médio e Longo Prazo - Principal
2.3.0.0.50.00	Amortizações de Empréstimos - POOC	2.3.0.0.05.1.1	Amortização de Empréstimos - Programa das Operações Oficiais de Crédito - Principal
2.3.0.0.70.00	Outras Amortizações de Empréstimos	2.3.0.0.06.1.1	Amortização de Empréstimos Contratuais - Principal
2.3.0.0.70.01	Amortização de Empréstimos - Em Títulos	Não haverá PARA	
2.3.0.0.70.02	Amortização de Empréstimos - Em Contratos	2.3.0.0.06.1.1	Amortização de Empréstimos Contratuais - Principal
2.3.0.0.80.00	Amortização de Financiamentos	2.3.0.0.07.1.1	Amortização de Financiamentos - Principal
2.3.0.0.80.01	Amortização de Financiamentos de Bens	2.3.0.0.07.1.1	Amortização de Financiamentos - Principal
2.3.0.0.80.02	Amortização de Financiamentos de Projetos	2.3.0.0.07.1.1	Amortização de Financiamentos - Principal
2.3.0.0.80.03	Amortização de Financiamento do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES	2.3.0.0.80.1.1	Amortização de Financiamento do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES - Principal
2.3.0.0.80.04	Amortização de Financiamentos à Estocagem de Alcool Etílico Combustível	Não haverá PARA	
2.3.0.0.99.00	Amortização de Empréstimos Diversos	2.3.0.0.06.1.1	Amortização de Empréstimos Contratuais - Principal
2.4.0.0.00.00	Transferências de Capital	2.4.0.0.00.0.0	Transferências de Capital
2.4.2.1.38.00	Transferências Advindas de Emendas Parlamentares Individuais	2.4.1.8.08.1.1	Transferências Advindas de Emendas Parlamentares Individuais - Principal
2.4.2.0.00.00	Transferências Intergovernamentais	2.4.2.0.00.0.0	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades
2.4.2.1.00.00	Transferências da União	2.4.1.0.00.0.0	Transferências da União e de suas Entidades
2.4.2.1.01.00	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS	2.4.1.8.03.1.1	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Principal
2.4.2.1.02.00	Transferências de Recursos Destinados a Programas de Educação	2.4.1.8.05.1.0	Transferências de Recursos Destinados a Programas de Educação
2.4.2.1.37.00	Transferências da União a Consórcios Públicos	2.4.1.8.01.1.0	Transferências da União a Consórcios Públicos
2.4.2.1.99.00	Outras Transferências da União	2.4.1.8.99.1.0	Outras Transferências da União
2.4.2.2.00.00	Transferências dos Estados	2.4.2.0.00.0.0	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades
2.4.2.2.01.00	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS	2.4.2.8.03.1.0	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS
2.4.2.2.02.00	Transferências de Recursos Destinados a Programas de Educação	2.4.2.8.05.1.0	Transferências de Recursos Destinados a Programas de Educação
2.4.2.2.37.00	Transferências de Estados a Consórcios Públicos	2.4.2.8.01.1.0	Transferências de Estados, Distrito Federal, e de suas Entidades a Consórcios Públicos
2.4.2.2.99.00	Outras Transferências dos Estados	2.4.2.8.99.1.0	Outras Transferências dos Estados
2.4.2.3.00.00	Transferências dos Municípios	2.4.3.0.00.0.0	Transferências dos Municípios e de suas Entidades
2.4.2.3.01.00	Transferências de Recursos Destinados a Programas de Saúde	Não haverá PARA	
2.4.2.3.02.00	Transferências de Recursos Destinados a Programas de Educação	Não haverá PARA	
2.4.2.3.37.00	Transferências de Municípios a Consórcios Públicos	2.4.3.8.01.1.0	Transferências de Municípios a Consórcios Públicos
2.4.2.3.99.00	Outras Transferências dos Municípios	2.4.3.8.99.1.0	Outras Transferências dos Municípios
2.4.3.0.00.00	Transferências de Instituições Privadas	2.4.4.0.00.0.0	Transferências de Instituições Privadas
2.4.4.0.00.00	Transferências do Exterior	2.4.6.0.00.0.0	Transferências do Exterior
2.4.5.0.00.00	Transferências de Pessoas	2.4.7.0.00.0.0	Transferências de Pessoas Físicas
2.4.6.0.00.00	Transferência de Outras Instituições Públicas	2.4.5.0.00.0.0	Transferências de Outras Instituições Públicas
2.4.7.0.00.00	Transferências de Convênios	Não haverá PARA	



2.4.7.1.00.00	Transferência de Convênios da União e de suas Entidades	2.4.1.8.10.0.0	Transferência de Convênios da União e de suas Entidades
2.4.7.1.01.00	Transferências de Convênio da União para o Sistema Único de Saúde – SUS	2.4.1.8.10.1.1	Transferências de Convênio da União para o Sistema Único de Saúde – SUS - Principal
2.4.7.1.02.00	Transferências de Convênio da União destinadas a Programas de Educação	2.4.1.8.10.2.1	Transferências de Convênio da União destinadas a Programas de Educação - Principal
2.4.7.1.03.00	Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Saneamento Básico	2.4.1.8.10.5.1	Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Saneamento Básico - Principal
2.4.7.1.04.00	Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Meio Ambiente	2.4.1.8.10.6.1	Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Meio Ambiente - Principal
2.4.7.1.05.00	Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Infra-Estrutura em Transporte	2.4.1.8.10.7.1	Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Infra-Estrutura em Transporte - Principal
2.4.7.1.99.00	Outras Transferências de Convênios da União	2.4.1.8.10.9.1	Outras Transferências de Convênios da União - Principal
2.4.7.2.00.00	Transferências de Convênios dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	2.4.2.8.10.0.0	Transferências de Convênios dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades
2.4.7.2.01.00	Transferências de Convênios dos Estados para o Sistema Único de Saúde – SUS	2.4.2.8.10.1.1	Transferências de Convênios dos Estados para o Sistema Único de Saúde – SUS - Principal
2.4.7.2.02.00	Transferências de Convênios dos Estados destinadas a Programas de Educação	2.4.2.8.10.2.1	Transferências de Convênios dos Estados destinadas a Programas de Educação - Principal
2.4.7.2.03.00	Transferências de Convênios dos Estados destinadas a Programas de Saneamento Básico	2.4.2.8.10.5.1	Transferências de Convênios dos Estados destinadas a Programas de Saneamento Básico - Principal
2.4.7.2.04.00	Transferências de Convênios dos Estados destinadas a Programas de Meio Ambiente	2.4.2.8.10.6.1	Transferências de Convênios dos Estados destinadas a Programas de Meio Ambiente - Principal
2.4.7.2.05.00	Transferências de Convênios dos Estados destinadas a Programas de Infra-Estrutura em Transporte	2.4.2.8.10.7.1	Transferências de Convênios dos Estados destinadas a Programas de Infra-Estrutura em Transporte - Principal
2.4.7.2.99.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados	2.4.2.8.10.9.1	Outras Transferências de Convênio dos Estados - Principal
2.4.7.3.00.00	Transferências de Convênios dos Municípios e de suas Entidades	2.4.3.8.10.0.0	Transferências de Convênios dos Municípios e de suas Entidades
2.4.7.3.01.00	Transferências de Convênios dos Municípios destinados a Programas de Saúde	2.4.3.8.10.1.1	Transferências de Convênios dos Municípios destinados a Programas de Saúde - Principal
2.4.7.3.02.00	Transferências de Convênios dos Municípios destinadas a Programas de Educação	2.4.3.8.10.2.1	Transferências de Convênios dos Municípios destinadas a Programas de Educação - Principal
2.4.7.3.99.00	Outras Transferências de Convênios dos Municípios	2.4.3.8.10.9.1	Outras Transferências de Convênios dos Municípios - Principal
2.4.7.4.00.00	Transferências de Convênios de Instituições Privadas	2.4.4.8.10.1.0	Transferências de Convênios de Instituições Privadas
2.4.7.5.00.00	Transferências de Convênios do Exterior	Não haverá PARA	
2.4.8.0.00.00	Transferências para o Combate à Fome	Não haverá PARA	
2.4.8.1.00.00	Provenientes do Exterior	Não haverá PARA	
2.4.8.2.00.00	Provenientes de Pessoas Jurídicas	Não haverá PARA	
2.4.8.3.00.00	Provenientes de Pessoas Físicas	Não haverá PARA	
2.4.8.4.00.00	Provenientes de Depósitos não Identificados	2.4.8.0.00.0.0	Transferências Provenientes de Depósito Não Identificados - Principal
2.5.0.0.00.00	Outras Receitas de Capital	2.9.0.0.00.0.0	Outras Receitas de Capital
2.5.2.0.00.00	Integralização do Capital Social	2.9.1.0.00.1.0	Integralização de Capital Social
2.5.2.1.00.00	Integralização com Recursos do Tesouro	2.9.1.0.00.1.1	Integralização de Capital Social - Principal
2.5.2.2.00.00	Integralização com Recursos de Outras Fontes	2.9.1.0.00.1.1	Integralização de Capital Social - Principal
2.5.3.0.00.00	Resultado do Banco Central do Brasil	2.9.2.0.00.0.0	Resultado do Banco Central
2.5.3.0.10.00	Resultado do Banco Central – Operações com Reservas e Derivativos Cambiais	2.9.2.0.00.1.1	Resultado do Banco Central - Operações com Reservas e Derivativos Cambiais - Principal
2.5.3.0.20.00	Resultado do Banco Central – Demais Operações	2.9.2.0.00.2.1	Resultado do Banco Central - Demais Operações - Principal
2.5.4.0.00.00	Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	2.9.3.0.00.1.1	Remuneração das Disponibilidades do Tesouro - Principal
2.5.5.0.00.00	Receita da Dívida Ativa Proveniente de Amortização de Empréstimos e Financiamentos	Não haverá PARA	
2.5.6.0.00.00	Receita da Dívida Ativa da Alienação de Estoques de Café - FUNCAFE	2.2.1.2.04.1.3	Alienação de Estoques de Café - FUNCAFÉ - Dívida Ativa
2.5.7.0.00.00	Receita Auferida por Detentores de Títulos do Tesouro Nacional Resgatados	2.9.4.0.00.1.1	Resgate de Títulos do Tesouro - Principal
2.5.8.0.00.00	Receitas de Alienação de Certificados de Potencial Adicional de Construção - CEPAC	2.9.9.8.01.1.1	Receitas de Alienação de Certificados de Potencial Adicional de Construção - CEPAC - Principal
2.5.9.0.00.00	Outras Receitas	2.9.9.0.00.1.1	Demais Receitas de Capital - Principal
9.9.9.0.00.00	Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores	9.9.9.0.00.0.0	Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores



Natureza da Receita - Desdobramentos

O detalhamento da receita orçamentária poderá ocorrer a partir do quarto dígito, respeitando-se o último dígito de acordo com o "tipo" de arrecadação. No que diz respeito a desdobramentos específicos para estados, Distrito Federal e municípios, deverá ser utilizado o número "8" no quarto dígito da estrutura, conforme § 5º e 6º do artigo 2º da Portaria Interministerial STN/SOF nº 5/2015

Dessa forma, as naturezas de receita orçamentária deverão seguir o padrão estabelecido pelas Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional-STN e da Secretaria de Orçamento e Finanças-SOF, no que diz respeito a alterações na estrutura de codificação a partir do 4º dígito, ou pelas Portarias Conjuntas STN/SOF, quando forem ajustes nos três primeiros dígitos, alterando a Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001. Os estados e municípios só poderão customizar suas naturezas de receita, de forma unilateral, caso estendam a codificação além dos dígitos obrigatórios, já que os sete dígitos da classificação são padronizados, podendo ser consultados no Ementário da Receita Orçamentária, disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/mcasp>.

A identificação do vínculo especial do SCPI não dispensa a codificação e classificação de vínculos da fonte de recursos entre: receita, despesa e conta corrente. Esta identificação é indispensável para atender a exigência do inciso III do art. 50 da LRF: as demonstrações contábeis compreenderão, isolada e conjuntamente, as transações e operações de cada órgão, fundo ou entidade da administração direta, autárquica e fundacional, inclusive empresa estatal dependente;

Código	Especificação	Vínculo (*)
1.1.1.3.03.1.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	SD-ED
1.1.1.3.03.4.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal	SD-ED
1.1.1.8.01.1.0	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	SD-ED
1.1.1.8.01.1.2	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Multas e Juros	SD-ED
1.1.1.8.01.1.3	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa	SD-ED
1.1.1.8.01.1.4	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa - Multas e Juros	SD-ED
1.1.1.8.01.4.0	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis	SD-ED
1.1.1.8.01.4.2	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - Multas e Juros	SD-ED
1.1.1.8.01.4.3	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - Dívida Ativa	SD-ED
1.1.1.8.01.4.4	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - Dívida Ativa - Multas e Juros	SD-ED
1.1.1.8.02.3.0	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	SD-ED
1.1.1.8.02.3.2	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Multas e Juros	SD-ED
1.1.1.8.02.3.3	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Dívida Ativa	SD-ED
1.1.1.8.02.3.4	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Dívida Ativa - Multas e Juros	SD-ED
1.1.2.1.01.1.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	NV
1.1.2.2.01.1.1	Taxas pela Prestação de Serviços - Principal	NV
1.1.2.2.01.1.1	Taxas pela Prestação de Serviços - Principal	NV
1.1.2.2.02.1.1	Taxas pela Prestação de Serviços - Principal	NV
1.1.3.0.00.1.2	Contribuição de Melhoria - Multas e Juros	NV
1.1.3.0.00.1.3	Contribuição de Melhoria - Dívida Ativa	NV
1.1.3.0.00.1.4	Contribuição de Melhoria - Dívida Ativa - Multas e Juros	NV
1.1.3.8.01.1.1	Contribuição de Melhoria para Expansão da Rede de Água Potável e Esgoto Sanitário - Principal	NV
1.1.3.8.02.1.1	Contribuição de Melhoria para Expansão da Rede de Iluminação Pública na Cidade - Principal	NV
1.1.3.8.03.1.1	Contribuição de Melhoria para Expansão de Rede de Iluminação Pública Rural - Principal	NV
1.1.3.8.04.1.1	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras Complementares - Principal	NV
1.1.3.8.99.1.0	Outras Contribuições de Melhoria	NV
1.2.1.0.04.0.0	Contribuição Patronal para o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS	PR
1.3.1.0.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	NV



1.3.1.0.01.1.2	Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	NV
1.3.1.0.01.1.3	Aluguéis e Arrendamentos - Dívida Ativa	NV
1.3.1.0.01.2.3	Foros, Laudêmios e Tarifas de Ocupação - Dívida Ativa	NV
1.3.1.0.02.1.1	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	NV
1.3.1.0.99.1.1	Outras Receitas Imobiliárias - Principal	NV
1.3.2.1.00.1.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	
1.3.2.1.00.4.1	Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - Principal	PR
1.3.2.1.00.5.1	Juros de Títulos de Renda - Principal	NV
1.3.2.2.00.1.1	Dividendos - Principal	NV
1.3.3.0.00.0.0	Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	NV
1.3.6.0.01.1.1	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Principal	NV
1.5.0.0.00.1.1	Receita Industrial - Principal	NV
1.6.1.0.01.1.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	NV
1.6.1.0.01.1.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	NV
1.6.1.0.01.1.1	Outros Serviços - Principal	NV
1.6.1.0.01.2.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	NV
1.6.1.0.03.1.1	Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	NV
1.6.3.0.01.1.1	Serviços de Atendimento à Saúde - Principal	NV
1.6.9.0.99.1.1	Outros Serviços - Principal	NV
1.7.1.8.01.2.1	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Principal	SD-ED
1.7.1.8.01.3.1	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios – 1% Cota entregue no mês de dezembro - Principal	SD-ED
1.7.1.8.01.4.1	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal	SD-ED
1.7.1.8.02.1.1	Cota-parte da Compensação Financeira de Recursos Hídricos - Principal	NV
1.7.1.8.02.2.1	Cota-parte da Compensação Financeira de Recursos Minerais - CFEM - Principal	NV
1.7.1.8.02.9.1	Outras Transferências decorrentes de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais - Principal	NV
1.7.1.8.03.1.1	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS – Repasses Fundo a Fundo - Principal	SD
1.7.1.8.04.1.1	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS - Principal	NV
1.7.1.8.05.1.1	Transferências do Salário-Educação - Principal	ED
1.7.1.8.05.2.1	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE - Principal	ED
1.7.1.8.05.3.1	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE - Principal	NV
1.7.1.8.05.4.1	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – PNATE - Principal	ED
1.7.1.8.05.9.1	Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE - Principal	NV
1.7.1.8.06.1.1	Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L.C. Nº 87/96 - Principal	ED -SD
1.7.1.8.10.1.1	Transferências de Convênios da União para o Sistema Único de Saúde – SUS - Principal	SD
1.7.1.8.10.2.1	Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Educação - Principal	ED
1.7.1.8.10.3.1	Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Assistência Social - Principal	NV
1.7.1.8.10.9.1	Outras Transferências de Convênios da União - Principal	NV
1.7.1.8.99.1.1	Outras Transferências da União - Principal	NV
1.7.2.8.01.1.1	Cota-Parte do ICMS - Principal	ED-SD
1.7.2.8.01.2.1	Cota-Parte do IPVA - Principal	ED-SD
1.7.2.8.01.3.1	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	ED-SD



1.7.2.8.01.4.1	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Principal	NV
1.7.2.8.02.1.1	Cota-parte da Compensação Financeira de Recursos Hídricos - Principal	NV
1.7.2.8.02.2.1	Cota-parte da Compensação Financeira de Recursos Minerais - CFEM - Principal	NV
1.7.2.8.02.3.1	Cota-parte Royalties – Compensação Financeira pela Produção do Petróleo – Lei nº 7.990/89, artigo 9º - Principal	NV
1.7.2.8.02.9.1	Outras Transferências Decorrentes de Compensações Financeiras - Principal	NV
1.7.2.8.03.1.1	Transferência de Recursos do Estado para Programas de Saúde – Repasse Fundo a Fundo - Principal	SD
1.7.2.8.04.1.1	Transferências de Estados a Consórcios Públicos - Principal	NV
1.7.2.8.10.1.1	Transferências de Convênio dos Estados para o Sistema Único de Saúde – SUS - Principal	SD
1.7.2.8.10.2.1	Transferências de Convênio dos Estados Destinadas a Programas de Educação - Principal	ED
1.7.2.8.10.9.1	Outras Transferências de Convênio dos Estados - Principal	NV
1.7.4.8.10.1.1	Transferência de Convênios de Instituições Privadas - Principal	NV
1.7.5.8.99.1.1	Outras Transferências Multigovernamentais - Principal	NV
1.7.7.0.00.1.1	Transferências de Pessoas Físicas - Principal	NV
1.9.1.0.01.1.1	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	NV
1.9.1.0.09.1.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	NV
1.9.2.2.00.0.0	Restituições	NV
1.9.2.2.06.1.1	Restituição de Despesas de Exercícios Anteriores - Principal	NV
1.9.2.2.99.1.1	Outras Restituições - Principal	NV
1.9.3.0.02.1.1	Alienação de Bens e Mercadorias Apreendidos - Principal	NV
1.9.3.0.03.1.1	Depósitos Abandonados (Dinheiro e/ou Objetos de Valor) - Principal	NV
1.9.9.0.03.1.1	Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores - Principal	PR
1.9.9.0.12.1.1	Encargos Legais pela Inscrição em Dívida Ativa - Principal	NV
1.9.9.0.12.2.1	Ônus de Sucumbência - Principal	NV
1.9.9.0.99.0.0	Outras Receitas	NV
1.9.9.0.99.1.3	Outras Receitas - Primárias - Dívida Ativa	NV
1.9.9.0.99.1.4	Outras Receitas - Primárias - Dívida Ativa - Multas e Juros	NV
2.1.1.2.00.1.1	Operações de Crédito Contratuais - Mercado Interno - Principal	NV
2.1.1.8.01.1.1	Operações de Crédito Internas para Programas de Educação - Principal	ED
2.1.1.8.01.2.1	Operações de Crédito Internas para Programas de Saúde - Principal	SD
2.1.1.8.01.3.1	Operações de Crédito Internas para Programas de Saneamento - Principal	NV
2.1.1.8.01.4.1	Operações de Crédito Internas para Programas de Meio Ambiente - Principal	NV
2.1.1.8.01.5.1	Operações de Crédito Internas para Programas de Modernização da Administração Pública - Principal	NV
2.1.1.8.01.6.1	Operações de Crédito Internas para Refinanciamento da Dívida Contratual de Estados DF e Municípios - Principal	NV
2.1.1.8.01.7.1	Operações de Crédito Internas para Programas de Moradia Popular - Principal	NV
2.1.1.9.00.1.1	Outras Operações de Crédito - Mercado Interno - Principal	NV
2.1.2.8.01.5.1	Operações de Crédito Externas para Programas de Modernização da Administração Pública - Principal	NV
2.2.1.3.00.1.1	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	NV
2.2.2.0.00.0.0	Alienação de Bens Imóveis	NV
2.2.2.0.00.1.1	Alienação de Bens Imóveis - Principal	NV
2.4.1.8.03.1.1	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS - Principal	SD
2.4.1.8.05.1.0	Transferências de Recursos Destinados a Programas de Educação	ED
2.4.1.8.10.1.1	Transferências de Convênio da União para o Sistema Único de Saúde – SUS - Principal	SD
2.4.1.8.10.2.1	Transferências de Convênio da União destinadas a Programas de Educação - - Principal	ED
2.4.1.8.10.5.1	Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Saneamento Básico - Principal	NV



2.4.1.8.10.6.1	Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Meio Ambiente - Principal	NV
2.4.1.8.10.7.1	Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Infra-Estrutura em Transporte - Principal	NV
2.4.1.8.10.9.1	Outras Transferências de Convênios da União - Principal	NV
2.4.1.8.99.1.0	Outras Transferências da União	NV
2.4.2.8.03.1.0	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS	SD
2.4.2.8.05.1.0	Transferências de Recursos Destinados a Programas de Educação	ED
2.4.2.8.10.1.1	Transferências de Convênios dos Estados para o Sistema Único de Saúde – SUS - Principal	SD
2.4.2.8.10.2.1	Transferências de Convênios dos Estados destinadas a Programas de Educação - Principal	ED
2.4.2.8.10.5.1	Transferências de Convênios dos Estados destinadas a Programas de Saneamento Básico - Principal	NV
2.4.2.8.10.6.1	Transferências de Convênios dos Estados destinadas a Programas de Meio Ambiente - Principal	NV
2.4.2.8.10.7.1	Transferências de Convênios dos Estados destinadas a Programas de Infra-Estrutura em Transporte - Principal	NV
2.4.2.8.10.9.1	Outras Transferências de Convênio dos Estados - Principal	NV
2.4.2.8.99.1.0	Outras Transferências dos Estados	NV
2.4.3.8.01.1.0	Transferências de Municípios a Consórcios Públicos	NV
2.4.4.8.10.1.0	Transferências de Convênios de Instituições Privadas	NV
2.9.1.0.00.1.1	Integralização de Capital Social - Principal	NV
2.9.9.0.00.1.1	Demais Receitas de Capital - Principal	NV

Observações:

(*) Vínculos especiais do SCPI - Destinados a identificação de receitas para processamento de demonstrativos especiais de Educação, Saúde e Previdência: NV = Não Vinculado; FU = Funderf; ED = Educação; EI = Ensino Infantil; EF = Ensino Fundamental; PR = Previdência Própria; SD = Saúde.

Observações: o vínculo SD só deve ser especificado nas receitas de convênios ou auxílios, nas demais vinculadas à saúde, o sistema utiliza a classificação econômica.



Classificação da Despesa - Funcional

PORTARIA Nº 42, DE 14 DE ABRIL DE 1999

Atualiza a discriminação da despesa por funções de que tratam o inciso I do § 1º do art. 2º e § 2º do art. 8º, ambos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1.964, estabelece os conceitos de função, subfunção, programa, projeto, atividade, operações especiais, e dá outras providências.

O MINISTRO DE ESTADO DO ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições, observado o art. 113 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1.964, combinado com o art. 14, inciso XV, alínea "a", da Lei nº 9.649 de 27 de maio de 1.998, com a redação dada pela Medida Provisória nº 1.799-3, de 18 de março de 1999, resolve:

Art. 1º As funções a que se refere o art. 2º, inciso I, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, discriminadas no Anexo 5 da mesma Lei, e alterações posteriores, passam a ser as constantes no Anexo que acompanha esta Portaria.

Parágrafo 1º Como função, deve entender-se o maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao setor público.

Parágrafo 2º A função "Encargos Especiais" engloba as despesas em relação às quais não se possa associar um bem ou serviço a ser gerado no processo produtivo corrente, tais como: dívidas, ressarcimentos, indenizações e outras afins, representando, portanto, uma agregação neutra.

Parágrafo 3º A subfunção representa uma partição da função, visando a agregar determinado subconjunto de despesa do setor público.

Parágrafo 4º As subfunções poderão ser combinadas com funções diferentes daquelas a que estejam vinculadas, na forma do Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Para os efeitos da presente Portaria, entendem-se por:

- a) Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;
- b) Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação de governo;
- c) Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;
- d) Operações Especiais, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

Art. 3º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios estabelecerão, em atos próprios, suas estruturas de programas, códigos e identificação, respeitados os conceitos e determinações desta Portaria.

Art. 4º Nas Leis orçamentárias e nos balanços, as ações serão identificadas em termos de funções, subfunções, programas, projetos, atividades e operações especiais.

Parágrafo único - No caso da função "Encargos Especiais", os programas corresponderão a um código vazio, do tipo "0000".

Art. 5º A dotação global denominada "Reserva de Contingência", permitida para a União no art. 91 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, ou em atos das demais esferas de Governo, a ser utilizada como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais e sob coordenação do órgão responsável pela sua destinação, será identificada por código definido pelos diversos níveis de governo.

Art. 6º O disposto nesta Portaria se aplica aos orçamentos da União, dos Estados e do Distrito Federal para o exercício financeiro de 2000 e seguintes, e aos Municípios a partir do exercício financeiro de 2002, revogando-se a Portaria nº 117, de 12 de novembro de 1998, do ex-Ministro do Planejamento e Orçamento, e demais disposições em contrário.

Art. 7º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PEDRO PARENTE



Anexo
Funções e Subfunções de Governo
(Atualizado até Portaria SOF nº 67 de 20/07/2012)

FUNÇÕES	SUBFUNÇÕES
01 - Legislativa	031 - Ação Legislativa 032 - Controle Externo
02 - Judiciária	061 - Ação Judiciária 062 - Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário
03 - Essencial à Justiça	091 - Defesa da Ordem Jurídica 092 - Representação Judicial e Extrajudicial
04 - Administração	121 - Planejamento e Orçamento 122 - Administração Geral 123 - Administração Financeira 124 - Controle Interno 125 - Normatização e Fiscalização 126 - Tecnologia da Informação 127 - Ordenamento Territorial 128 - Formação de Recursos Humanos 129 - Administração de Receitas 130 - Administração de Concessões 131 - Comunicação Social
05 - Defesa Nacional	151 - Defesa Aérea 152 - Defesa Naval 153 - Defesa Terrestre
06 - Segurança Pública	181 - Policiamento 182 - Defesa Civil 183 - Informação e Inteligência
07 - Relações Exteriores	211 - Relações Diplomáticas 212 - Cooperação Internacional
08 - Assistência Social	241 - Assistência ao Idoso 242 - Assistência ao Portador de Deficiência 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente 244 - Assistência Comunitária
09 - Previdência Social	271 - Previdência Básica 272 - Previdência do Regime Estatutário 273 - Previdência Complementar 274 - Previdência Especial
10 - Saúde	301 - Atenção Básica 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial 303 - Suporte Profilático e Terapêutico 304 - Vigilância Sanitária 305 - Vigilância Epidemiológica 306 - Alimentação e Nutrição
11 - Trabalho	331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador 332 - Relações de Trabalho 333 - Empregabilidade 334 - Fomento ao Trabalho
12 - Educação	361 - Ensino Fundamental 362 - Ensino Médio 363 - Ensino Profissional 364 - Ensino Superior 365 - Educação Infantil 366 - Educação de Jovens e Adultos 367 - Educação Especial 368 - Educação Básica
13 - Cultura	391 - Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico 392 - Difusão Cultural



14 - Direitos da Cidadania	421 - Custódia e Reintegração Social 422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos 423 - Assistência aos Povos Indígenas
15 - Urbanismo	451 - Infra-Estrutura Urbana 452 - Serviços Urbanos 453 - Transportes Coletivos Urbanos
16 - Habitação	481 - Habitação Rural 482 - Habitação Urbana
17 - Saneamento	511 - Saneamento Básico Rural 512 - Saneamento Básico Urbano
18 - Gestão Ambiental	541 - Preservação e Conservação Ambiental 542 - Controle Ambiental 543 - Recuperação de Áreas Degradadas 544 - Recursos Hídricos 545 - Meteorologia
19 - Ciência e Tecnologia	571 - Desenvolvimento Científico 572 - Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia 573 - Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico
20 - Agricultura	605 - Abastecimento 606 - Extensão Rural 607 - Irrigação 608 - Promoção da Produção Agropecuária 609 - Defesa Agropecuária
21 - Organização Agrária	631 - Reforma Agrária 632 - Colonização
22 - Indústria	661 - Promoção Industrial 662 - Produção Industrial 663 - Mineração 664 - Propriedade Industrial 665 - Normalização e Qualidade
23 - Comércio e Serviços	691 - Promoção Comercial 692 - Comercialização 693 - Comércio Exterior 694 - Serviços Financeiros 695 - Turismo
24 - Comunicações	721 - Comunicações Postais 722 - Telecomunicações
25 - Energia	751 - Conservação de Energia 752 - Energia Elétrica 753 - Combustíveis Minerais 754 - Biocombustíveis
26 - Transporte	781 - Transporte Aéreo 782 - Transporte Rodoviário 783 - Transporte Ferroviário 784 - Transporte Hidroviário 785 - Transporte Especiais
27 - Desporto e Lazer	811 - Desporto de Rendimento 812 - Desporto Comunitário 813 - Lazer
28 - Encargos Especiais	841 - Refinanciamento da Dívida Interna 842 - Refinanciamento da Dívida Externa 843 - Serviço da Dívida Interna 844 - Serviço da Dívida Externa 845 - Transferências 846 - Outros Encargos Especiais





ESTRUTURA DE PROGRAMAS

Exemplo de Codificação a Nível Municipal

FUNÇÃO	SUBFUNÇÃO	PROGRAMA
01	Legislativa	
	031	Ação Legislativa
		0010 Atuação Legislativa da Câmara
		0011 Administração Legislativa
		0012 Solenidades, Homenagens e Recepções
		0013 Fiscalização Municipal
		0014 Modernização do Sistema de Controle Externo
04	Administração	
	121	Planejamento e Orçamento
		0031 Planejamento Governamental
		0032 Controle e Avaliação Administrativa
	122	Administração Geral
		0045 Gestão Político Administrativa(gabinete do Prefeito)
		0046 Administração Setorial (secretarias)
		0047 Administração Descentralizada
		0049 Suporte Administrativo
		0050 Comunicação Oficial
		0051 Processamento de Dados
		0052 Modernização Administrativa
		0053 Defensoria Pública Municipal (juridico)
		0054 Construção e Preservação de Edificações Públicas
		0055 Modernização de Recursos Administrativos
	123	Administração Financeira
		0060 Participação Societária
		0061 Administração das Aplicações Financeiras
		0062 Assistência Financeira a Entidades Filantrópicas
		0063 Participação no Capital do Banco da Terra
		0064 Participação no Capital do Banco do Povo
		0065 Participação no Capital de Consórcios Públicos
		0066 Participação no Capital de Empresas Públicas
	124	Controle Interno
		0067 Administração Financeira e Orçamentária
		0068 Gestão dos Conselhos Municipais
	126	Tecnologia da Informação
		0069 Informatização Governamental
	127	Ordenamento Territorial
		0070 Fiscalização e Controle do Uso do Solo
		0071 Administração do Patrimônio Imobiliário Municipal
	128	Formação de Recursos Humanos
		0075 Treinamento e Capacitação de Servidores
		0076 Exposições Congressos e Conferências
	129	Administração de Receitas
		0080 Fiscalização da Receita
		0081 Cobrança e Execução Fiscal
		0082 Modernização Tributária
06	Segurança Pública	
	181	Policiamento
		0085 Apoio às Ações de Segurança Pública
		0086 Educação e Segurança no Trânsito
		0087 Vigilância Pública Municipal (Guarda Municipal)
		0088 Apoio ao Policiamento Escolar
		0089 Apoio ao Policiamento Comunitário
	182	Defesa Civil
		0090 Programa Emergencial de Defesa Civil
		0091 Apoio à Manutenção do Corpo de Bombeiros



- 08 Assistência Social
 - 241 Assistência ao Idoso
 - 0095 Programa de Atenção à Pessoa Idosa
 - 242 Assistência ao Portador de Deficiência
 - 0100 Integração Social do Deficiente Físico
 - 0101 Assistência Social ao Deficiente Mental
 - 0102 Progr. Atenção aos Portadores de Deficiência
 - 243 Assistência à Criança e ao Adolescente
 - 0110 Defesa dos Dir. da Criança e do Adol. (Conselho Tutelar)
 - 0111 Agente Jovem Desenvolvimento Social
 - 0112 Progr. Ação Continuada Criança/Família
 - 0113 Progr. Erradicação do Trabalho Infantil
 - 244 Assistência Comunitária
 - 0120 Proteção Social Básica
 - 0121 Assistência ao Migrante e ao Morador de Rua
 - 0122 Frente de Trabalho Temporário
- 09 Previdência Social
 - 271 Previdência Básica
 - 0130 Previdência Social Básica (celetistas)
 - 272 Previdência do Regime Estatutário
 - 0136 Plano de Seguridade Social do Servidor- (RPPS)
 - 0137 Administração Previdenciária (RPPS)
 - 273 Previdência Complementar
 - 0140 Complementação de Proventos de Aposentadoria
- 10 Saúde
 - 301 Atenção Básica
 - 0150 Ações Médicas Básicas - (UBS)
 - 0151 Saúde da Família
 - 0152 Agente Comunitário de Saúde
 - 0153 Saúde Bucal
 - 0154 Saúde na Escola
 - 0155 Atenção Básica aos Povos Indígenas
 - 302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial
 - 0156 Atendimento Ambulatorial e Hospitalar
 - 0157 Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU
 - 303 Suporte Profilático e Terapêutico
 - 0160 Assistência Farmacêutica Básica
 - 304 Vigilância Sanitária
 - 0175 Fiscalização Sanitária
 - 0176 Ações Sanitárias em Situação de Risco
 - 0177 Práticas Corporal/Atividades Físicas
 - 305 Vigilância Epidemiológica
 - 0180 Vigilância Epidemiológica e Ambiental
 - 0181 Atenção em Doenças Sexualmente Transmissíveis
 - 0183 Combate aos Vetores de Doenças Transmissíveis
 - 0184 Vigilância em Saúde
 - 306 Alimentação e Nutrição
 - 0185 Combate à Carência Nutricional
 - 0186 Auxílio Alimentação
- 11 Trabalho
 - 331 Proteção e Benefícios ao Trabalhador
 - 0191 Assistência Social ao Servidor Público
 - 0192 Geração de Emprego e Renda
 - 333 Empregabilidade
 - 0200 Requalificação Profissional
 - 334 Fomento ao trabalho
 - 0205 Incentivo ao Trabalho Artesanal
- 12 Educação
 - 361 Ensino Fundamental
 - 0210 Desenvolvimento e Manutenção do Ensino Fundamental
 - 0211 Expansão e Reforma da Rede Física
 - 0212 Alimentação Escolar
 - 0213 Assistência ao Aluno com Deficiência



- 0214 Transporte Escolar
- 0215 Apoio às Associações de Pais e Mestres
- 0216 Ações Educativas Complementares
- 0217 Educação Escolar Indígena
- 0218 Educação Escolar em Área de Quilombos
- 362 Ensino Médio
 - 0220 Parceria com o Estado no Desenvolvimento do Ensino Médio
- 363 Ensino Profissionalizante
 - 0222 Qualificação para o Trabalho
- 364 Ensino Superior
 - 0225 Bolsa de Estudos ao Estudante Carente
 - 0226 Transporte Universitário
 - 0227 Aperfeiçoamento Didático e Pedagógico de Professores
- 365 Ensino Infantil
 - 0240 Educação na Primeira Infância (Creches e Pré-Escolas)
- 366 Educação de Jovens e Adultos
 - 0245 Programa de Ensino Fundamental Supletivo - PEJA
- 367 Educação Especial
 - 0250 Educação Compensatória
 - 0251 Atendimento Especializado aos Portadores de Deficiência
 - 0252 Parceria com Instituições Filantrópicas de Educação Especial
- 13 Cultura
 - 391 Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico
 - 0260 Arquivos e Documentos Públicos
 - 0261 Museu Memória e Cidadania
 - 0262 Preservação de Imóveis Tombados
 - 0263 Preservação de Monumentos e Obras de Artes
 - 0264 Preservação de Sítios Arqueológicos
 - 392 Difusão Cultural
 - 0270 Promoção de Eventos Artísticos e Culturais
 - 0271 Ampliação e Manutenção de Bibliotecas
 - 0273 Formação Artística e Cultural
- 14 Direito da Cidadania
 - 422 Direitos Individuais, Coletivos e Difusos
 - 0275 Serviços de Defesa do Consumidor - Procon
- 15 Urbanismo
 - 451 Infra Estrutura Urbana
 - 0280 Sistema Viário Urbano
 - 0281 Extensão de Rede Elétrica
 - 0282 Praças, Parques e Jardins
 - 0283 Desenvolvimento e Expansão Urbana
 - 452 Serviços Urbanos
 - 0285 Serviços de Utilidade Pública
 - 453 Transporte Coletivo Urbano
 - 0286 Terminais Rodoviários de Passageiros
 - 0287 Abrigos de Embarque e Desembarque de Passageiros
 - 0288 Ressarcimento do Transporte Gratuito
- 16 Habitação
 - 482 Habitação Urbana
 - 0291 Habitação de Interesse Social
 - 0292 Programa Morar Melhor
 - 0293 Melhorias Habitacionais e Urbanas
 - 0294 Regularização Fundiária de Interesse Habitacional
- 17 Saneamento
 - 512 Saneamento Básico Urbano
 - 0300 Captação Tratamento e Distribuição de Água
 - 0301 Coleta e Tratamento de Esgoto
 - 0302 Coleta e Disposição do Lixo Domiciliar
 - 0303 Defesa Contra Inundações
 - 0304 Saneamento e Drenagem Urbana
 - 0305 Recuperação de Áreas Degradáveis
 - 0306 Programas de Micro-Bacias e Recuperação de Várzeas



542	Controle Ambiental
0310	Infra-Estrutura Contra Enchentes
544	Recursos Hídricos
0311	Proteção e Recuperação de Mananciais
20	Agricultura
601	Promoção da Produção Vegetal
0315	Assistência Técnica Agrícola
0316	Incentivo à Produção de Hortifrutigranjeiros
602	Promoção da Produção Animal
0320	Feiras e Exposições Agropecuárias
605	Abastecimento
0325	Feiras, Mercados e Matadouros
22	Indústria
662	Produção Industrial
0330	Implantação de Distritos Industriais
0331	Incubadora de Micro e Pequenas Empresas
695	Turismo
0346	Fomento ao Turismo Local
24	Comunicação
721	Comunicações Postais
0350	Serviço Postal Credenciado
722	Telecomunicações
0355	Transmissão e Recebimento de Sinais
0356	Operacionalização de TV e Rádio
26	Transporte
782	Transporte Rodoviário
0360	Abrigos de Passageiros
0361	Conservação de Estradas
0362	Ampliação e Melhoramento da Malha Viária
0363	Modernização e Conservação de Equipamentos
27	Desporto e Lazer
811	Desporto de Rendimento
0370	Infra-Estrutura Esportiva
0371	Treinamento e Formação de Atletas
0372	Desenvolvimento do Esporte Amador
812	Desporto Comunitário
0380	Esporte na Escola
0381	Saúde em Movimento
813	Lazer
0385	Atividades Recreativas
0386	Festividades e Comemorações
28	Encargos Especiais (*)
841	Refinanciamento da Dívida Interna
842	Refinanciamento da Dívida Externa
843	Serviço da Dívida Interna
844	Serviço da Dívida Externa
845	Transferências
846	Outros Encargos Especiais
0000(*)	Encargos Gerais do Município
99	Reserva de Contingência(**)
999	Reserva de Contingência
9999	Reserva de Contingência

(*) Conforme art. 4º, par. único, da Portaria nº 42, os programas relativos a esta função deverão receber um "código vazio" (0000)
OBSERVAÇÃO: Assim como as subfunções poderão constar em diferentes funções, também os programas poderão se repetir em várias funções e subfunções.

(**) Conforme art. 8º da Portaria Interministerial STN/SOF nº 163, de 4.5.2001; em existindo na estrutura orçamentária do ente de governo Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, essa Reserva de Contingência deverá ser desdobrada em duas situações distintas:

- 99.999.9999.xxxx.xxxx, em se tratando de reserva de contingência propriamente dita (para situações de risco detalhadas no Anexo de Riscos Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO);
- 99.997.9999.xxxx.xxxx, em se tratando de "reserva orçamentária" do RPPS, que corresponde ao normal superávit de previsão da receita inerente a esses regimes próprios, ao menos nos anos iniciais de sua criação; isto, para não causar o desequilíbrio do orçamento.



Anexo II

Natureza da Despesa

(Portaria 163, atualizada até a Portaria Conjunta STN/SOF nº 2 de 20/08/2015)

I - DA ESTRUTURA

A - CATEGORIAS ECONÔMICAS

- 3 - Despesas Correntes
- 4 - Despesas de Capital

B - GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESA

- 1 - Pessoal e Encargos Sociais
- 2 - Juros e Encargos da Dívida
- 3 - Outras Despesas Correntes
- 4 - Investimentos
- 5 - Inversões Financeiras
- 6 - Amortização da Dívida

C - MODALIDADES DE APLICAÇÃO

- 20 - Transferências à União
- 22 - Execução Orçamentária Delegada à União
- 30 - Transferências a Estados e ao Distrito Federal
- 31 - Transferências a Estados e ao Distrito Federal - Fundo a Fundo
- 32 - Execução Orçamentária Delegada a Estados e ao Distrito Federal
- 35 - Transferências Fundo a Fundo aos Estados e ao Distrito Federal à Conta de Recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do Art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012.
- 36 - Transferências Fundo a Fundo aos Estados e ao Distrito Federal à Conta de Recursos de que trata o Art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012.
- 40 - Transferências a Municípios
- 41 - Transferências a Municípios - Fundo a Fundo
- 42 - Execução Orçamentária Delegada a Municípios
- 45 - Transferências Fundo a Fundo aos Municípios a Conta de Recursos de que Tratam os §§ 1º e 2º do Art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012
- 46 - Transferências Fundo a Fundo aos Estados e ao Distrito Federal à Conta de Recursos de que trata o Art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012.
- 50 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
- 60 - Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos
- 67 - Execução de Contrato de Parceria Público-Privada-PPP
- 70 - Transferências a Instituições Multigovernamentais
- 71 - Transferências a Consórcios Públicos Mediante Contrato de Rateio
- 72 - Execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos
- 73 - Transferência a Consórcios Públicos Mediante Contrato de Rateio à Conta de Recursos de que Tratam os §§ 1º e 2º do Art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012
- 74 - Transferência a Consórcios Públicos Mediante Contrato de Rateio à Conta de Recursos de que Trata o Art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012
- 75 - Transferência a Instituições Multigovernamentais à Conta de Recursos de que Tratam os §§ 1º e 2º do Art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012.
- 76 - Transferência a Instituições Multigovernamentais à Conta de Recursos de que Trata o Art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012.
- 80 - Transferências ao Exterior
- 90 - Aplicações Diretas
- 91 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.
- 93 - Aplicação Direta Decorrente de Operações de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente Participe.



- 94 - Aplicação Direta Decorrente de Operações de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente não Participe.
- 95 - Aplicação Direta à Conta de Recursos de que Tratam os §§ 1º e 2º do Art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012.
- 96 - Aplicação Direta à Conta de Recursos de que Trata o Art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012.
- 99 - A Definir

D - ELEMENTOS DE DESPESA

- 01 - Aposentadorias do RPPS, Reserva Remunerada e Reformas dos Militares.
- 03 - Pensões do RPPS e do Militar.
- 04 - Contratação por Tempo Determinado
- 05 - Outros Benefícios Previdenciários do Servidor ou do Militar.
- 06 - Benefício Mensal ao Deficiente e ao Idoso
- 07 - Contribuição a Entidades Fechadas de Previdência
- 08 - Outros Benefícios Assistenciais do Servidor ou do Militar
- 10 - Seguro Desemprego e Abono Salarial
- 11 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil
- 12 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Militar
- 13 - Obrigações Patronais
- 14 - Diárias - Civil
- 15 - Diárias - Militar
- 16 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil
- 17 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Militar
- 18 - Auxílio Financeiro a Estudantes
- 19 - Auxílio-Fardamento
- 20 - Auxílio Financeiro a Pesquisadores
- 21 - Juros sobre a Dívida por Contrato
- 22 - Outros Encargos sobre a Dívida por Contrato
- 23 - Juros, Deságios e Descontos da Dívida Mobiliária
- 24 - Outros Encargos sobre a Dívida Mobiliária
- 25 - Encargos sobre Operações de Crédito por Antecipação da Receita
- 26 - Obrigações decorrentes de Política Monetária
- 27 - Encargos pela Honra de Avais, Garantias, Seguros e Similares
- 28 - Remuneração de Cotas de Fundos Autárquicos
- 29 - Distribuição de Resultado de Empresas Estatais Dependentes
- 30 - Material de Consumo
- 31 - Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras
- 32 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
- 33 - Passagens e Despesas com Locomoção
- 34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização
- 35 - Serviços de Consultoria
- 36 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física
- 37 - Locação de Mão-de-Obra
- 38 - Arrendamento Mercantil
- 39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
- 41 - Contribuições
- 42 - Auxílios
- 43 - Subvenções Sociais
- 45 - Subvenções Economicas
- 46 - Auxílio-Alimentação
- 47 - Obrigações Tributárias e Contributivas
- 48 - Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas
- 49 - Auxílio-Transporte
- 51 - Obras e Instalações
- 52 - Equipamentos e Material Permanente
- 53 - Aposentadorias do RGPS - Área Rural
- 54 - Aposentadorias do RGPS - Área Urbana
- 55 - Pensões do RGPS - Área Rural
- 56 - Pensões do RGPS - Área Urbana



- 57 - Outros Benefícios do RGPS - Área Rural
- 58 - Outros Benefícios do RGPS - Área Urbana
- 59 - Pensões Especiais
- 61 - Aquisição de Imóveis
- 62 - Aquisição de Produtos para Revenda
- 63 - Aquisição de Títulos de Crédito
- 64 - Aquisição de Títulos Representativos de Capital já Integralizado
- 65 - Constituição ou Aumento de Capital de Empresas
- 66 - Concessão de Empréstimos e Financiamentos
- 67 - Depósitos Compulsórios
- 70 - Rateio pela Participação em Consórcio Público
- 71 - Principal da Dívida Contratual Resgatado
- 72 - Principal da Dívida Mobiliária Resgatado
- 73 - Correção Monetária ou Cambial da Dívida Contratual Resgatada
- 74 - Correção Monetária ou Cambial da Dívida Mobiliária Resgatada
- 75 - Correção Monetária da Dívida de Operações de Crédito por Antecipação da Receita
- 76 - Principal Corrigido da Dívida Mobiliária Refinanciado
- 77 - Principal Corrigido da Dívida Contratual Refinanciado
- 81 - Distribuição Constitucional ou Legal de Receitas
- 82 - Aporte de Recursos pelo Parceiro Público em Favor do Parceiro Privado Decorrente de Contrato de Parceria Público-Privada - PPP
- 83 - Despesas Decorrentes de Contrato de Parceria Público-Privada-PPP, exceto Subvenções Econômicas, Aporte e Fundo Garantidor.
- 84 - Despesas Decorrentes da Participação em Fundos, Organismos ou Entidades Assemelhadas, Nacionais e Internacionais.
- 91 - Sentenças Judiciais
- 92 - Despesas de Exercícios Anteriores
- 93 - Indenizações e Restituições
- 94 - Indenizações e Restituições Trabalhistas
- 95 - Indenização pela Execução de Trabalhos de Campo
- 96 - Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado
- 97 - Aporte para Cobertura do Déficit Atuarial RPPS
- 98 - Compensações ao RGPS
- 99 - A Classificar

II - DOS CONCEITOS E ESPECIFICAÇÕES

A - CATEGORIAS ECONÔMICAS

3 - Despesas Correntes

Classificam-se nessa categoria todas as despesas que não contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital.

4 - Despesas de Capital

Classificam-se nessa categoria aquelas despesas que contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital.

B - GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESA

1 - Pessoal e Encargos Sociais

Despesas orçamentárias com pessoal ativo, inativo e pensionistas, relativas a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência, conforme estabelece o caput do art. 18 da Lei Complementar 101, de 2000.

2 - Juros e Encargos da Dívida

Despesas orçamentárias com o pagamento de juros, comissões e outros encargos de operações de crédito internas e externas contratadas, bem como da dívida pública mobiliária.

3 - Outras Despesas Correntes



Despesas orçamentárias com aquisição de material de consumo, pagamento de diárias, contribuições, subvenções, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, além de outras despesas da categoria econômica "Despesas Correntes" não classificáveis nos demais grupos de natureza de despesa.

4 - Investimentos

Despesas orçamentárias com softwares e com o planejamento e a execução de obras, inclusive com a aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, e com a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente.

5 - Inversões Financeiras

Despesas orçamentárias com a aquisição de imóveis ou bens de capital já em utilização; aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital; e com a constituição ou aumento do capital de empresas, além de outras despesas classificáveis neste grupo.

6 - Amortização da Dívida

Despesas orçamentárias com o pagamento e/ou refinanciamento do principal e da atualização monetária ou cambial da dívida pública interna e externa, contratual ou mobiliária.

9 - Reserva de Contingência

Despesas orçamentárias destinadas ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos, bem como eventos fiscais imprevistos, inclusive a abertura de créditos adicionais.

C - MODALIDADES DE APLICAÇÃO

20 - Transferências à União

Despesas orçamentárias realizadas pelos Estados, Municípios ou pelo Distrito Federal, mediante transferência de recursos financeiros à União, inclusive para suas entidades da administração indireta.

22 - Execução Orçamentária Delegada à União

Despesas Orçamentárias realizadas mediante transferência de recursos financeiros, decorrentes de delegação ou descentralização à União para execução de ações de responsabilidade exclusiva do delegante.

30 - Transferências a Estados e ao Distrito Federal

Despesas orçamentárias realizadas mediante transferência de recursos financeiros da União ou dos Municípios aos Estados e ao Distrito Federal, inclusive para suas entidades da administração indireta.

31 - Transferências a Estados e ao Distrito Federal - Fundo a Fundo

Despesas orçamentárias realizadas mediante transferência de recursos financeiros da União ou dos Municípios aos Estados e ao Distrito Federal por intermédio da modalidade fundo a fundo.

32 - Execução Orçamentária Delegada a Estados e ao Distrito Federal.

Despesas orçamentárias realizadas mediante transferência de recursos financeiros, decorrentes de delegação ou descentralização a Estados e ao Distrito Federal para execução de ações de responsabilidade exclusiva do delegante.

35 - Transferências Fundo a Fundo aos Estados e ao Distrito Federal à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012

Despesas orçamentárias realizadas mediante transferência de recursos financeiros da União ou dos Municípios aos Estados e ao Distrito Federal por intermédio da modalidade fundo a fundo, à conta de recursos referentes aos restos a pagar considerados para fins da aplicação mínima em ações e serviços públicos de saúde e posteriormente cancelados ou prescritos, de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012.

36 - Transferências Fundo a Fundo aos Estados e ao Distrito Federal à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012

Despesas orçamentárias realizadas mediante transferência de recursos financeiros da União ou dos Municípios aos Estados e ao Distrito Federal por intermédio da modalidade fundo a fundo, à conta de recursos referentes à diferença da aplicação mínima em ações e serviços públicos de saúde que deixou de ser aplicada em exercícios anteriores, de que trata o art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012.

40 - Transferências a Municípios

Despesas orçamentárias realizadas mediante transferência de recursos financeiros da União ou dos Estados aos Municípios, inclusive para suas entidades da administração indireta.

41 - Transferências a Municípios - Fundo a Fundo

Despesas orçamentárias realizadas mediante transferência de recursos financeiros da União, dos Estados ou do Distrito Federal aos Municípios por intermédio da modalidade fundo a fundo.

42 - Execução Orçamentária Delegada à Municípios

Despesas orçamentárias realizadas mediante transferência de recursos financeiros, decorrentes de delegação ou descentralização a Municípios para execução de ações de responsabilidade exclusiva do delegante.



45 – Transferências Fundo a Fundo aos Municípios à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012

Despesas orçamentárias realizadas mediante transferência de recursos financeiros da União, dos Estados ou do Distrito Federal aos Municípios por intermédio da modalidade fundo a fundo, à conta de recursos referentes aos restos a pagar considerados para fins da aplicação mínima em ações e serviços públicos de saúde e posteriormente cancelados ou prescritos, de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012.

46 – Transferências Fundo a Fundo aos Municípios à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012.

Despesas orçamentárias realizadas mediante transferência de recursos financeiros da União, dos Estados ou do Distrito Federal aos Municípios por intermédio da modalidade fundo a fundo, à conta de recursos referentes à diferença da aplicação mínima em ações e serviços públicos de saúde que deixou de ser aplicada em exercícios anteriores de que trata o art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012..

50 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Despesas orçamentárias realizadas mediante transferência de recursos financeiros a entidades sem fins lucrativos que não tenham vínculo com a administração pública.

60 - Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos

Despesas orçamentárias realizadas mediante transferência de recursos financeiros a entidades com fins lucrativos que não tenham vínculo com a administração pública.

67 - Execução de Contrato de Parceria Público-Privada- PPP

Despesas orçamentárias do Parceiro Público decorrentes de Contrato de Parceria Público-Privada - PPP, nos termos da Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, e da Lei nº 12.766, de 27 de dezembro de 2012.

70 - Transferências a Instituições Multigovernamentais

Despesas orçamentárias realizadas mediante transferência de recursos financeiros a entidades criadas e mantidas por dois ou mais entes da Federação ou por dois ou mais países, inclusive o Brasil.

71 – Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio

Despesas orçamentárias realizadas mediante transferência de recursos financeiros a entidades criadas sob a forma de consórcios públicos nos termos da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, mediante contrato de rateio, objetivando a execução dos programas e ações dos respectivos entes consorciados, observado o disposto no § 1º do art. 11 da Portaria STN nº 72, de 2012.

72 - Execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos.

Despesas orçamentárias realizadas mediante transferência de recursos financeiros, decorrentes de delegação ou descentralização a consórcios públicos para execução de ações de responsabilidade exclusiva do delegante. (NR)

73 – Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012

Despesas orçamentárias realizadas mediante transferência de recursos financeiros a entidades criadas sob a forma de consórcios públicos nos termos da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, por meio de contrato de rateio, à conta de recursos referentes aos restos a pagar considerados para fins da aplicação mínima em ações e serviços públicos de saúde e posteriormente cancelados ou prescritos, de que tratam §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, observado o disposto no § 1º do art. 11 da Portaria STN nº 72, de 1º de fevereiro de 2012.

74 – Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012

Despesas orçamentárias realizadas mediante transferência de recursos financeiros a entidades criadas sob a forma de consórcios públicos nos termos da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, por meio de contrato de rateio, à conta de recursos referentes à diferença da aplicação mínima em ações e serviços públicos de saúde que deixou de ser aplicada em exercícios anteriores, de que trata o art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012, observado o disposto no § 1º do art. 11 da Portaria STN nº 72, de 2012.

75 – Transferências a Instituições Multigovernamentais à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012

Despesas orçamentárias realizadas mediante transferência de recursos financeiros a entidades criadas e mantidas por dois ou mais entes da Federação ou por dois ou mais países, inclusive o Brasil, exclusive as transferências relativas à modalidade de aplicação 73 (Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012), à conta de recursos referentes aos restos a pagar considerados para fins da aplicação mínima em ações e serviços públicos de saúde e posteriormente cancelados ou prescritos, de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012.

76 – Transferências a Instituições Multigovernamentais à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012

Despesas orçamentárias realizadas mediante transferência de recursos financeiros a entidades criadas e mantidas por dois ou mais entes da Federação ou por dois ou mais países, inclusive o Brasil, exclusive as transferências relativas à modalidade de aplicação 74 (Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de



que trata o art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012), à conta de recursos referentes à diferença da aplicação mínima em ações e serviços públicos de saúde que deixou de ser aplicada em exercícios anteriores, de que trata o art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012.

80 - Transferências ao Exterior

Despesas orçamentárias realizadas mediante transferência de recursos financeiros a órgãos e entidades governamentais pertencentes a outros países, a organismos internacionais e a fundos instituídos por diversos países, inclusive aqueles que tenham sede ou recebam os recursos no Brasil.

90 - Aplicações Diretas

Aplicação direta, pela unidade orçamentária, dos créditos a ela alocados ou oriundos de descentralização de outras entidades integrantes ou não dos Orçamentos Fiscal ou da Seguridade Social, no âmbito da mesma esfera de governo.

91 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Despesas orçamentárias de órgãos, fundos, autarquias, fundações, empresas estatais dependentes e outras entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social decorrentes da aquisição de materiais, bens e serviços, pagamento de impostos, taxas e contribuições, além de outras operações, quando o receptor dos recursos também for órgão, fundo, autarquia, fundação, empresa estatal dependente ou outra entidade constante desses orçamentos, no âmbito da mesma esfera de Governo.

93 – Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente Participe

Despesas orçamentárias de órgãos, fundos, autarquias, fundações, empresas estatais dependentes e outras entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social decorrentes da aquisição de materiais, bens e serviços, além de outras operações, exceto no caso de transferências, delegações ou descentralizações, quando o receptor dos recursos for consórcio público do qual o ente da Federação participe, nos termos da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005.

94 – Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente Não Participe

Despesas orçamentárias de órgãos, fundos, autarquias, fundações, empresas estatais dependentes e outras entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social decorrentes da aquisição de materiais, bens e serviços, além de outras operações, exceto no caso de transferências, delegações ou descentralizações, quando o receptor dos recursos for consórcio público do qual o ente da Federação não participe, nos termos da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005.

95 – Aplicação Direta à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012

Aplicação direta, pela unidade orçamentária, dos créditos a ela alocados ou oriundos de descentralização de outras entidades integrantes ou não dos Orçamentos Fiscal ou da Seguridade Social, no âmbito da mesma esfera de Governo, à conta de recursos referentes aos restos a pagar considerados para fins da aplicação mínima em ações e serviços públicos de saúde e posteriormente cancelados ou prescritos, de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012.

96 – Aplicação Direta à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012.

Aplicação direta, pela unidade orçamentária, dos créditos a ela alocados ou oriundos de descentralização de outras entidades integrantes ou não dos Orçamentos Fiscal ou da Seguridade Social, no âmbito da mesma esfera de Governo, à conta de recursos referentes à diferença da aplicação mínima em ações e serviços públicos de saúde que deixou de ser aplicada em exercícios anteriores, de que trata o art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012.

99 – A Definir

Modalidade de utilização exclusiva do Poder Legislativo ou para classificação orçamentária da Reserva de Contingência e da Reserva do RPPS, vedada a execução orçamentária enquanto não houver sua definição.

D - ELEMENTOS DE DESPESA

01 – Aposentadorias do RPPS, Reserva Remunerada e Reformas dos Militares

Despesas orçamentárias com pagamento de aposentadorias dos servidores inativos do Regime Próprio de Previdência do Servidor - RPPS, e de reserva remunerada e reformas dos militares

03 – Pensões do RPPS e do Militar

Despesas orçamentárias com pagamento de pensões civis do RPPS e dos militares.

04 - Contratação por Tempo Determinado

Despesas orçamentárias com a contratação de pessoal por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, de acordo com legislação específica de cada ente da Federação, inclusive obrigações patronais e outras despesas variáveis, quando for o caso.

05 – Outros Benefícios Previdenciários do Servidor ou do Militar



Despesas orçamentárias com benefícios previdenciários do servidor ou militar, tais como auxílio-reclusão devido à família do servidor ou do militar afastado por motivo de prisão, e salário-família, exclusive aposentadoria, reformas e pensões.

06 - Benefício Mensal ao Deficiente e ao Idoso

Despesas orçamentárias decorrentes do cumprimento do art. 203, inciso V, da Constituição Federal, que dispõe:

“Art.203 – A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

[...]....

V – a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.”

07 – Contribuição a Entidades Fechadas de Previdência

Despesas orçamentárias com os encargos da entidade patrocinadora no regime de previdência fechada, para complementação de aposentadoria.

08 – Outros Benefícios Assistenciais do Servidor ou do Militar

Despesas orçamentárias com benefícios assistenciais, inclusive auxílio-funeral devido à família do servidor ou do militar falecido na atividade, ou do aposentado, ou a terceiro que custear, comprovadamente, as despesas com o funeral do ex-servidor ou do ex-militar; auxílio-natalidade devido a servidora ou militar, por motivo de nascimento de filho, ou a cônjuge ou companheiro servidor público ou militar, quando a parturiente não for servidora; auxílio-creche ou assistência pré-escolar devido a dependente do servidor ou militar, conforme regulamento; e auxílio-doença.

10 – Seguro Desemprego e Abono Salarial

Despesas orçamentárias com pagamento do seguro-desemprego e do abono de que tratam o inciso II do art. 7º e o § 3º do art. 239 da Constituição Federal, respectivamente.

11 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil

Despesas orçamentárias com: Vencimento; Salário Pessoal Permanente; Vencimento ou Salário de Cargos de Confiança; Subsídios; Vencimento de Pessoal em Disponibilidade Remunerada; Gratificações, tais como: Gratificação Adicional Pessoal Disponível; Gratificação de Interiorização; Gratificação de Dedicção Exclusiva; Gratificação de Regência de Classe; Gratificação pela Chefia ou Coordenação de Curso de Área ou Equivalente; Gratificação por Produção Suplementar; Gratificação por Trabalho de Raios X ou Substâncias Radioativas; Gratificação pela Chefia de Departamento, Divisão ou Equivalente; Gratificação de Direção Geral ou Direção (Magistério de 1º e 2º Graus); Gratificação de Função-Magistério Superior; Gratificação de Atendimento e Habilitação Previdenciários; Gratificação Especial de Localidade; Gratificação de Desempenho das Atividades Rodoviárias; Gratificação da Atividade de Fiscalização do Trabalho; Gratificação de Engenheiro Agrônomo; Gratificação de Natal; Gratificação de Estímulo à Fiscalização e Arrecadação de Contribuições e de Tributos; Gratificação por Encargo de Curso ou de Concurso; Gratificação de Produtividade do Ensino; Gratificação de Habilitação Profissional; Gratificação de Atividade; Gratificação de Representação de Gabinete; Adicional de Insalubridade; Adicional Noturno; Adicional de Férias 1/3 (art. 7º, inciso XVII, da Constituição); Adicionais de Periculosidade; Representação Mensal; Licença-Prêmio por assiduidade; Retribuição Básica (Vencimentos ou Salário no Exterior); Diferenças Individuais Permanentes; Vantagens Pecuniárias de Ministro de Estado, de Secretário de Estado e de Município; Férias Antecipadas de Pessoal Permanente; Aviso Prévio (cumprido); Férias Vencidas e Proporcionais; Parcela Incorporada (ex-quintos e ex-décimos); Indenização de Habilitação Policial; Adiantamento do 13º Salário; 13º Salário Proporcional; Incentivo Funcional - Sanitarista; Abono Provisório; “Pró-labore” de Procuradores; e outras despesas correlatas de caráter permanente.

12 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Militar

Despesas orçamentárias com: Soldo; Gratificação de Localidade Especial; Gratificação de Representação; Adicional de Tempo de Serviço; Adicional de Habilitação; Adicional de Compensação Orgânica; Adicional Militar; Adicional de Permanência; Adicional de Férias; Adicional Natalino; e outras despesas correlatas, de caráter permanente, previstas na estrutura remuneratória dos militares.

13 – Obrigações Patronais

Despesas orçamentárias com encargos que a administração tem pela sua condição de empregadora, e resultantes de pagamento de pessoal ativo, inativo e pensionistas, tais como Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e contribuições para Institutos de Previdência, inclusive a alíquota de contribuição suplementar para cobertura do déficit atuarial, bem como os encargos resultantes do pagamento com atraso das contribuições de que trata este elemento de despesa.

14 – Diárias – Civil

Despesas orçamentárias com cobertura de alimentação, pousada e locomoção urbana, do servidor público estatutário ou celetista que se desloca de sua sede em objeto de serviço, em caráter eventual ou transitório, entendido como sede o Município onde a repartição estiver instalada e onde o servidor tiver exercício em caráter permanente.

15 – Diárias – Militar

Despesas orçamentárias decorrentes do deslocamento do militar da sede de sua unidade por motivo de serviço, destinadas à indenização das despesas de alimentação e pousada.



16 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil

Despesas orçamentárias relacionadas às atividades do cargo/emprego ou função do servidor, e cujo pagamento só se efetua em circunstâncias específicas, tais como: hora-extra; substituições; e outras despesas da espécie, decorrentes do pagamento de pessoal dos órgãos e entidades da administração direta e indireta.

17 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Militar

Despesas orçamentárias eventuais, de natureza remuneratória, devidas em virtude do exercício da atividade militar, exceto aquelas classificadas em elementos de despesas específicos.

18 – Auxílio Financeiro a Estudantes

Despesas orçamentárias com ajuda financeira concedida pelo Estado a estudantes comprovadamente carentes, e concessão de auxílio para o desenvolvimento de estudos e pesquisas de natureza científica, realizadas por pessoas físicas na condição de estudante, observado o disposto no art. 26 da Lei Complementar nº 101/2000.

19 – Auxílio-Fardamento

Despesas orçamentárias com o auxílio-fardamento, pago diretamente ao servidor ou militar.

20 – Auxílio Financeiro a Pesquisadores

Despesas Orçamentárias com apoio financeiro concedido a pesquisadores, individual ou coletivamente, exceto na condição de estudante, no desenvolvimento de pesquisas científicas e tecnológicas, nas suas mais diversas modalidades, observado o disposto no art. 26 da Lei Complementar nº 101/2000.

21 – Juros sobre a Dívida por Contrato

Despesas orçamentárias com juros referentes a operações de crédito efetivamente contratadas.

22 – Outros Encargos sobre a Dívida por Contrato

Despesas orçamentárias com outros encargos da dívida pública contratada, tais como: taxas, comissões bancárias, prêmios, imposto de renda e outros encargos.

23 – Juros, Deságios e Descontos da Dívida Mobiliária

Despesas orçamentárias com a remuneração real devida pela aplicação de capital de terceiros em títulos públicos.

24 – Outros Encargos sobre a Dívida Mobiliária

Despesas orçamentárias com outros encargos da dívida mobiliária, tais como: comissão, corretagem, seguro, etc.

25 – Encargos sobre Operações de Crédito por Antecipação da Receita

Despesas orçamentárias com o pagamento de encargos da dívida pública, inclusive os juros decorrentes de operações de crédito por antecipação da receita, conforme art. 165, §8º, da Constituição.

26 – Obrigações decorrentes de Política Monetária

Despesas orçamentárias com a cobertura do resultado negativo do Banco Central do Brasil, como autoridade monetária, apurado em balanço, nos termos da legislação vigente.

27 – Encargos pela Honra de Avais, Garantias, Seguros e Similares

Despesas orçamentárias que a administração é compelida a realizar em decorrência da honra de avais, garantias, seguros, fianças e similares concedidos.

28 – Remuneração de Cotas de Fundos Autárquicos

Despesas orçamentárias com encargos decorrentes da remuneração de cotas de fundos autárquicos, à semelhança de dividendos, em razão dos resultados positivos desses fundos.

29 - Distribuição de Resultado de Empresas Estatais Dependentes

Despesas orçamentárias com a distribuição de resultado positivo de empresas estatais dependentes, inclusive a título de dividendos e participação de empregados nos referidos resultados.

30 – Material de Consumo

Despesas orçamentárias com álcool automotivo; gasolina automotiva; diesel automotivo; lubrificantes automotivos; combustível e lubrificantes de aviação; gás engarrafado; outros combustíveis e lubrificantes; material biológico, farmacológico e laboratorial; animais para estudo, corte ou abate; alimentos para animais; material de courelaria ou de uso zootécnico; sementes e mudas de plantas; gêneros de alimentação; material de construção para reparos em imóveis; material de manobra e patrulhamento; material de proteção, segurança, socorro e sobrevivência; material de expediente; material de cama e mesa, copa e cozinha, e produtos de higienização; material gráfico e de processamento de dados; aquisição de disquete; material para esportes e diversões; material para fotografia e filmagem; material para instalação elétrica e eletrônica; material para manutenção, reposição e aplicação; material odontológico, hospitalar e ambulatorial; material químico; material para telecomunicações; vestuário, uniformes, fardamento, tecidos e aviamentos; material de acondicionamento e embalagem; suprimento de proteção ao vôo; suprimento de aviação; sobressalentes de máquinas e motores de navios e esquadra; explosivos e munições; bandeiras, flâmulas e insígnias e outros materiais de uso não duradouro.

31 – Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras

Despesas orçamentárias com a aquisição de prêmios, condecorações, medalhas, troféus, etc., bem como com o pagamento de prêmios em pecúnia, inclusive decorrentes de sorteios lotéricos.



32 – Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita

Despesas orçamentárias com aquisição de materiais, bens ou serviços para distribuição gratuita, tais como livros didáticos, medicamentos, gêneros alimentícios e outros materiais, bens ou serviços que possam ser distribuídos gratuitamente, exceto se destinados a premiações culturais, artísticas, científicas, desportivas e outras.

33 – Passagens e Despesas com Locomoção

Despesas orçamentárias, realizadas diretamente ou por meio de empresa contratada, com aquisição de passagens (aéreas, terrestres, fluviais ou marítimas), taxas de embarque, seguros, fretamento, pedágios, locação ou uso de veículos para transporte de pessoas e suas respectivas bagagens, inclusive quando decorrentes de mudanças de domicílio no interesse da administração.

34 – Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização

Despesas orçamentárias relativas à mão-de-obra constantes dos contratos de terceirização, de acordo com o art. 18, §1º, da Lei Complementar nº 101, de 2000, computadas para fins de limites da despesa total com pessoal previstos no art. 19 dessa Lei. 77

35 – Serviços de Consultoria

Despesas orçamentárias decorrentes de contratos com pessoas físicas ou jurídicas, prestadoras de serviços nas áreas de consultorias técnicas ou auditorias financeiras ou jurídicas, ou assemelhadas.

36 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física

Despesas orçamentárias decorrentes de serviços prestados por pessoa física pagos diretamente a esta e não enquadrados nos elementos de despesa específicos, tais como: remuneração de serviços de natureza eventual, prestado por pessoa física sem vínculo empregatício; estagiários, monitores diretamente contratados; gratificação por encargo de curso ou de concurso; diárias a colaboradores eventuais; locação de imóveis; salário de internos nas penitenciárias; e outras despesas pagas diretamente à pessoa física.

37 – Locação de Mão-de-Obra

Despesas orçamentárias com prestação de serviços por pessoas jurídicas para órgãos públicos, tais como limpeza e higiene, vigilância ostensiva e outros, nos casos em que o contrato especifique o quantitativo físico do pessoal a ser utilizado.

38 – Arrendamento Mercantil

Despesas orçamentárias com contratos de arrendamento mercantil, com opção ou não de compra do bem de propriedade do arrendador.

39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Despesas orçamentárias decorrentes da prestação de serviços por pessoas jurídicas para órgãos públicos, tais como: assinaturas de jornais e periódicos; tarifas de energia elétrica, gás, água e esgoto; serviços de comunicação (telefone, telex, correios, etc.); fretes e carretos; locação de imóveis (inclusive despesas de condomínio e tributos à conta do locatário, quando previstos no contrato de locação); locação de equipamentos e materiais permanentes; software; conservação e adaptação de bens imóveis; seguros em geral (exceto os decorrentes de obrigação patronal); serviços de asseio e higiene; serviços de divulgação, impressão, encadernação e emolduramento; serviços funerários; despesas com congressos, simpósios, conferências ou exposições; vale-refeição; auxílio-creche (exclusive a indenização a servidor); habilitação de telefonia fixa e móvel celular; e outros congêneres, bem como os encargos resultantes do pagamento com atraso das obrigações não tributárias.

41 – Contribuições

Despesas orçamentárias às quais não correspondam contraprestação direta em bens e serviços e não sejam reembolsáveis pelo recebedor, inclusive as destinadas a atender a despesas de manutenção de outras entidades de direito público ou privado, observado o disposto na legislação vigente.

42 – Auxílios

Despesas orçamentárias destinadas a atender a despesas de investimentos ou inversões financeiras de outras esferas de governo ou de entidades privadas sem fins lucrativos, observado, respectivamente, o disposto nos arts. 25 e 26 da Lei Complementar nº 101/2000.

43 – Subvenções Sociais

Despesas orçamentárias para cobertura de despesas de instituições privadas de caráter assistencial ou cultural, sem finalidade lucrativa, de acordo com os arts. 16, parágrafo único, e 17 da Lei nº 4.320/1964, observado o disposto no art. 26 da LRF.

45 – Subvenções Econômicas

Despesas orçamentárias com o pagamento de subvenções econômicas, a qualquer título, autorizadas em leis específicas, tais como: ajuda financeira a entidades privadas com fins lucrativos; concessão de bonificações a produtores, distribuidores e vendedores; cobertura, direta ou indireta, de parcela de encargos de empréstimos e financiamentos e dos custos de aquisição, de produção, de escoamento, de distribuição, de venda e de manutenção de bens, produtos e serviços em geral; e, ainda, outras operações com características semelhantes.

46 – Auxílio-Alimentação



Despesas orçamentárias com auxílio-alimentação pagas em forma de pecúnia, de bilhete ou de cartão magnético, diretamente aos militares, servidores, estagiários ou empregados da Administração Pública direta e indireta.

47 – Obrigações Tributárias e Contributivas

Despesas orçamentárias decorrentes do pagamento de tributos e contribuições sociais e econômicas (Imposto de Renda, ICMS, IPVA, IPTU, Taxa de Limpeza Pública, COFINS, PIS/PASEP, etc.), exceto as incidentes sobre a folha de salários, classificadas como obrigações patronais, bem como os encargos resultantes do pagamento com atraso das obrigações de que trata este elemento de despesa.

48 – Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas

Despesas orçamentárias com a concessão de auxílio financeiro diretamente a pessoas físicas, sob as mais diversas modalidades, tais como ajuda ou apoio financeiro e subsídio ou complementação na aquisição de bens, não classificados explícita ou implicitamente em outros elementos de despesa, observado o disposto no art. 26 da Lei Complementar nº 101/2000.

49 – Auxílio-Transporte

Despesas orçamentárias com auxílio-transporte pagas em forma de pecúnia, de bilhete ou de cartão magnético, diretamente aos militares, servidores, estagiários ou empregados da Administração Pública direta e indireta, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa, ou trabalho-trabalho nos casos de acumulação lícita de cargos ou empregos.

51 – Obras e Instalações

Despesas com estudos e projetos; início, prosseguimento e conclusão de obras; pagamento de pessoal temporário não pertencente ao quadro da entidade e necessário à realização das mesmas; pagamento de obras contratadas; instalações que sejam incorporáveis ou inerentes ao imóvel, tais como: elevadores, aparelhagem para ar condicionado central, etc.

52 – Equipamentos e Material Permanente

Despesas orçamentárias com aquisição de aeronaves; aparelhos de medição; aparelhos e equipamentos de comunicação; aparelhos, equipamentos e utensílios médico, odontológico, laboratorial e hospitalar; aparelhos e equipamentos para esporte e diversões; aparelhos e utensílios domésticos; armamentos; coleções e materiais bibliográficos; embarcações, equipamentos de manobra e patrulhamento; equipamentos de proteção, segurança, socorro e sobrevivência; instrumentos musicais e artísticos; máquinas, aparelhos e equipamentos de uso industrial; máquinas, aparelhos e equipamentos gráficos e equipamentos diversos; máquinas, aparelhos e utensílios de escritório; máquinas, ferramentas e utensílios de oficina; máquinas, tratores e equipamentos agrícolas, rodoviários e de movimentação de carga; mobiliário em geral; obras de arte e peças para museu; semoventes; veículos diversos; veículos ferroviários; veículos rodoviários; outros materiais permanentes.

53 – Aposentadorias do RGPS – Área Rural

Despesas orçamentárias com pagamento de aposentadorias dos segurados do plano de benefícios do Regime Geral de Previdência Social - RGPS, relativos à área rural.

54 – Aposentadorias do RGPS – Área Urbana

Despesas orçamentárias com pagamento de aposentadorias dos segurados do plano de benefícios do Regime Geral de Previdência Social - RGPS, relativos à área urbana.

55 – Pensões do RGPS – Área Rural

Despesas orçamentárias com pagamento de pensionistas do plano de benefícios do Regime Geral de Previdência Social - RGPS, inclusive decorrentes de sentenças judiciais, todas relativas à área rural.

56 – Pensões do RGPS – Área Urbana

Despesas orçamentárias com pagamento de pensionistas do plano de benefícios do Regime Geral de Previdência Social - RGPS, inclusive decorrentes de sentenças judiciais, todas relativas à área urbana.

57 – Outros Benefícios do RGPS – Área Rural

Despesas orçamentárias com benefícios do Regime Geral de Previdência Social – RGPS relativas à área rural, exclusive aposentadoria e pensões.

58 – Outros Benefícios do RGPS – Área Urbana

Despesas orçamentárias com benefícios do Regime Geral de Previdência Social – RGPS relativas à área urbana, exclusive aposentadoria e pensões.

59 – Pensões Especiais

Despesas orçamentárias com pagamento de pensões especiais, inclusive as de caráter indenizatório, concedidas por legislação específica, não vinculadas a cargos públicos.

61 – Aquisição de Imóveis

Despesas orçamentárias com a aquisição de imóveis considerados necessários à realização de obras ou para sua pronta utilização.

62 – Aquisição de Produtos para Revenda



Despesas orçamentárias com a aquisição de bens destinados à venda futura.

63 – Aquisição de Títulos de Crédito

Despesas orçamentárias com a aquisição de títulos de crédito não representativos de quotas de capital de empresas.

64 – Aquisição de Títulos Representativos de Capital já Integralizado

Despesas orçamentárias com a aquisição de ações ou quotas de qualquer tipo de sociedade, desde que tais títulos não representem constituição ou aumento de capital.

65 – Constituição ou Aumento de Capital de Empresas

Despesas orçamentárias com a constituição ou aumento de capital de empresas industriais, agrícolas, comerciais ou financeiras, mediante subscrição de ações representativas do seu capital social.

66 – Concessão de Empréstimos e Financiamentos

Despesas orçamentárias com a concessão de qualquer empréstimo ou financiamento, inclusive bolsas de estudo reembolsáveis.

67 – Depósitos Compulsórios

Despesas orçamentárias com depósitos compulsórios exigidos por legislação específica, ou determinados por decisão judicial.

70 – Rateio pela participação em Consórcio Público

Despesa orçamentária relativa ao rateio das despesas decorrentes da participação do ente Federativo em Consórcio Público instituído nos termos da Lei nº 11.107, de 6 de Abril de 2005.

71 – Principal da Dívida Contratual Resgatado

Despesas orçamentárias com a amortização efetiva do principal da dívida pública contratual, interna e externa.

72 – Principal da Dívida Mobiliária Resgatado

Despesas orçamentárias com a amortização efetiva do valor nominal do título da dívida pública mobiliária, interna e externa.

73 – Correção Monetária ou Cambial da Dívida Contratual Resgatada

Despesas orçamentárias decorrentes da atualização do valor do principal da dívida contratual, interna e externa, efetivamente amortizado.

74 – Correção Monetária ou Cambial da Dívida Mobiliária Resgatada

Despesas orçamentárias decorrentes da atualização do valor nominal do título da dívida pública mobiliária, efetivamente amortizado.

75 – Correção Monetária da Dívida de Operações de Crédito por Antecipação de Receita

Despesas orçamentárias com correção monetária da dívida decorrente de operação de crédito por antecipação de receita.

76 – Principal Corrigido da Dívida Mobiliária Refinanciado

Despesas orçamentárias com o refinanciamento do principal da dívida pública mobiliária, interna e externa, inclusive correção monetária ou cambial, com recursos provenientes da emissão de novos títulos da dívida pública mobiliária.

77 – Principal Corrigido da Dívida Contratual Refinanciado

Despesas orçamentárias com o refinanciamento do principal da dívida pública contratual, interna e externa, inclusive correção monetária ou cambial, com recursos provenientes da emissão de títulos da dívida pública mobiliária.

81 – Distribuição Constitucional ou Legal de Receitas

Despesas orçamentárias decorrentes da transferência a órgãos e entidades públicos, inclusive de outras esferas de governo, ou a instituições privadas, de receitas tributárias, de contribuições e de outras receitas vinculadas, prevista na Constituição ou em leis específicas, cuja competência de arrecadação é do órgão transferidor.

82 - Aporte de Recursos pelo Parceiro Público em Favor do Parceiro Privado Decorrente de Contrato de Parceria Público-Privada - PPP.

Despesas orçamentárias relativas ao aporte de recursos pelo parceiro público em favor do parceiro privado, conforme previsão constante do contrato de Parceria Público - Privada - PPP, destinado à realização de obras e aquisição de bens reversíveis, nos termos do § 2o do art. 6 o e do § 2 o do art. 7 o, ambos da Lei n o 11.079, de 30 de dezembro de 2004.”

83 - Despesas Decorrentes de Contrato de Parceria Público Privada- PPP, exceto Subvenções Econômicas, Aporte e Fundo Garantidor.

Despesas orçamentárias com o pagamento, pelo parceiro público, do parcelamento dos investimentos realizados pelo parceiro privado com a realização de obras e aquisição de bens reversíveis, incorporados no patrimônio do parceiro público até o início da operação do objeto da Parceria Público - Privada - PPP, bem como de outras despesas que não caracterizem subvenção (elemento 45), aporte de recursos do parceiro público ao parceiro privado (elemento 82) ou participação em fundo garantidor de PPP (elemento 84).



84 - Despesas Decorrentes da Participação em Fundos, Organismos, ou entidades Assemelhadas, Nacionais e Internacionais.

Despesas orçamentárias relativas à participação em fundos, organismos, ou entidades assemelhadas, Nacionais e Internacionais, inclusive as decorrentes de integralização de cotas

91 – Sentenças Judiciais

Despesas orçamentárias resultantes de:

a) pagamento de precatórios, em cumprimento ao disposto no art. 100 e seus parágrafos da Constituição, e no art. 78 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias -ADCT; b) cumprimento de sentenças judiciais, transitadas em julgado, de empresas públicas e sociedades de economia mista, integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;

c) cumprimento de sentenças judiciais, transitadas em julgado, de pequeno valor, na forma definida em lei, nos termos do §3º do art. 100 da Constituição;

d) cumprimento de decisões judiciais, proferidas em Mandados de Segurança e Medidas Cautelares; e

e) cumprimento de outras decisões judiciais.

92 – Despesas de Exercícios Anteriores

Despesas orçamentárias com o cumprimento do disposto no art. 37 da Lei nº 4.320/1964, que assim estabelece:

Art. 37. As despesas de exercícios encerrados, para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las, que não se tenham processado na época própria, bem como os Restos a Pagar com prescrição interrompida e os compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente, poderão ser pagas à conta de dotação específica consignada no orçamento, discriminada por elemento, obedecida, sempre que possível, a ordem cronológica.

93 – Indenizações e Restituições

Despesas orçamentárias com indenizações, exclusive as trabalhistas, e restituições, devidas por órgãos e entidades a qualquer título, inclusive devolução de receitas quando não for possível efetuar essa devolução mediante a compensação com a receita correspondente, bem como outras despesas de natureza indenizatória não classificadas em elementos de despesas específicos.

94 – Indenizações e Restituições Trabalhistas

Despesas orçamentárias resultantes do pagamento efetuado a servidores públicos civis e empregados de entidades integrantes da administração pública, inclusive férias e aviso-prévio indenizados, multas e contribuições incidentes sobre os depósitos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço etc., em função da perda da condição de servidor ou empregado, podendo ser em decorrência da participação em programa de desligamento voluntário, bem como a restituição de valores descontados indevidamente, quando não for possível efetuar essa restituição mediante compensação com a receita correspondente.

95 – Indenização pela Execução de Trabalhos de Campo

Despesas orçamentárias com indenizações devidas aos servidores que se afastarem de seu local de trabalho, sem direito à percepção de diárias, para execução de trabalhos de campo, tais como os de campanha de combate e controle de endemias; marcação, inspeção e manutenção de marcos decisórios; topografia, pesquisa, saneamento básico, inspeção e fiscalização de fronteiras internacionais.

96 – Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado

Despesas orçamentárias com ressarcimento das despesas realizadas pelo órgão ou entidade de origem quando o servidor pertencer a outras esferas de governo ou a empresas estatais não dependentes e optar pela remuneração do cargo efetivo, nos termos das normas vigentes.

97 – Aporte para Cobertura do Déficit Atuarial do RPPS

Despesas orçamentárias com aportes periódicos destinados à cobertura do déficit atuarial do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, conforme plano de amortização estabelecido em lei do respectivo ente Federativo, exceto as decorrentes de alíquota de contribuição suplementar.

98 – Compensações ao RGPS

Despesas orçamentárias com compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social em virtude de desonerações, como a prevista no inciso IV do art. 9º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, que estabelece a necessidade de a União compensar o valor correspondente à estimativa de renúncia previdenciária decorrente dessa Lei.

99 – A Classificar

Elemento transitório que deverá ser utilizado enquanto se aguarda a classificação em elemento específico, vedada a sua utilização na execução orçamentária.



Anexo III

Discriminação das Naturezas de Despesa

(Portaria 163, atualizada pela STN em 03/05/2013)

Código	Descrição
3.0.00.00.00	DESPESAS CORRENTES
3.1.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
3.1.30.00.00	Transferências a Estados e ao Distrito Federal
3.1.30.41.00	Contribuições
3.1.30.99.00	A Classificar
3.1.71.00.00	Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio
3.1.71.70.00	Rateio pela Participação em Consórcio Público
3.1.71.99.00	A Classificar
3.1.73.00.00	Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012.
3.1.73.70.00	Rateio pela Participação em Consórcio Público
3.1.73.99.00	A Classificar
3.1.74.00.00	Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012.
3.1.74.70.00	Rateio pela Participação em Consórcio Público
3.1.74.99.00	A Classificar
3.1.80.00.00	Transferências ao Exterior
3.1.80.04.00	Contratação por Tempo Determinado
3.1.80.99.00	A Classificar
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas
3.1.90.01.00	Aposentadorias do RPPS, Reserva Remunerada e Reformas dos Militares
3.1.90.03.00	Pensões do RPPS e do militar
3.1.90.04.00	Contratação por Tempo Determinado
3.1.90.05.00	Outros Benefícios Previdenciários do servidor ou do militar
3.1.90.07.00	Contribuição a Entidades Fechadas de Previdência
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil
3.1.90.12.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Militar
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais
3.1.90.16.00	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil
3.1.90.17.00	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Militar
3.1.90.67.00	Depósitos Compulsórios
3.1.90.91.00	Sentenças Judiciais
3.1.90.92.00	Despesas de Exercícios Anteriores
3.1.90.94.00	Indenizações e Restituições Trabalhistas
3.1.90.96.00	Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado
3.1.90.99.00	A Classificar
3.1.91.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
3.1.91.04.00	Contratação por Tempo Determinado
3.1.91.13.00	Contribuições Patronais
3.1.91.91.00	Sentenças Judiciais
3.1.91.92.00	Despesas de Exercícios Anteriores
3.1.91.94.00	Indenizações e Restituições Trabalhistas
3.1.91.96.00	Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado
3.1.91.99.00	A Classificar
3.1.95.00.00	Aplicação Direta à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012.
3.1.95.04.00	Contratação por Tempo Determinado
3.1.95.07.00	Contribuição a Entidades Fechadas de Previdência
3.1.95.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil
3.1.95.13.00	Obrigações Patronais



3.1.95.16.00	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil
3.1.95.67.00	Depósitos Compulsórios
3.1.95.91.00	Sentenças Judiciais
3.1.95.92.00	Despesas de Exercícios Anteriores
3.1.95.94.00	Indenizações e Restituições Trabalhistas
3.1.95.96.00	Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado
3.1.95.99.00	A Classificar
3.1.96.00.00	Aplicação Direta à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012.
3.1.96.04.00	Contratação por Tempo Determinado
3.1.96.07.00	Contribuição a Entidades Fechadas de Previdência
3.1.96.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil
3.1.96.13.00	Obrigações Patronais
3.1.96.16.00	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil
3.1.96.67.00	Depósitos Compulsórios
3.1.96.91.00	Sentenças Judiciais
3.1.96.92.00	Despesas de Exercícios Anteriores
3.1.96.94.00	Indenizações e Restituições Trabalhistas
3.1.96.96.00	Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado
3.1.96.99.00	A Classificar
3.1.99.00.00	A Definir
3.1.99.99.00	A Classificar
3.2.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA
3.2.71.00.00	Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio
3.2.71.70.00	Rateio pela Participação em Consórcio Público
3.2.71.99.00	A Classificar
3.2.73.00.00	Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012.
3.2.73.70.00	Rateio pela Participação em Consórcio Público
3.2.73.99.00	A Classificar
3.2.74.00.00	Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012.
3.2.74.70.00	Rateio pela Participação em Consórcio Público
3.2.74.99.00	A Classificar
3.2.90.00.00	Aplicações Diretas
3.2.90.21.00	Juros sobre a Dívida por Contrato
3.2.90.22.00	Outros Encargos sobre a Dívida por Contrato
3.2.90.23.00	Juros, Deságios e Descontos da Dívida Mobiliária
3.2.90.24.00	Outros Encargos sobre a Dívida Mobiliária
3.2.90.25.00	Encargos sobre Operações de Crédito por Antecipação da Receita
3.2.90.91.00	Sentenças Judiciais
3.2.90.92.00	Despesas de Exercícios Anteriores
3.2.90.93.00	Indenizações e Restituições
3.2.90.99.00	A Classificar
3.2.95.00.00	Aplicação Direta à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012.
3.2.95.21.00	Juros sobre a Dívida por Contrato
3.2.95.22.00	Outros Encargos sobre a Dívida por Contrato
3.2.95.92.00	Despesas de Exercícios Anteriores
3.2.95.99.00	A Classificar
3.2.96.00.00	Aplicação Direta à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012.
3.2.96.21.00	Juros sobre a Dívida por Contrato
3.2.96.22.00	Outros Encargos sobre a Dívida por Contrato
3.2.96.92.00	Despesas de Exercícios Anteriores
3.2.96.99.00	A Classificar
3.2.99.00.00	A Definir
3.2.99.99.00	A Classificar
3.3.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES



3.3.20.00.00	Transferências à União
3.3.20.41.00	Contribuições
3.3.20.99.00	A Classificar
3.3.22.00.00	Execução Orçamentária Delegada à União
3.3.22.14.00	Diárias - Civil
3.3.22.30.00	Material de Consumo
3.3.22.35.00	Serviços de Consultoria
3.3.22.36.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física
3.3.22.39.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
3.3.22.99.00	A Classificar
3.3.30.00.00	Transferências a Estados e ao Distrito Federal
3.3.30.41.00	Contribuições
3.3.30.81.00	Distribuição Constitucional ou Legal de Receitas
3.3.30.93.00	Indenizações e Restituições
3.3.30.99.00	A Classificar
3.3.31.00.00	Transferências a Estados e ao Distrito Federal - Fundo a Fundo
3.3.31.41.00	Contribuições
3.3.31.92.00	Despesas de Exercícios Anteriores
3.3.31.99.00	A Classificar
3.3.32.00.00	Execução Orçamentária Delegada a Estados e ao Distrito Federal
3.3.32.14.00	Diárias - Civil
3.3.32.18.00	Auxílio Financeiro a Estudantes
3.3.32.20.00	Auxílio Financeiro a Pesquisadores
3.3.32.30.00	Material de Consumo
3.3.32.33.00	Passagens e Despesas com Locomoção
3.3.32.35.00	Serviços de Consultoria
3.3.32.36.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física
3.3.32.39.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
3.3.32.47.00	Obrigações Tributárias e Contributivas
3.3.32.92.00	Despesas de Exercícios Anteriores
3.3.32.93.00	Indenizações e Restituições
3.3.32.99.00	A Classificar
3.3.35.00.00	Transferências Fundo a Fundo aos Estados e ao Distrito Federal à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012.
3.3.35.41.00	Contribuições
3.3.35.92.00	Despesas de Exercícios Anteriores
3.3.35.99.00	A Classificar
3.3.36.00.00	Transferências Fundo a Fundo aos Estados e ao Distrito Federal à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012.
3.3.36.41.00	Contribuições
3.3.36.92.00	Despesas de Exercícios Anteriores
3.3.36.99.00	A Classificar
3.3.40.00.00	Transferências a Municípios
3.3.40.41.00	Contribuições
3.3.40.81.00	Distribuição Constitucional ou Legal de Receitas
3.3.40.91.00	Sentenças Judiciais
3.3.40.93.00	Indenizações e Restituições
3.3.40.99.00	A Classificar
3.3.41.00.00	Transferências a Municípios - Fundo a Fundo
3.3.41.41.00	Contribuições
3.3.41.92.00	Despesas de Exercícios Anteriores
3.3.41.99.00	A Classificar
3.3.42.00.00	Execução Orçamentária Delegada a Municípios
3.3.42.14.00	Diárias - Civil
3.3.42.18.00	Auxílio Financeiro a Estudantes
3.3.42.30.00	Material de Consumo
3.3.42.33.00	Passagens e Despesas com Locomoção



3.3.42.35.00	Serviços de Consultoria
3.3.42.36.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física
3.3.42.39.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
3.3.42.47.00	Obrigações Tributárias e Contributivas
3.3.42.92.00	Despesas de Exercícios Anteriores
3.3.42.93.00	Indenizações e Restituições
3.3.42.99.00	A Classificar
3.3.45.00.00	Transferências Fundo a Fundo aos Municípios à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012.
3.3.45.41.00	Contribuições
3.3.45.91.00	Sentenças Judiciais
3.3.45.92.00	Despesas de Exercícios Anteriores
3.3.45.99.00	A Classificar
3.3.46.00.00	Transferências Fundo a Fundo aos Municípios à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012.
3.3.46.41.00	Contribuições
3.3.46.91.00	Sentenças Judiciais
3.3.46.92.00	Despesas de Exercícios Anteriores
3.3.46.99.00	A Classificar
3.3.50.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
3.3.50.14.00	Diárias - Civil
3.3.50.18.00	Auxílio Financeiro a Estudantes
3.3.50.20.00	Auxílio Financeiro a Pesquisadores
3.3.50.30.00	Material de Consumo
3.3.50.31.00	Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras
3.3.50.33.00	Passagens e Despesas com Locomoção
3.3.50.35.00	Serviços de Consultoria
3.3.50.36.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física
3.3.50.39.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
3.3.50.41.00	Contribuições
3.3.50.43.00	Subvenções Sociais
3.3.50.47.00	Obrigações Tributárias e Contributivas
3.3.50.92.00	Despesas de Exercícios Anteriores
3.3.50.99.00	A Classificar
3.3.60.00.00	Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos
3.3.60.45.00	Subvenções Econômicas
3.3.60.92.00	Despesas de Exercícios Anteriores
3.3.60.99.00	A Classificar
3.3.70.00.00	Transferências a Instituições Multigovernamentais
3.3.70.41.00	Contribuições
3.3.70.99.00	A Classificar
3.3.71.00.00	Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio
3.3.71.70.00	Rateio pela Participação em Consórcio Público
3.3.71.99.00	A Classificar
3.3.72.00.00	Execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos
3.3.72.99.00	A Classificar
3.3.73.00.00	Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012.
3.3.73.70.00	Rateio pela Participação em Consórcio Público
3.3.73.99.00	A Classificar
3.3.74.00.00	Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012.
3.3.74.70.00	Rateio pela Participação em Consórcio Público
3.3.74.99.00	A Classificar
3.3.75.00.00	Transferências a Instituições Multigovernamentais à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012.
3.3.75.41.00	Contribuições



3.3.75.99.00	A Classificar
3.3.76.00.00	Transferências a Instituições Multigovernamentais à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012.
3.3.76.41.00	Contribuições
3.3.76.99.00	A Classificar
3.3.80.00.00	Transferências ao Exterior
3.3.80.04.00	Contratação por Tempo Determinado
3.3.80.14.00	Diárias - Civil
3.3.80.30.00	Material de Consumo
3.3.80.33.00	Passagens e Despesas com Locomoção
3.3.80.34.00	Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização
3.3.80.35.00	Serviços de Consultoria
3.3.80.36.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física
3.3.80.37.00	Locação de Mão-de-Obra
3.3.80.39.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
3.3.80.41.00	Contribuições
3.3.80.92.00	Despesas de Exercícios Anteriores
3.3.80.99.00	A Classificar
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas
3.3.90.04.00	Contratação por Tempo Determinado
3.3.90.06.00	Benefício Mensal ao Deficiente e ao Idoso
3.3.90.08.00	Outros Benefícios Assistenciais do servidor e do militar
3.3.90.10.00	Seguro Desemprego e Abono Salarial
3.3.90.14.00	Diárias - Civil
3.3.90.15.00	Diárias - Militar
3.3.90.18.00	Auxílio Financeiro a Estudantes
3.3.90.19.00	Auxílio-Fardamento
3.3.90.20.00	Auxílio Financeiro a Pesquisadores
3.3.90.26.00	Obrigações Decorrentes de Política Monetária
3.3.90.27.00	Encargos pela Honra de Avais, Garantias, Seguros e Similares
3.3.90.28.00	Remuneração de Cotas de Fundos Autárquicos
3.3.90.29.00	Distribuição de Resultado de Empresas Estatais Dependentes
3.3.90.30.00	Material de Consumo
3.3.90.31.00	Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras
3.3.90.32.00	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
3.3.90.33.00	Passagens e Despesas com Locomoção
3.3.90.34.00	Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização
3.3.90.35.00	Serviços de Consultoria
3.3.90.36.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física
3.3.90.37.00	Locação de Mão-de-Obra
3.3.90.38.00	Arrendamento Mercantil
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
3.3.90.41.00	Contribuições
3.3.90.45.00	Subvenções Econômicas
3.3.90.46.00	Auxílio-Alimentação
3.3.90.47.00	Obrigações Tributárias e Contributivas
3.3.90.48.00	Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas
3.3.90.49.00	Auxílio-Transporte
3.3.90.53.00	Aposentadorias do RGPS - Área Rural
3.3.90.54.00	Aposentadorias do RGPS - Área Urbana
3.3.90.55.00	Pensões do RGPS - Área Rural
3.3.90.56.00	Pensões do RGPS - Área Urbana
3.3.90.57.00	Outros Benefícios do RGPS - Área Rural
3.3.90.58.00	Outros Benefícios do RGPS - Área Urbana
3.3.90.59.00	Pensões Especiais
3.3.90.67.00	Depósitos Compulsórios



3.3.90.91.00	Sentenças Judiciais
3.3.90.92.00	Despesas de Exercícios Anteriores
3.3.90.93.00	Indenizações e Restituições
3.3.90.95.00	Indenização pela Execução de Trabalhos de Campo
3.3.90.96.00	Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado
3.3.90.98.00	Compensações ao RGPS
3.3.90.99.00	A Classificar
3.3.91.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
3.3.91.04.00	Contratação por Tempo Determinado
3.3.91.28.00	Remuneração de Cotas de Fundos Autárquicos
3.3.91.29.00	Distribuição de Resultado de Empresas Estatais Dependentes
3.3.91.30.00	Material de Consumo
3.3.91.32.00	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
3.3.91.35.00	Serviços de Consultoria
3.3.91.39.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
3.3.91.47.00	Obrigações Tributárias e Contributivas
3.3.91.62.00	Aquisição de Produtos para Revenda
3.3.91.91.00	Sentenças Judiciais
3.3.91.92.00	Despesas de Exercícios Anteriores
3.3.91.93.00	Indenizações e Restituições
3.3.91.96.00	Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado
3.3.91.97.00	Aporte para Cobertura do Déficit Atuarial do RPPS
3.3.91.98.00	Compensações ao RGPS
3.3.91.99.00	A Classificar
3.3.93.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente Participe
3.3.93.30.00	Material de Consumo
3.3.93.32.00	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
3.3.93.39.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
3.3.93.99.00	A Classificar
3.3.94.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente Não Participe
3.3.94.30.00	Material de Consumo
3.3.94.32.00	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
3.3.94.39.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
3.3.94.99.00	A Classificar
3.3.95.00.00	Aplicação Direta à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012.
3.3.95.04.00	Contratação por Tempo Determinado
3.3.95.08.00	Outros Benefícios Assistenciais do servidor e do militar
3.3.95.14.00	Diárias - Civil
3.3.95.18.00	Auxílio Financeiro a Estudantes
3.3.95.20.00	Auxílio Financeiro a Pesquisadores
3.3.95.30.00	Material de Consumo
3.3.95.31.00	Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras
3.3.95.32.00	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
3.3.95.33.00	Passagens e Despesas com Locomoção
3.3.95.34.00	Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização
3.3.95.35.00	Serviços de Consultoria
3.3.95.36.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física
3.3.95.37.00	Locação de Mão-de-Obra
3.3.95.38.00	Arrendamento Mercantil
3.3.95.39.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
3.3.95.41.00	Contribuições
3.3.95.45.00	Subvenções Econômicas



- 3.3.95.46.00 Auxílio-Alimentação
- 3.3.95.47.00 Obrigações Tributárias e Contributivas
- 3.3.95.48.00 Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas
- 3.3.95.49.00 Auxílio-Transporte
- 3.3.95.67.00 Depósitos Compulsórios
- 3.3.95.91.00 Sentenças Judiciais
- 3.3.95.92.00 Despesas de Exercícios Anteriores
- 3.3.95.93.00 Indenizações e Restituições
- 3.3.95.96.00 Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado
- 3.3.95.99.00 A Classificar
- 3.3.96.00.00 Aplicação Direta à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012.
- 3.3.96.04.00 Contratação por Tempo Determinado
- 3.3.96.08.00 Outros Benefícios Assistenciais do servidor e do militar
- 3.3.96.14.00 Diárias - Civil
- 3.3.96.18.00 Auxílio Financeiro a Estudantes
- 3.3.96.20.00 Auxílio Financeiro a Pesquisadores
- 3.3.96.30.00 Material de Consumo
- 3.3.96.31.00 Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras
- 3.3.96.32.00 Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
- 3.3.96.33.00 Passagens e Despesas com Locomoção
- 3.3.96.34.00 Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização
- 3.3.96.35.00 Serviços de Consultoria
- 3.3.96.36.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física
- 3.3.96.37.00 Locação de Mão-de-Obra
- 3.3.96.38.00 Arrendamento Mercantil
- 3.3.96.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
- 3.3.96.41.00 Contribuições
- 3.3.96.45.00 Subvenções Econômicas
- 3.3.96.46.00 Auxílio-Alimentação
- 3.3.96.47.00 Obrigações Tributárias e Contributivas
- 3.3.96.48.00 Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas
- 3.3.96.49.00 Auxílio-Transporte
- 3.3.96.67.00 Depósitos Compulsórios
- 3.3.96.91.00 Sentenças Judiciais
- 3.3.96.92.00 Despesas de Exercícios Anteriores
- 3.3.96.93.00 Indenizações e Restituições
- 3.3.96.96.00 Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado
- 3.3.96.99.00 A Classificar
- 3.3.99.00.00 A Definir
- 3.3.99.99.00 A Classificar
- 4.0.00.00.00 DESPESAS DE CAPITAL**
- 4.4.00.00.00 INVESTIMENTOS
- 4.4.20.00.00 Transferências à União
- 4.4.20.41.00 Contribuições
- 4.4.20.42.00 Auxílios
- 4.4.20.99.00 A Classificar
- 4.4.22.00.00 Execução Orçamentária Delegada à União
- 4.4.22.51.00 Obras e Instalações
- 4.4.22.52.00 Equipamentos e Material Permanente
- 4.4.22.92.00 Despesas de Exercícios Anteriores
- 4.4.22.93.00 Indenizações e Restituições
- 4.4.22.99.00 A Classificar
- 4.4.30.00.00 Transferências a Estados e ao Distrito Federal
- 4.4.30.41.00 Contribuições
- 4.4.30.42.00 Auxílios
- 4.4.30.99.00 A Classificar
- 4.4.31.00.00 Transferências a Estados e ao Distrito Federal - Fundo a Fundo



4.4.31.41.00	Contribuições
4.4.31.42.00	Auxílios
4.4.31.92.00	Despesas de Exercícios Anteriores
4.4.31.99.00	A Classificar
4.4.32.00.00	Execução Orçamentária Delegada a Estados e ao Distrito Federal
4.4.32.20.00	Auxílio Financeiro a Pesquisadores
4.4.32.51.00	Obras e Instalações
4.4.32.52.00	Equipamentos e Material Permanente
4.4.32.92.00	Despesas de Exercícios Anteriores
4.4.32.93.00	Indenizações e Restituições
4.4.32.99.00	A Classificar
4.4.35.00.00	Transferências Fundo a Fundo aos Estados e ao Distrito Federal à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012.
4.4.35.41.00	Contribuições
4.4.35.42.00	Auxílios
4.4.35.92.00	Despesas de Exercícios Anteriores
4.4.35.99.00	A Classificar
4.4.36.00.00	Transferências Fundo a Fundo aos Estados e ao Distrito Federal à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012.
4.4.36.41.00	Contribuições
4.4.36.42.00	Auxílios
4.4.36.92.00	Despesas de Exercícios Anteriores
4.4.36.99.00	A Classificar
4.4.40.00.00	Transferências a Municípios
4.4.40.41.00	Contribuições
4.4.40.42.00	Auxílios
4.4.40.92.00	Despesas de Exercícios Anteriores
4.4.40.99.00	A Classificar
4.4.41.00.00	Transferências a Municípios - Fundo a Fundo
4.4.41.41.00	Contribuições
4.4.41.42.00	Auxílios
4.4.41.92.00	Despesas de Exercícios Anteriores
4.4.41.99.00	A Classificar
4.4.42.00.00	Execução Orçamentária Delegada a Municípios
4.4.42.14.00	Diárias - Civil
4.4.42.51.00	Obras e Instalações
4.4.42.52.00	Equipamentos e Material Permanente
4.4.42.92.00	Despesas de Exercícios Anteriores
4.4.42.99.00	A Classificar
4.4.45.00.00	Transferências Fundo a Fundo aos Municípios à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012.
4.4.45.41.00	Contribuições
4.4.45.42.00	Auxílios
4.4.45.92.00	Despesas de Exercícios Anteriores
4.4.45.99.00	A Classificar
4.4.46.00.00	Transferências Fundo a Fundo aos Municípios à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012.
4.4.46.41.00	Contribuições
4.4.46.42.00	Auxílios
4.4.46.92.00	Despesas de Exercícios Anteriores
4.4.46.99.00	A Classificar
4.4.50.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
4.4.50.14.00	Diárias - Civil
4.4.50.30.00	Material de Consumo
4.4.50.36.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física
4.4.50.39.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica



4.4.50.41.00	Contribuições
4.4.50.42.00	Auxílios
4.4.50.47.00	Obrigações Tributárias e Contributivas
4.4.50.51.00	Obras e Instalações
4.4.50.52.00	Equipamentos e Material Permanente
4.4.50.99.00	A Classificar
4.4.70.00.00	Transferências a Instituições Multigovernamentais
4.4.70.41.00	Contribuições
4.4.70.42.00	Auxílios
4.4.70.99.00	A Classificar
4.4.71.00.00	Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio
4.4.71.70.00	Rateio pela Participação em Consórcio Público
4.4.71.99.00	A Classificar
4.4.72.00.00	Execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos
4.4.72.99.00	A Classificar
4.4.73.00.00	Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012.
4.4.73.70.00	Rateio pela Participação em Consórcio Público
4.4.73.99.00	A Classificar
4.4.74.00.00	Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012.
4.4.74.70.00	Rateio pela Participação em Consórcio Público
4.4.74.99.00	A Classificar
4.4.75.00.00	Transferências a Instituições Multigovernamentais à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012.
4.4.75.41.00	Contribuições
4.4.75.42.00	Auxílios
4.4.75.99.00	A Classificar
4.4.76.00.00	Transferências a Instituições Multigovernamentais à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012.
4.4.76.41.00	Contribuições
4.4.76.42.00	Auxílios
4.4.76.99.00	A Classificar
4.4.80.00.00	Transferências ao Exterior
4.4.80.41.00	Contribuições
4.4.80.42.00	Auxílios
4.4.80.51.00	Obras e Instalações
4.4.80.52.00	Equipamentos e Material Permanente
4.4.80.99.00	A Classificar
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas
4.4.90.04.00	Contratação por Tempo Determinado
4.4.90.14.00	Diárias - Civil
4.4.90.15.00	Diárias - Militar
4.4.90.17.00	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Militar
4.4.90.18.00	Auxílio Financeiro a Estudantes
4.4.90.20.00	Auxílio Financeiro a Pesquisadores
4.4.90.30.00	Material de Consumo
4.4.90.33.00	Passagens e Despesas com Locomoção
4.4.90.35.00	Serviços de Consultoria
4.4.90.36.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física
4.4.90.37.00	Locação de Mão-de-Obra
4.4.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
4.4.90.47.00	Obrigações Tributárias e Contributivas
4.4.90.51.00	Obras e Instalações
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente
4.4.90.61.00	Aquisição de Imóveis



4.4.90.91.00	Sentenças Judiciais
4.4.90.92.00	Despesas de Exercícios Anteriores
4.4.90.93.00	Indenizações e Restituições
4.4.90.99.00	A Classificar
4.4.91.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
4.4.91.39.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
4.4.91.47.00	Obrigações Tributárias e Contributivas
4.4.91.51.00	Obras e Instalações
4.4.91.52.00	Equipamentos e Material Permanente
4.4.91.91.00	Sentenças Judiciais
4.4.91.99.00	A Classificar
4.4.93.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente Participe
4.4.93.51.00	Obras e Instalações
4.4.93.52.00	Equipamentos e Material Permanente
4.4.93.99.00	A Classificar
4.4.94.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente Não Participe
4.4.94.51.00	Obras e Instalações
4.4.94.52.00	Equipamentos e Material Permanente
4.4.94.99.00	A Classificar
4.4.95.00.00	Aplicação Direta à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012.
4.4.95.51.00	Obras e Instalações
4.4.95.52.00	Equipamentos e Material Permanente
4.4.95.61.00	Aquisição de Imóveis
4.4.95.91.00	Sentenças Judiciais
4.4.95.92.00	Despesas de Exercícios Anteriores
4.4.95.93.00	Indenizações e Restituições
4.4.95.99.00	A Classificar
4.4.96.00.00	Aplicação Direta à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012.
4.4.96.51.00	Obras e Instalações
4.4.96.52.00	Equipamentos e Material Permanente
4.4.96.61.00	Aquisição de Imóveis
4.4.96.91.00	Sentenças Judiciais
4.4.96.92.00	Despesas de Exercícios Anteriores
4.4.96.93.00	Indenizações e Restituições
4.4.96.99.00	A Classificar
4.4.99.00.00	A Definir
4.4.99.99.00	A Classificar
4.5.00.00.00	INVERSÕES FINANCEIRAS
4.5.30.00.00	Transferências a Estados e ao Distrito Federal
4.5.30.41.00	Contribuições
4.5.30.42.00	Auxílios
4.5.30.99.00	A Classificar
4.5.32.00.00	Execução Orçamentária Delegada a Estados e ao Distrito Federal
4.5.32.61.00	Aquisição de Imóveis
4.5.32.64.00	Aquisição de Títulos Representativos de Capital já Integralizado
4.5.32.65.00	Constituição ou Aumento de Capital de Empresas
4.5.32.66.00	Concessão de Empréstimos e Financiamentos
4.5.32.99.00	A Classificar
4.5.40.00.00	Transferências a Municípios
4.5.40.41.00	Contribuições
4.5.40.42.00	Auxílios
4.5.40.99.00	A Classificar



4.5.42.00.00	Execução Orçamentária Delegada a Municípios
4.5.42.64.00	Aquisição de Títulos Representativos de Capital já Integralizado
4.5.42.66.00	Concessão de Empréstimos e Financiamentos
4.5.42.99.00	A Classificar
4.5.50.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
4.5.50.66.00	Concessão de Empréstimos e Financiamentos
4.5.50.99.00	A Classificar
4.5.71.00.00	Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio
4.5.71.70.00	Rateio pela Participação em Consórcio Público
4.5.71.99.00	A Classificar
4.5.72.00.00	Execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos
4.5.72.99.00	A Classificar
4.5.73.00.00	Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012.
4.5.73.70.00	Rateio pela Participação em Consórcio Público
4.5.73.99.00	A Classificar
4.5.74.00.00	Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012.
4.5.74.70.00	Rateio pela Participação em Consórcio Público
4.5.74.99.00	A Classificar
4.5.80.00.00	Transferências ao Exterior
4.5.80.66.00	Concessão de Empréstimos e Financiamentos
4.5.80.99.00	A Classificar
4.5.90.00.00	Aplicações Diretas
4.5.90.27.00	Encargos pela Honra de Avais, Garantias, Seguros e Similares.
4.5.90.61.00	Aquisição de Imóveis
4.5.90.62.00	Aquisição de Produtos para Revenda
4.5.90.63.00	Aquisição de Títulos de Crédito
4.5.90.64.00	Aquisição de Títulos Representativos de Capital já Integralizado
4.5.90.65.00	Constituição ou Aumento de Capital de Empresas
4.5.90.66.00	Concessão de Empréstimos e Financiamentos
4.5.90.67.00	Depósitos Compulsórios
4.5.90.91.00	Sentenças Judiciais
4.5.90.92.00	Despesas de Exercícios Anteriores
4.5.90.93.00	Indenizações e Restituições
4.5.90.99.00	A Classificar
4.5.91.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
4.5.91.47.00	Obrigações Tributárias e Contributivas
4.5.91.61.00	Aquisição de Imóveis
4.5.91.62.00	Aquisição de Produtos para Revenda
4.5.91.66.00	Concessão de Empréstimos e Financiamentos
4.5.91.91.00	Sentenças Judiciais
4.5.91.92.00	Despesas de Exercícios Anteriores
4.5.91.99.00	A Classificar
4.5.95.00.00	Aplicação Direta à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012.
4.5.95.61.00	Aquisição de Imóveis
4.5.95.67.00	Depósitos Compulsórios
4.5.95.91.00	Sentenças Judiciais
4.5.95.92.00	Despesas de Exercícios Anteriores
4.5.95.93.00	Indenizações e Restituições
4.5.95.99.00	A Classificar
4.5.96.00.00	Aplicação Direta à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012
4.5.96.61.00	Aquisição de Imóveis
4.5.96.67.00	Depósitos Compulsórios



4.5.96.91.00	Sentenças Judiciais
4.5.96.92.00	Despesas de Exercícios Anteriores
4.5.96.93.00	Indenizações e Restituições
4.5.96.99.00	A Classificar
4.5.99.00.00	A Definir
4.5.99.99.00	A Classificar
4.6.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
4.6.71.00.00	Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio
4.6.71.70.00	Rateio pela Participação em Consórcio Público
4.6.71.99.00	A Classificar
4.6.73.00.00	Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012
4.6.73.70.00	Rateio pela Participação em Consórcio Público
4.6.73.99.00	A Classificar
4.6.74.00.00	Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012
4.6.74.70.00	Rateio pela Participação em Consórcio Público
4.6.74.99.00	A Classificar
4.6.90.00.00	Aplicações Diretas
4.6.90.71.00	Principal da Dívida Contratual Resgatado
4.6.90.72.00	Principal da Dívida Mobiliária Resgatado
4.6.90.73.00	Correção Monetária ou Cambial da Dívida Contratual Resgatada
4.6.90.74.00	Correção Monetária ou Cambial da Dívida Mobiliária Resgatada
4.6.90.75.00	Correção Monetária da Dívida de Operações de Crédito por Antecipação da Receita
4.6.90.76.00	Principal Corrigido da Dívida Mobiliária Refinanciado
4.6.90.77.00	Principal Corrigido da Dívida Contratual Refinanciado
4.6.90.91.00	Sentenças Judiciais
4.6.90.92.00	Despesas de Exercícios Anteriores
4.6.90.93.00	Indenizações e Restituições
4.6.90.99.00	A Classificar
4.6.95.00.00	Aplicação Direta à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012
4.6.95.71.00	Principal da Dívida Contratual Resgatado
4.6.95.73.00	Correção Monetária ou Cambial da Dívida Contratual Resgatada
4.6.95.77.00	Principal Corrigido da Dívida Contratual Refinanciado
4.6.95.91.00	Sentenças Judiciais
4.6.95.92.00	Despesas de Exercícios Anteriores
4.6.95.93.00	Indenizações e Restituições
4.6.95.99.00	A Classificar
4.6.96.00.00	Aplicação Direta à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012
4.6.96.71.00	Principal da Dívida Contratual Resgatado
4.6.96.73.00	Correção Monetária ou Cambial da Dívida Contratual Resgatada
4.6.96.77.00	Principal Corrigido da Dívida Contratual Refinanciado
4.6.96.91.00	Sentenças Judiciais
4.6.96.92.00	Despesas de Exercícios Anteriores
4.6.96.93.00	Indenizações e Restituições
4.6.96.99.00	A Classificar
4.6.99.00.00	A Definir
4.6.99.99.00	A Classificar
9.9.99.99.99	Reserva de Contingência

Nota: Nos termos do parágrafo único do art. 5º da Portaria, a discriminação das naturezas de despesa constante do Anexo é apenas exemplificativa, podendo ser ampliada pelos entes da Federação, sem a necessidade de publicação de ato, para atender às necessidades de execução, observados a estrutura e os conceitos constantes do Anexo II da mesma Portaria.



Portaria nº 448, de 13 de Setembro de 2002

Divulga o detalhamento das naturezas de despesas 339030, 339036, 339039 e 449052.

O SECRETÁRIO DO TESOUREO NACIONAL, no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria MF/GM nº 71, de 08 de abril de 1996, e;
Considerando o disposto no parágrafo 2º, do artigo 50 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, que atribui encargos ao órgão central de contabilidade da União;
Considerando o contido no inciso I do artigo 4º do Decreto nº 3.589, de 06/09/2000, que confere à Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda – STN/MF a condição de órgão central do Sistema de Contabilidade Federal;
Considerando as competências do órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, estabelecidas no artigo 5º do Decreto nº 3.589, de 06/09/2000, complementadas pela atribuição definida no inciso XVI, do artigo 8º do Decreto nº 3.366, de 26/02/2000 e conforme artigo 18 da Lei nº 10.180, de 06 de fevereiro de 2001;
Considerando, ainda, a necessidade de desenvolver mecanismos que assegurem, de forma homogênea, a apropriação contábil de subitens de despesas para todas as esferas de governo, de forma a garantir a consolidação das contas exigida pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

RESOLVE:

Art. 1º Divulgar o detalhamento das naturezas de despesa, 339030 - Material de Consumo, 339036 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física, 339039 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica e 449052 - Equipamentos e Material Permanente, de acordo com os anexos I, II, III, IV, respectivamente, para fins de utilização pela União, Estados, DF e Municípios, com o objetivo de auxiliar, em nível de execução, o processo de apropriação contábil da despesa que menciona.

Art. 2º Para efeito desta Portaria, entende-se como material de consumo e material permanente:

I - Material de Consumo, aquele que, em razão de seu uso corrente e da definição da Lei n. 4.320/64, perde normalmente sua identidade física e/ou tem sua utilização limitada a dois anos;

II - Material Permanente, aquele que, em razão de seu uso corrente, não perde a sua identidade física, e/ou tem uma durabilidade superior a dois anos.

Art. 3º Na classificação da despesa serão adotados os seguintes parâmetros excludentes, tomados em conjunto, para a identificação do material permanente:

I - Durabilidade, quando o material em uso normal perde ou tem reduzidas as suas condições de funcionamento, no prazo máximo de dois anos;

II - Fragilidade, cuja estrutura esteja sujeita a modificação, por ser quebradiço ou deformável, caracterizando-se pela irrecuperabilidade e/ou perda de sua identidade;

III - Perecibilidade, quando sujeito a modificações (químicas ou físicas) ou que se deteriora ou perde sua característica normal de uso;

IV - Incorporabilidade, quando destinado à incorporação a outro bem, não podendo ser retirado sem prejuízo das características do principal; e

V - Transformabilidade, quando adquirido para fim de transformação.

Art. 4º As unidades da administração indireta, sujeitas à observância da Lei nº 6.404/76, poderão considerar, ainda, o limite para dedução como despesa operacional de bens adquiridos para suas operações, de acordo com a legislação vigente.

Art. 5º Os componentes relacionados esgotam todos os tipos de bens, materiais ou serviços possíveis de serem adquiridos ou contratados pelos órgãos, razão pela qual os executores deverão utilizar o grupo que mais se assemelha às características do item a ser apropriado, quando não expressamente citado. Por outro lado, o fato de um material ou serviço estar exemplificado ementário não significa que não possa ser classificado em outro do mesmo elemento de despesa, desde que possua uma outra aplicação específica.



Art. 6º A despesa com confecção de material por encomenda só deverá ser classificada como serviços de terceiros se o próprio órgão ou entidade fornecer a matéria-prima. Caso contrário, deverá ser classificada na natureza 449052, em se tratando de confecção de material permanente, ou na natureza 339030, se material de consumo.

Art. 7º Para a classificação das despesas de pequeno vulto, deverá ser utilizada a conta cuja função seja a mais adequada ao bem ou serviço.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos aplicados a partir de 1º de janeiro de 2003.

EDUARDO REFINETTI GUARDIA

Anexo I 339030 – Material de Consumo

COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS

Registra o valor das despesas com combustíveis para motores a combustão interna de veículos rodoviários, tratores em geral, embarcações diversas e grupos geradores estacionados ou transportáveis e todos os óleos lubrificantes destinados aos sistemas hidráulicos, hidramáticos, de caixa de transmissão de força e graxas grafitadas para altas e baixas temperaturas, tais como: aditivos, álcool hidratado, fluido para amortecedor, fluido para transmissão hidráulica, gasolina, graxas, óleo diesel, óleo para cárter, óleo para freio hidráulico e afins.

COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES DE AVIAÇÃO

Registra o valor das despesas com combustíveis e lubrificantes destinados a qualquer tipo de aeronave, tais como: aditivos, gasolina, graxas, óleos e fluidos em geral, querosene e afins.

COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES PARA OUTRAS FINALIDADES

Registra o valor das despesas com combustíveis e lubrificantes para outras finalidades que não se classificam em itens anteriores.

carbureto, carvão mineral, carvão vegetal, lenha, querosene comum, combustíveis e lubrificantes de uso ferroviário e afins.

GÁS ENGARRAFADO

Registra o valor das despesas com gases de uso industrial, de tratamento de água, de iluminação, destinados a recarga de extintores de incêndio, de uso médico, bem como os gases nobres para uso em laboratório científico, tais como:

acetileno, carbônico freon, hélio, hidrogênio, liquefeito de petróleo, nitrogênio, oxigênio e afins.

EXPLOSIVOS E MUNIÇÕES

Registra o valor das despesas com as cargas de projeção utilizadas em peças de artilharia, mísseis guiados e não guiados cápsulas ou estojos para recarga e explosivos de uso militar e paramilitar; balas e similares, estopim, explosivos, tais como:

artefatos explosivos, artigos pirotécnicos, cápsulas de detonação, dinamite, espoleta, fogos de artifício, granada, pólvora e afins.

ALIMENTOS PARA ANIMAIS

Registra o valor das despesas com alimentos destinados a gado bovino, eqüino, muar e bufalino, caprinos, suínos, ovinos, aves de qualquer espécie, como também para animais silvestres em cativeiro (jardins zoológicos ou laboratórios) e afins, tais como:

alfafa, alpiste, capim verde, farelo, farinhas em geral, fubá grosso, milho em grão, ração balanceada, sal mineral, suplementos vitamínicos e afins.

GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO

Registra o valor das despesas com gêneros de alimentação ao natural, beneficiados ou conservados, tais como: açúcar, adoçante, água mineral, bebidas, café, carnes em geral, cereais, chás, condimentos, frutas, gelo, legumes, refrigerantes, sucos, temperos, verduras e afins.

ANIMAIS PARA PESQUISA E ABATE

Registra o valor das despesas com animais para pesquisa e abate. Incluem-se nesta classificação os peixes e mariscos, todas as espécies de mamíferos, abelhas para estudos, pesquisa e produção de mel, bem assim qualquer outro animal destinado a estudo genético ou alimentação, tais como:

boi, cabrito, cobaias em geral, macaco, rato, rã e afins.

MATERIAL FARMACOLÓGICO

Registra o valor das despesas com medicamentos ou componentes destinados à manipulação de drogas medicamentosas, tais como:

medicamentos, soro, vacinas e afins.

MATERIAL ODONTOLÓGICO

Registra o valor das despesas com materiais utilizados com pacientes na área odontológica, bem como os utilizados indiretamente pelos protéticos na confecção de próteses diversas.



agulhas, amálgama, anestésicos, broca, cimento odontológico, espátula odontológica, filmes para raios-X, platina, seringas, sugador e afins.

MATERIAL QUÍMICO

Registra o valor das despesas com todos os elementos ou compostos químicos destinados ao fabrico de produtos químicos, análises laboratoriais, bem como aqueles destinados ao combate de pragas ou epizootias, tais como:

ácidos, inseticidas, produtos químicos para tratamento de água, reagentes químicos, sais, solventes, substâncias utilizadas para combater insetos, fungos e bactérias e afins.

MATERIAL DE COUDELARIA OU DE USO ZOOTÉCNICO

Registram o valor das despesas com materiais utilizados no arreamento de animais destinados a montaria, com exceção da sela, como também aqueles destinados ao adestramento de cães de guarda ou outro animal doméstico, tais como:

argolas de metal, arreamento, barrigueiras, bridões, cabrestos, cinchas, cravos, escovas para animais, estribos, ferraduras, mantas de pano, material para apicultura, material de ferragem e contenção de animais, peitorais, raspadeiras e afins.

MATERIAL DE CAÇA E PESCA

Registra o valor das despesas com materiais utilizados na caça e pesca de animais, tais como:

anzóis, cordoalhas para redes chumbadas, iscas, linhas de nylon, mascaras para visão submarina, molinetes, nadadeiras de borracha, redes, roupas e acessórios para mergulho, varas e afins.

MATERIAL EDUCATIVO E ESPORTIVO

Registra o valor das despesas com materiais utilizados ou consumidos diretamente nas atividades educativas e esportivas de crianças e adultos, tais como:

apitos, bolas, bonés, botas especiais, brinquedos educativos, calções, camisas de malha, chuteiras, cordas, esteiras, joelheiras, luvas, materiais pedagógicos, meias, óculos para motociclistas, patins, quimonos, raquetes, redes para prática de esportes, tênis e sapatilhas, tornozeleiras, touca para natação e afins.

MATERIAL PARA FESTIVIDADES E HOMENAGENS

Registra o valor das despesas com materiais de consumo utilizados em festividades e homenagens, incluindo artigos para decoração e buffet, tais como:

arranjos e coroas de flores, bebidas, doces, salgados e afins

MATERIAL DE EXPEDIENTE

Registra o valor das despesas com os materiais utilizados diretamente os trabalhos administrativos, nos escritórios públicos, nos centros de estudos e pesquisas, nas escolas, nas universidades etc, tais como: agenda, alfinete de aço, almofada para carimbos, apagador, apontador de lápis, arquivo para disquete, bandeja para papéis, bloco para rascunho bobina papel para calculadoras, borracha, caderno, caneta, capa e processo, carimbos em geral, cartolina, classificador, clipe cola, colchete, corretivo, envelope, espátula, estêncil, estilete, extrator de grampos, fita adesiva, fita para máquina de escrever e calcular, giz, goma elástica, grafite, grampeador, grampos, guia para arquivo, guia de endereçamento postal, impressos e formulário em geral, intercalador para fichário, lacre, lápis, lapiseira, limpa tipos, livros de ata, de ponto e de protocolo, papéis, pastas em geral, percevejo, perfurador, pinça, placas de acrílico, plásticos, porta-lápis, registrador, régua, selos para correspondência, tesoura, tintas, toner, transparências e afins.

MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS

Registra o valor das despesas com materiais utilizados no funcionamento e manutenção de sistemas de processamento de dados, tais como:

cartuchos de tinta, capas plásticas protetoras para micros e impressoras, CD-ROM virgem, disquetes, etiqueta em formulário contínuo, fita magnética, fita para impressora, formulário contínuo, mouse PAD peças e acessórios para computadores e periféricos, recarga de cartuchos de tinta, toner para impressora laser, cartões magnéticos e afins.

MATERIAIS E MEDICAMENTOS PARA USO VETERINÁRIO

Registra o valor das despesas com materiais e medicamentos para uso veterinário. vacinas, medicamentos e afins.

MATERIAL DE ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM

Registra o valor das despesas com materiais aplicados diretamente nas preservações, acomodações ou embalagens de qualquer produto, tais como:

arame, barbante, caixas plásticas, de madeira, papelão e isopor, cordas, engradados, fitas de aço ou metálicas, fitas gomadoras, garrafas e potes, linha, papel de embrulho, papelão, sacolas, sacos e afins.

MATERIAL DE CAMA, MESA E BANHO

Registra o valor das despesas com materiais utilizados em dormitórios coletivos, residenciais, hotéis, restaurantes etc, tais como:

cobertores, colchas, colchonetes, fronhas, guardanapos, lençóis, toalhas, travesseiros e afins.

MATERIAL DE COPA E COZINHA

Registra o valor das despesas com materiais utilizados em refeitórios de qualquer tipo, cozinhas residenciais, de hotéis, de hospitais, de escolas, de universidades, de fábricas etc, tais como:

abridor de garrafa, açucareiros, artigos de vidro e plástico, bandejas, coadores, colheres, copos, ebulidores,



facas, farinheiras, fósforos, frigideiras, garfos, garrafas térmicas, paliteiros, painéis, panos de cozinha, papel alumínio, pratos, recipientes para água, suportes de copos para cafezinho, tigelas, velas, xícaras e afins.

MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIENIZAÇÃO

Registra o valor das despesas com materiais destinados a higienização pessoal, de ambientes de trabalho, de hospitais etc, tais como:

álcool etílico, anticorrosivo, aparelho de barbear descartável, balde plástico, bomba para inseticida, capacho, cera, cesto para lixo, creme dental, desinfetante, desodorizante, detergente, escova de dente, escova para roupas e sapatos, espanador, esponja, estopa, flanela, inseticida, lustra-móveis, mangueira, naftalina, pá para lixo, palha de aço, panos para limpeza, papel higiênico, pasta para limpeza de utensílios, porta-sabão, removedor, rodo, sabão, sabonete, saco para lixo, saponáceo, soda cáustica, toalha de papel, vassoura e afins.

UNIFORMES, TECIDOS E AVIAMENTOS

Registra o valor das despesas com uniformes ou qualquer tecido ou material sintético que se destine à confecção de roupas, com linhas de qualquer espécie destinadas a costuras e afins materiais de consumo empregados direta ou indiretamente na confecção de roupas, tais como:

agasalhos, artigos de costura, aventais, blusas, botões, cadarços, calçados, calças, camisas, capas, chapéus, cintos, elásticos, gravatas, guarda-pós, linhas, macacões, meias, tecidos em geral, uniformes militares ou de uso civil, zíperes e afins.

MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS

Registra o valor das despesas com materiais de consumo para aplicação, manutenção e reposição de qualquer bem público, tais como:

amianto, aparelhos sanitários, arames liso e farpado, areia, basculante, boca de lobo, bóia, brita, brocha, cabo metálico, cal, cano, cerâmica, cimento, cola, condutores de fios, conexões, curvas, esquadrias, fechaduras, ferro, gaxetas, grades, impermeabilizantes, isolantes acústicos e térmicos, janelas, joelhos, ladrilhos, lavatórios, lixas, madeira, marcos de concreto, massa corrida, niple, papel de parede, parafusos, pias, pigmentos, portas e portais, pregos, rolos solventes, sifão, tacos, tampa para vaso, tampão de ferro, tanque, tela de estuque, telha, tijolo, tinta, torneira, trincha, tubo de concreto, válvulas, verniz, vidro e afins.

MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS MÓVEIS

Registra o valor das despesas com componentes, peças, acessórios e sobressalentes para aplicação, manutenção e reposição em bens móveis em geral, tais como:

cabos, chaves, cilindros para máquinas copadoras, compressor para ar condicionado, esferas para máquina datilográfica, mangueira para fogão margaridas, peças de reposição de aparelhos e máquinas em geral, materiais de reposição para instrumentos musicais e afins.

MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO

Registra o valor das despesas com materiais de consumo para aplicação, manutenção e reposição dos sistemas, aparelhos e equipamentos elétricos e eletrônicos, tais como:

benjamins, bocais, calhas, capacitores e resistores, chaves de ligação, circuitos eletrônicos, condutores, componentes de aparelho eletrônico, diodos, disjuntores, eletrodos, eliminador de pilhas, espelhos para interruptores, fios e cabos, fita isolante, fusíveis, interruptores, lâmpadas e luminárias, pilhas e baterias, pinos e plugs, placas de baquelite, reatores, receptáculos, resistências, starts, suportes, tomada de corrente e afins.

MATERIAL DE MANOBRAS E PATRULHAMENTO

Registra o valor das despesas com materiais de consumo utilizados em campanha militar ou paramilitar, em manobras de tropas, em treinamento ou em ação em patrulhamento ostensivo ou rodoviário, em campanha de saúde pública etc, tais como:

binóculo, carta náutica, cantil, cordas, flâmulas e bandeiras de sinalização, lanternas, medicamentos de pronto-socorro, mochilas, piquetes, sacolas, sacos de dormir, sinaleiros e afins.

MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA

Registra o valor das despesas com materiais de consumo utilizados diretamente na proteção de pessoas ou bens públicos, para socorro de pessoas e animais ou para socorro de veículos, aeronaves e embarcações assim como qualquer outro item aplicado diretamente nas atividades de sobrevivência de pessoas, na selva, no mar ou em sinistros diversos, tais como:

botas, cadeados, calçados especiais, capacetes, chaves, cintos, coletes, dedais, guarda-chuvas, lona, luvas, mangueira de lona, mascaras, óculos e afins.

MATERIAL PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO

Registra o valor das despesas com materiais de consumo de emprego direto em filmagem e revelação, ampliações e reproduções de sons e imagens, tais como:

aetze especial para chapa de papel, álbuns para retratos, alto-falantes, antenas, artigos para gravação em acetato, filmes virgens, fitas virgens de áudio e vídeo, lâmpadas especiais, material para radiografia, microfilmagem e cinematografia, molduras, papel para revelação de fotografias, pegadores, reveladores e afins.

MATERIAL PARA COMUNICAÇÕES

Registra o valor das despesas com materiais utilizados em comunicações assim como os componentes, circuitos impressos ou integrados, peças ou partes de equipamentos de comunicações, como materiais para instalações, tais como:

radiofônicas, radiotelegráficas, telegráficas e afins.



SEMENTES, MUDAS DE PLANTAS E INSUMOS

Registra o valor das despesas com qualquer tipo de semente destinada ao plantio e mudas de plantas frutíferas ou ornamentais, assim como todos os insumos utilizados para fertilização, tais como: adubos, argila, plantas ornamentais, borbulhas, bulbos, enxertos, fertilizantes, mudas envasadas ou com raízes nuas, sementes, terra, tubérculos, xaxim e afins.

SUPRIMENTO DE AVIAÇÃO

Registra o valor das despesas com aquisição de materiais empregados na manutenção e reparo de aeronaves, tais como: acessórios, peças de reposição de aeronaves, sobressalentes e afins.

MATERIAL PARA PRODUÇÃO INDUSTRIAL

Registra o valor das despesas com matérias-primas utilizadas na transformação, beneficiamento e industrialização de um produto final, tais como: borracha, couro, matérias-primas em geral, minérios e afins.

SOBRESSALENTES, MÁQUINAS E MOTORES DE NAVIOS E EMBARCAÇÕES

Registra o valor das despesas com a aquisição de material utilizado na manutenção e reparo de máquinas e motores de navios, inclusive da esquadra e de embarcações em geral.

MATERIAL LABORATORIAL

Registra o valor das despesas com todos os utensílios usados em análises laboratoriais, tais como: almofarizes, bastões, bico de gás, cálices, corantes, filtros de papel, fixadoras, frascos, funis, garra metálica, lâminas de vidro para microscópio, lâmpadas especiais, luvas de borracha, metais e metalóides para análise, pinças, rolhas, vidraria, tais como: balão volumétrico, Becker, conta-gotas, Erlenmeyer, pipeta, proveta, termômetro, tubo de ensaio e afins.

MATERIAL HOSPITALAR

Registra o valor das despesas com todos os materiais de consumo utilizados na área hospitalar ou ambulatorial, tais como: agulhas hipodérmicas, algodão, cânulas, cateteres, compressa de gaze, drenos, esparadrapo, fios cirúrgicos, lâminas para bisturi, luvas, seringas, termômetro clínico e afins.

SOBRESSALENTES DE ARMAMENTO

Registra o valor das despesas com aquisição de material utilizado na manutenção e reparo de armamento, tais como: material de manutenção e armamento, peças de reposição e afins.

SUPRIMENTO DE PROTEÇÃO AO VÔO

Registra o valor das despesas com peças de reposição de radares e sistema de comunicação.

MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS

Registra o valor das despesas com materiais para aplicação e manutenção de veículos rodoviários, viaturas blindadas e tratores em geral, tais como: água destilada, amortecedores, baterias, borrachas, buzina, cabos de acelerador, cabos de embreagem, câmara de ar, carburador completo, cifa, colar de embreagem, condensador e platinado, correias, disco de embreagem, ignição, junta homocinética, lâmpadas e lanternas para veículos, lonas e pastilhas de freio, mangueiras, material utilizado em lanternagem e pintura, motor de reposição, pára-brisa, pára-choque, platô, pneus, reparos, retentores, retrovisores, rolamentos, tapetes, válvula da marcha-lenta e termostática, velas e afins.

MATERIAL BIOLÓGICO

Registra o valor das despesas com amostras e afins itens de materiais biológicos utilizados em estudos e pesquisas científicas em seres vivos e inseminação artificial, tais como: meios de cultura, sêmen e afins.

MATERIAL PARA UTILIZAÇÃO EM GRÁFICA

Registra o valor das despesas com todos os materiais de consumo de uso gráfico, tais como: chapas de off-set, clichês, cola, espirais, fotolitos, logotipos, papel, solventes, tinta, tipos e afins.

FERRAMENTAS

Registra o valor das despesas com todos os tipos de ferramentas utilizadas em oficinas, carpintarias, jardins etc, tais como: alicate, broca, caixa para ferramentas, canivete, chaves em geral, enxada, espátulas, ferro de solda, foice, lâmina de serra, lima, machado, martelo, pá, picareta, ponteira, primo, serrote, tesoura de podar, trena e afins.

MATERIAL PARA REABILITAÇÃO PROFISSIONAL

Registra o valor das despesas com materiais utilizados em programas de reabilitação profissional. bastões, bengalas, joelheiras, meias elásticas e assemelhados, óculos, órteses, pesos, próteses e afins.

MATERIAL DE SINALIZAÇÃO VISUAL E AFINS

Registra o valor das despesas com materiais utilizados para identificação, sinalização visual, endereçamento e afins, tais como: placas de sinalização em geral, tais como, placas indicativas para os setores e seções, placas para veículos,



plaquetas para tombamento de material, placas sinalizadoras de trânsito, cones sinalizadores de trânsito, crachás, botons identificadores para servidores e afins.

MATERIAL TÉCNICO PARA SELEÇÃO E TREINAMENTO

Registra o valor das apropriações das despesas com materiais técnicos utilizados em processos de seleção e treinamento pela própria unidade ou para distribuição não gratuita, tais como: apostilas e similares, folhetos de orientação, livros, manuais explicativos para candidatos e afins.

MATERIAL BIBLIOGRÁFICO NÃO IMOBILIZÁVEL

Registra o valor das despesas com material bibliográfico não destinado a bibliotecas, cuja defasagem ocorre em um prazo máximo de dois anos, tais como: jornais, revistas, periódicos em geral, anuários médicos, anuário estatístico e afins (podendo estar na forma de CD-ROM).

AQUISIÇÃO DE SOFTWARES DE BASE

Registra o valor das despesas com aquisição de softwares de base (de prateleira) que são aqueles incluídos na parte física do computador (hardware) que integram o custo de aquisição desse no Ativo Imobilizado. Tais softwares representam também aqueles adquiridos no mercado sem características fornecidas pelo adquirente, ou seja, sem as especificações do comprador. (Embargo declaratório em recurso extraordinário nº 199.464-9 STF).

BENS MÓVEIS NÃO ATIVÁVEIS

Registra o valor das despesas com aquisição de bens móveis de natureza permanente não ativáveis, ou seja, aqueles considerados como despesa operacional, para fins de dedução de imposto de renda, desde que atenda as especificações contidas no artigo 301 do RIR (Regulamento de Imposto de Renda). Conta utilizada exclusivamente pelas unidades regidas pela Lei nº 6.404/76.

BILHETES DE PASSAGEM

Registra o valor das despesas com aquisição de bilhetes de passagem para guarda em estoque.

BANDEIRAS, FLÂMULAS E INSÍGNIAS

Registra o valor das despesas com aquisição de bandeiras, flâmulas e insígnias, a saber, tais como: brasões, escudos, armas da república, selo nacional e afins.

MATERIAL DE CONSUMO – PAGTO ANTECIPADO

Registra o valor das apropriações das despesas, referentes ao pagamento de suprimento de fundos, para posterior prestação de contas, onde o saldo excedente a 5% do total do agrupamento deverá ser classificado nos subitens específicos, dentro do mesmo grupo.

OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO

Registra o valor da apropriação da despesa com outros materiais de consumo não classificadas nos subitens anteriores.

Anexo II

339036 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física

CONDOMÍNIOS

Registra o valor das apropriações das despesas com taxas condominiais a conta do locatário, quando previstas no contrato de locação.

DIÁRIAS A COLABORADORES EVENTUAIS NO PAÍS

Registra o valor das despesas com diárias, no país, pagas a prestadores de serviços, de caráter eventual, sem vínculo com a administração pública.

DIÁRIAS A COLABORADORES EVENTUAIS NO EXTERIOR

Registra o valor das despesas com diárias, no exterior, pagas a prestadores de serviços de caráter eventual, sem vínculo com a administração pública.

COMISSÕES E CORRETAGENS

Registra o valor das apropriações das despesas com comissões e corretagens decorrentes de serviços prestados por, tais como: corretores, despachantes, leiloeiros e afins.

DIREITOS AUTORAIS

Registra o valor das despesas com direitos autorais sobre obras científicas, literárias ou em que a divulgação seja de interesse do governo.

SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS

Registra o valor das despesas com serviços prestados por profissionais técnicos, nas seguintes áreas, tais como: administração, advocacia, arquitetura, contabilidade, economia, engenharia, estatística, informática e outras.

ESTAGIÁRIOS

Registra o valor das despesas com serviços prestados por estudantes na condição de estagiários ou monitores.



BOLSA DE INICIAÇÃO AO TRABALHO

Registra o valor das despesas com remuneração a candidatos participantes de curso de formação para o exercício de cargo decorrente de concurso público.

SALÁRIOS DE INTERNOS EM PENITENCIÁRIAS

Registra o valor das despesas com remuneração a presos e internos, de acordo com a Lei nº 3.274, de 02/10/57.

PRÓ-LABORE A CONSULTORES EVENTUAIS

Registra o valor das apropriações de despesas com pró-labore a consultores eventuais, inclusive referente ao programa PADCT (membros do colegiado do PADCT, exceto servidores públicos), nos termos do parecer da Advocacia Geral da União nº 60-76, de 30/06/1995.

CAPATAZIA, ESTIVA E PESAGEM

Registra o valor das despesas com remuneração de serviços utilizados na movimentação e pesagem de cargas (mercadorias e produtos).

CONFERÊNCIAS E EXPOSIÇÕES

Registra os valores referentes às despesas com o pagamento direto aos conferencistas e/ou expositores pelos serviços prestados.

ARMAZENAGEM

Registra o valor das despesas com remuneração de serviços de aluguel de galpões, silos e outros locais destinados à armazenagem de mercadorias e produtos. Inclui, ainda, os dispêndios de garantia dos estoques armazenados.

LOCAÇÃO DE IMÓVEIS

Registra o valor das despesas com remuneração de serviços de aluguel de prédios, salas e outros imóveis de propriedade de pessoa física.

LOCAÇÃO DE BENS MÓVEIS E INTANGÍVEIS

Registra o valor das despesas com serviços de aluguéis de máquinas, equipamentos, telefone fixo e celular e outros bens móveis de propriedade de pessoa física.

MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE EQUIPAMENTOS

Registra o valor das despesas com serviços de reparos, consertos, revisões e adaptações de, tais como: máquinas e equipamentos de processamento de dados e periféricos, máquinas e equipamentos gráficos, aparelhos de fax, aparelhos de medição e aferição, aparelhos médicos, odontológicos, hospitalares e laboratoriais, calculadoras, eletrodomésticos, máquinas de escrever e afins.

MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VEÍCULOS

Registra o valor das despesas com serviços de reparos, consertos e revisões de veículos, tais como: estofamento, funilaria, instalação elétrica, lanternagem, mecânica, pintura e afins.

MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS MÓVEIS DE OUTRAS NATUREZAS

Registra o valor das despesas com serviços de reparos, consertos, revisões e adaptações de bens móveis não classificados em subitens específicos.

MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS

Registra o valor das despesas com serviços de reparos, consertos, revisões e adaptações de bens imóveis, tais como: pedreiro, carpinteiro e serralheiro, pintura, reparos em instalações elétricas e hidráulicas, reparos, recuperações e adaptações de biombos, carpetes, divisórias e lambris e afins.

FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO

Registra o valor das despesas com aquisição de refeições preparadas, inclusive lanches e similares.

SERVIÇOS DE CARÁTER SECRETO OU RESERVADO

Registra o valor das despesas com serviços de caráter sigiloso constantes em regulamento do órgão.

SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO

Registra o valor das despesas com serviços de limpeza e conservação de bens imóveis, tais como: dedetização, faxina e afins.

SERVIÇOS DOMÉSTICOS

Registra o valor das despesas com serviços domésticos prestados por pessoa física sem vínculo empregatício, tais como: cozinha, lavagem de roupas e afins.

SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO EM GERAL

Registra o valor das despesas com serviços de comunicação geral prestados por pessoa física, tais como: confecção de material para comunicação visual; geração de materiais para divulgação por meio dos veículos de comunicação; e afins.



SERVIÇO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO

Registra as despesas prestadas nas áreas de instrução e orientação profissional, recrutamento e seleção de pessoal e treinamento, por pessoa física.

SERVIÇOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS

Registra o valor das despesas com serviços médicos e odontológicos prestados por pessoa física, sem vínculo empregatício, tais como: consultas, Raio-X, tratamento odontológico e afins.

SERVIÇOS DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL

Registra o valor das despesas realizadas com serviços de reabilitação profissional prestados por pessoa física sem vínculo empregatício, tais como: transporte e locomoção urbana, alimentação e inscrição em cursos profissionalizantes, instrumentos de trabalho e implementos profissionais de órtese e prótese.

SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Registra o valor das despesas realizadas com serviços de assistência social prestados por pessoa física sem vínculo empregatício a servidores, segurados carentes, abrigados, internados e a seus dependentes, tais como: ajuda de custo supletiva, gêneros alimentícios, documentação, transporte e sepultamento.

SERVIÇOS DE PERÍCIAS MÉDICAS POR BENEFÍCIOS

Registra o valor das despesas realizadas com serviços de perícias médicas por benefícios devidos aos médicos credenciados, para exames realizados em segurados e/ou servidores.

SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO, TÉCNICO E OPERACIONAL

Registra o valor das despesas com serviços de natureza eventual prestados por pessoa física, tais como: assistência técnica, capina, jardinagem, operadores de máquinas e motoristas, recepcionistas, serviços auxiliares e afins.

SERVIÇO DE CONSERVAÇÃO E REBENEFICIAMENTO DE MERCADORIAS

Registra o valor das despesas com serviços de natureza eventual prestados por pessoa física na conservação e rebeneficiamento de mercadorias.

CONFECÇÃO DE MATERIAL DE ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM

Registra o valor das despesas com serviços prestados por pessoa física na confecção de, tais como: bolsas, caixas, mochilas, sacolas e afins.

CONFECÇÃO DE UNIFORMES, BANDEIRAS E FLÂMULAS

Registra o valor das despesas com serviços de costureiras, alfaiates e outros utilizados na confecção de uniformes, bandeiras, flâmulas, brasões e estandartes.

FRETES E TRANSPORTES DE ENCOMENDAS

Registra o valor das despesas com serviços prestados por pessoa física, tais como: fretes e carretos, remessa de encomendas, transporte de mercadorias e produtos e afins.

ENCARGOS FINANCEIROS DEDUTÍVEIS

Registra o valor das despesas com correção monetárias incidente sobre obrigações devidas a pessoa física (considerada como despesa operacional para efeito de apuração do lucro tributável).

MULTAS DEDUTÍVEIS

Registra o valor das despesas com multas incidentes sobre obrigações devidas a pessoas físicas (consideradas como despesa operacional para efeito de apuração do lucro tributável).

JUROS

Registra o valor das despesas com juros incidentes sobre obrigações decorrentes de cláusula contratual ou pagamento após vencimento.

ENCARGOS FINANCEIROS INDEDUTÍVEIS

Registra o valor das despesas com correção monetária incidente sobre obrigações, devidos a pessoas físicas (não considerada como despesa operacional para efeito de apuração do lucro tributável).

MULTAS INDEDUTÍVEIS

Registra o valor das despesas com multas incidentes sobre obrigações, devidas a pessoas físicas (não consideradas como despesa operacional para efeito de apuração do lucro tributável).

JETONS A CONSELHEIROS

Registra o valor das despesas realizadas a título de remuneração (jetons) a membros de órgãos de deliberação coletiva (conselhos).

DIÁRIAS A CONSELHEIROS

Registra o valor das despesas realizadas a título de pagamento de diárias a membros de órgãos de deliberação coletiva (conselhos).

SERVIÇOS DE ÁUDIO, VÍDEO E FOTO

Registra o valor das despesas com serviços de filmagens, gravações e fotografias, prestados por pessoa física.



MANUTENÇÃO DE REPARTIÇÕES, SERVIÇO EXTERIOR

Registra o valor das despesas com serviços utilizados na manutenção de embaixadas, consulados, vice-consulados, missões diplomáticas e outras repartições sediadas no exterior

OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PF - PAGTO ANTECIPADO

Registra o valor das apropriações das despesas, referentes ao pagamento de suprimento de fundos, para posterior prestação de contas, onde o saldo excedente a 5% do total do agrupamento deverá ser classificado nos subitens específicos, dentro do mesmo grupo.

OUTROS SERVIÇOS DE PESSOA FÍSICA

Registra o valor das despesas com serviços de natureza eventuais prestados por pessoa física, não classificados nos subitens específicos.

Anexo III

339039 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

ASSINATURAS DE PERIÓDICOS E ANUIDADES

Registra o valor das despesas com assinaturas de TV por assinatura (TV a cabo), jornais, inclusive diário oficial, revistas, recortes de publicações, podendo estar na forma de disquete, cd-rom, boletins e outros, desde que não se destinem a coleções ou bibliotecas.

CONDOMÍNIOS

Registra o valor das despesas com taxas condominiais a conta do locatário, quando previstas no contrato de locação.

COMISSÕES E CORRETAGENS

Registra o valor das despesas com comissões e corretagens decorrentes de serviços prestados por empresas de intermediação e representação comercial.

DIREITOS AUTORAIS

Registra o valor das despesas com direitos autorais sobre obras científicas, literárias ou em que a divulgação seja de interesse do governo.

SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS

Registra o valor das despesas com serviços prestados por empresas especializadas nas seguintes áreas, tais como:
advocacia, arquitetura, contabilidade, economia, engenharia, estatística e outras.

CAPATAZIA, ESTIVA E PESAGEM

Registra o valor das despesas com remuneração de serviços utilizados na movimentação e pesagem de cargas (mercadorias e produtos).

DESCONTOS FINANCEIROS CONCEDIDOS

Registra o valor das despesas com descontos financeiros concedidos a clientes em virtude de bonificação decorrente da venda de mercadorias ou prestação de serviços.

MANUTENÇÃO DE SOFTWARE

Registra o valor das despesas com serviços, atualização e adaptação de softwares, suporte técnico, manutenção, revisão, correção de problemas operacionais, análise para acrescentar novas funções, aumento da capacidade de processamento, novas funções e manutenção de software

ARMAZENAGEM

Registra o valor das despesas com remuneração de serviços de aluguel de galpões, silos e outros locais destinados à armazenagem de mercadorias e produtos. Inclui, ainda, os dispêndios de garantia dos estoques armazenados.

LOCAÇÃO DE IMÓVEIS

Registra o valor das despesas com remuneração de serviços de aluguel de prédios, salas e afins imóveis de interesse da administração pública.

LOCAÇÃO DE SOFTWARES

Registra o valor das despesas com remuneração de serviços de aluguel de programas de processamento de dados.

LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

Registra os valores das despesas com remuneração de serviços de aluguel de máquinas e equipamentos, tais como:

aparelhos de medição e aferição, aparelhos médicos, odontológicos, hospitalares e laboratoriais, aparelhos telefônicos, telex e fax, calculadoras, eletrodomésticos, equipamentos de processamento de dados e periféricos, equipamentos gráficos, máquinas de escrever, turbinas e afins.

LOCAÇÃO BENS MÓVEIS E OUTRAS NATUREZAS E INTANGÍVEIS

Registra o valor das despesas com remuneração de serviços de aluguel de bens móveis não contemplados em subitens específicos e bens intangíveis, como, tais como:
locação de linha telefônica e afins.



MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO. DE BENS IMÓVEIS

Registra o valor das despesas com serviços de reparos, consertos, revisões e adaptações de bens imóveis. pintura, reparos e reformas de imóveis em geral, reparos em instalações elétricas e hidráulicas, reparos, recuperações e adaptações de biombos, carpetes, divisórias e lambris, manutenção de elevadores, limpeza de fossa e afins.

MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

Registra o valor das despesas com serviços de reparos, consertos, revisões e adaptações de máquinas e equipamentos. aparelhos de fax e telex, aparelhos de medição e aferição, aparelhos médicos, odontológicos, hospitalares e laboratoriais, calculadoras, eletrodomésticos, equipamentos de proteção e segurança, equipamentos gráficos, equipamentos agrícolas, máquinas de escrever, turbinas e afins.

MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VEÍCULOS

Registra o valor das despesas com serviços de reparos, consertos e revisões de veículos, tais como: alinhamento e balanceamento, estofamento, funilaria, instalação elétrica, lanternagem, mecânica, pintura, franquia e afins.

MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS MÓVEIS DE OUTRAS NATUREZAS

Registra o valor das despesas com serviços de reparos, consertos, revisões, inspeções e adaptações de bens móveis não classificados em subitens específicos.

MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS E VIAS

Registra o valor das despesas com serviços de reparos, recuperações e adaptações de estradas, ferrovias e rodovias.

EXPOSIÇÕES, CONGRESSOS E CONFERÊNCIAS

Registra o valor das despesas com serviços utilizados na instalação e manutenção de, tais como: conferências, congressos, exposições, feiras, festejos populares, festivais e afins.

FESTIVIDADES E HOMENAGENS

Registra o valor das despesas com serviços utilizados na organização de eventos, tais como: coquetéis, festas de conagraçamento, recepções e afins.

MULTAS DEDUTÍVEIS

Registra o valor das despesas com multas incidentes sobre obrigações, devidas a pessoas jurídicas (consideradas como despesa operacional para efeito de apuração do lucro tributável), bem como aquelas decorrentes de penalidades aplicadas em função de infração a uma legislação existente.

MULTAS INDEDUTÍVEIS

Registra o valor das despesas com multas incidentes sobre obrigações devidas a pessoas jurídicas (não consideradas como despesa operacional para efeito de apuração do lucro tributável), bem como aquelas decorrentes de penalidades aplicadas em função de infração a uma legislação existente.

JUROS

Registra o valor das despesas com juros incidentes sobre obrigações decorrentes de cláusula contratual ou pagamento após vencimento.

ENCARGOS FINANCEIROS DEDUTÍVEIS

Registra o valor das despesas com correção monetária incidente sobre obrigações, devidas a pessoas jurídicas (considerada como despesa operacional para efeito de apuração do lucro tributável).

ENCARGOS FINANCEIROS INDEDUTÍVEIS

Registra o valor das despesas com correção monetária incidente sobre obrigações, devidas a pessoas jurídicas (não considerada como despesa operacional para efeito de apuração do lucro tributável).

PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO DO TRABALHADOR

Registra o valor das despesas com o fornecimento de alimentação a empregados, em que a pessoa jurídica possua programa de alimentação aprovado pelo Ministério do Trabalho e possa usufruir benefício fiscal.

FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO

Registra o valor das despesas com aquisição de refeições preparadas, inclusive lanches e similares.

SERVIÇOS DE CARÁTER SECRETO OU RESERVADO

Registra o valor das despesas com serviços de caráter sigiloso constantes em regulamento do órgão.

SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA

Registra o valor das despesas com tarifas decorrentes da utilização dos serviços de energia elétrica.

SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO

Registra o valor das despesas com tarifas decorrentes da utilização dos serviços de água e esgoto.

SERVIÇOS DE GÁS

Registra o valor das despesas com tarifas decorrentes da utilização de gás canalizado.

SERVIÇOS DOMÉSTICOS

Registra o valor das despesas com serviços domésticos prestados por pessoa jurídica, sem vincula



empregatício, tais como:
cozinha, lavagem de roupas e afins.

SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO EM GERAL

Registra o valor das despesas com serviços de comunicação, prestados por pessoa jurídica, tais como: correios e telégrafos, publicação de editais, extratos, convocações e assemelhados desde que não tenham caráter de propaganda e afins.

SERVIÇO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO

Registra o valor das despesas com serviços prestados nas áreas de instrução e orientação profissional, recrutamento e seleção de pessoal (concurso público) e treinamento.

PRODUÇÕES JORNALÍSTICAS

Registra o valor das apropriações das despesas com a edição de jornais revistas, noticiários e materiais jornalísticos para vídeos.

SERVIÇO MÉDICO-HOSPITAL, ODONTOLÓGICO E LABORATORIAIS

Registra o valor das despesas com serviços médico-hospitalares, odontológicos e laboratoriais, prestados por pessoas jurídicas sem vínculo empregatício, tais como: análises clínicas, cirurgias, consultas, ecografias, endoscopias, enfermagem, esterilização, exames de laboratório, Raio-X, tomografias, tratamento odontológico, ultra-sonografias e afins.

SERVIÇOS DE ANÁLISES E PESQUISAS CIENTÍFICAS

Registra o valor das despesas com serviços de análises físico-químicas e pesquisas científicas, não relacionadas com apoio ao ensino, tais como: análise mineral, análises de solo, análises químicas, coleta de dados em experimentos, tratamento e destinação de resíduos e afins.

SERVIÇOS DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL

Registra o valor das despesas realizadas com serviços de reabilitação profissional, tais como: transporte e locomoção urbana, alimentação e inscrição em cursos profissionalizantes, instrumentos de trabalho e implementos profissionais e órtese e prótese devidas aos segurados em programa de reabilitação profissional.

SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Registra o valor das despesas realizadas com serviços de assistência social prestada a servidores, segurados carentes, abrigados, internados e a seus dependentes, tais como: ajuda de custo supletiva, gêneros alimentícios, documentação, transporte e sepultamento e afins.

SERVIÇOS DE CRECHES E ASSISTÊNCIA PRÉ- ESCOLAR

Registra o valor das despesas com serviços prestados por entidades de assistência social para atender os dependentes de servidores do órgão, habilitados a usufruírem desse benefício.

SERVIÇOS DE PERÍCIAS MÉDICAS POR BENEFÍCIOS

Registra o valor das despesas com serviços de perícias médicas por benefício, devidas a entidades médicas credenciadas, para exames realizados em segurados e/ou servidores.

SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS

Registra o valor das despesas com serviços de processamento de dados prestados por empresas especializadas na área de informática.

SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES

Registra o valor das despesas com tarifas decorrentes da utilização desses serviços, inclusive telefonia celular, centrex 2000 e tarifa de habilitação.

SERVIÇOS DE ÁUDIO, VÍDEO E FOTO

Registra o valor das despesas com serviços de filmagens, gravações, revelações, ampliações e reproduções de sons e imagens, tais como: confecção de álbuns, confecção de crachás funcionais por firmas especializadas, emolduramento de fotografias, imagens de satélites, revelação de filmes, microfilmagem e afins.

SERVIÇOS DE MANOBRA E PATRULHAMENTO

Registra o valor das despesas com serviços utilizados com o objetivo de dar suporte as operações especiais realizadas por órgãos das forças armadas.

SERVIÇOS DE SOCORRO E SALVAMENTO

Registra o valor das despesas com serviços prestados para proteção, socorro e salvamento de pessoas e bens públicos.
serviços prestados por, tais como:, ambulâncias particulares – UTI Móveis e afins.

SERVIÇOS DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL

Registra o valor das despesas com serviços utilizados na transformação beneficiamento e industrialização de matérias-primas que resultarão em um produto final.

SERVIÇOS GRÁFICOS

Registra o valor das despesas com serviços de artes gráficas prestados por pessoa jurídica, tais como:



confecção de impressos em geral, encadernação de livros jornais e revistas, impressão de jornais, boletins, encartes, folder e assemelhados e afins.

SERVIÇOS DE APOIO AO ENSINO

Registra o valor das despesas de todos os serviços utilizados com o objetivo de proporcionar o desenvolvimento e o aperfeiçoamento do ensino, em todos os níveis, inclusive pesquisas experiências e assemelhados.

SERVIÇOS JUDICIÁRIOS

Registra o valor das despesas com custas processuais decorrentes de ações judiciais, diligências (inclusive condução) salários e honorários dos avaliadores, peritos judiciais e oficiais de justiça e serviços de cartório.

SERVIÇOS FUNERÁRIOS

Registra o valor das despesas com serviços de remoções, sepultamentos e transladações.

SERVIÇO DE CONSERVAÇÃO E REBENEFICIAMENTO DE MERCADORIAS

Registra o valor das despesas com serviços utilizados na conservação e rebeneficiamento de mercadorias.

SEGUROS EM GERAL

Registra o valor das despesas com prêmios pagos por seguros de qualquer natureza, inclusive cobertura de danos causados a pessoas ou bens de terceiros, prêmios de seguros de bens do estado ou de terceiros, seguro obrigatório de veículos.

CONFECÇÃO DE UNIFORMES, BANDEIRAS E FLÂMULAS

Registra o valor das despesas com serviços utilizados na confecção de, tais como: bandeiras, brasões, estandartes, flâmulas, uniformes (inclusive as despesas relacionadas com auxílio fardamento descritos naLeinº8.237/91) e afins.

CONFECÇÃO DE MATERIAL DE ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM

Registra o valor das despesas com serviços utilizados na confecção de materiais destinados a preservação, acomodação ou embalagem de produtos diversos, tais como: Bolsas, caixas, mochilas, sacolas e afins.

VALE-TRANSPORTE

Registra o valor das despesas com aquisição de vale-transporte para os servidores.

TRANSPORTE DE SERVIDORES

Registra o valor das despesas com serviços prestados por empresas para transportar servidores no percurso residência-local de trabalho, mediante a utilização de ônibus, micro-ônibus e afins.

FRETES E TRANSPORTES DE ENCOMENDAS

Registra o valor das despesas com serviços de transporte de mercadorias e produtos diversos, prestados por pessoa jurídica, tais como: fretes e carretos, remessa de encomendas e afins.

CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS

Registra o valor das despesas com serviços de classificação de produtos de origem animal, mineral e vegetal.

VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Registra o valor das despesas com serviços de vigilância e segurança de repartições públicas, de autoridades (nos casos em que o contrato não especifique o quantitativo físico do pessoal a ser utilizado).

LIMPEZA E CONSERVAÇÃO

Registra o valor das despesas com serviços de limpeza, higienização, conservação e asseio dos órgãos públicos (nos casos em que o contrato não especifique o quantitativo físico do pessoal a ser utilizado).

SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO, TÉCNICO E OPERACIONAL

Registra o valor das despesas com serviços prestados por pessoa jurídica a título de apoio as atividades administrativas, técnicas e operacionais dos órgãos públicos, nos casos em que o contrato não especifique o quantitativo físico do pessoal a ser utilizado, a saber: assistência técnica, comissária aérea e apoio solo, jardinagem, operadores de máquinas e motoristas, recepcionistas e afins.

HOSPEDAGENS

Registra o valor das despesas com serviços de hospedagens e alimentação de servidores e convidados do governo em viagens oficiais pagos diretamente a estabelecimentos hoteleiros (quando não houver pagamento de diárias).

SERVIÇOS BANCÁRIOS

Registra o valor das despesas com comissões, tarifas e remunerações decorrentes de serviços prestados por bancos e outras instituições financeiras.

SERVIÇOS DE CÓPIAS E REPRODUÇÃO DE DOCUMENTOS

Registra o valor das despesas com serviços de cópias xerográficas e reprodução de documentos, inclusive a locação e a manutenção de equipamentos reprográficos.

SERVIÇOS EM ITENS REPARÁVEIS DE AVIAÇÃO

Registra o valor das apropriações das despesas com a contratação de serviços específicos para a manutenção



de itens reparáveis de aviação, tais como:

asas, motores, fuselagem, equipamento de bordo, recuperação de material de aviação e afins.

SERVIÇOS RELACIONADOS À INDUSTRIALIZAÇÃO AEROESPACIAL

Registra o valor das despesas com serviços de lançamento e colocação em órbita de satélites.

SERVIÇOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA

Registra o valor das despesas com serviços de publicidade e propaganda, prestados por pessoa jurídica, incluindo a geração e a divulgação por meio dos veículos de comunicação.

MANUTENÇÃO DE REPARTIÇÕES – SERVIÇO EXTERIOR

Registra o valor das despesas com serviços utilizados na manutenção de embaixadas, consulados, vice-consulados, missões diplomáticas e outras repartições sediadas no exterior.

AQUISIÇÃO DE SOFTWARES DE APLICAÇÃO.

Registra o valor das despesas com aquisição de programas de processamento de dados.

MANUTENÇÃO CONSERVAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS

Registra o valor das despesas com serviços manutenção e conservação de equipamentos de processamento de dados – hardware

OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PJ- PAGTO ANTECIPADO

Registra o valor das apropriações das despesas, referentes ao pagamento de suprimento de fundos, para posterior prestação de contas, onde o saldo excedente a 5% do total do agrupamento deverá ser classificado nos subitens específicos, dentro do mesmo grupo.

DESPESAS DE TELEPROCESSAMENTO

Registra o valor das despesas com serviços de teleprocessamento, tais como: locação de circuito de dados locais ou interurbanos para atendimento de nos de comutação, concentração e nos de acesso da rede de comunicação, serviços de rede privativa virtual, SLDD, topnet, datasatplus, datasat-bi, atmnet, internet, IP direto, STM400, fastnet, renav e afins.

OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS, PESSOA JURÍDICA

Registra o valor das despesas com serviços de natureza eventual, não classificados em subitens específicos.

Anexo IV

449052 – Equipamentos e Material Permanente

AERONAVES

Registra o valor das despesas com qualquer tipo de aeronave de asa fixa ou asa rotativa, tais como: avião, balão, helicóptero, planador, ultraleve e afins.

APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO

Registra o valor das despesas com todos os aparelhos de medição ou contagem.

Quando estes aparelhos forem incorporados a um equipamento maior serão os mesmos considerados componentes, tais como:

amperímetro, aparelho de medição meteorológica, balanças em geral, bússola, calibrador de pneus, cronômetro, hidrômetro, magnetômetro, manômetro, medidor de gás, mira-falante, níveis topográficos, osciloscópio, paquímetro, pirômetro, planímetro, psicrômetro, relógio medidor de luz, sonar, sonda, taquímetro, telêmetro, teodolito, turbímetro e afins.

APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO

Registra o valor das despesas com todo material considerado permanente, portátil ou transportável, de uso em comunicações, que não se incorporem em instalações, veículos de qualquer espécie, aeronaves ou embarcações, tais como:

antena parabólica, aparelho de telefonia, bloqueador telefônico, central telefônica, detector de chamadas telefônicas, fac-símile, fonógrafo, interfone, PABX, rádio receptor, rádio telegrafia, rádio telex, rádio transmissor, secretária eletrônica, telespeaker e afins.

APARELHOS, EQUIPAMENTOS, UTENSÍLIOS MÉDICOODONTOLÓGICO, LABORATORIAL E HOSPITALAR

Registra o valor das despesas com qualquer aparelho, utensílio ou equipamento de uso médico, odontológico, laboratorial e hospitalar que não se integrem a instalações, ou a outros conjuntos monitores. No caso de fazerem parte de instalações ou outros conjuntos, deverão ser considerados componentes, tais como: afastador, alargador, aparelho de esterilização, aparelho de Raio X, aparelho de transfusão de sangue, aparelho infravermelho, aparelho para inalação, aparelho de ultravioleta, balança pediátrica, berço aquecido, biombo, boticão, cadeira de dentista, cadeira de rodas, câmara de infravermelho, câmara de oxigênio, câmara de radioterapia, carro-maca, centrifugador, destilador, eletro-analisador, eletrocardiográfico, estetoscópio, estufa, maca, medidor de pressão arterial (esfignomanômetro), megatoscópio, mesa para exames clínicos, microscópio, tenda de oxigênio, termocautério e afins.

APARELHOS E EQUIPAMENTOS PARA ESPORTES E DIVERSÕES

Registra o valor das despesas com instrumentos, aparelhos e utensílios destinados a qualquer modalidade de esportes e diversões de qualquer natureza, desde que não integrados a instalações de ginásios de esportes, centros esportivos, teatro, cinema, etc, tais como:



arco, baliza, barco de regata, barra, bastão, bicicleta ergométrica, carneiro de madeira, carrossel, cavalo, dardo, deslizador, disco, halteres, martelo, peso, placar, remo, vara de salto e afins.

APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS

Registra o valor das despesas com aquisição de eletrodomésticos em geral e utensílios, com durabilidade superior a dois anos, utilizados em serviços domésticos, tais como: aparelhos de copa e cozinha, aspirador de pó, batedeira, botijão de gás, cafeteira elétrica, chuveiro ou ducha elétrica, circulador de ar, condicionador de ar (móvel), conjunto de chá/café/jantar, escada portátil, enceradeira, exaustor, aquecedor, filtro de água, fogão, forno de microondas, geladeira, grill, liquidificador, máquina de lavar louca, máquina de lavar roupa, máquina de moer café, máquina de secar pratos, secador de cabelo, tábua de passar roupas, torneira elétrica, torradeira elétrica, umidificador de ar e afins.

ARMAMENTOS

Registra o valor das despesas com armas de porte, portáteis transportáveis autopropulsionadas, de tiro tenso, de tiro curvo, central de tiro, rebocáveis ou motorizadas, rampas lançadoras de foguetes motorizadas e outros apetrechos bélicos, tais como: Fuzil, metralhadora, pistola, revolver e afins.

COLEÇÕES E MATERIAIS BIBLIOGRÁFICOS

Registra o valor das despesas com coleções bibliográficas de obras científicas, românticas, contos e documentários históricos, mapotecas, dicionários para uso em bibliotecas, enciclopédias, periódicos encadernados para uso em bibliotecas, palestras, tais como: álbum de caráter educativo, coleções e materiais bibliográficos informatizados, dicionários, enciclopédia, ficha bibliográfica, jornal e revista (que constitua documentário), livro, mapa, material folclórico, partitura musical, publicações e documentos especializados destinados a bibliotecas, repertório legislativo e afins.

DISCOTECAS E FILMOTECAS

Registra o valor das despesas com discos, CD e coleções de fitas gravadas com músicas e fitas cinematográficas de caráter educativo, científico e informativo, tais como: disco educativo, fita de áudio e vídeo com aula de caráter educativo, microfilme e afins.

EMBARCAÇÕES

Registra o valor das despesas com todas as embarcações fluviais, lacustres ou marítimas exceto os navios graneleiros, petroleiros e transportadores de passageiros que são considerados como bens imóveis, tais como: canoa, casa flutuante, chata, lancha, navio, rebocador, traineira e afins.

EQUIPAMENTOS DE MANOBRA E PATRULHAMENTO

Registra o valor das despesas com todos os materiais permanentes utilizados em manobras militares e paramilitares, bem assim, aqueles utilizados em qualquer patrulhamento ostensivo, tais como: barraca, bloqueios, cama de campanha, farol de comunicação – mesa de campanha, pára-quedas, pistola de sinalização, sirene de campanha e afins.

EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA E SOCORRO

Registra o valor das despesas com todos os materiais permanentes utilizados na proteção e segurança de pessoas ou bens públicos, como também qualquer outro utilizado para socorro diverso, ou sobrevivência em qualquer ecossistema, tais como: alarme, algema, arma para vigilante, barraca para uso não militar, bóia salva-vida, cabine para guarda (guarita), cofre, extintor de incêndio, pára-raio, sinalizador de garagem, porta giratória, circuito interno de televisão e afins.

INSTRUMENTOS MUSICAIS E ARTÍSTICOS

Registra o valor das despesas com todos os instrumentos de cordas, sopro ou percussão, como também outros instrumentos utilizados pelos artistas em geral. clarinete, guitarra, pistão, saxofone, trombone, xilofone e afins.

MÁQUINAS E EQUIPAM. DE NATUREZA INDUSTRIAL

Registra o valor das despesas com qualquer máquina, aparelho ou equipamento empregado na fabricação de produtos ou no acondicionamento de afins, tais como: balcão frigorífico, betoneira, exaustor industrial, forno e torradeira industrial, geladeira industrial, máquina de fabricação de laticínios, máquina de fabricação de tecidos e afins.

MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS

Registra o valor das despesas com máquinas, aparelhos e equipamentos não incorporáveis a instalações, destinados a geração de energia de qualquer espécie, tais como: alternador energético, carregador de bateria, chave automática, estabilizador, gerador, haste de contato, NO-BREAK, poste de iluminação, retificador, transformador de voltagem, trilho, truck-tunga, turbina (hidrelétrica) e afins.

MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS GRÁFICOS

Registra o valor das despesas com todas as máquinas, aparelhos e equipamentos utilizados em reprografia ou artes gráficas, tais como: aparelho para encadernação, copiadora, cortadeira elétrica, costuradora de papel, duplicadora, grampeadeira, gravadora de extenso, guilhotina, linotipo, máquina de OFF-Set, operadora de ilhoses, picotadeira, teleimpressora e receptora de páginas e afins.



EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO

Registra o valor das despesas com aquisição de equipamentos de filmagem, gravação e reprodução de sons e imagens, bem como os acessórios de durabilidade superior a dois anos, tais como: amplificador de som, caixa acústica, data show, eletrola, equalizador de som, filmadora, flash eletrônico, fone de ouvido, gravador de som, máquina fotográfica, microfílmadora, microfone, objetiva, projetor, rádio, rebobinadora, retro-projetor, sintonizador de som, tanques para revelação de filmes, tape-deck, televisor, tela para projeção, toca-discos, vídeo-cassete e afins.

MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS

Registra o valor das despesas com máquinas, aparelhos e equipamentos que não estejam classificados em grupo específico, tais como: aparelho de grama, aparelho de ar condicionado, bebedouro – carrinho de feira, container, furadeira, maleta executiva, urna eleitoral, ventilador de coluna e de mesa e afins.

EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS

Registra o valor das despesas com todas as máquinas, aparelhos e equipamentos utilizados em processamento de dados de qualquer natureza, exceto quando for aquisição de peças destinadas à reposição diretamente ao equipamento ou mesmo para estoque, tais como: caneta óptica, computador, controladora de linhas, data show – fitas e discos magnéticos, impressora, kit multimídia, leitora, micro e minicomputadores, mesa digitalizadora, modem, monitor de vídeo, placas, processador, scanner, teclado para micro, urna eletrônica e afins.

MÁQUINAS, INSTALAÇÕES E UTENS. DE ESCRITÓRIO

Registra o valor das despesas com todas as máquinas, aparelhos e utensílios utilizados em escritório e destinados ao auxílio do trabalho administrativo, tais como: aparelho rotulador, apontador fixo (de mesa), caixa registradora, carimbo digitador de metal, compasso, estojo para desenho, globo terrestre, grampeador (exceto de mesa), máquina autenticadora, máquina de calcular, máquina de contabilidade, máquina de escrever, máquina franqueadora, normógrafo, pantógrafo, quebra-luz (luminária de mesa), régua de precisão, régua T, relógio protocolador e afins.

MÁQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS DE OFICINA

Registra o valor das despesas com máquinas, ferramentas e utensílios utilizados em oficinas mecânicas, marcenaria, carpintaria e serralheria, não incluindo ferramentas que não façam parte de um conjunto, nem tão pouco materiais permanentes utilizados em oficinas gráficas, tais como: analisador de motores, arcos de serra, bomba para esgotamento de tambores, compressor de ar, conjunto de oxigênio, conjunto de solda, conjunto para lubrificação, desbastadeira, desempenadeira, elevador hidráulico, esmerilhadeira, extrator de precisão, forja, fundidora para confecção de broca, laminadora, lavadora de carro, lixadeira, macaco mecânico e hidráulico, mandril, marcador de velocidade, martelo mecânico, níveis de aço ou madeira, pistola metalizadora, polidora, prensa, rebitadora, recipiente de ferro para combustíveis, saca-pino, serra de bancada, serra mecânica, talhas, tanques para água, tarracha, testadora, torno mecânico, vulcanizadora e afins.

EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS HIDRÁULICOS E ELÉTRICOS

Registra o valor das despesas com equipamentos destinados a instalação conservação e manutenção de sistemas hidráulicos e elétricos, tais como: bomba d'água, bomba de desentupimento, bomba de irrigação, bomba de lubrificação, bomba de sucção e elevação de água e de gasolina carneiro hidráulico, desidratadora, máquina de tratamento de água, máquina de tratamento de esgoto, máquina de tratamento de lixo, moinho, roda d'água e afins.

MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS E RODOVIÁRIOS

Registra o valor das despesas com todas as máquinas, tratores e equipamentos utilizados na agricultura, na construção e conservação de estradas, tais como: arado, carregadora, ceifadeira, compactador, conjunto de irrigação, conjunto motobomba para irrigação, cultivador, desintegrador, escavadeira, forno e estufa de secagem ou amadurecimento, máquinas de beneficiamento, microtrator – misturador de ração, moinho agrícola, motoniveladora, moto-serra, pasteurizador, picador de forragens, plaina terraceadora, plantadeira, pulverizador, de tração animal ou mecânica, rolo compressor, roçadeira, semeadeira, silo para depósito de cimento, sulcador, trator de roda e esteira e afins.

MOBILIÁRIO EM GERAL

Registra o valor das despesas com móveis destinados ao uso ou decoração interior de ambientes, tais como: abajur, aparelho para apoiar os braços, armário, arquivo de aço ou madeira, balcão (tipo atendimento), banco, banqueta, base para mastro, cadeira, cama, carrinho fichário, carteira e banco escolar, charter negro, cinzeiro com pedestal, criadomudo, cristaleira, escrivaninha, espelho moldurado, estante de madeira ou aço, estofado, flipsharper, guarda-louça, guarda roupa, mapoteca, mesa, penteadeira, poltrona, porta-chapéus, prancheta para desenho, quadro de chaves, quadro imantado, quadro para editais e avisos, relógio de mesa/parede/ponto, roupeiro, sofá, suporte para tv e vídeo, suporte para bandeira (mastro), vitrine e afins.

OBRAS DE ARTE E PEÇAS PARA MUSEU

Registra o valor das despesas com objetos de valor artístico e histórico destinados a decoração ou exposição em museus, tais como: alfaias em louça, documentos e objetos históricos, esculturas, gravuras, molduras, peças em marfim e cerâmica,



pedestais especiais e similares, pinacotecas completas, pinturas em tela, porcelana, tapeçaria, trilhos para exposição de quadros e afins.

SEMOVENTES E EQUIPAMENTOS DE MONTARIA

Registra o valor das despesas com animais para trabalho, produção, reprodução ou exposição e equipamentos de montaria, tais como:

animais não destinados a laboratório ou corte, animais para jardim zoológico, animais para produção, reprodução e guarda, animais para sela e tração, selas e afins.

VEÍCULOS DIVERSOS

Registra o valor das despesas com veículos não classificados em subitens específicos, tais como:

bicicleta, carrinho de mão, carroça, charrete, empilhadeira e afins.

VEÍCULOS FERROVIÁRIOS

Registra o valor das despesas com veículos empregados em estradas de ferro, tais como:

locomotiva, prancha, reboque, tender, vagão para transporte de carga ou passageiros e afins.

PEÇAS NÃO INCORPORÁVEIS A IMÓVEIS

Registra o valor das despesas com materiais empregados em imóveis e que possam ser removidos ou recuperados, tais como:

biombos, carpetes (primeira instalação), cortinas, divisórias removíveis, estrados, persianas, tapetes, grades e afins.

VEÍCULOS DE TRAÇÃO MECÂNICA

Registra o valor das despesas com veículos de tração mecânica, tais como:

ambulância, automóvel, basculante, caçamba, caminhão, carro-forte, consultório volante, furgão, lambreta, microônibus, motocicleta, ônibus, rabecão, vassoura mecânica, veículo coletor de lixo e afins.

CARROS DE COMBATE

Registra o valor das despesas com veículos utilizados em manobras militares, tais como:

autochoque, blindado, carro-bomba, carro-tanque e afins.

EQUIPAMENTOS, PEÇAS E ACESSÓRIOS AERONÁUTICOS

Registra o valor das despesas com equipamentos, peças e acessórios aeronáuticos, tais como:

hélice, microcomputador de bordo, turbina e afins.

EQUIPAMENTOS, PEÇAS E ACESSÓRIOS DE PROTEÇÃO AO VÔO

Registra o valor das despesas com equipamentos, peças e acessórios de proteção ao vôo, tais como:

radar, rádio e afins.

ACESSÓRIOS PARA AUTOMÓVEIS

Registra o valor das despesas com acessórios para automóveis que possam ser desincorporados, sem prejuízo dos mesmos, para aplicação em outro veículo, tais como:

ar condicionado, capota, rádio/toca-fita e afins.

EQUIPAMENTOS DE MERGULHO E SALVAMENTO

Registra o valor das despesas com equipamentos destinados as atividades de mergulho e salvamento marítimo. escafandro, jet-ski, tanque de oxigênio e afins.

EQUIPAMENTOS, PEÇAS E ACESSÓRIOS MARÍTIMOS

Registra o valor das despesas com equipamentos, peças e acessórios marítimos, tais como:

instrumentos de navegação, instrumentos de medição do tempo, instrumentos óticos, instrumentos geográficos e astronômicos, instrumentos e aparelhos meteorológicos e afins.

EQUIPAMENTOS E SISTEMA DE PROTEÇÃO E VIGILÂNCIA AMBIENTAL

Registra o valor das despesas com equipamentos e sistema de proteção e vigilância ambiental.

EQUIPAMENTOS, SOBRESSALVENTES DE MÁQUINAS, MOTOR DE NAVIOS DE ESQUADRA

Registra o valor das despesas com componentes de propulsão de navios da esquadra e maquinarias de convés.

OUTROS MATERIAIS PERMANENTES

Registra o valor das despesas com materiais e equipamentos não classificados em subitens específicos



Legislação Orçamentária

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 – Seção II – DOS ORÇAMENTOS, Artigos 165 a 169
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm

LEIS COMPLEMENTARES

Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp101.htm

Lei de Responsabilidade Fiscal – Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

Lei nº 4320, de 17 de Março de 1964
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4320.htm

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do DF.

LEIS ORDINÁRIAS

Lei nº 10.180 de 6 de fevereiro de 2001
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10180.htm

Organiza e disciplina os Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo Federal, e dá outras providências.

PORTARIAS ESPECÍFICAS DO MP E MF

Portaria Interministerial STN/SOF nº 163, de 4 de maio de 2001
https://www.portalsof.planejamento.gov.br/bib/legislacao/portarias/PortInterm_SOF-STN_163_040501.pdf
Dispõe sobre normas gerais de consolidação das Contas Públicas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios e dá outras providências.

Portaria SOF nº 1, de 19 de fevereiro de 2001
https://www.portalsof.planejamento.gov.br/bib/legislacao/portarias/Portariasof_01_190201.pdf
Dispõe sobre a classificação orçamentária por fontes de recursos.

Portaria MOG nº 42, de 14 de abril de 1999
http://www.planejamento.gov.br/orcamento/conteudo/legislacao/portarias/portaria_42_14_04_99.htm
Atualiza a discriminação da despesa por funções de que tratam o inciso I do § 1º do art. 2º e § 2º do art. 8º, ambos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, estabelece os conceitos de função, subfunção, programa, projeto, atividade, operações especiais, e dá outras providências.



Bibliografia:

Boletim de Administração Pública Municipal
Fiorilli Soc Civil Ltda.-Software

Manual Técnico de Orçamento MTO. Versão 2010. Brasília, 2017.
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Orçamento Federal.

Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP. Portaria Conjunta STN/SOF n° 02, de 22 de Dezembro de 2016, e Portaria STN n° 840, de 21 de Dezembro de 2016 que aprovam a 7ª Edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), disponibilizados no endereço eletrônico: <http://www.stn.fazenda.gov.br/mcasp>

Manual Básico - Plano Plurianual - PPA - Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, 1ª ed. 2005

Manual Básico - Lei Orçamentária Anual - LOA - Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, 1ª ed. 2005

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil.

_____. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

_____. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

_____. Portaria Interministerial STN/SOF nº 163, de 4 de maio de 2001. Dispõe sobre as normas gerais de consolidação das Contas Públicas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, e dá outras providências.

_____. PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 163, DE 4 DE MAIO DE 2001 (ATUALIZADA)(Publicada no D.O.U. nº 87-E, de 07.05.2001, Seção 1, páginas 15 a 20). Dispõe sobre normas gerais de consolidação das Contas Públicas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, e dá outras providências.

